

PROT CENTRO

Programa Regional
de Ordenamento do
Território do Centro

O PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA A REGIÃO CENTRO

Ficha Técnica

Coordenação geral

Eduardo Anselmo Castro

Coordenação técnica

Pedro Mariano Pêgo | Margarida Bento | Ana Veneza | Carla Velado |
Carla Coimbra | Alexandra Gomes | Cristina Cunha

Consultoria externa

Universidade do Porto

Teresa Sá Marques | Catarina Maia | Diogo Ribeiro | Gabriela Ribeiro |
Mário Fernandes | Fátima Matos | Miguel Saraiva

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Domingos Santos | Maria João Moreira

Instituto Politécnico de Leiria

Ana Sargento | Fernanda Oliveira | João Paulo Jorge | Maria Eduarda Fernandes |
Maria Manuel Gil

Instituto Politécnico de Viseu

Dulcineia Wessel | Cristina Amaro da Costa

Universidade de Aveiro

Celeste Eusébio | João Lourenço Marques | Myriam Lopes | David Carvalho | Filomena Martins |
Jan Wolf | Johnny Reis | Joana Duarte | José Manuel Martins | Maria João Carneiro | Monique Borges |
Nelson Abrantes | Paula Maia | Pedro Seixas | Sandra Rafael | Sílvia Coelho | Sofia Corticeiro

Universidade da Beira Interior

Anabela Dinis

Universidade de Coimbra

António Gomes Martins | Domingos Xavier Viegas | Fernando Seabra Santos |
João Fonseca Bigotte | Luís Cruz | Paula Santana | Adriana Loureiro | Ângela Freitas |
Carlos Carreira | Eduardo Barata | João Pedro Ferreira | Luís Lopes | Luís Mário Ribeiro |
Miguel Abrantes Almeida | Miguel Padeiro | Paulo Nossa | Ricardo Almendra | Susana Freiria

Universidade de Coimbra | INESC Coimbra

Ana Soares | Helena Simão | Humberto Jorge | José Alfeu Sá Marques | Luís Alçada Almeida |
Luís Neves | Marta Lopes | Nuno Simões

Índice

Introdução	5
Parte I - Estratégia	12
1. Desafios e Opções Estratégicas	14
<i>Enquadramento</i>	15
<i>Desafios Transversais</i>	20
<i>Opções Estratégicas de Base Territorial - Sistema Económico</i>	32
<i>Opções Estratégicas de Base Territorial - Sistema Social</i>	43
<i>Opções Estratégicas de Base Territorial - Sistema Natural</i>	52
<i>Opções Estratégicas de Base Territorial - Sistema de Mobilidade e Energia</i>	63
<i>Opções Estratégicas de Base Territorial - Sistema Urbano</i>	74
2. Sistemas Territoriais e Modelo Territorial	81
<i>Enquadramento</i>	82
<i>Sistema Económico</i>	83
<i>Sistema Social</i>	89
<i>Sistema Natural</i>	95
<i>Riscos e Vulnerabilidades</i>	101
<i>Sistema de Mobilidade</i>	105
<i>Sistema de Energia</i>	111
<i>Sistema Urbano</i>	115
<i>Modelo Territorial</i>	121
Parte II - Operacionalização da Estratégia	131
1. Programa de Execução	133
<i>Enquadramento</i>	134
1.1. <i>Projetos dependentes de decisões políticas de âmbito nacional</i>	140
1.2. <i>Projetos da CCDR Centro</i>	147
Projetos da responsabilidade da CCDR Centro	148
Projetos em parceria com a CCDR Centro	160
1.3. <i>Projetos de iniciativas de terceiros (CIM, Municípios, outras Entidades)</i>	174
Projetos com intervenientes comprometidos e ações a decorrer	175
Projetos com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial	186
Outros projetos	203
2. Normas Orientadoras	249
<i>Enquadramento</i>	250
<i>Sistema Económico</i>	251
<i>Sistema Social</i>	255
<i>Sistema Natural</i>	259
<i>Riscos e Vulnerabilidades</i>	266
<i>Sistema de Mobilidade e Energia</i>	268
<i>Sistema Urbano</i>	271
<i>Modelo Territorial</i>	275
<i>Normas para os Instrumentos de Gestão Territorial</i>	285
3. Modelo de Governação	293
<i>Enquadramento</i>	294
<i>Estrutura do Modelo de Governação</i>	294
<i>Órgãos do Modelo de Governação</i>	295
4. Sistema de Monitorização e Avaliação	301
<i>Enquadramento</i>	302
<i>Sistema de monitorização dirigido à análise das dinâmicas territoriais</i>	303
<i>Monitorização e avaliação dos projetos piloto</i>	315

Índice de figuras

Figura 1. Localização Estratégica da Região Centro	22
Figura 2. Infraestruturas de aproveitamento de energia hídrica da Região Centro	28
Figura 3. Divisão administrativa em vigor	30
Figura 4. Distribuição regional do SCT	34
Figura 5. Total de pessoal ao serviço por grau de escolaridade	35
Figura 6. Distribuição geográfica da base económica exportadora da Região Centro	36
Figura 7. Distribuição geográfica das atividades económicas do futuro	37
Figura 8. Património cultural e natural	39
Figura 9. Equipamentos, Infraestruturas e Atividades turísticas	40
Figura 10. Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos e em estabelecimentos de alojamento local	40
Figura 11. Peso da população residente com 65 ou mais anos (2021)	44
Figura 12. Tempo de percurso até à pré-escola mais próxima (min)	45
Figura 13. Equipamentos de saúde e tempo de percurso até ao hospital ou serviço de urgência mais próximo (min)	46
Figura 14. Necessidades habitacionais 2021	47
Figura 15. Necessidades habitacionais 2040	47
Figura 16. Ocupação do Solo	53
Figura 17. Capital Natural: potencial em recursos minerais e hidrogeológicos	54
Figura 18. Capital Natural: Biodiversidade	55
Figura 19. Capital Natural: Recursos Hídricos	56
Figura 20. Perigosidade de incêndio rural (carta estrutural 2020-2030)	57
Figura 21. Áreas ardidas entre 2000-2023	58
Figura 22. Riscos Naturais e Tecnológicos	59
Figura 23. Rede principal de infraestruturas de transportes e logística	65
Figura 24. Aproveitamentos e potencial de energia eólica	70
Figura 25. Aproveitamentos e potencial de energia solar	71
Figura 26. Certificação energética dos edifícios	72
Figura 27. População residente por centro urbano e densidade de ocupação urbana	76
Figura 28. Promover a cooperação urbana e territorial	78
Figura 29. Sistema urbano regional e polarização metropolitana	79

Índice de quadros

Quadro 1. Projeções demográficas até 2030	25
---	----

Lista de siglas

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.
CIM – Comunidade Intermunicipal
DT – Desafios Transversais
GEE – Gases com Efeito de Estufa
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
LAV – Linha de Alta Velocidade
MG – Modelo de Governação
MT – Modelo Territorial
NE – Normas Específicas
NG – Normas Gerais
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEBT – Opções Estratégicas de Base Territorial
PDM – Plano Diretor Municipal
PFN – Plano Ferroviário Nacional
PGRH – Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas
PGRI – Planos de Gestão dos Riscos de Inundações
PNA – Programa Nacional de Ação
PNEC – Plano Nacional de Energia e Clima
PNGIFR – Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PNI – Plano Nacional de Investimento
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP – Plano de Pormenor
PU – Plano de Urbanização
PRA Centro – Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais para a Região Centro
PRN – Plano Rodoviário Nacional
PROT – Programa Regional de Ordenamento do Território
PRPI – Programa de Revitalização do Pinhal Interior
RC – Região Centro
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
RIS3 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
SCT – Sistema Científico e Tecnológico
SE – Sistema Económico
SEN – Sistema de Energia
SGIFR – Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SM – Sistema de Mobilidade
SMA – Sistema de Monitorização e Avaliação
SME – Sistema de Mobilidade e Energia
SN – Sistema Natural
SS – Sistema Social
SU – Sistema Urbano
TEN-T – Rede Transeuropeia de Transporte
TICE – Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

Introdução

O Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro)¹ cumpre o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 177/2021, atualizada pela RCM n.º 6/2024. O PROT Centro define as grandes linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento territorial da Região Centro até 2030, considerando o estabelecido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) e o impacto regional dos grandes desafios atuais, tanto a nível mundial como nacional. Pela sua natureza mais abrangente, o PROT Centro é complementar, e não alternativo, aos programas e planos das CIM, orientando-se por uma estratégia geral para o território e delegando os detalhes específicos para outras escalas de intervenção. Além disso, a sua concretização requer uma adequada articulação com os mecanismos de financiamento. Dado que o PROT ultrapassa o horizonte temporal do Programa Operacional, é essencial que a execução dos ciclos de financiamento, atuais e futuros, se articule de forma adequada com a Estratégia e as Normas Orientadoras do PROT Centro.

Na elaboração do PROT Centro, a CCDR Centro, teve como objetivo, por um lado, mobilizar e envolver os centros de conhecimento da Região Centro, nomeadamente as universidades e institutos politécnicos, e, por outro, envolver o maior número possível de agentes e entidades da região, através de exercícios formais e informais de participação.

A mobilização das universidades e institutos politécnicos da região visou não só aplicar o conhecimento existente nessas instituições, mas também aprofundá-lo, estabelecendo uma rede regional que, envolvendo diversas áreas disciplinares, desenvolva um entendimento abrangente da região, que possa ser mobilizado a qualquer momento, tanto pela CCDR Centro, como pelas demais entidades regionais.

Tendo em conta as áreas temáticas e o conhecimento científico específico em diferentes domínios de intervenção, foram convidadas as seguintes instituições de ensino superior: Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Leiria e Instituto Politécnico de Viseu. A única instituição convidada fora do território do Centro foi a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela experiência adquirida na elaboração dos anteriores PROT e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). O IDAD – Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, uma associação científica e técnica sem fins lucrativos, foi contratado, após concurso, para realizar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

A participação dos agentes regionais ocorreu em diversos momentos, desde sessões de reflexão com especialistas, até processos de participação ativa e reuniões da Comissão Consultiva do PROT Centro. Os trabalhos começaram com cinco sessões de reflexão, nas quais participaram especialistas de mérito reconhecido e figuras relevantes nas suas áreas. Na primeira sessão, estiveram presentes os Professores António Costa Silva, António Figueiredo, Carlos Borrego, Carlos Fiolhais e João Ferrão, maioritariamente externos à região, com o objetivo de enquadrar a estratégia em função das condicionantes externas que definem oportunidades, ameaças e

¹ O âmbito territorial do PROT Centro coincide com o território de atuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P. (DL n.º 114/2023, de 04/12). Este território abrange as seguintes Comunidades Intermunicipais: Beira Baixa, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão Lafões, perfazendo um total de 77 municípios.

restrições às possibilidades de ação. As quatro sessões seguintes abordaram a região de um ponto de vista setorial, nas seguintes áreas: Desenvolvimento Económico; Desenvolvimento Social e Serviços de Interesse Geral; Território e Ambiente; Perspetivas dos Jovens sobre o Futuro.

O processo de participação ativa dos agentes regionais teve lugar num exercício de prospetiva alargado, realizado a 29 de abril de 2022, em simultâneo na Covilhã e em Leiria, contando com a presença de mais de 150 personalidades da região, incluindo presidentes de câmara, reitores e presidentes dos institutos politécnicos, dirigentes de diversas entidades com responsabilidade ou impacto na gestão e desenvolvimento do território, empresários e cientistas. Os participantes foram desafiados a partilhar as suas expectativas e preferências sobre um conjunto de temas considerados estruturantes para a definição da estratégia de desenvolvimento da Região Centro.

Por fim, a participação formal dos agentes regionais ocorreu nas diversas reuniões plenárias da Comissão Consultiva do PROT, todas elas muito participadas e resultando em contributos que foram sendo integrados, enriquecendo assim o Programa. Além das reuniões do órgão consultivo, ao longo do processo, houve interações regulares da CCDR Centro, com diversas entidades da Comissão Consultiva, especialmente com responsáveis autárquicos e das CIM, o que contribuiu para a qualidade do documento final.

Para o desenvolvimento do PROT Centro foi tratada informação estatística disponível nas fontes de informação oficiais (dados recolhidos durante a execução do PROT Centro) e foram desenvolvidos modelos prospetivos (por exemplo, projeções demográficas), de modo a alimentar a construção de cartografia e infografias de suporte à leitura estratégica do desenvolvimento regional.

Relativamente à estrutura do PROT Centro, este está organizado da seguinte forma:

Parte I – Estratégia

1. Desafios Transversais e Opções Estratégicas de Base Territorial
2. Sistemas Territoriais e Modelo Territorial

Parte II – Operacionalização da Estratégia

1. Programa de Execução
2. Normas Orientadoras
3. Modelo de Governação
4. Sistema de Monitorização e Avaliação

As **Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)** tiveram por base o Diagnóstico Estratégico e foram definidas para responder a um conjunto de desafios que a região enfrenta, abrangendo tanto questões transversais como de âmbito mais setorial: Sistema Económico (SE); Sistema Social (SS); Sistema Natural (SN); Sistema de Mobilidade e Energia, incluindo os Subsistemas de Mobilidade (SM) e de Energia (SEN); Sistema Urbano (SU).

No âmbito dos **Desafios Transversais (DT)** para o modelo de desenvolvimento preconizado para a Região Centro, é fundamental destacar a importância da sua **localização estratégica na Ibéria Ocidental e no contexto das redes globais**. O Centro deve constituir o elo de ligação entre Lisboa e o Porto, reforçando o eixo atlântico (entre Sines e a Galiza) e, a partir deste, estabelecer conexões com Espanha e com o resto da Europa. A infraestrutura de transportes da região, incluindo estradas, ferrovias e portos, desempenha um papel crucial neste desígnio.

Por um lado, é necessário fortalecer **as ligações**, através da construção ou renovação de rodovias, e garantir a conectividade entre as três principais cidades do litoral, através da futura Linha de Alta Velocidade (LAV). Por outro lado, é imperativo integrar as infraestruturas portuárias da região (Aveiro e Figueira da Foz) na rede principal da TEN-T, maximizando o seu papel logístico no transporte de mercadorias, e assegurar uma ligação ferroviária eficiente entre estas e a rede ferroviária espanhola. Além disso, deve ser garantida uma ligação ferroviária eficiente aos dois principais aeroportos nacionais.

O **declínio demográfico estrutural**, particularmente a diminuição do número de ativos, tem um impacto significativo na região, restringindo de forma considerável o crescimento económico e colocando em causa o modelo de desenvolvimento pretendido. Embora esta regressão tenha sido estancada nos últimos quatro anos por um fluxo migratório muito intenso, não se pode esquecer que as migrações são fenómenos conjunturais cuja continuação não está garantida, enquanto o envelhecimento e consequente tendência para a redução da população em idade ativa é um processo estrutural, que irá perdurar nas próximas décadas. Perante esta situação há duas vias possíveis: a primeira consiste no esforço de manutenção da intensidade dos fluxos migratórios, tendo em consideração que tal implica, por um lado, a ampliação da oferta de equipamentos e serviços, e por outro, a capacidade de integrar social e culturalmente os imigrantes; a segunda via passa por um crescimento da produtividade assente no progresso tecnológico, sendo condição necessária para esse aumento uma maior interação do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) com o tecido económico e social. O sistema urbano, a mobilidade e os transportes, o turismo, a saúde, a educação, a cultura, os serviços e as atividades económicas de forma geral, terão de se adaptar por forma a responder a esta nova realidade demográfica.

As **alterações climáticas** e a irregularidade do regime pluviométrico em Portugal, agravadas pela crescente procura de água para usos urbanos, industriais e agrícolas, exigem uma gestão eficiente dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Simultaneamente, as crescentes restrições ao uso de combustíveis fósseis e a necessidade de acelerar a transição energética obrigam à adoção de novas abordagens na construção, na organização do território, nos transportes e mobilidade, e no processo produtivo.

Para enfrentar estes desafios, é fundamental, por um lado, definir reservas estratégicas de água, otimizar os sistemas de abastecimento, drenagem e tratamento de águas residuais, e promover um planeamento urbano que evite construções de recarga de aquíferos, em leitos de cheia e zonas costeiras vulneráveis. Por outro lado, deve apostar-se na produção de energias renováveis, bem como na eficiência energética e na mobilidade elétrica. A ligação ao SCT é essencial para o desenvolvimento de soluções técnicas que respondam a estes desafios.

A região deve impulsionar a **economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização**. Criar uma economia baseada no conhecimento implica reforçar a interação do SCT com as empresas e a sociedade, potenciando a atração de investimento e recursos humanos qualificados. O conceito de circularidade deve ser integrado em todos os setores de atividade, desde processos, produtos e serviços até infraestruturas e hábitos de consumo, promovendo um crescimento económico sustentável numa economia que valoriza, de forma crescente, a vertente ambiental e a diminuição da pegada ecológica. Por último, a região deve aproveitar a política europeia de reindustrialização, com o objetivo de reduzir a sua dependência das cadeias globais, especialmente em setores estratégicos, como o dos semicondutores.

Para que a região possa tirar o máximo proveito das vantagens oferecidas pelas Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), é necessário promover **redes e competências digitais**. Por um lado, é essencial garantir o acesso a redes de telecomunicações de qualidade,

especialmente nas áreas de menor densidade populacional. Essa conectividade é crucial para impulsionar o teletrabalho, a telemedicina e atrair pessoas, serviços e empresas para esses territórios. Por outro lado, sendo a infraestrutura física uma condição necessária, mas não suficiente, é fundamental desenvolver, junto do tecido económico e social, as competências técnicas necessárias para uma utilização eficaz. Para tal, é imprescindível garantir oferta de formação na área das TICE, bem como desenvolver ferramentas digitais intuitivas e acessíveis a todos.

Existe, no país e na Região Centro, um problema de coerência territorial na administração pública. Este facto deve-se, em grande medida, a uma organização histórica dos serviços desconcentrados do Estado, fortemente verticalizada, que permitiu a cada setor definir a sua organização territorial de atuação. Acresce que, ao longo do tempo, foi mais fácil criar novas divisões geográficas do que extinguir as antigas, o que gerou múltiplas sobreposições. É, assim, fundamental fomentar uma **governança** mais integrada, já que esta organização territorial dificulta a articulação e a execução de políticas públicas. É igualmente necessário reforçar o processo de **descentralização**. As novas competências da CCDR Centro (NUTS II), juntamente com a consolidação das CIM (NUTS III), representam um caminho para uma divisão administrativa mais coerente e articulada. Deve-se, ainda, estimular a **participação pública** dos diversos agentes regionais e da sociedade civil na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento económico e social dos seus territórios.

Estimular a construção de uma **identidade regional do Centro** é um processo fundamental para a coesão regional. Por um lado, é essencial fortalecer o sentimento de pertença dos habitantes à região, superando a fragmentação administrativa e os localismos. Para tal, eventos, a criar como o Fórum Bienal de Prospetiva, podem dar importantes contributos. Por outro lado, a região deve valorizar a sua diversidade cultural, atraindo novos residentes e integrando os imigrantes, e preservando a autenticidade dos seus traços identitários. A promoção do **multiculturalismo e da cultura**, nas suas diversas manifestações, ligadas ao património cultural material (arquitetónico, arqueológico e etnográfico) e ao imaterial, enquanto valores identitários a salvaguardar e valorizar, mostram-se cruciais para tornar a região mais atrativa e fortalecer o seu desenvolvimento.

No âmbito das **OEBT para os sistemas setoriais** e, especificamente, para o **Sistema Económico**, o principal objetivo da região é fazer a transição para uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Para tal, é essencial aprofundar a interação do SCT com o tecido económico e social, qualificar e fortalecer as atividades que constituem a base económica exportadora da região e promover um conjunto de atividades económicas do futuro (TICE, metalomecânica de base tecnológica, transportes e logística, saúde e tecnologias da saúde, economia azul, consultoria técnico-científica e indústrias criativas). É igualmente necessário aumentar a competitividade do setor do turismo, fundamental para promover o desenvolvimento dos territórios de menor densidade populacional.

Um dos maiores desafios do **Sistema Social** da região é o declínio demográfico, que se manifesta de forma mais acentuada nos territórios de menor densidade e mais periféricos. A viabilização económica e social de uma vasta área do interior da região depende da atração de um número significativo de pessoas em idade ativa. Para alcançar este objetivo, são necessárias estratégias territoriais e políticas públicas integradas que abranjam vários domínios (habitação, saúde, educação, apoio social, emprego, cultura e lazer), de modo a promover a atração e integração de imigrantes.

O **Sistema Natural** desempenha um papel crucial na manutenção da qualidade e diversidade das espécies, *habitats*, ecossistemas, paisagens e da geodiversidade. Garante também a

funcionalidade e sustentabilidade dos serviços prestados pelos ecossistemas, uma das apostas da ancoragem dos territórios mais periféricos da região. O PROT Centro promove a valorização do capital natural, considerando que os recursos naturais fornecem matérias-primas e bens essenciais, enquanto os ecossistemas prestam serviços fundamentais para os equilíbrios globais, a qualidade de vida e a criação de riqueza, contribuindo para o desenvolvimento e para a coesão territorial. Define ainda as linhas de intervenção em vários domínios (solo e subsolo, recursos hídricos, conservação da natureza e biodiversidade, territórios agroflorestais, zonas costeiras) com implicações na ocupação, uso e transformação do solo.

No **Sistema de Mobilidade e Energia**, relativamente à **Mobilidade**, é necessário, por um lado, reforçar a acessibilidade e a conectividade intrarregional, tanto rodoviária como ferroviária, promovendo a coesão territorial; por outro lado, é essencial garantir o acesso eficiente aos dois principais aeroportos e às áreas metropolitanas. O desenvolvimento de uma rede logística que fortaleça a conexão entre os polos produtivos, as infraestruturas nodais (portos marítimos, terminais intermodais, plataformas logísticas) e os postos fronteiriços é também um objetivo prioritário para o desenvolvimento da região. No setor dos transportes, é necessário promover os transportes coletivos e a mobilidade sustentável nos movimentos pendulares, incentivar a mobilidade ativa e suave em ambiente urbano e fomentar soluções de mobilidade flexível e partilhada nos territórios de baixa densidade.

No que diz respeito à **Energia**, o PROT Centro aposta na transição energética através de duas abordagens: do lado da oferta é necessário disponibilizar infraestruturas de redes de energia (eletricidade, gás e fontes alternativas como o hidrogénio verde); do lado da procura deverá haver um foco na definição de políticas públicas que influenciem o consumo de energia. Com base nas metas do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), versão revista, e em alinhamento com os objetivos definidos pela diretiva da UE para a eficiência energética, as OEBT do **Sistema de Energia** orientam-se para o aumento da produção de energia renovável e a redução da dependência energética regional.

Por fim, os objetivos de base territorial do **Sistema Urbano** organizam-se em três escalas de intervenção: o reforço da integração das centralidades regionais nas redes interurbanas nacionais e internacionais; a promoção da cooperação interurbana e urbano-rural em torno de subsistemas territoriais; a melhoria da qualidade interna das centralidades municipais. A primeira escala foca-se na organização territorial, visando a afirmação externa da Região Centro, contrariando a forte polarização exercida pelas duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e reforçando a coesão e inovação regional; a segunda procura dinamizar o policentrismo regional, estruturando subsistemas territoriais com o objetivo de estimular parcerias interurbanas e urbano-rurais, reforçando complementaridades económicas, sociais e ambientais; a terceira escala de atuação visa dinamizar processos de qualificação e regeneração urbana, envolvendo diversas áreas e agentes urbanos.

O **Modelo Territorial da Região Centro** foi desenvolvido com base nas OEBT (desafios transversais e setoriais) e fundamentado nos cinco Sistemas Territoriais: Sistema Económico, Sistema Social, Sistema Natural, Sistema de Mobilidade e Energia, e Sistema Urbano. O Modelo estabelece um conjunto de objetivos gerais e, em seguida, propõe políticas integradas de base territorial direcionadas para três contextos territoriais: o Sistema Territorial do Litoral, o Sistema Territorial de Transição e o Sistema Territorial do Interior.

Relativamente ao **Programa de Execução**, este é, em grande parte, composto por um conjunto de propostas de projetos piloto, cujo objetivo é criar e testar modelos de ação com impacto regional ou com potencial para serem replicados em diversos pontos do território. São investimentos que a região quer sinalizar e materializar, podendo vir a ser corporizados, sempre

que possível, no Programa Centro 2030 ou noutros programas em curso, ou ainda em iniciativas ou programas que venham a ser definidas no futuro.

As **Normas Orientadoras** estabelecem e sistematizam as condições e os critérios para a aplicação das OEBT e a concretização do Modelo Territorial. Estas dividem-se em normas gerais ou específicas, de acordo com a sua natureza e âmbito de aplicação.

O **Modelo de Governação** define a estrutura organizativa do PROT Centro, composta por órgãos operacionais, consultivos e de avaliação. O órgão operacional terá por missão monitorizar, avaliar e assegurar a execução do Programa, com base no **Sistema de Monitorização e Avaliação**, através de um Gabinete a criar especificamente para esse fim, após a aprovação do PROT. Compete ainda a este Gabinete operacionalizar e promover o **Programa de Execução**, bem como desenvolver competências em matéria de planeamento territorial estratégico. Adicionalmente, este órgão deverá promover a articulação entre os instrumentos de gestão territorial a nível nacional, regional e local, assegurando a coerência e a complementaridade das intervenções em matéria de ordenamento do território, bem como garantir uma interação eficaz com os principais intervenientes.

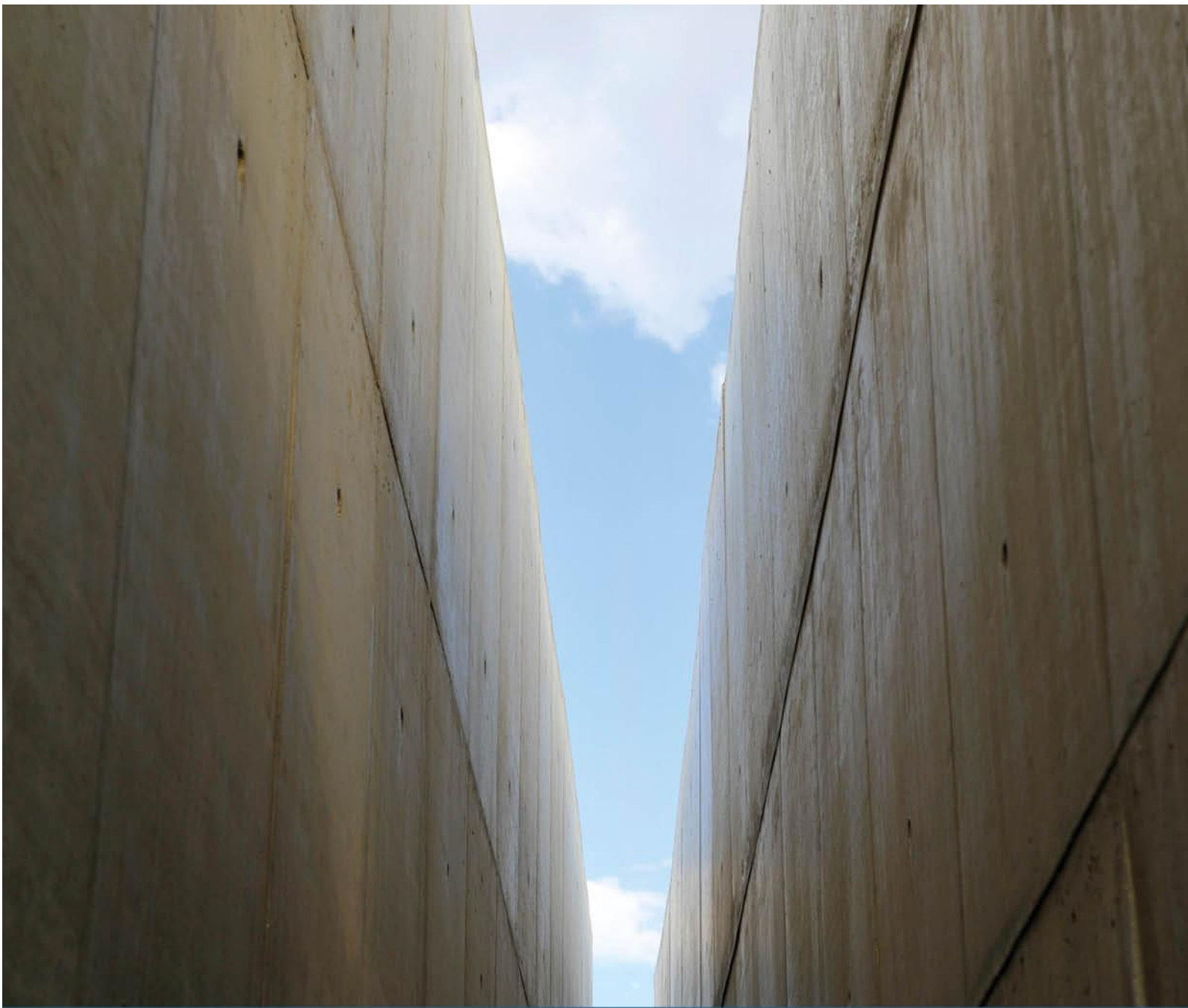
No que respeita ao órgão consultivo, este integra entidades que acompanham a execução do PROT nos âmbitos político, institucional e técnico. Quanto ao órgão avaliativo, é composto por entidades responsáveis pela monitorização e pela avaliação externa do PROT, nos respetivos níveis de intervenção, assegurando a articulação com os instrumentos de gestão territorial.

O **Sistema de Monitorização e Avaliação (SMA)** do PROT Centro corresponde a um conjunto de indicadores concebidos para monitorizar e avaliar o ordenamento do território e o desenvolvimento regional. Os indicadores foram definidos tendo em conta os desafios transversais e setoriais, com indicação da respetiva desagregação territorial e das fontes de dados. O SMA deverá assumir uma natureza dinâmica e participativa, fornecendo informação de suporte à promoção de processos de aprendizagem coletiva e à tomada de decisão no âmbito da Governação do PROT.



PARTE I ESTRATÉGIA

Página intencionalmente deixada em branco



1. DESAFIOS E OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Enquadramento

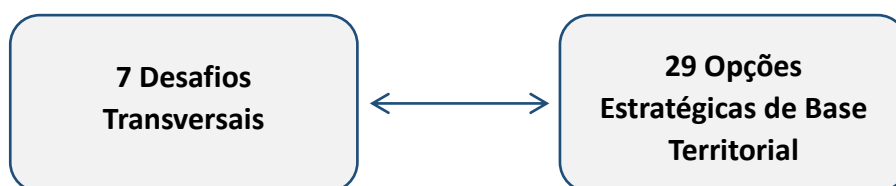
Em primeiro lugar, é importante realçar que a estratégia do PROT Centro suportou-se num processo participativo muito intenso que visou auscultar os diferentes agentes locais/regionais. Desta forma, foram sistematizadas as aspirações regionais, os grandes constrangimentos ao desenvolvimento territorial e a diversidade de dinâmicas em curso.

A Estratégia segue claramente as orientações do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), bem como as diversas políticas setoriais. À escala regional, atendem às orientações da Estratégia Regional do Centro 2030, à Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e a outras estratégias de natureza territorial, nomeadamente, o Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI), o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, o Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais, os Planos de Gestão dos Riscos de Inundação, entre muitos outros. Para além disso, segue a Agenda 2030 da ONU e pretende contribuir para a concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Atendendo ao diagnóstico territorial desenvolvido e aos processos participativos dinamizados, foram identificados **7 Desafios Transversais** que decorrem:

- i. da necessidade de potenciar a localização estratégica da região, que articula o espaço atlântico com o *triângulo* composto por três (Madrid, Lisboa e Porto) grandes áreas metropolitanas da Península Ibérica, tendo em consideração que os programas regionais dos territórios contíguos têm impacto na Região Centro;
- ii. de ameaças resultantes de processos endógenos de longo prazo, cuja dinâmica é necessária reverter, em particular o declínio demográfico, o despovoamento de grande parte do território, e a perda de influência da região face à afirmação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto;
- iii. de constrangimentos exógenos, tais como as alterações climáticas, a necessidade de reduzir a dependência da Europa de matérias-primas críticas e produtos industriais estratégicos em que é deficitária, em grande parte por efeito de uma globalização escassamente controlada, e ainda, a digitalização da economia e de grande parte das relações sociais, com a consequente automatização dos processos produtivos, desmaterialização das interações e importância crescente da inteligência artificial.

Em seguida, foram identificadas **29 Opções Estratégicas de Base Territorial**, organizadas pelas seguintes áreas temáticas: Sistema Económico (SE), Sistema Social (SS), Sistema Natural (SN), Sistema de Mobilidade e Energia (SME) e Sistema Urbano (SU). A explicitação das OEBT foi suportada em cartografia e quadros com informações consideradas relevantes.



Desafios Transversais e Opções Estratégicas de Base Territorial

Desafios Transversais:

- DT1. Afirmar o posicionamento estratégico da Região e a sua projeção nas redes globais
- DT2. Responder aos desafios da demografia
- DT3. Responder às alterações climáticas
- DT4. Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização
- DT5. Promover redes e competências digitais
- DT6. Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública
- DT7. Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo

Opções Estratégicas:

Sistema Económico

- SE1. Reforçar a interação do SCT com o tecido económico e social
- SE2. Apoiar a qualificação e a capacidade exportadora da base económica da região
- SE3. Promover as atividades económicas do futuro
- SE4. Aumentar a competitividade do setor do turismo
- SE5. Promover a base económica dos territórios de mais baixa densidade

Sistema Social

- SS1. Promover a autonomia e a cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência
- SS2. Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde
- SS3. Melhorar os níveis de acesso à habitação
- SS4. Reforçar a oferta educativa de qualidade e a formação ao longo da vida
- SS5. Melhorar a oferta cultural e a qualidade de vida

Sistema Natural

- SN1. Gerir o solo e os recursos geológicos
- SN2. Fomentar a conservação da natureza e da biodiversidade
- SN3. Gerir os recursos hídricos
- SN4. Fortalecer o setor agroflorestal
- SN5. Ordenar as zonas costeiras
- SN6. Diminuir a suscetibilidade aos riscos

Sistema de Mobilidade e Energia

Mobilidade

- SM1. Reforçar a capacidade de transporte de mercadorias
- SM2. Melhorar o acesso às grandes infraestruturas de transporte e a inclusão nos corredores de âmbito nacional e internacional
- SM3. Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional
- SM4. Fomentar sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais
- SM5. Promover a eletrificação, a digitalização e a integração modal

Energia

- SEN1. Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa
- SEN2. Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final
- SEN3. Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa
- SEN4. Aumentar a eficiência energética no abastecimento público de água
- SEN5. Promover o aumento da literacia energética

Sistema Urbano

- SU1. Promover a sustentabilidade e a qualidade urbana
- SU2. Aumentar a cooperação interurbana e rural-urbana enquanto fator de coesão regional
- SU3. Reforçar a integração dos centros urbanos nas redes nacionais e globais

Articulação entre a Estratégia do PROT Centro e os Desafios Territoriais do PNPOT

DESAFIOS TRANSVERSAIS E OEBT (PROT Centro)		DESAFIOS TERRITORIAIS (PNPOT)														
		D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável			D2. Promover um sistema urbano policêntrico			D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial			D4. Reforçar a conectividade interna e externa			D5. Promover a governança territorial		
		1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2	5.3
Desafios Transversais	DT1															
	DT2															
	DT3															
	DT4															
	DT5															
	DT6															
	DT7															
Sistema Económico	SE1															
	SE2															
	SE3															
	SE4															
	SE5															
Sistema Social	SS1															
	SS2															
	SS3															
	SS4															
	SS5															
Sistema Natural	SN1															
	SN2															
	SN3															
	SN4															
	SN5															
	SN6															
Sistema de Mobilidade	SM1															
	SM2															
	SM3															
	SM4															
	SM5															
Sistema de Energia	SEN1															
	SEN2															
	SEN3															
	SEN4															
	SEN5															
Sistema Urbano	SU1															
	SU2															
	SU3															

Articulação entre a Estratégia do PROT Centro e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

		OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU)																
		Pessoas						Prosperidade				Planeta					Paz	Parcerias
DESAFIOS TRANSVERSAIS E OEBT (PROT Centro)		1. POBREZA ZERO	2. FOME ZERO	3. SAÚDE DEBILITADA	4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5. IGUALDADE DE GÊNERO	6. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	7. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	8. INOVAÇÃO E INDÚSTRIA, INFRACUTURA E EDIFICAÇÃO	9. INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E INOVAÇÃO	10. REDUÇÃO DAS DESIGNAÇÕES	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	12. Consumo e Produção Responsáveis	13. Ação Climática	14. Vida Aquática	15. Vida Terrestre	16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	17. Parcerias para o Desenvolvimento
Desafios Transversais	DT1																	
	DT2																	
	DT3																	
	DT4																	
	DT5																	
	DT6																	
	DT7																	
Sistema Económico	SE1																	
	SE2																	
	SE3																	
	SE4																	
	SE5																	
Sistema Social	SS1																	
	SS2																	
	SS3																	
	SS4																	
	SS5																	
Sistema Natural	SN1																	
	SN2																	
	SN3																	
	SN4																	
	SN5																	
	SN6																	
Sistema de Mobilidade	SM1																	
	SM2																	
	SM3																	
	SM4																	
	SM5																	
Sistema de Energia	SEN1																	
	SEN2																	
	SEN3																	
	SEN4																	
	SEN5																	
Sistema Urbano	SU1																	
	SU2																	
	SU3																	

Página intencionalmente deixada em branco



DESAFIOS TRANSVERSAIS

A Estratégia do PROT Centro estrutura-se em torno dos seguintes Desafios Transversais:

- DT1. Afirmar o posicionamento estratégico da Região e a sua projeção nas redes globais
- DT2. Responder aos desafios da demografia
- DT3. Responder às alterações climáticas
- DT4. Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização
- DT5. Promover redes e competências digitais
- DT6. Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública
- DT7. Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo

DT1. Afirmar o posicionamento estratégico da Região e a sua projeção nas redes globais

A importância de Portugal no contexto territorial global está condicionada pela sua capacidade de consolidar o eixo urbano entre a Galiza e Sines, um território atlântico que liga a Europa a três continentes, sendo contraponto e complemento às centralidades de Madrid e da faixa urbana mediterrânica entre Barcelona e Alicante. A posição da Região Centro (RC) neste eixo urbano atlântico confere-lhe, por um lado, o papel de solução de continuidade, indutora de coerência e complementaridade de uma cadeia de cidades interligadas por áreas periurbanas. Por outro lado, a RC ocupa o centro de gravidade do triângulo estratégico da Ibéria Ocidental, que une três das quatro maiores áreas metropolitanas da Península: Lisboa, Porto e Madrid.

O triângulo tem como base a orla litoral que, ao contrário de uma fronteira, é a entrada para o espaço atlântico (*Figura 1*). É percorrido por importantes eixos rodoviários na direção norte-sul: as autoestradas do Litoral (A1, A8-A17-A29, A13), a autoestrada do interior (A23), que se prolonga, embora de forma incompleta, por itinerários principais (IP) que seguem para norte até Bragança e para sul, através do Alentejo e, ainda, já em Espanha, a autoestrada que liga Salamanca a Mérida (A-66), parte da designada Ruta de la Plata, que vai de Sevilha às Astúrias. Na direção este-oeste, destaca-se a autoestrada A25, que liga o litoral da região à fronteira de Espanha, seguindo para a Europa e para Madrid, onde também entronca a A24, que liga Viseu à fronteira de Chaves. Refira-se ainda o IP3, uma rodovia oblíqua que garante a importante ligação entre o eixo urbano litoral (Coimbra, A1) e territórios do interior (Viseu, A25, A24), e destas à fronteira com Espanha, assim como o IC8, que liga a A23 em Vila Velha de Ródão à A1 em Pombal. Registe-se que o IP3 tem um perfil marcadamente desadequado ao volume de tráfego que nela circula e à sua relevância estratégica, sendo evidente a necessidade de transformá-lo em autoestrada; o IC8 também apresenta um perfil desadequado à sua categoria, particularmente no troço que liga Pombal (A1) ao Avelar (A13).

A infraestrutura ferroviária coincide, em parte, com a rede de autoestradas: no eixo norte-sul, a Linha do Norte e a futura Linha de Alta Velocidade (LAV) são paralelas à A1; na ligação do litoral à fronteira, a linha da Beira Alta segue um traçado composto por troços do IP3, IC12 e A25. No que diz respeito às linhas do Oeste e da Beira Baixa, estas deverão ser reforçadas e modernizadas para se tornarem eixos complementares de transporte de mercadorias e passageiros às autoestradas A8 e A23.

Em síntese, a faixa litoral da Região Centro é o centro de gravidade do eixo urbano que se estende da Galiza a Sines, a partir do qual se desvia um eixo transversal ligando Madrid e a Europa transpirenaica, com ramificações que configuram a conectividade entre o interior da região e as direções norte e sul. O sistema urbano policêntrico da região reflete perfeitamente esta visão estratégica: os aglomerados urbanos Aveiro/Águeda/Ílhavo, Coimbra/Figueira da Foz e Pombal/Leiria/Marinha Grande formam a espinha dorsal da faixa litoral, enquanto os

aglomerados Tondela/Viseu/Mangualde e o eixo Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco desempenham a função de estruturar as ligações entre o litoral e o interior da RC, e entre a região e a sua vizinhança a norte, a sul e com Espanha. A conectividade física, assegurada pelo sistema viário, deve ser complementada pela conectividade em redes de relações económicas e sociais, tanto entre o sistema urbano acima descrito e o restante território, como deste com o resto do país e do mundo.

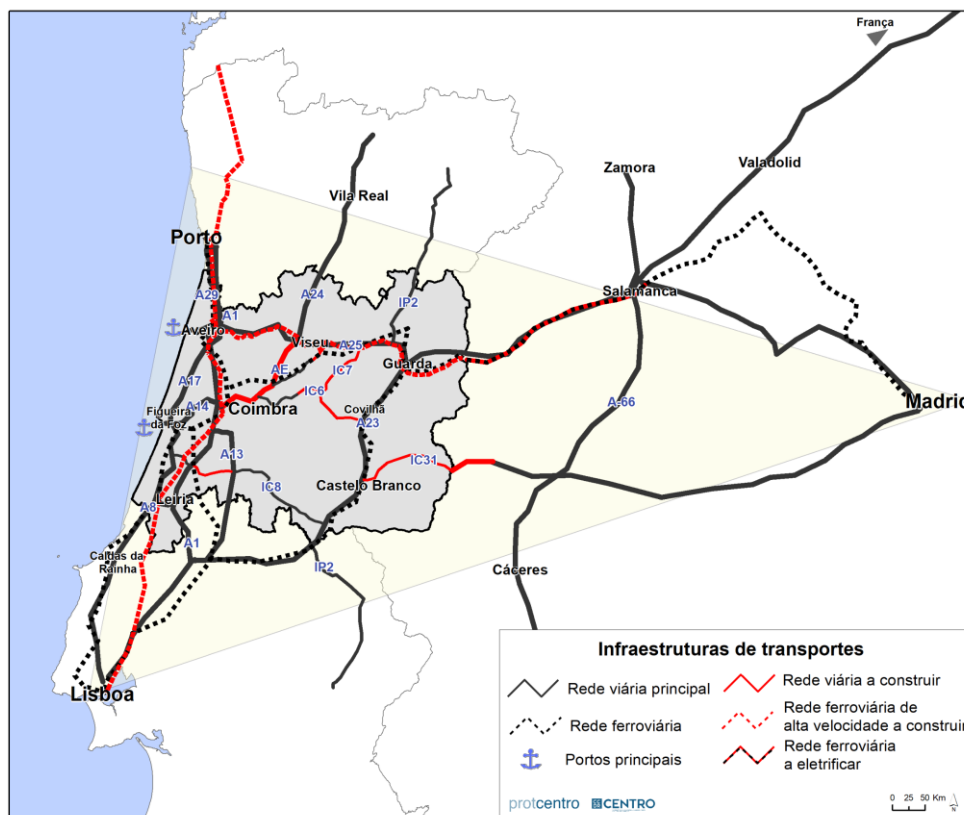


Figura 1. Localização Estratégica da Região Centro

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: Plano Rodoviário Nacional (2020); IP (2021).

O reverso da moeda desta centralidade da região será a redução do triângulo que une as três áreas metropolitanas a um espaço rarefeito, onde apenas os vértices importam, ligados por redes viárias e imateriais que atravessam o território como se fosse um conjunto de túneis. Para que tal ameaça não se concretize, devem ser garantidas duas condições fundamentais.

Em primeiro lugar, é necessário colmatar as lacunas do sistema viário e garantir um acesso eficiente da região aos transportes aéreos e marítimos:

- i. Densificando as ligações transversais entre os eixos rodoviários norte-sul, em particular através da construção, o mais brevemente possível, da autoestrada Coimbra-Viseu e do IC31 (em perfil de autoestrada), que liga a A23 a Monfortinho, seguindo para Moraleja e para a Autovia del Norte de Extremadura (EX-A1), que continua até Madrid. É também importante completar o IC6 (troço Oliveira do Hospital - Covilhã), qualificar as ligações de Oliveira do Hospital e Seia com Nelas e Celorico da Beira, qualificar o IC8, em particular o troço entre o Avelar e Pombal, conectando a A17 e a A23 e permitindo uma ligação eficiente entre Coimbra e Castelo Branco;

ii. Garantindo uma ligação ferroviária eficiente à rede de caminhos de ferro de Espanha, um desígnio vital quando se perspetiva a transferência de grande parte do tráfego rodoviário para o modo ferroviário. Esta ligação deve incluir duas componentes fundamentais:

- a) **transporte de mercadorias**, através da modernizada da linha da Beira Alta, com requisitos técnicos para a circulação de comboios elétricos de 750 m, ligando o Porto de Aveiro à linha do Norte até Vilar Formoso e seguindo até à fronteira francesa e Madrid. Esta linha deve contar com estações preparadas para a transferência intermodal de mercadorias, atendendo às áreas industriais da sub-região Viseu Dão Lafões, bem como à transferência de mercadorias provenientes da linha da Beira Baixa.;
- b) **transporte de passageiros e eventualmente de mercadorias**, através de uma linha a construir que ligue Aveiro, Viseu, Guarda e Vilar Formoso, cruzando com a futura LAV nas imediações de Albergaria-a-Velha. Esta linha deve ser compatível com a rede espanhola de alta velocidade, o que implica garantir uma ligação de Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro a Salamanca e ao nó Olmedo/Medina del Campo, onde a linha proveniente de Madrid se bifurca para a Galiza e para a ligação, em fase de construção, ao País Basco e a França. A linha deverá também permitir o trânsito de mercadorias.

A seu tempo, deverão ser analisadas as opções de bitola de forma a otimizar a conexão com Espanha e o resto da Europa.

iii. Garantindo que a futura LAV servirá eficientemente as três áreas urbanas do litoral (Aveiro, Coimbra e Leiria), ligando-as ao Porto e a Lisboa, mas também entre si, com uma frequência que promova uma forte conectividade em toda a faixa litoral, e não apenas nas duas áreas metropolitanas. Como tal:

- a) É de interesse vital para a Região Centro desmistificar a ideia de que a LAV é essencialmente para ligar Lisboa ao Porto num tempo mínimo (de facto, os estudos de procura indicam que o tráfego direto entre Lisboa e Porto representa apenas 40% do total, sendo os 60% restantes correspondentes a viagens intermédias);
- b) Esta linha é um elemento estruturante do litoral atlântico, de acordo com a estratégia delineada neste documento, devendo ser encarada como um projeto único que não pode ser fragmentado, desvalorizando ou deixando de lado qualquer uma das estações intermédias;
- c) É necessário garantir que um número significativo de composições pare sequencialmente nas estações de Aveiro, Coimbra e Leiria, um objetivo que não pode ser posto em causa pela ênfase excessiva na minimização do tempo de ligação entre Lisboa e o Porto; por outras palavras, não podemos aceitar que o prejuízo causado pela perda de alguns minutos com uma paragem numa cidade estruturante da Região Centro seja considerado superior ao prejuízo resultante da supressão dessa ligação.

A segunda condição fundamental para afirmação da faixa litoral atlântica, ligando num todo coerente as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa e tendo a RC como solução de continuidade, está relacionada com a localização das infraestruturas aeroportuárias:

- i. dado que os requisitos de neutralidade carbónica e eficiência energética põem em causa a viabilidade dos voos de curta distância, a RC tem de garantir o acesso eficiente ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e ao futuro Aeroporto Nacional (e *hub* da TAP);
- ii. poderá justificar-se a criação de uma rede regional de aeródromos, selecionada com base nas infraestruturas existentes ou previstas, com diferentes dimensões e vocacionada para valências específicas, como o combate a incêndios florestais, voos *charter* ou ligações *low cost* a destinos turísticos estratégicos, entre outras.

Para além dessas duas condições, a orla costeira da região deve ser encarada não como uma fronteira, mas como o ponto de ligação ao espaço atlântico português e além dele. Assim, os portos de Aveiro e da Figueira da Foz devem aumentar consideravelmente o seu papel como elos de ligação à rede de transporte terrestre de mercadorias e centros nevralgicos de operações logísticas. Para tal, é essencial que o Porto de Aveiro, embora fazendo parte da rede geral, passe a integrar a rede principal da TEN-T. Desta forma, assegura-se que a Região Centro seja servida por um porto marítimo da rede principal, aumentando a sua visibilidade e contribuindo para concretizar a ambição de se tornar um centro logístico de referência nas cadeias de transporte internacionais.

Para que a Região Centro se afirme como o centro do triângulo estratégico da Ibéria Ocidental, é necessário que a conectividade física seja acompanhada de um crescente protagonismo da região no espaço global das relações económicas e sociais. Para tal, é crucial garantir que a região desempenhe um papel central na sociedade do conhecimento, assegurando a excelência do seu SCT e a sua ligação às empresas, às instituições públicas e ao terceiro setor, enquanto se reforçam as vantagens comparativas resultantes da coexistência de uma elevada qualidade ambiental, riqueza do património cultural e qualidade de vida. Se tal for alcançado, em vez de ser um espaço vazio entre os vértices metropolitanos, a RC será um território qualificado, alternativo ao congestionamento das grandes metrópoles.

Por fim, a Região Centro deverá ser reconhecida, tanto a nível nacional como internacional, como uma região que combina eficiência e inovação nas suas atividades económicas, sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e respeito pelos princípios éticos que devem orientar uma sociedade moderna.

DT2. Responder aos desafios da demografia

Face à dinâmica demográfica regressiva da Europa, Portugal e a Região Centro enfrentam uma situação ainda mais preocupante.

Conforme se pode constatar no *Quadro 1*, num cenário de saldos migratórios nulos, Portugal Continental terá em 2030, face a 2020, uma redução de **2,9%** do total de habitantes, mas de **8,7%** da população em idade ativa; quanto à Região Centro, estes números serão, respetivamente **7,1%** e **11,7%**, variando entre reduções de **10,9%** e **15,7%** na Beira Baixa e **4,5%** e **9,8%** na Região de Aveiro. A menor discrepância entre estas NUTS III em termos de redução da população em idade ativa do que em diminuição da população total, deve-se a um facto que é importante registar: na Região de Aveiro, ao contrário da Beira Baixa, o crescimento dos idosos quase compensa o decréscimo da restante população, isto é, a dinâmica de envelhecimento é simultaneamente mais recente e mais intensa. Entre estes casos extremos regista-se um comportamento semelhante ao da Região de Aveiro nas regiões de Coimbra, Leiria e Viseu Dão Lafões, ao passo que as Beiras e Serra da Estrela se assemelha à Beira Baixa. Se a análise fosse feita a nível de concelho, o contraste entre o interior e o litoral seria ainda mais marcado,

revelando-se também um facto preocupante: o impacto do envelhecimento na oferta de mão de obra disponível ocorrerá em toda a região.

Este cenário foi significativamente alterado por uma poderosa onda de imigração que, não só compensou largamente a emigração, como inverteu a dinâmica de decréscimo da população no seu todo e quase compensou a redução da população em idade ativa.

Área Geográfica	Grupo Etário	Saldo Migratório Nulo (base 2020)			Projeções até 2030			
		Pop. 2020	Pop. 2030	Var. Pop. (%) 2020-2030	Pop. 2020	Pop. 2030	Var. Pop. (%) 2020-2030	Saldo Mig. 2020-2030
Continente	0-19	1.764.868	1.564.683	-11,3%	1.764.868	1.921.702	8,9%	357.020
	20-64	5.756.571	5.256.855	-8,7%	5.756.571	5.688.886	-1,2%	432.031
	65+	2.334.470	2.752.265	17,9%	2.334.470	2.905.159	24,4%	152.894
	Total	9.855.909	9.573.803	-2,9%	9.855.909	10.515.748	6,7%	941.945
Região Centro (77 mun)	0-19	269.306	225.667	-16,2%	269.306	296.071	9,9%	70.404
	20-64	930.534	821.744	-11,7%	930.534	919.768	-1,2%	98.024
	65+	453.355	489.290	7,9%	453.355	528.411	16,6%	39.122
	Total	1.653.195	1.536.701	-7,0%	1.653.195	1.744.251	5,5%	207.550
Beira Baixa	0-19	14.140	11.753	-16,9%	14.140	15.720	11,2%	3.967
	20-64	51.671	43.695	-15,4%	51.671	48.701	-5,7%	5.006
	65+	32.988	32.735	-0,8%	32.988	35.575	7,8%	2.839
	Total	98.799	88.183	-10,7%	98.799	99.996	1,2%	11.813
Beiras e Serra da Estrela	0-19	29.382	23.556	-19,8%	29.382	28.658	-2,5%	5.102
	20-64	111.895	93.561	-16,4%	111.895	100.670	-10,0%	7.109
	65+	69.325	71.201	2,7%	69.325	75.807	9,3%	4.606
	Total	210.602	188.318	-10,6%	210.602	205.135	-2,6%	16.817
Região de Aveiro	0-19	64.470	55.687	-13,6%	64.470	72.496	12,4%	16.808
	20-64	216.848	195.670	-9,8%	216.848	222.851	2,8%	27.180
	65+	86.085	99.551	15,6%	86.085	108.395	25,9%	8.844
	Total	367.403	350.909	-4,5%	367.403	403.741	9,9%	52.832
Região de Coimbra	0-19	69.542	58.823	-15,4%	69.542	75.178	8,1%	16.355
	20-64	246.216	215.741	-12,4%	246.216	238.924	-3,0%	23.183
	65+	121.104	129.782	7,2%	121.104	139.483	15,2%	9.701
	Total	436.862	404.347	-7,4%	436.862	453.585	3,8%	49.239
Região de Leiria	0-19	50.065	42.476	-15,2%	50.065	58.597	17,0%	16.122
	20-64	164.601	148.700	-9,7%	164.601	169.701	3,1%	21.001
	65+	72.086	79.578	10,4%	72.086	87.444	21,3%	7.866
	Total	286.752	270.754	-5,6%	286.752	315.743	10,1%	44.989
Viseu Dão Lafões	0-19	41.707	33.372	-20,0%	41.707	45.422	8,9%	12.050
	20-64	139.303	124.375	-10,7%	139.303	138.921	-0,3%	14.545
	65+	71.767	76.442	6,5%	71.767	81.708	13,9%	5.266
	Total	252.777	234.190	-7,4%	252.777	266.051	5,3%	31.861

Quadro 1. Projeções demográficas até 2030

Fonte: CCDR Centro, Universidade de Aveiro, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Corrigidas as projeções demográficas do PROT, extrapolando a informação entretanto disponibilizada e, em particular, os dados fornecidos pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC) sobre a frequência de alunos estrangeiros nos diversos anos do ensino não superior, foram calculados os seguintes valores: para Portugal Continental o saldo migratório acumulado entre 2020 e 2030 atinge o impressionante valor de **942.000** pessoas, sendo de **208.000** para a Região Centro (note-se que o saldo migratório correspondente a indivíduos em idade ativa é apenas 46% e 47%, respetivamente, daqueles valores); face a estes fluxos, o refluxo demográfico de **2,9%** passa a um aumento de **6,7%**, não obstante a população em idade ativa ainda reduzir **1,2%** (essa diminuição verificar-se-á a partir de 2025, havendo uma estagnação no primeiro quinquénio; a diferença decorre do cenário adotado prever um ligeiro enfraquecimento dos fluxos migratórios a partir de 2024); na Região Centro registar-se-á um aumento de **5,5%** da população total e uma redução de **1,2%** da população em idade ativa. A nível de NUTS III, os valores variam entre os verificados para a Região de Leiria (aumentos de 10,1% e 3,1%, respetivamente) e para a Região das Beiras e Serra da Estrela (diminuições de

2,6% na população total e de 10,0% na população em idade ativa). Note-se que a Região de Aveiro registou também um crescimento da população em idade ativa, enquanto esta estagnou na Região Viseu Dão Lafões e diminuiu nas restantes. Registe-se também que a população idosa aumentou em todas as NUTS III, e a população com menos de 20 anos cresceu em todas, com exceção das Beiras e Serra da Estrela. Estes dados mostram que o fluxo migratório reduziu substancialmente o declínio do interior, mas não impediu o aprofundamento da disparidade em relação ao litoral, ao qual a Região Viseu Dão Lafões se vai aproximando gradualmente. Uma análise mais detalhada revelaria que as NUTS III não são de forma alguma homogéneas, havendo diferenças significativas que são evidentes num mapa do modelo territorial e, com todos os detalhes, no Diagnóstico Estratégico.

Cabe, por fim, ressaltar que as projeções em que se baseiam estes números, são fruto de anos de cooperação entre equipas das Universidades de Aveiro e de Coimbra.

Nos modelos de crescimento económico tradicionais, e até tempos recentes, o fator produtivo trabalho era considerado ilimitado e, como tal, não representava uma restrição ao crescimento. Contudo, face à evolução prevista da população ativa, a oferta de força de trabalho, em todos os níveis de qualificação, tornar-se-á uma forte limitação ao comportamento da economia. Considerando as projeções acima apresentadas, em conjugação com uma hipótese moderadamente otimista de aumento médio anual da produtividade aparente do trabalho de **1,5%**, prevê-se que o PIB nacional e regional cresça a uma taxa anual de **1,4%**, valor que põe em dúvida previsões amplamente difundidas.

De forma a confirmar estas estimativas, será necessário garantir a manutenção de um forte fluxo migratório, embora se admita que este seja menor nos próximos anos em comparação com o período entre 2021 e 2024. Note-se que, excluídas as migrações, a dinâmica demográfica é fortemente negativa e estrutural, enquanto os fluxos migratórios são fenómenos conjunturais, dependentes de fatores a que é preciso responder: limitações na oferta de infraestruturas e serviços essenciais para uma qualidade de vida digna, assegurando, ao mesmo tempo, uma integração harmoniosa; a necessidade de concorrer com sucesso com as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, assim como com outras regiões da Europa, que enfrentarão problemas demográficos semelhantes. Em suma, é necessário alterar o paradigma e compreender que o crescimento já não depende exclusivamente do investimento produtivo, mas sim da sua conjugação com a dinâmica demográfica e as políticas dirigidas ao acesso à habitação e à integração social. Para isso, é fundamental desenvolver uma estratégia de atratividade populacional, combinando o acesso à habitação acessível, a redes educativas atrativas, a descentralização dos cuidados de saúde, e o reforço da oferta de transportes. A integração efetiva da população migrante deve basear-se numa ampla participação económica e social, suportada em políticas de base municipal ou intermunicipal.

Quanto ao crescimento económico, o aumento médio anual da produtividade aparente do trabalho de 1,5%, aqui adotado, pode ser incrementado se houver uma aceleração considerável do ritmo de transferência de tecnologia para as empresas da região, juntamente com a atração de investimento externo de base tecnológica, como alternativa a investimentos que ainda buscam em Portugal mão de obra qualificada e relativamente barata para o *chão de fábrica*. O reverso da medalha será um aumento menor da produtividade e a consequente redução do crescimento.

DT3. Responder às alterações climáticas

A irregularidade do regime pluviométrico português, agravada pelas alterações climáticas, associada ao crescente consumo de água para fins urbanos, industriais e agrícolas, bem como pela crescente impermeabilização de áreas de recarga de aquíferos, confere uma responsabilidade acrescida à gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de mitigar os efeitos da alternância entre longos períodos de seca e de elevada pluviosidade. Simultaneamente, o esperado aumento da temperatura média, aliado às crescentes restrições ao uso de combustíveis fósseis e à emissão de gases com efeito de estufa, impõe a necessidade de repensar a forma como se constrói, organiza o espaço urbano e planeia os sistemas de mobilidade, bem como a forma como se aproveitam as potencialidades da Região Centro para a produção de energia a partir de fontes renováveis.

Embora esta problemática seja tratada nas diversas áreas temáticas das OEBT, o caráter sistémico das suas implicações justifica a sua associação a um conjunto de desafios transversais:

- definir reservas estratégicas de água (superficiais e subterrâneas) tendo em vista atender às necessidades de consumo em momentos de maior stress hídrico e ao amortecimento das cheias;
- racionalizar e articular os sistemas de abastecimento, drenagem e tratamento de águas residuais a fim de eliminar fatores de insustentabilidade ambiental, técnica e económica;
- reforçar as formas de planeamento e a gestão urbanística que impeçam a construção em áreas de recarga de aquíferos, bem como em leitos de cheia e em áreas costeiras ameaçadas pela erosão e pela subida do nível médio do mar, assegurando a proteção do edificado que não é passível de ser removido destas zonas;
- promover a eficiência energética nas atividades dos setores industrial e agrícola;
- tendo em consideração as metas estipuladas no Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), versão revista, apostar na produção de energia solar, eólica e das marés, bem como de hidrogénio a partir de eletrólise, tanto para consumo regional, como para exportação, assim como na eficiência energética dos edifícios e das cidades e na mobilidade elétrica, tanto quanto possível baseada em transportes coletivos;
- promover a investigação científica, a inovação e o desenvolvimento de soluções técnicas na região que respondam aos desafios mencionados.

A *Figura 2* apresenta as infraestruturas de aproveitamento de energia hídrica existentes ou projetadas na Região Centro, incluindo as barragens de Girabolhos e do Alvito.

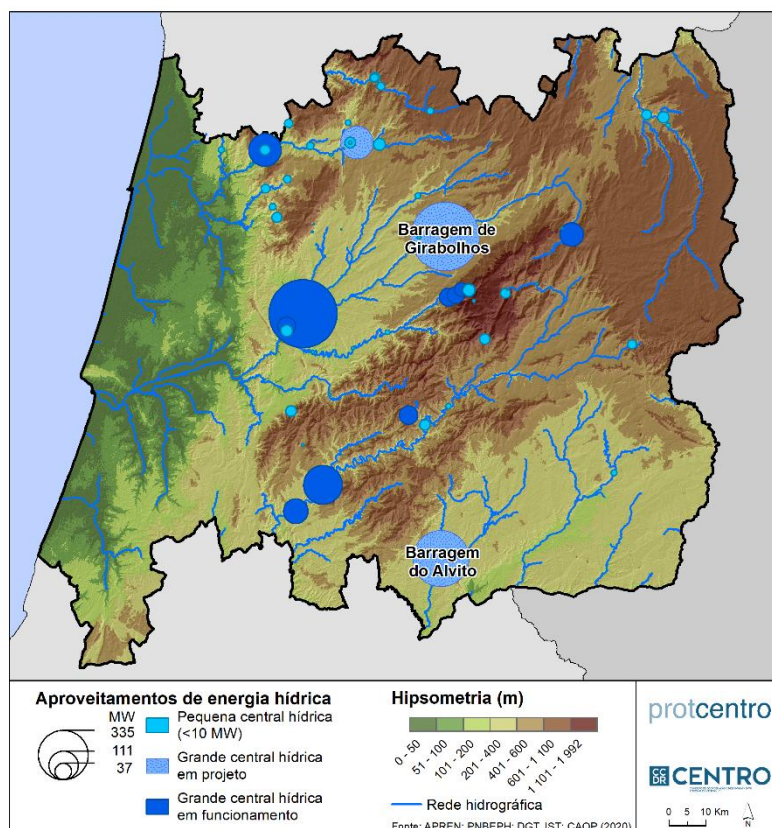


Figura 2. Infraestruturas de aproveitamento de energia hídrica da Região Centro

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: APREN; PNBEPH; DGT; IST (2021).

DT4. Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização

O país e a Região Centro devem evoluir para a afirmação de um sistema económico baseado em três pilares fundamentais:

- i. desenvolvimento de uma economia assente no conhecimento e na inovação, fruto da intensificação das ligações do SCT com as empresas e a sociedade; a atração de investimento e trabalhadores qualificados para a região será simultaneamente um fator e uma consequência desta dinâmica;
- ii. generalização do conceito de circularidade, aplicando-o aos bens e serviços, aos processos de fabrico desde a conceção ao fim de vida, a todas as infraestruturas e serviços urbanos e não urbanos e aos hábitos de consumo; a circularidade é o único caminho para um crescimento económico associado à redução da pegada ecológica; é também uma estratégia de competitividade, numa época em que a dimensão ambiental é cada vez mais valorizada pelos consumidores e pelos mercados de produtos intermédios;
- iii. aproveitamento da vontade política de reindustrialização europeia como estratégia de defesa contra a excessiva dependência das cadeias globais de abastecimento de matérias primas e componentes em setores estratégicos, como o dos semicondutores, e contra o crescente protecionismo, que não poupa sequer as relações comerciais com aliados estratégicos da Europa, nomeadamente os Estados Unidos; face ao imperativo da neutralidade carbónica, a política de reindustrialização deve procurar o equilíbrio entre a minimização dos custos de transporte, que implica uma geografia de produção

atomizada, e a maximização das economias de escala, que induz uma lógica locativa oposta.

DT5. Promover redes e competências digitais

Para a região tirar o máximo proveito das vantagens oferecidas pelas TICE em todo o seu território são necessárias duas condições: i) acessibilidade física às redes e ii) existência de competências digitais.

- i. **Acessibilidade física.** A disponibilidade de redes de telecomunicações 5G de qualidade, é um requisito básico para o desenvolvimento da RC, em particular nos territórios de mais baixa densidade e ameaçados de despovoamento, onde o teletrabalho, a telemedicina e outras formas de conexão eficiente aos grandes centros urbanos são condições básicas de atratividade de pessoas e de empresas; a conectividade física só interessa quando está ao serviço do estabelecimento de densas e diversificadas ligações entre pessoas e instituições.
- ii. **Competências digitais.** Uma boa infraestrutura física de conectividade ao serviço de densas redes sociais de interação só pode ser aproveitada se as pessoas tiverem as necessárias competências técnicas para a aproveitarem cabalmente, quer no seu lugar de trabalho, quer na sua vida privada; as competências individuais devem estar associadas ao desenho de ferramentas digitais amigáveis e adequadas aos seus utilizadores, quer nos diversos postos de trabalho, quer nos serviços públicos; os programas de ensino formal, associados a uma oferta diversificada de formação ao longo da vida, são os requisitos básicos para que a população possa tirar partido, de forma competente e socialmente coesa, da crescente oferta de serviços digitais.

DT6. Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública

- i. **Governança.** Um problema básico que se coloca ao país e à RC em particular é a coerência territorial da administração pública. Um processo histórico que demonstra que é bem mais fácil criar novas geografias do que extinguir antigas, associadas a uma organização do aparelho de Estado fortemente verticalizada, permitiu a cada setor definir a sua implantação territorial de forma independente, tendo como resultado o labiríntico mapa administrativo representado na *Figura 3*: os velhos distritos sobrevivem na segurança social e ainda nos círculos eleitorais, enquanto a educação e o turismo se organizam numa lógica de NUTS II, a saúde em Unidades Locais de Saúde e, na justiça, as Comarcas coincidem com os distritos no que respeita à RC, mas não noutras regiões; no que respeita à Agência Portuguesa do Ambiente, a organização territorial da sua atuação estrutura-se em regiões hidrográficas (as quais não estão representadas no mapa para facilitar a sua leitura).

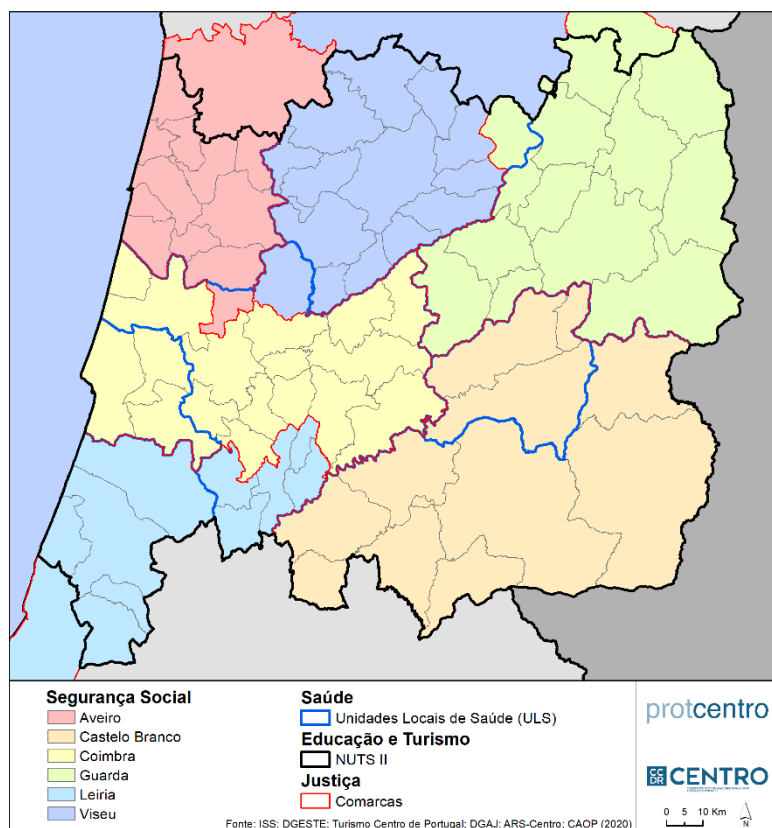


Figura 3. Divisão administrativa em vigor

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: ISS, ARS-Centro; DGESTE, Turismo Centro de Portugal, DGAJ (2022).

- ii. **Descentralização.** A institucionalização das regiões NUTS II com o reforço das competências das CCDR Centro, é o caminho para a estabilização de uma divisão administrativa coerente que deve também substituir definitivamente os distritos por Comunidades Intermunicipais (regiões NUTS III) e, com o tempo, consolidar na consciência dos cidadãos estas duas divisões territoriais e o respetivo sentido de pertença. As CIM e a CCDR Centro, devem continuar a apoiar o desenvolvimento da administração desconcentrada do Estado, dando por essa via passos firmes no caminho da regionalização.
- iii. **Participação pública.** A participação pública, seja por ação individual, seja através das múltiplas instituições que atuam na RC, deve ser estimulada como forma de envolver a sociedade na definição de políticas de desenvolvimento económico e social, de ordenamento do território e de proteção do ambiente. Embora os processos participativos estejam já razoavelmente desenvolvidos à escala municipal, é importante ampliá-los para a escala regional, apesar das dificuldades que isso acarreta.

DT7. Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo

A identidade territorial da Região Centro deverá ser construída com base em duas dimensões:

- i. **Reconhecimento da Região Centro por parte dos seus habitantes.** A instabilidade das fronteiras administrativas, a relativa fragilidade de referentes identitários a uma escala que supere o município e a homogeneidade cultural do país são obstáculos ao desenvolvimento de uma identidade territorial regional. Sem uma identidade regional

bem definida, a criação e o amadurecimento de estratégias territoriais tornam-se difíceis e são constantemente contrariadas por localismos e visões paroquiais. Neste contexto, a construção de uma identidade para a região é um processo longo, mas também uma missão estratégica que cabe, fundamentalmente, à CCDR Centro e ao Conselho Regional do Centro. O projeto piloto proposto para a realização de um Fórum Bienal de Prospetiva da Região Centro poderá dar um contributo significativo para este desígnio;

- ii. **Centro, região multicultural.** A cultura, para além da sua importância intrínseca, é um elemento-chave para a atratividade dos territórios, contribuindo tanto para a retenção de jovens e famílias como para a atração de novos residentes. A cultura deve ser entendida como tudo o que resulta da fruição do património natural e da ação humana, assim como da oferta de um conjunto diverso de atividades artísticas e artesanais, além dos hábitos e vivências da população. Quando há uma forte aposta na atração e fixação de imigrantes, a sua integração na sociedade implica a construção de uma sociedade multicultural, que aceite e aproveite as culturas dos novos habitantes, sem que isso implique a descaraterização ou anulação da identidade regional. Combinar diversidade e autenticidade é uma tarefa delicada que a região tem de aprender a desempenhar.



OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE TERRITORIAL - **SISTEMA ECONÓMICO**

O declínio demográfico² não deixa outra via para o crescimento económico do que o progresso técnico e o consequente aumento da produtividade. Estes desígnios devem estar estreitamente associados à RIS3 do Centro, que tem como objetivos específicos:

- desenvolver soluções industriais sustentáveis;
- valorizar os recursos endógenos naturais;
- mobilizar tecnologias para a qualidade de vida;
- promover inovação territorial.

Assim, as *opções estratégicas de base territorial* respeitantes ao Sistema Económico (SE) devem estar orientadas para:

- reforçar a interação do SCT com o tecido produtivo e social;
- apoiar a qualificação e a consolidação da capacidade exportadora da base económica da região;
- promover as atividades económicas do futuro;
- aumentar a competitividade do setor do turismo;
- promover atividades económicas sustentáveis e competitivas que criem uma base exportadora para os territórios de mais baixa densidade.

Reforço da interação do SCT com o tecido económico e social. O peso relativo de produtos de base tecnológica no total da exportação da Região Centro é de 4,06% e o valor nacional de 5,04%³. O valor regional, para além de baixo, tem uma distribuição heterogénea em termos de território, setores de atividade e tipologias de empresas. O SCT, embora homogeneamente distribuído pelas principais cidades da região (*Figura 4*), tem uma ação ainda insuficiente na qualificação tecnológica do tecido produtivo e dos seus recursos humanos (*Figura 5*).

Com efeito, se a homogeneidade se revela na dimensão ensino, ela é bem menor no que respeita às atividades de I&D e consequentemente à capacidade de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido produtivo, muito centrada nos intervenientes mais ativos do SCT e enviesada para alguns setores e para grandes empresas, beneficiando claramente o litoral da região.

É fundamental inverter esta situação, estimulando a ligação em rede das instituições do SCT e destas com as empresas, a administração pública e os diversos agentes do setor social, com especial atenção nas PME, nas atividades tradicionais com potencial de modernização e nos novos projetos empresariais, em particular nos setores que se pretende promover. Para isso é necessário criar incentivos para que os membros do meio académico participem em atividades de transferência de tecnologia e motivar o meio empresarial para o desígnio urgente de qualificar tecnologicamente as suas atividades.

² Ver *Quadro 1 (Desafios Transversais)*.

³ Fonte: INE (2024).

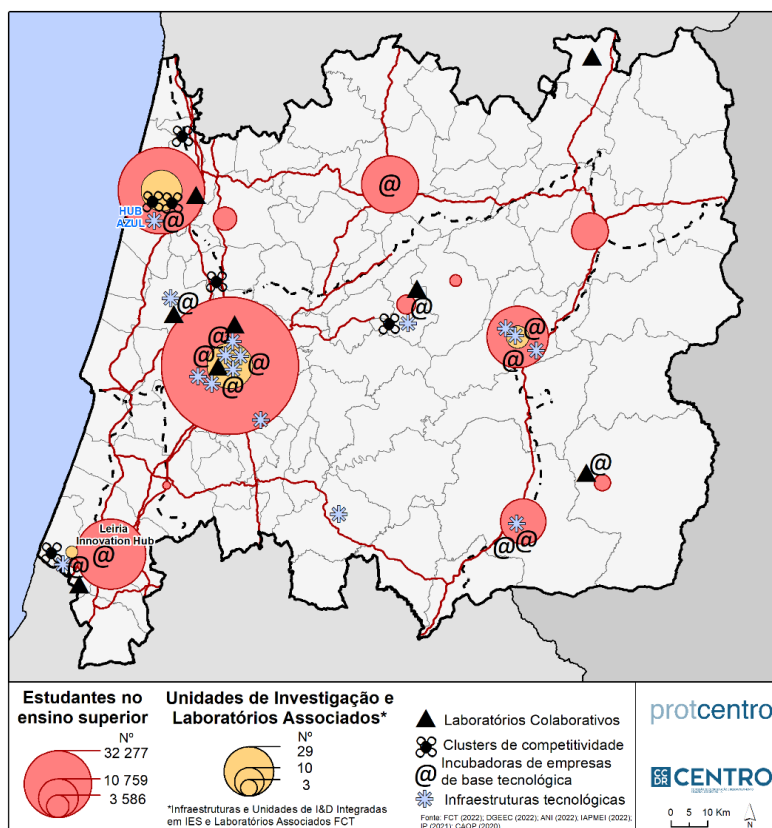


Figura 4. Distribuição regional do SCT

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: DGEEC (2022); FCT (2022); IAPMEI (2022); ANI (2022); IP (2021).

De igual importância para o aumento da competitividade da região é fundamental reforçar a captação de investimento direto estrangeiro, particularmente de empresas âncora com capacidade de gerar efeitos multiplicadores nas economias locais e de apoiar *startups* de base tecnológica.

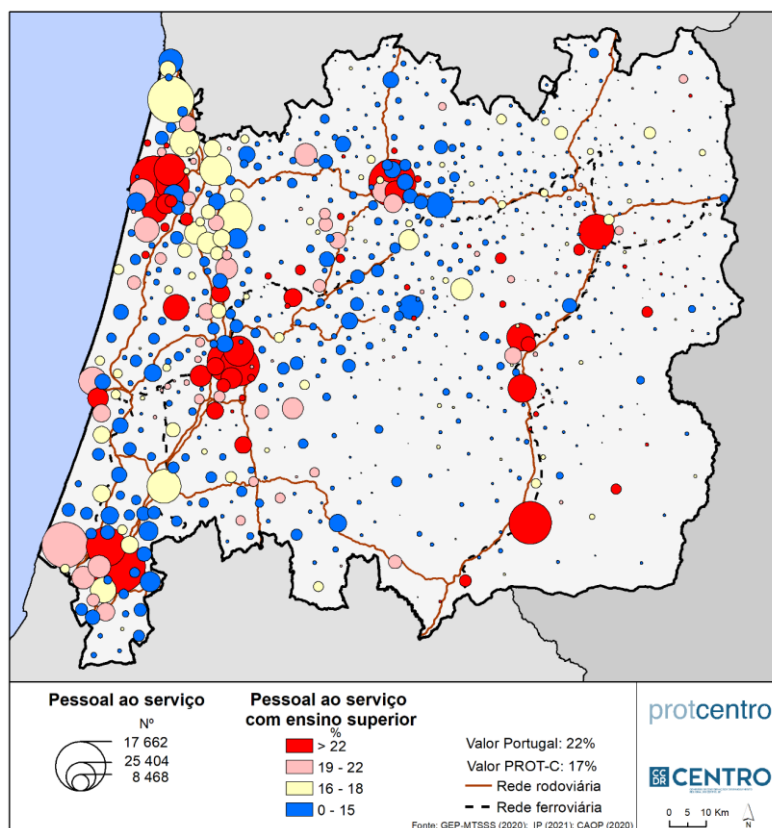


Figura 5. Total de pessoal ao serviço por grau de escolaridade (% com ensino superior)

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: MTSS, GEP (2022); IP (2021).

Apoio à qualificação e à consolidação da capacidade exportadora da base económica da região. A base económica de exportação da região assenta fundamentalmente nos setores primário e secundário. Os serviços são, porém, a principal atividade da região, com destaque para a administração pública, a educação e a saúde, os transportes, e o comércio e os serviços de apoio às famílias e à atividade empresarial. São atividades essenciais, de apoio à base económica regional.

Relativamente à fileira agroflorestal, os ramos com o contributo mais relevante para a exportação são a madeira, a pasta de papel e alguns produtos agrícolas, como o vinho. Em relação ao setor secundário, destacam-se os ramos da metalomecânica, cerâmica e vidro, plásticos, indústrias farmacêuticas e química, assim como a fileira têxtil-vestuário-confeções.

A distribuição geográfica das principais atividades que compõem a base exportadora da região está representada na *Figura 6*. Para cada ramo estão indicados os concelhos onde há mais de 500 pessoas ao serviço. O mapa deve ser lido com cautela, na medida em que se baseia em valores aproximados, com lacunas resultantes, por um lado, da desagregação disponível da CAE⁴ e, por outro, da não coincidência da localização de unidades produtivas com a das sedes, caso em que o respetivo emprego não consta na informação estatística disponibilizada⁵. Estas lacunas foram preenchidas com conhecimento informal da realidade, o que nem sempre garante rigor.

⁴ A informação de que dispomos corresponde a uma desagregação das atividades económicas a 3 dígitos

⁵ Exemplos desta situação: Grupo PSA em Mangualde e indústria da pasta de papel na Figueira da Foz.

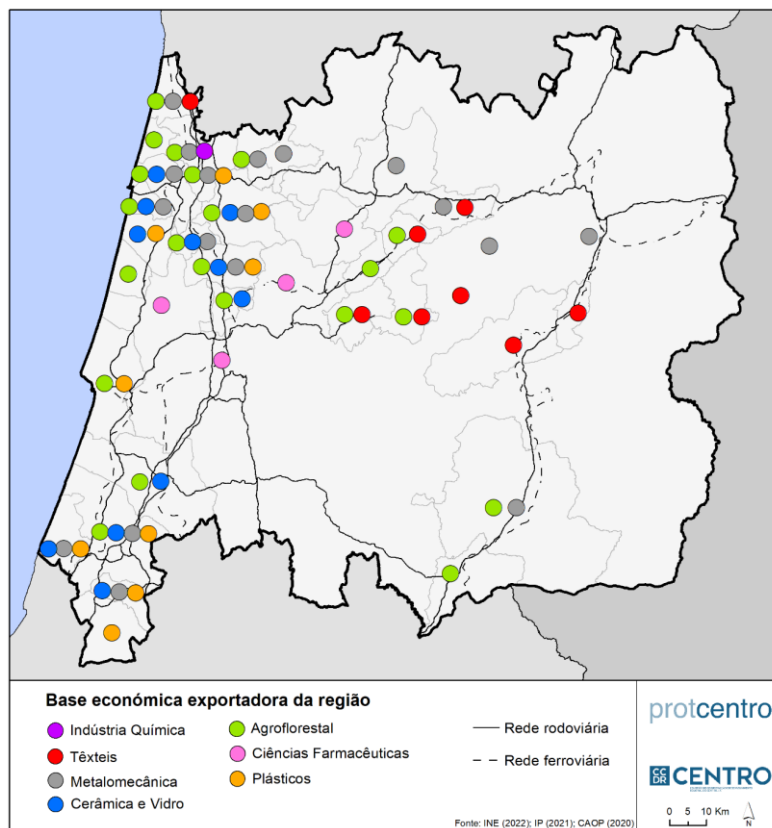


Figura 6. Distribuição geográfica da base económica exportadora da Região Centro

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2022); IP (2021).

O mapa revela extensas áreas em branco, que correspondem principalmente aos territórios de mais baixa densidade económica. Algumas dessas áreas podem vir a ser futuras extensões dos núcleos produtivos atuais; outras, contudo, são demasiado periféricas e pouco populosas para o conseguir, levantando, assim, a questão de como promover o desenvolvimento nessas zonas.

Promoção das atividades económicas do futuro. A qualificação económica da região depende da capacidade de antever um conjunto de setores de futuro (*Figura 7*) e criar as condições para o seu desenvolvimento:

- Tecnologia de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE).** Embora a fileira TICE já tenha uma considerável implantação em áreas como o eixo Aveiro-Águeda, Coimbra, Leiria, Viseu e Cova da Beira, é importante que o seu peso na base económica exportadora cresça significativamente, contribuindo para que a região acelere a sua transição de importadora para criadora e utilizadora criativa de tecnologia;
- Metalomecânica de base tecnológica.** A indústria metalomecânica de base tecnológica deve, por um lado, fornecer componentes e produtos finais para as fileiras do setor automóvel e da mobilidade em geral, e, por outro lado, desenvolver e fabricar máquinas e equipamentos com elevada incorporação de inteligência artificial;
- Transportes e logística.** Dada a localização periférica do país no continente europeu, a afirmação de um sistema de transportes e logística eficiente e de baixo carbono é fundamental para a indústria exportadora. Tal implica, em primeiro lugar, que o sistema de transportes esteja focado nos grandes eixos viários e nos portos da região; é igualmente necessário o desenvolvimento de uma rede de centros logísticos que liguem

a faixa litoral ao eixo viário que segue para Espanha e atravessa Castilla y León, em direção a França e ao resto da Europa;

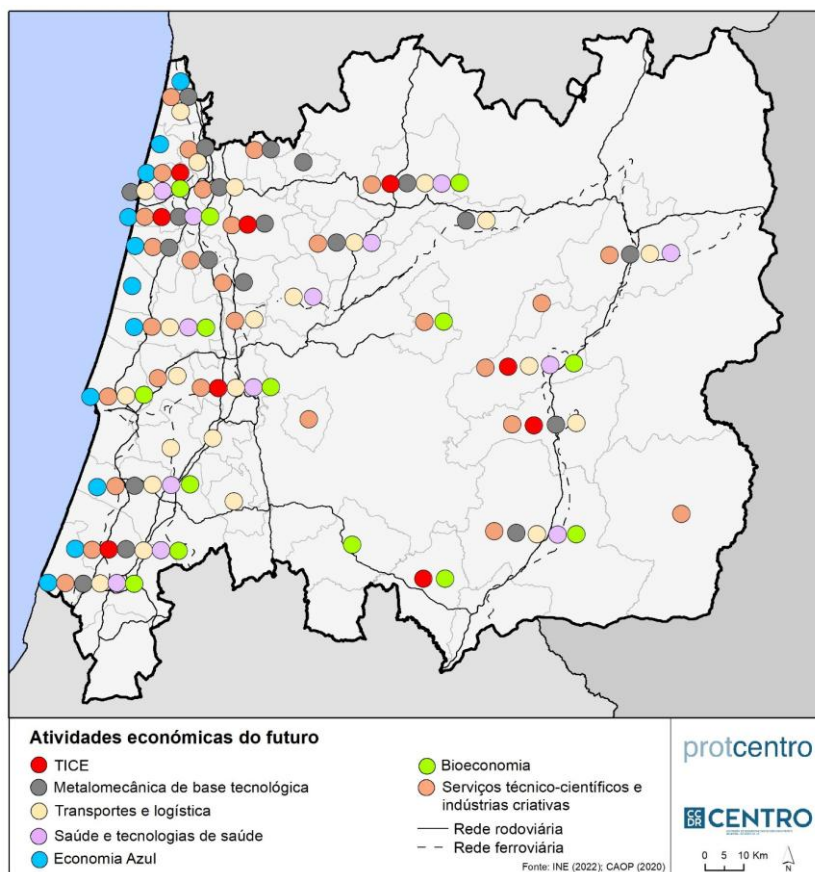


Figura 7. Distribuição geográfica das atividades económicas do futuro

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2022); IP (2021).

- iv. **Saúde e tecnologias de saúde.** A região, para além de garantir a prestação de cuidados de saúde de qualidade e acessíveis à população, promover o envelhecimento ativo e saudável e desenvolver o seu potencial como setor exportador, deve especializar-se num conjunto de atividades a montante, tais como a indústria farmacêutica, a engenharia biomédica, a bioquímica, a biotecnologia e a produção de dispositivos médicos de diagnóstico e terapêutica, promovendo, para isso, uma oferta adequada de formação; esta especialização permitirá à fileira da saúde produzir bens de elevado valor acrescentado e com forte potencial de exportação;
- v. **Economia azul.** O mar deve ser perspetivado simultaneamente como uma reserva natural e uma fonte de atividade económica, que o país e a região devem explorar, fazendo da economia azul uma das bases para a qualificação tecnológica da região e do país; para além da atividade turística, a economia do mar deve ter como eixos fundamentais a produção de energias renováveis (marés, eólica, solar), o desenvolvimento dos portos da região e a exploração dos recursos marinhos e costeiros, com especial destaque para a aquacultura;
- vi. **Bioeconomia.** Os recursos biológicos renováveis, como as culturas agrícolas, as florestas e os recursos marinhos potenciam o desenvolvimento de um conjunto de setores,

incluindo a agricultura, a silvicultura, a pesca, a biotecnologia, a bioenergia e os produtos derivados de biomassa. Este domínio visa impulsionar a economia circular, com a transformação de resíduos em novos produtos e a maximização do uso de recursos naturais de forma mais eficiente. Neste âmbito, existem agentes regionais (empresas, universidades, centros tecnológicos, incubadoras) capazes de liderar processos de transição em sistemas essenciais para a sociedade (alimentação, construção, mobilidade, energia, entre outras).

- vii. **Indústrias criativas.** Devem ser promovidas atividades que integrem design, artes gráficas e performativas, novos materiais e novas formas de os trabalhar, com enfoque nas TICE, convergindo para a formação de um cluster de indústrias criativas. Este conjunto de atividades deve ser substancialmente reforçado e distribuído pelo território, com especial incidência nos principais centros urbanos da região.

Em termos regionais, é fundamental dinamizar processos de colaboração tendo em vista impulsionar novas trajetórias de desenvolvimento e inovação económica. Neste âmbito, o SCT (universidades e instituições de I&D, centros tecnológicos, incubadoras e outros centros de transferência de tecnologia) deverá criar interfaces que fortaleçam e organizem a ligação ao tecido económico e social, mobilizando competências e recursos em torno de plataformas de inovação e de domínios estratégicos da região. As empresas especializadas em consultoria (nos domínios do direito, da economia, do ambiente, da produção circular, entre outras) e na intermediação tecnológica são também agentes cruciais na montagem e na dinamização dessas trajetórias.

Em matéria de desenvolvimento económico, o conceito de **economia verde** deve ser encarado, de forma transversal a todos os setores acima identificados, como um elemento estruturante nos processos de transição para a economia do futuro. Além disso, a economia verde promove a densificação das relações entre as atividades agroflorestais e industriais, bem como a sua articulação com a economia circular.

Aumento da competitividade do setor do turismo. A Região Centro tem uma grande diversidade e riqueza de recursos naturais e culturais, sendo alguns destes únicos no país (*Figura 8 e Figura 9*).

A região deve aumentar a competitividade do setor através da exploração desses recursos, tirando proveito das TICE, incorporando o conhecimento produzido no SCT, bem como apostando na qualificação dos recursos humanos, na estruturação de produtos e em novas estratégias de diversificação da oferta e aproveitamento do território. Dessa forma, contribuirá para o desenvolvimento do interior, a diminuição das assimetrias regionais e a coesão territorial.

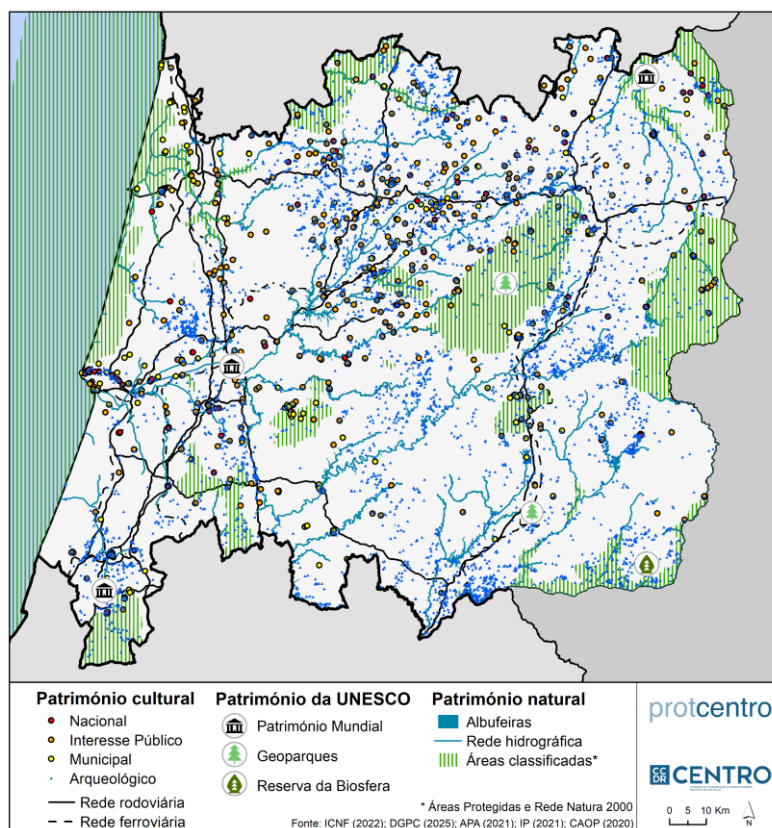


Figura 8. Património cultural e natural

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: DGPC (2025); ICNF (2022); APA (2021); IP (2021).

Para diminuir as assimetrias regionais em termos de desenvolvimento turístico, é fundamental atrair novos mercados para as regiões do interior, criar *clusters* de produtos e experiências que integrem vários recursos turísticos e territórios, ligando áreas litorais e não litorais, rurais e urbanas, de alta e baixa densidade. Além disso, deve-se apostar em projetos que promovam a colaboração transfronteiriça e a dinamização de redes.

O mar e as áreas costeiras, assim como o património cultural material (arquitetónico, arqueológico e etnográfico), imaterial e natural, devem ser a base para atrair e satisfazer diferentes segmentos da procura turística, através do desenvolvimento de produtos inovadores, com particular incidência na interface do turismo com a saúde e o bem-estar, a cultura e o desporto, o lazer e o contacto com a natureza.

Nos sistemas montanhosos da Região Centro, rios e vales, destaca-se a Serra da Estrela, como elemento de referência estratégico para a dinamização económica do território, através do turismo e dos produtos endógenos que as montanhas da região centro possuem, associadas à valorização e preservação dos valores ambientais e culturais e sociais. As redes das Aldeias de Montanha, Aldeias do Xisto e Aldeias Históricas são um recurso com forte potencial de atratividade turística. Para o desenvolvimento da atividade turística, é ainda importante apoiar a criação e reforço de estruturas de governação que agreguem produtos compostos e experiências integradas.

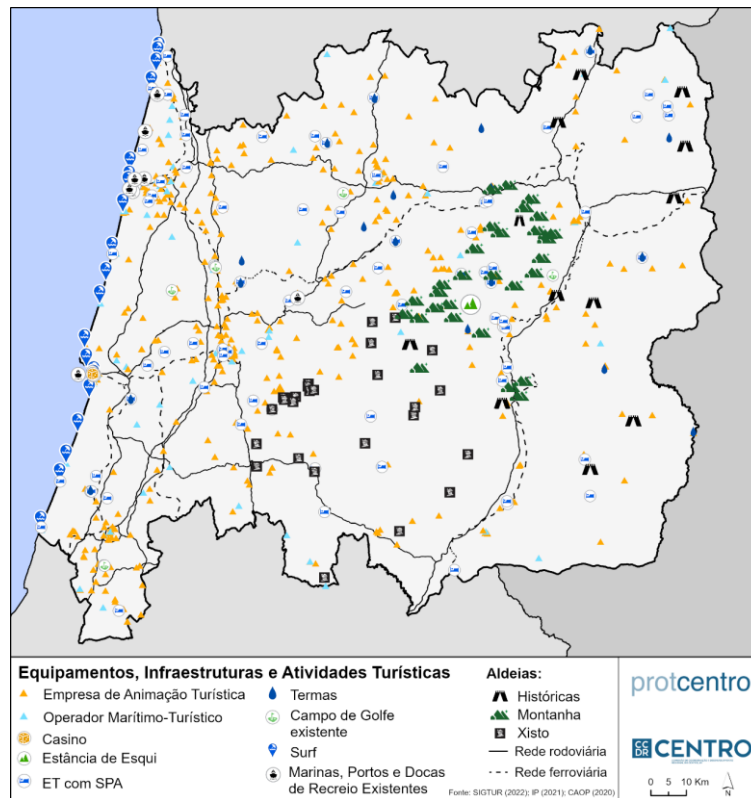


Figura 9. Equipamentos, Infraestruturas e Atividades turísticas

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: Turismo de Portugal, IP (TdP) através do SIGTur (2022); IP (2021).

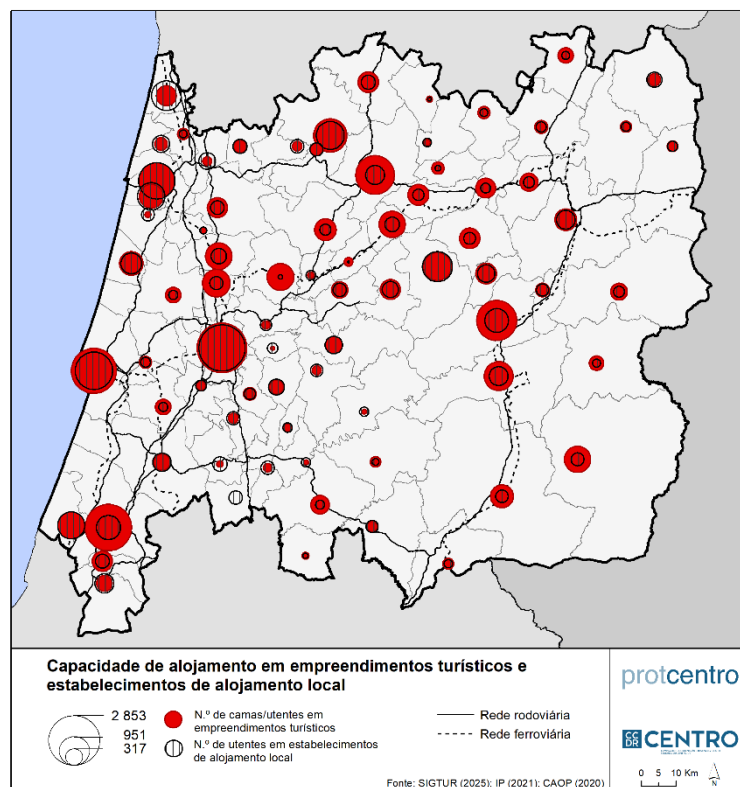


Figura 10. Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos e em estabelecimentos de alojamento local

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: Turismo de Portugal, IP (TdP) através do SIGTur (2025); IP (2021).

Promoção de atividades económicas que criem uma base exportadora para territórios de baixa densidade. Numa parte substancial da RC, o mapa das atividades económicas mostra um extenso espaço vazio, onde não estão identificados setores económicos com expressão significativa em termos de emprego. Tratam-se de territórios periféricos, de mais baixa densidade, onde é necessário identificar atividades económicas que promovam o seu desenvolvimento. Centros de teletrabalho, turismo sénior, turismo rural e de natureza e exploração de forma criativa de recursos naturais para o turismo (artesanato, gastronomia, etc.), projetos de economia circular, são alguns exemplos de atividades que podem ser a base de desenvolvimento destes territórios. A valorização dos serviços de ecossistemas e os decorrentes incentivos a essas atividades pode também estimular as economias locais.

Opções Estratégicas

SE1. Reforçar a interação do SCT com o tecido económico e social

- Densificar e qualificar a rede de relações do SCT com o sistema económico.
- Criar uma entidade regional que desenvolva uma política integrada de relação entre os dois sistemas.

SE2. Apoiar a qualificação e a capacidade exportadora da base económica da região

- Dotar as empresas de fatores indutores de inovação e competitividade (produtos, processos, organização e mercado).
- Fomentar a cooperação entre empresas complementares e similares a fim de obter economias de gama e de escala.
- Integrar as empresas em fileiras produtivas (por exemplo, indústria automóvel e mobilidade, energia e eficiência energética, habitat sustentável, TICE e automação, valorização dos recursos e apoiar a internacionalização).

SE3. Promover as atividades económicas do futuro

- Incorporar inteligência artificial no processo produtivo de bens e serviços e garantir uma infraestrutura de rede que permita o acesso ao sistema 5G em todo o território.
- Incorporar engenharia e design no processo produtivo.
- Promover a circularidade e a eficiência energética.
- Tirar partido das políticas de reindustrialização europeia.
- Associar tecnologia, cultura e arte num *cluster* de indústrias criativas.

SE4. Aumentar a competitividade do setor do turismo

- Aumentar a atratividade e competitividade turística (para visitantes, residentes e investidores em atividades e empreendimentos turísticos).
- Diminuir as assimetrias regionais no setor.
- Desenvolver produtos turísticos inovadores, que articulem património natural e cultural (material e imaterial) com novas formas organizativas e soluções tecnológicas.

- Estruturar produtos compósitos orientados para o bem-estar, a saúde e a atração de turistas seniores.
- Melhorar os níveis de escolaridade e de qualificação profissional dos trabalhadores da fileira do turismo.
- Promover a circularidade e a eficiência energética.

SE5. Promover a base económica dos territórios de mais baixa densidade

Cada município com territórios de baixa densidade, isoladamente ou em conjunto com municípios contíguos (para ganhar escala), deverá:

- Definir a sua base económica de exportação - As atividades da base económica exportadora devem focar-se na exploração sustentável dos recursos endógenos, como a agricultura, a floresta, e os recursos minerais e hidrominerais, sempre numa perspetiva de inovação, de minimização de impactos ambientais e sociais negativos, e de preservação ambiental, abrangendo áreas como a biotecnologia, energias renováveis e a circularidade;
- Promover a economia da agricultura, da floresta e dos espaços agroflorestais, valorizando a multifuncionalidade, a gestão ativa dos territórios rurais e a prestação de serviços ecossistémicos;
- Reforçar as redes locais de abastecimento para a utilização de biomassa como fonte de energia renovável;
- Promover a gestão agregada de propriedades rurais, de forma a melhorar a eficiência da gestão do território, reduzir custos e aumentar a resiliência ecológica;
- Adotar novas tecnologias, como sistemas de monitorização digital e ferramentas de gestão territorial baseadas em dados, por forma a potencializar a eficiência e permitir uma gestão mais eficaz e precisa dos recursos naturais, contribuindo assim para a sustentabilidade e a adaptação às alterações climáticas;
- Promover a oferta de serviços de interesse geral, com o objetivo de reter e atrair população, recurso fundamental para o desenvolvimento dos territórios de mais baixa densidade;
- Promover o património cultural material (arquitetónico, arqueológico e etnográfico), imaterial e a paisagem, como um recurso estratégico, a salvaguardar e valorizar, para o desenvolvimento sustentável destes territórios.

PROTCENTRO

Os Serviços de Interesse Geral são essenciais para garantir maior qualidade de vida a todos os cidadãos, sendo a sua eficácia e qualidade fatores chave para a competitividade e para a coesão, em particular nas regiões mais desfavorecidas. O subgrupo que incide nos serviços de apoio social, emprego, educação, saúde e habitação concorre diretamente para vários princípios e direitos estabelecidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, fazendo parte da matriz identitária europeia há já longos anos. A sua provisão tende a variar com as disparidades territoriais e com as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, sendo sempre desafiadora: nas regiões mais densamente povoadas, com os fluxos migratórios a fazer pressão sobre a sua provisão e a afetar a qualidade da oferta; nas regiões de baixa densidade, com a perda populacional e a falta de massa crítica a afetar a racionalidade da oferta. Impõe-se, assim, a necessidade de capacitar estes serviços para abordagens integradas, enquanto se melhoram os processos de gestão e se procuram novas formas de resposta para velhos e novos problemas e necessidades, tanto de grupos como de territórios, de forma a garantir a equidade no acesso.

O problema demográfico da Região Centro, com especial incidência nos seus territórios do interior, traduz-se progressivamente no grande peso da população idosa não ativa (*Figura 11*).

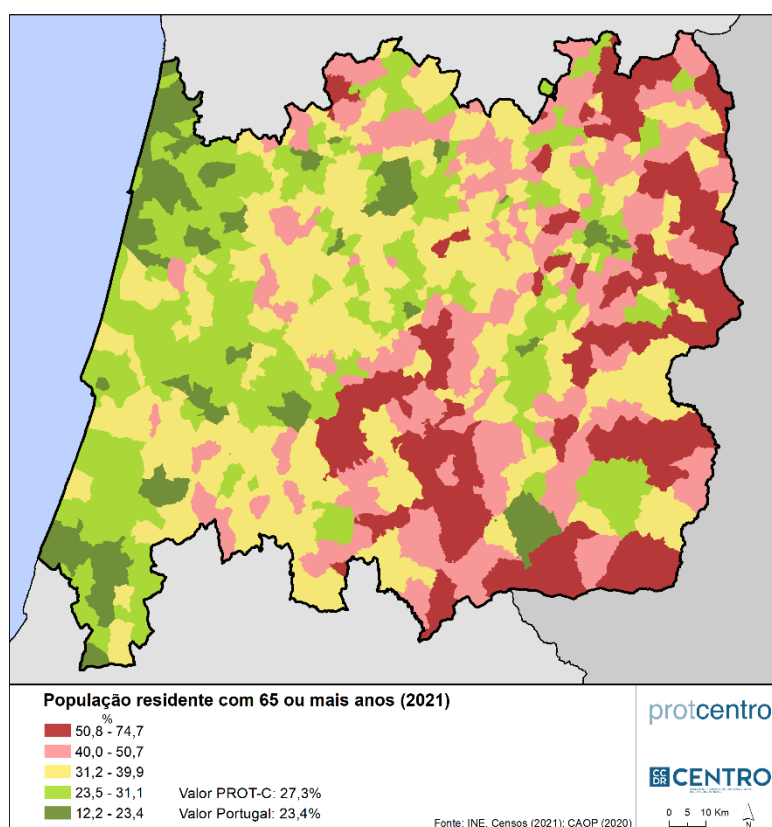


Figura 11. Peso da população residente com 65 ou mais anos (2021)

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: INE, Censos (2021).

Para reverter esta situação, dado que o acréscimo da natalidade só poderá ter efeitos a longo prazo, a aposta reside na atração de imigrantes com diversos níveis de qualificação, o que implica programas consistentes de integração e fixação das respetivas famílias. A qualificação e adaptação dos ativos às necessidades da economia da região, assim como a integração social e cultural, são domínios de aposta das políticas públicas.

O envelhecimento da população e a consequente necessidade de responder às exigências de qualidade de uma vida mais longa, o despovoamento de uma parte significativa do território, assim como os requisitos de integração dos imigrantes numa sociedade coesa e eficiente, têm impactos em diversos setores de atividade, assim como nos sistemas de ensino, saúde, habitação e assistência social. No caso particular do sistema de ensino é necessário encontrar formas imaginativas de conciliar economias de escala mínimas com a rarefação de alunos nas zonas rurais dos territórios de baixa densidade (*Figura 12*).

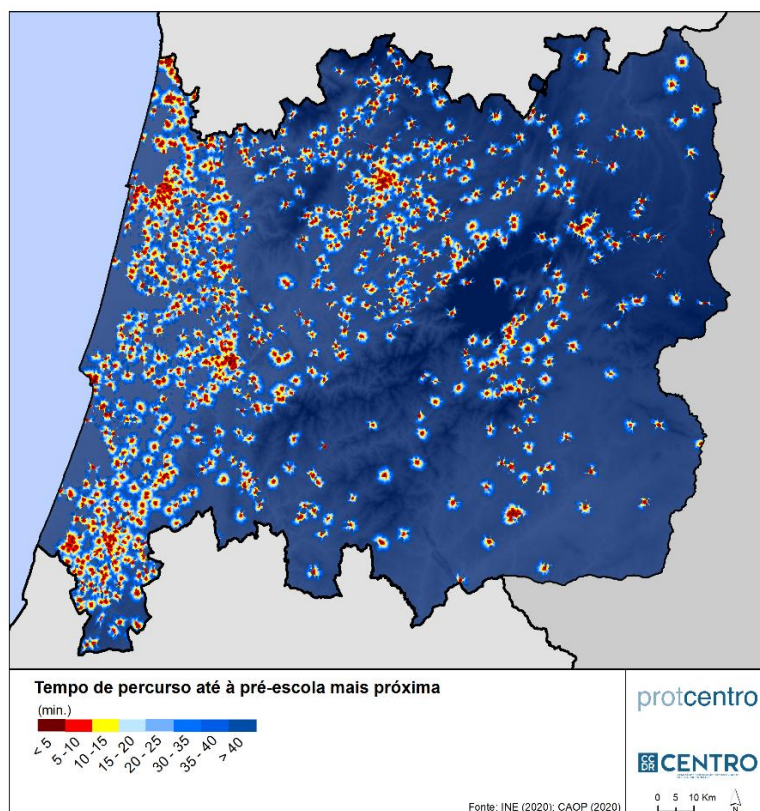


Figura 12. Tempo de percurso até à pré-escola mais próxima (min)

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: INE (2020).

É ainda necessário atender ao risco iminente de rutura do sistema devido à falta de professores e à elevada média etária dos que restam. A crescente consciência desta dinâmica tem conduzido à adoção de medidas *ad hoc*, como a integração de licenciados sem formação específica. No entanto, a dinâmica de longo prazo só poderá ter uma perspetiva positiva se houver uma valorização da carreira que conduza ao aumento do número de candidatos aos cursos superiores de formação de professores e induza o sistema de ensino a investir novamente na área (a nível nacional, o número de professores dedicados à formação de professores é escasso)⁶.

No Sistema de Saúde, a situação é substancialmente diferente⁷. Contra as expetativas atuais, o problema da falta de médicos deverá ser resolvido a médio prazo, caso se mantenham ou até aumentem as vagas nos cursos de medicina, o que fará com que a oferta de novos médicos supere a procura. No entanto, embora a escassez de médicos a nível global seja resolvida, persiste o problema da sua distribuição geográfica e da oferta de especialistas em número adequado, especialmente nos territórios com maior peso da população idosa, o que dependerá

⁶ Uma análise quantitativa do problema pode ser vista no Diagnóstico Estratégico.

⁷ Uma análise quantitativa do problema pode ser vista no Diagnóstico Estratégico.

da abertura de vagas suficientes. No caso dos enfermeiros e de outras profissões da saúde, a situação é semelhante, embora seja aconselhável que o rácio enfermeiros/habitantes aumente, uma vez que Portugal apresenta um rácio enfermeiros/médicos substancialmente mais baixo do que a maioria dos países europeus.

Em suma, é urgente pensar de forma prospetiva os efeitos da realidade demográfica no mercado de trabalho, na oferta de serviços e, também, nas necessidades e disponibilidades de profissões, cujos efetivos só podem ser eficientemente planeados no quadro de uma perspetiva temporal alargada. O levantamento das questões sociais mais prementes com que a Região Centro se debate aponta para a necessidade de intervenção nas dimensões que se seguem.

Autonomia e cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência. Esta opção estratégica implica o desenvolvimento de políticas públicas de apoio ao envelhecimento ativo e saudável, sustentadas por projetos de investigação em áreas diversas, como a gerontologia, o habitat, a telemedicina, a dinamização de atividades de comércio e serviços de proximidade acessíveis, envolvendo um conjunto diversificado de entidades e setores: municípios, CIM, terceiro setor, serviços de proximidade, setor da saúde e telecomunicação, estruturas associativas do comércio e serviços.

Equidade nas condições de acesso à saúde. Tal implica o equilíbrio entre as economias de escala necessárias e a proximidade dos utentes aos centros prestadores, o que se reflete na hierarquização dos cuidados a prestar (*Figura 13*). As áreas de baixa densidade populacional e as que têm uma população envelhecida enfrentam dificuldades acrescidas, que devem ser atenuadas através do uso da telemedicina e da prestação de cuidados em regime ambulatorio. A oferta de serviços de saúde de qualidade é fundamental para a atração e retenção da população, especialmente a mais qualificada.

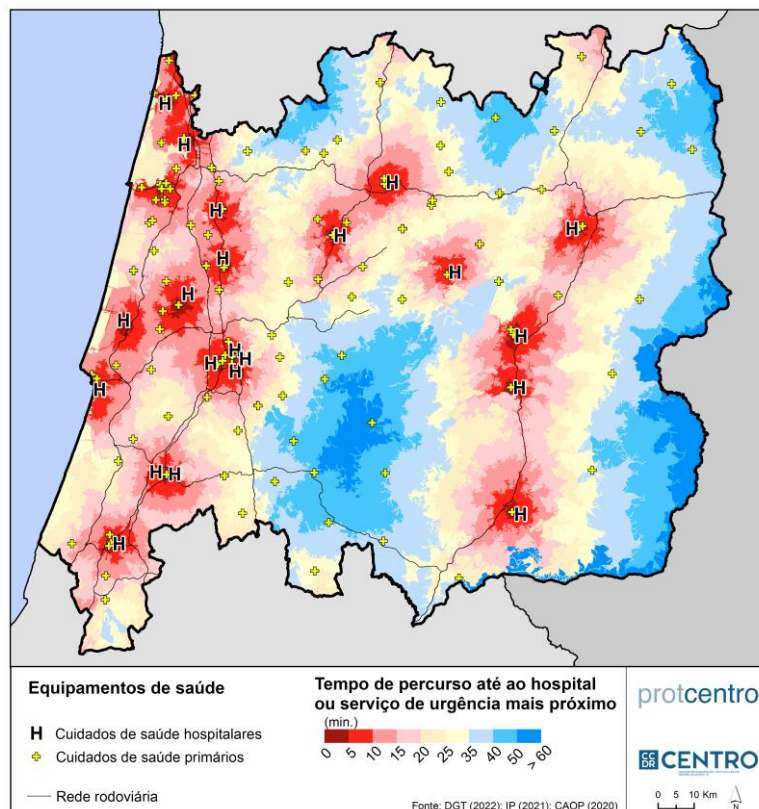


Figura 13. Equipamentos de saúde e tempo de percurso até ao hospital ou serviço de urgência mais próximo (min)

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: DGT (2022); IP (2021).

Acesso à habitação. Na *Figura 14* e na *Figura 15*, estão indicadas carências habitacionais atuais e aquelas que se registarão em 2040, respetivamente, caso os saldos migratórios sejam nulos, considerando também uma ligeira redução da dimensão média dos agregados familiares e a projeção do ritmo de obsolescência do parque habitacional. A estes valores quantitativos deverá ser adicionado um acréscimo correspondente a um possível saldo migratório positivo, bem como uma evolução quantitativa que adapte as habitações que se mantiverem às necessidades de eficiência energética e de conforto que se espera para o futuro.

O acesso a uma habitação digna é um direito que a todos assiste e um requisito básico para uma sociedade evoluída. Neste âmbito, é prioritário resolver os problemas da população sem-abrigo, os problemas de sobrelotação habitacional e as dificuldades de acesso à habitação das populações com menores rendimentos.

A oferta de habitação de qualidade, enquadrada num espaço público acolhedor e com boas infraestruturas, é uma condição necessária para a atração de população ativa qualificada e de quem busca modos de vida alternativos ao das grandes cidades: idosos ativos, turistas de saúde, nómadas digitais, sul-americanos em busca de segurança e tranquilidade, entre outros.

O cumprimento destes objetivos requer estratégias de planeamento habitacional, tanto quantitativas quanto qualitativas, a nível municipal e também regional, em coordenação com as políticas nacionais para o setor da habitação. Incentivos e apoios públicos, fundamentalmente dirigidos à população mais carenciada e à inserção de imigrantes, devem ser complementados com a mobilização dos agentes privados. Um planeamento bem definido das necessidades de habitação pode conferir segurança aos mercados, em termos de uma procura expectável e de condições estáveis de financiamento.

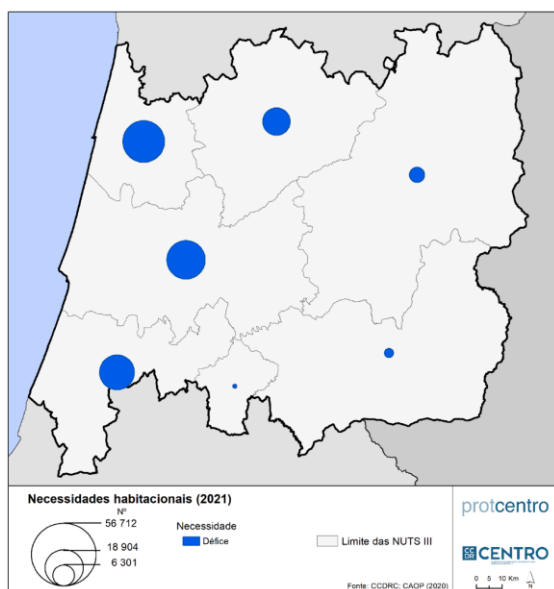


Figura 14. Necessidades habitacionais 2021

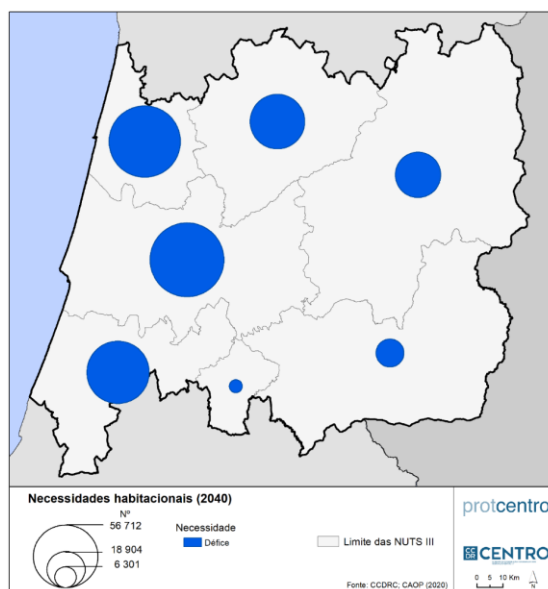


Figura 15. Necessidades habitacionais 2040

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: CCDRC Centro; Universidade de Aveiro.

Acesso à educação e formação de qualidade e ao longo da vida. No que respeita à disponibilidade de instalações de ensino básico e secundário, é necessário garantir o equilíbrio entre acessibilidade e escala, com especial atenção às áreas de baixa densidade, onde o dilema entre escolas com reduzido número de alunos e grandes distâncias a percorrer só pode ser resolvido através da combinação criativa de formas de ensino à distância que apoiem escolas de

pequena dimensão, juntamente com a rotação periódica de alunos (semanal ou outra) por um grupo de escolas existentes que partilham um território com um número de crianças insuficiente para manter todas em funcionamento contínuo. Quanto à disponibilidade de professores, já foi evidenciada acima a gravidade da situação. A necessidade de planear a longo prazo as várias dimensões da rede de ensino básico e secundário exige que as cartas educativas estejam orientadas para uma atitude prospetiva, devendo para isso recorrer a informação e modelos de previsão que a administração regional deve providenciar.

O sistema de ensino, incluindo a educação profissional, superior de curta duração e os cursos superiores conferentes de grau académico, deverá desempenhar um papel relevante na criação de uma economia baseada em tecnologia e em recursos humanos qualificados, assim como numa sociedade inclusiva e coesa. Para tal, a oferta formativa deve ter uma componente territorializada, respondendo às necessidades dos tecidos económico e social. Devem também ser criadas condições favoráveis à promoção do ensino e da aprendizagem ao longo da vida, particularmente no domínio das competências digitais, tanto para uma população com um grau de literacia mais elevado, como para uma população envelhecida e com baixos níveis de formação. As metodologias de ensino também devem adaptar-se a um novo contexto demográfico e económico, sendo importante reforçar as apostas estreitamente ligadas ao meio empresarial, a instituições públicas e a organizações do terceiro setor.

Cultura e qualidade de vida. A cultura, em todas as suas dimensões, incluindo o património imaterial e a identidade cultural das comunidades, é, para além de um ativo económico, uma importante fonte de afirmação e coesão. A cultura deve também ser encarada como um fator estratégico para o robustecimento dos sistemas territoriais, qualificando as vivências e contribuindo para a atração de novos residentes nos diversos territórios da região. É importante apostar na inovação no setor da cultura, nomeadamente no cruzamento das indústrias criativas com a transição digital, na reativação inovadora do artesanato e dos materiais tradicionais, combinada com preocupações ecológicas, assim como na preservação, reabilitação, valorização, divulgação e dinamização do património cultural, nomeadamente, do arquitetónico, arqueológico e etnográfico.

Multiculturalidade e identidade regional. A promoção da integração e da multiculturalidade são vetores nos quais é necessário intervir, especialmente quando há uma forte aposta na atração e fixação de imigrantes. Para além da oferta de serviços de apoio à integração (acesso a serviços públicos, habitação, educação, saúde, etc.), será fundamental promover o respeito e a tolerância pela diversidade de usos e condutas desses imigrantes. A pluralidade cultural só se consolidará se for conciliada com os fundamentos da cultura e das tradições locais.

Opções Estratégicas

SS1. Promover a autonomia e cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência

- Promover a I&D em envelhecimento e garantir a aplicação dos seus resultados.
- Promover, a nível municipal, planos de envelhecimento ativo e saudável e comissões de proteção ao idoso.
- Promover a colaboração interinstitucional, envolvendo os agentes de âmbito regional (consórcios Ageing@Coimbra e AgeINFuture - Centros de Referência para o Envelhecimento Ativo e Saudável da Região Centro), os municípios e as instituições de âmbito local.

- Investir nas habitações, nos domínios da eficiência energética, acessibilidade, segurança e domótica por forma a melhorar as condições de habitabilidade de pessoas idosas ou em situação de dependência, retardando desta forma a sua institucionalização.
- Promover a dinamização de atividades de comércio e serviços de proximidade acessíveis à população idosa e em situação de dependência.
- Criar redes locais de apoio intergeracional que envolvam a comunidade, associações e entidades públicas, promovendo a solidariedade entre jovens e idosos, contribuindo para o combate ao isolamento social, e reforçando a coesão social e a participação comunitária.

SS2. Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde

- Melhorar a acessibilidade aos equipamentos de saúde, através da oferta de soluções de transporte adequadas às necessidades dos grupos populacionais mais vulneráveis, nomeadamente os que vivem em áreas rurais e periféricas.
- Melhorar a cobertura de médicos de família no território.
- Desenvolver novos modelos de oferta e prestação de cuidados de saúde de proximidade (por exemplo, unidades móveis de saúde, telemedicina).
- Desenvolver uma rede integrada de apoio comunitário que promova o acesso à medicação, rastreios, controlo e vigilância da doença pela população em situação de vulnerabilidade social e económica (articulação com as farmácias, ARS, ACES, CIM e IPSS).
- Aumentar a capacidade de resposta dos cuidados continuados e de apoio aos cuidadores informais.
- Reforçar os acordos de cooperação transfronteiriça já existentes e desenvolver outros; exemplos: (i) acordos entre a Região Centro (PT), Castilla y León (ES) e Extremadura (ES), para o desenvolvimento de uma rede multidisciplinar na área da medicina, (ii) protocolo entre a ULS Guarda (PT) e o Hospital Universitário de Salamanca (ES), permitindo a esta ULS portuguesa solicitar apoio clínico em intervenções cirúrgicas e exames médicos em algumas especialidades.
- Melhorar os canais de comunicação entre os cidadãos e os prestadores de serviços de saúde para a difusão da Cultura de Saúde.

SS3. Melhorar os níveis de acesso à habitação

- Quantificar, a nível regional e municipal, o défice habitacional, tendo em consideração as projeções demográficas; mobilizar os agentes da fileira do imobiliário para uma resposta articulada às necessidades identificadas.
- Promover soluções habitacionais públicas e privadas de fins múltiplos, num mercado de habitação mais transparente e eficiente.
- Apoiar a criação de uma bolsa de alojamentos que equilibre diferentes regimes contratuais (propriedade plena, arrendamento, protocolo de cedência temporária), permanentemente disponíveis para oferecer soluções habitacionais temporárias e para corrigir a desadequação latente entre os preços praticados no mercado (de arrendamento ou de compra e venda) e o rendimento das famílias.

- Reativar as casas de função (que proporcionem habitação a pessoas cuja fixação na região seja indispensável ao interesse público), dando resposta, por exemplo, à falta de habitação a custos acessíveis para professores ou médicos nos territórios onde a sua presença é insuficiente.
- Adequar as soluções habitacionais às preferências e características dos imigrantes e da população jovem, mas também dos idosos ou das pessoas e famílias em situação de exclusão ou vulnerabilidade social, ao nível de:
 - relação de propriedade;
 - tipologias adequadas a uma população mais móvel, a agregados familiares mais pequenos, etc.;
 - alojamento para fins transitórios a custos acessíveis e residências para estudantes (por exemplo, gerir o processo de entrada no ensino superior com uma bolsa de oferta de residências universitárias a preços acessíveis);
 - novas formas de habitar, tais como, a habitação coletiva e colaborativa.

SS4. Reforçar a oferta educativa de qualidade e formação ao longo da vida

- Adequar a oferta de instalações e professores do ensino básico e secundário às necessidades, através da elaboração de Cartas Educativas, municipais e sub-regionais, orientadas para o planeamento prospetivo de edifícios, equipamentos e recursos humanos.
- Apostar na diversificação da oferta educativa e formativa ajustada às necessidades dos territórios e características da população, fomentando também a educação patrimonial, dando especial atenção à população imigrante, em particular às crianças e jovens.
- Reforçar a educação e formação ao nível das competências na área do digital em todos os níveis de ensino.
- Apostar na formação e aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente ao nível de competências digitais, formação extraprofissional de carácter transversal e multiprofissional, competências específicas alinhadas com a estratégia regional, assim como incentivar a criação de mais universidades seniores.
- Desenvolver programas e ações de formação dirigidos aos estratos da população com menor grau de instrução e mais vulnerável, designadamente para a promoção de competências digitais.
- Reforçar o ensino e a formação em contexto organizacional.

SS5. Melhorar a oferta cultural e a qualidade de vida

- Estimular o surgimento e requalificação infraestrutural e técnica de teatros e cineteatros em funcionamento ou abandonados, abrindo a possibilidade de acesso remoto a espetáculos associados à Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses ou a programações internacionais.
- Articular as agendas culturais dos municípios, associações, escolas e instituições de ensino superior, promovendo a diversidade e complementaridade da oferta, pública e privada, e valorizando projetos com impacto nas práticas e vivências das populações.
- Promover a qualificação dos agentes culturais em estreita colaboração com as instituições de ensino superior e outros centros de saber instalados na RC.

- Promover a internacionalização das ofertas culturais do território e no território através da criação ou reforço de redes transfronteiriças com a Extremadura (ES) e Castilla y León (ES).
- Promover a inovação no setor da cultura através da combinação das indústrias criativas com as TICE.



OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE TERRITORIAL - **SISTEMA NATURAL**

A competitividade da Região Centro, no quadro de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, gerador de riqueza e de coesão territorial, depende da qualificação do seu Sistema Natural (SN), do seu potencial de desenvolvimento e diferenciação, mas também da sua vulnerabilidade aos impactos da atividade humana e aos efeitos das alterações climáticas. Sujeitos a estas pressões, o SN e os seus subsistemas colocam, por sua vez, sob pressão os territórios interiores (secas, incêndios, desertificação dos solos), a faixa litoral (cheias, galgamentos marítimos, subida do nível do mar) e os centros urbanos da região (inundações, secas, ondas de calor). Urge criar estratégias regionais de desenvolvimento sustentável do SN, aproveitando paralelamente as potencialidades que a região oferece no que respeita a energias renováveis (hídrica, eólica, solar e das ondas), recursos marinhos (minerais e biogenéticos), recursos minerais, hidrominerais e agroflorestais.

Seguem-se, de seguida, os domínios de atuação para alcançar os objetivos de uma gestão sustentável do SN da região.

Gestão do Solo e dos Recursos Geológicos. O solo, sendo o suporte básico dos ecossistemas naturais, dos recursos agroflorestais e da produção de energias renováveis, está sujeito a pressões ambientais resultantes da expansão urbana, da agricultura e da indústria, mas também dos incêndios florestais, das cheias e inundações, reforçados pelas alterações climáticas.

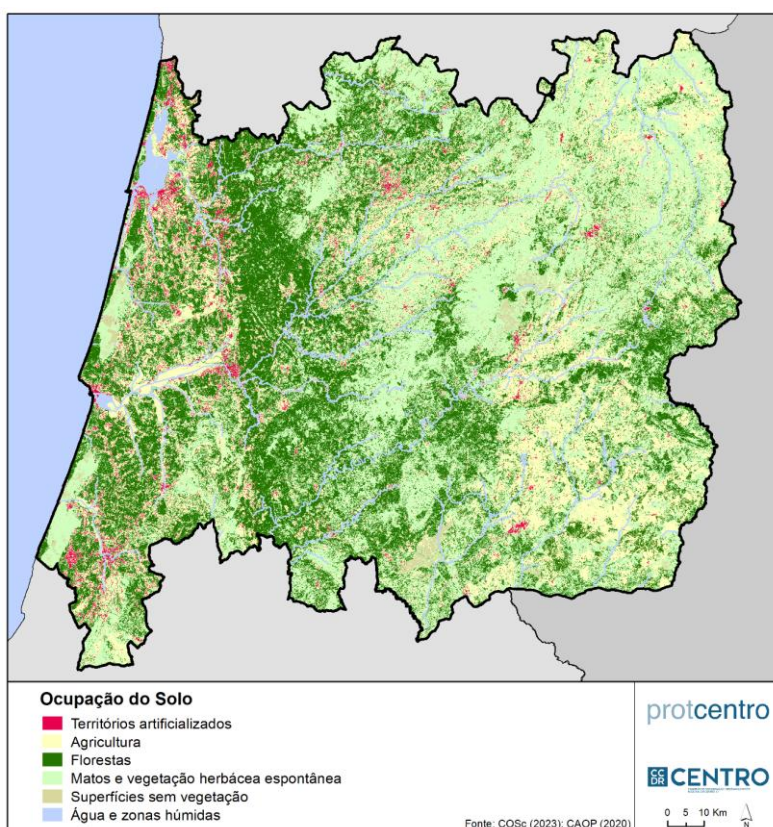


Figura 16. Ocupação do Solo

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: DGT, COSc (2023).

Estes fatores condicionam a regeneração dos solos e a sua capacidade de assegurar as funções essenciais para o suporte do SN da região. Uma ocupação ordenada do território reduz a degradação e perda dos solos de maior valor, impulsionando a valorização dos mais frágeis e menos produtivos, através de formas sustentáveis de exploração agrícola, pecuária e florestal,

associadas ao turismo e ao lazer. Como consequência da diversidade geológica da RC, é elevado o potencial em recursos minerais e hidrominerais, sendo que o aproveitamento de algumas das ocorrências foi ao longo dos séculos e ainda atualmente, importante fator de desenvolvimento económico e social. O potencial conhecido suporta elevadas expectativas para ocorrências com valor económico de substâncias minerais cuja importância é acrescida pela procura de matérias-primas essenciais para novas tecnologias, em particular as que respeitam à transição energética. O Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas visa reduzir a dependência da Europa destas, estabelecendo que pelo menos 10% das matérias-primas estratégicas devem ser extraídas em solo europeu.

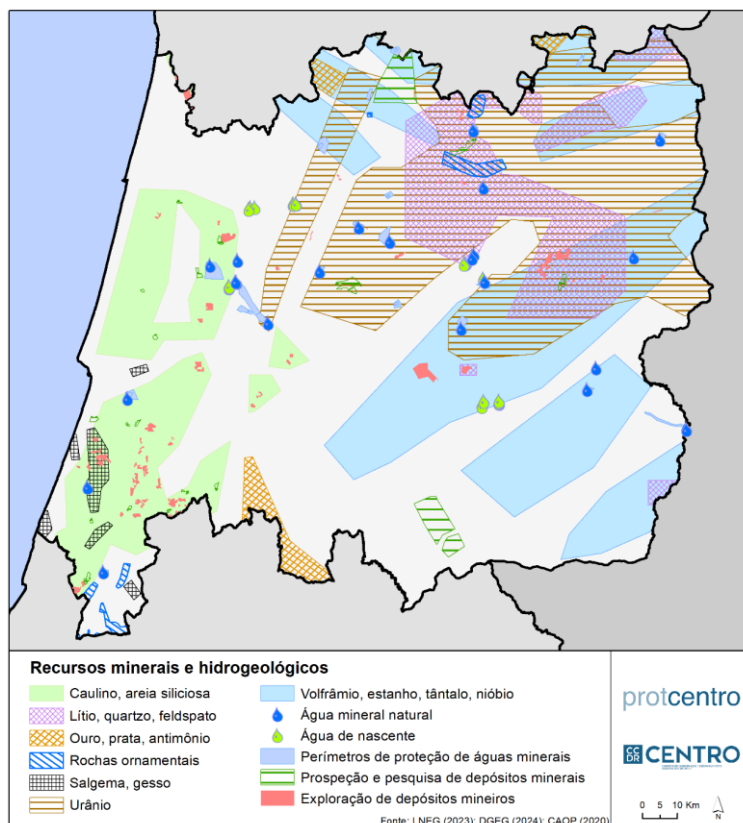


Figura 17. Capital Natural: potencial em recursos minerais e hidrogeológicos

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: LNEG (2023); DGEG (2024).

Conservação da Natureza e Biodiversidade. Conservar, regenerar e valorizar os recursos naturais e a biodiversidade são prioridades da RC, no caminho para uma sociedade ambientalmente sustentável. A conservação da natureza e a biodiversidade não devem ser vistas como barreiras ao desenvolvimento, mas como um ativo materializado na contabilização e pagamento dos serviços prestados pelos ecossistemas, bem como na valorização sustentável das áreas classificadas e das paisagens. A investigação científica e a educação ambiental são dois requisitos essenciais para aprofundar o conhecimento necessário a uma intervenção correta, capaz de abrir novos caminhos para a interação entre o ambiente, as pessoas e a economia, e para aprofundar o respeito dos cidadãos pelos valores em causa.

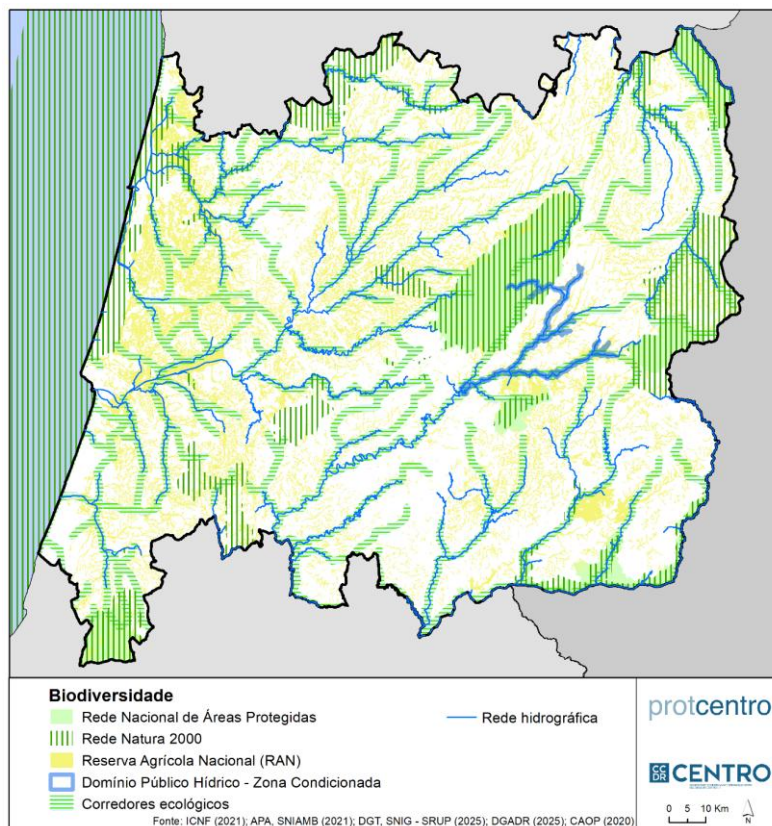


Figura 18. Capital Natural: Biodiversidade

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: ICNF (2021); APA, SNIAMB (2021); DGT, SNIG-SRUP (2025); DGADR (2025).

Conetividade ecológica e resistência aos incêndios rurais. A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) integra as áreas do sistema natural mais relevantes para a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos, assim como a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens. A nível regional é prioritário reconhecer as funções estruturantes que as atividades agrícolas e florestais desempenham na sustentabilidade, resiliência e prosperidade dos territórios. Em alinhamento com as políticas públicas da agricultura, florestas e da conservação da natureza, sem excluir outras dimensões igualmente relevantes para o desenvolvimento territorial, devem ser orientados investimentos para as áreas de maior valor natural.

De forma a aumentar a resistência aos incêndios florestais deve-se desenvolver uma abordagem mais integrada de ordenamento e gestão do território, que reforce a conservação dos ecossistemas, a proteção da biodiversidade e da multifuncionalidade, contrarie a perda de solo e contribua para melhorar a sustentabilidade ecológica, económica e social.

Recursos Hídricos. No domínio dos recursos hídricos, há uma responsabilidade acrescida na sua gestão, considerando tanto a sua quantidade quanto a sua qualidade, numa dupla perspetiva: responder de forma sustentável às necessidades da economia e da sociedade e proteger contra os efeitos das alterações climáticas, das secas, cheias e da poluição. É, por isso, importante redefinir as reservas estratégicas (superficiais e subterrâneas) com uma base plurianual, considerando simultaneamente as necessidades de consumo humano em momentos de maior stress hídrico e a capacidade de amortecimento de cheias. Estas reservas, correspondentes aos sistemas aquíferos da orla sedimentar ocidental, assim como às barragens mais importantes, existentes e a criar, devem ser complementadas com investimentos de menor dimensão, que ajudem a regularizar caudais nas proximidades das cabeceiras e a alimentar sistemas locais de

abastecimento. Outro objetivo é conceber uma estratégia de melhoria da qualidade da água, enfrentando os efeitos da pressão urbana e industrial, dos baixos níveis de cobertura dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais industriais, da agricultura e pecuária intensivas e da baixa eficácia dos serviços de monitorização e controlo da água. Será igualmente necessário elaborar e garantir a execução de um programa regional de manutenção e reabilitação das infraestruturas de captação, armazenamento, distribuição e drenagem, com vista a alargar o seu tempo útil e otimizar o grande investimento efetuado há quarenta anos. Finalmente, num contexto de escassez crescente, é necessário garantir a proteção das áreas estratégicas de recarga de aquíferos e o uso eficiente da água, através da racionalização do desenho e articulação dos sistemas de abastecimento, drenagem e tratamento, com o objetivo de eliminar fatores de insustentabilidade ambiental, técnica e económica.

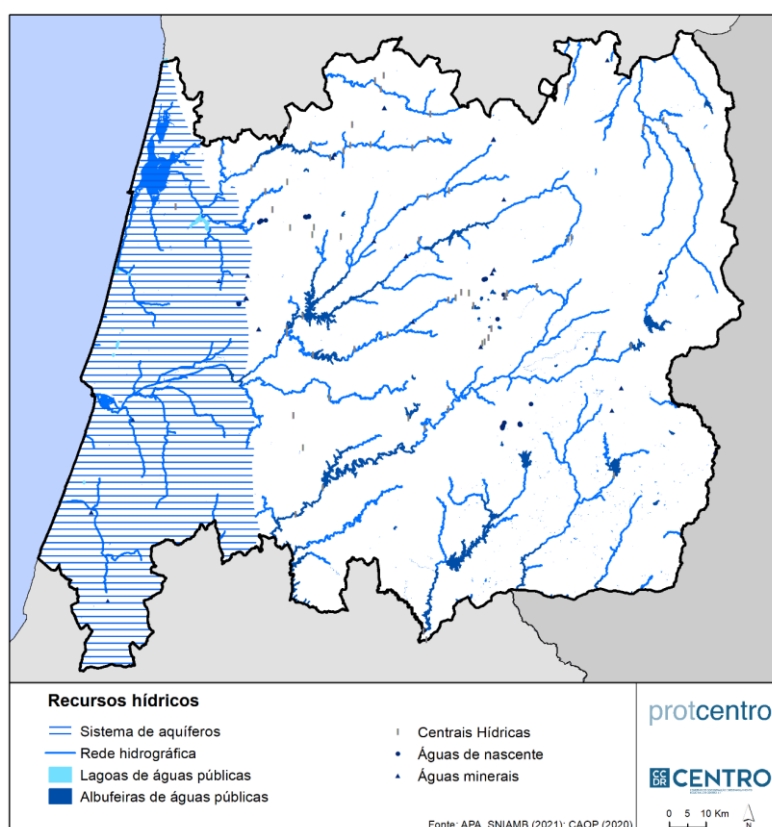


Figura 19. Capital Natural: Recursos Hídricos
 Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: APA, SNIAMB (2021).

Setor Agroflorestal. A agricultura, a pecuária e a exploração florestal são atividades relevantes para o desenvolvimento da RC. Estando incluídas no Sistema Natural, deve, contudo, ter-se em conta a sua forte relação com as dimensões económica, social e cultural, e os serviços de ecossistema que prestam, em particular enquanto sumidouros de dióxido de carbono, constituindo os territórios âncora a valorizar para os mercados de carbono.

A produção agrícola apresenta uma expressão territorial diferenciada, que varia entre a sua intensificação nos territórios mais aptos e a retração e abandono em terras marginais. É necessário distinguir a agricultura associada a terrenos menos férteis da agricultura comercial em terrenos de maior fertilidade, que, não esquecendo os requisitos ambientais, deve ser orientada por critérios de produtividade e valorização, acompanhada pela aplicação do conceito

produto-marca-território. A agricultura em terrenos marginais, em fase de forte retração, deve ser mantida e rentabilizada pelos serviços de ecossistema que pode prestar, pela sua integração com a floresta, pela exploração de produtos de nicho como os cogumelos, o mel ou as ervas aromáticas, e pelas sinergias com o turismo e novas formas de lazer.

Paralelamente, a área florestal tem vindo a expandir-se, mas está crescentemente separada da produção agrícola e do modo de vida da população rural, registando graves problemas de abandono e carência de uma gestão eficiente. As limitações do cadastro, o minifúndio e a dificuldade de juntar múltiplos proprietários, em grande parte ausentes, são barreiras à gestão integrada da floresta. Para resolver estes estrangulamentos, é necessário concertar a intervenção pública com a ação das associações de produtores e das unidades industriais do setor, de forma a compatibilizar os valores económicos, sociais e ambientais e, em particular, contribuir para a prevenção de incêndios e a redução do abandono dos espaços rurais.

De modo a mitigar os riscos de incêndio (*Figura 20* e *Figura 21*) e de desertificação, é necessário criar mosaicos florestais com diversas espécies, mais resistentes ao fogo e mais bem adaptadas às alterações climáticas, promovendo uma melhor gestão de combustível.

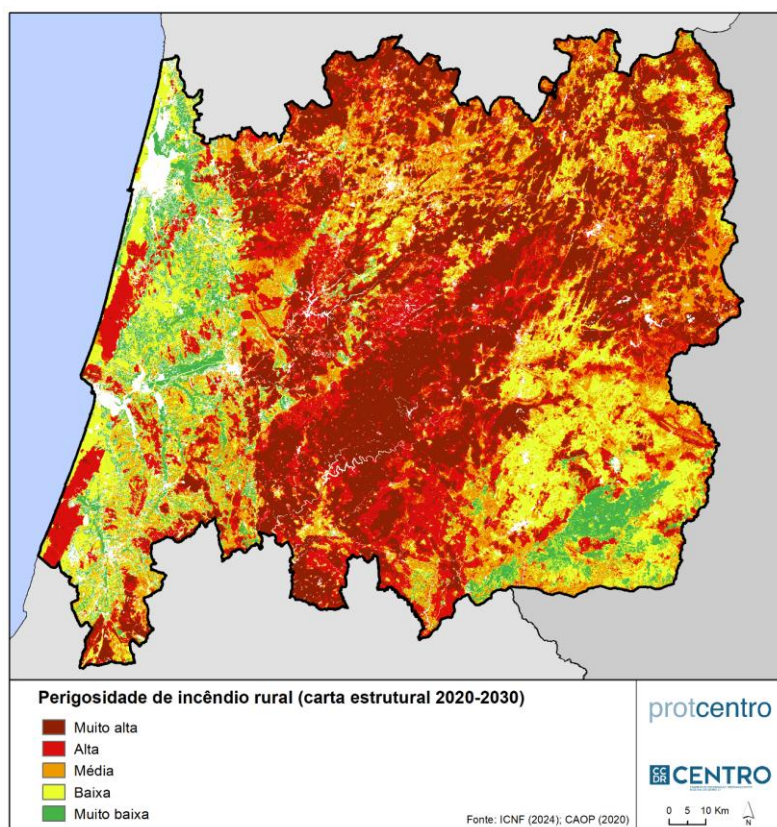


Figura 20. Perigosidade de incêndio rural (carta estrutural 2020-2030)

Fonte: ICNF (2024).

Relativamente aos incêndios rurais, que têm grande expressão na região, um fator muito importante é a evolução da interface urbano-florestal, pois é aí que ocorrem os principais problemas, quer o início de incêndios, quer a destruição de propriedades e a perda de vidas humanas.

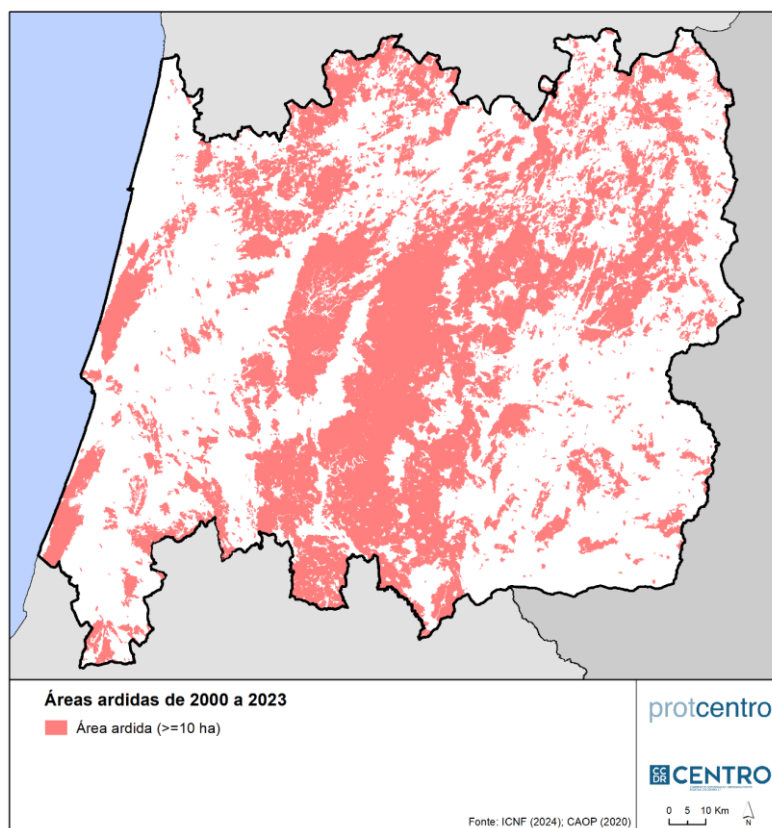


Figura 21. Áreas ardidas entre 2000-2023

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: ICNF (2024).

Zonas Costeiras. Será necessário proteger a faixa costeira da região, não só mitigando a erosão, mas promovendo a requalificação urbana do existente e contenção dos perímetros urbanos vigentes e também preservando e valorizando a atividade turística, cultural e natural, e promovendo a segurança das zonas ribeirinhas, designadamente os espaços balneares. Deverá também ser apoiado o desenvolvimento de atividades ligadas à economia azul, de forma articulada com o ordenamento do espaço marítimo, em particular a biotecnologia associada aos recursos dos ecossistemas estuarinos e marinhos, que são a base para uma aquicultura eficiente. De igual modo, a exploração sustentável das energias renováveis, tais como a eólica offshore e as energias oceânicas renováveis, deverá merecer uma atenção crescente, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de compatibilizá-las com o desenvolvimento turístico nas zonas costeiras, assente nos desportos náuticos e no turismo balnear. Todas estas ações e atividades devem estar articuladas com a Estratégia Nacional para o Mar, garantindo uma abordagem integrada e sustentável na gestão dos recursos costeiros e marítimos.

Riscos. Os riscos (*Figura 22*) materializam-se em ações ou processos, naturais ou tecnológicos, que têm relevância socioeconómica e expressão territorial. Uma das funções primordiais do ordenamento do território é diagnosticar e intervir na relação entre os usos do solo e os perigos decorrentes do funcionamento dos diversos sistemas naturais e humanos. A partir daí, deve ser criado um conjunto diversificado de medidas e ações de prevenção, adaptação e mitigação, que reduzam as vulnerabilidades dos territórios da RC face aos riscos decorrentes do funcionamento regular dos sistemas naturais e humanos e de fenómenos extremos. Deve ser dada particular atenção às áreas de risco na zona costeira e aos riscos tecnológicos que possam implicar a contaminação de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

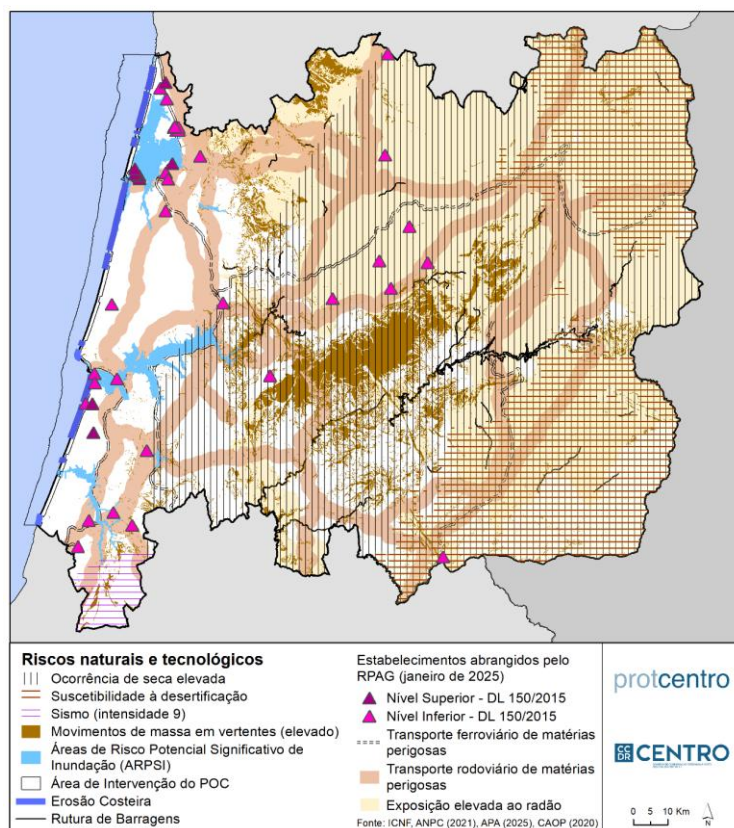


Figura 22. Riscos Naturais e Tecnológicos

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: ICNF, SNIRH, ANPC (2021), APA (2025).

Opções Estratégicas

SN1. Gerir o solo e os recursos geológicos

- Valorizar e salvaguardar o recurso solo, atendendo à sua multifuncionalidade: função produtiva, função reguladora, suporte da biodiversidade e suporte das atividades humanas.
- Desenvolver ações de retenção e reposição de solos em áreas ardidadas.
- Adotar estratégias de ocupação e construção que reduzam a impermeabilização do solo, fomentando o ordenamento e qualificação ambiental.
- Salvaguardar o acesso aos recursos minerais e hidrominerais, designadamente aos locais onde eles ocorrem ou existem fortes expetativas para a sua ocorrência, evitando a desnecessária esterilização do território por usos ou atividades incompatíveis com o aproveitamento desses recursos.

SN2. Fomentar a conservação da natureza e da biodiversidade

- Assumir como prioridade estruturante a promoção do valor ambiental, social e económico dos recursos naturais, com especial enfoque nos serviços dos ecossistemas, problemática com importância acrescida nos territórios com condicionantes legais de proteção ambiental.

- Avaliar e proceder às alterações adequadas à atual Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), rede constituída pelas áreas classificadas e outras áreas de valia ambiental e ainda pelos corredores ecológicos suscetíveis de assegurar a conservação e valorização do património natural e pelas estruturas de resistência ao fogo. Este traçado não é impeditivo da continuidade da atividade florestal produtiva, pois esta deve ser sempre gerida atendendo aos objetivos de proteção e conservação da ocupação e da legislação em vigor.
- Desenhar, para os espaços naturais mais emblemáticos da RC, políticas e intervenções que assegurem a combinação de lógicas de preservação e valorização.
- Entre as intervenções mencionadas no ponto anterior deve ser dado especial destaque à Ria de Aveiro, Baixo Vouga Lagunar, Baixo Mondego e Baixo Lis, assim como às serras da Estrela, Lousã e Açor, para além dos rios Coa, Águeda e Douro Internacional.
- Valorizar de forma integrada a diversidade, a qualidade e a singularidade das paisagens e o património cultural (arquitetónico, arqueológico e etnográfico).

SN3. Gerir os recursos hídricos

- Redimensionar numa base plurianual a reserva estratégica de água da RC, tendo em vista, simultaneamente, as necessidades para o consumo humano e a capacidade de amortecimento de cheias, no contexto das alterações climáticas.
- Assegurar a qualidade da água nos sistemas naturais (superficiais e subterrâneos), em particular na faixa litoral onde a ocupação urbana é maior, compatibilizando-a com os requisitos de sustentabilidade ambiental.
- Elaborar e fazer cumprir um Programa Regional de Manutenção e Reabilitação de Infraestruturas de captação, armazenamento, distribuição e drenagem, com vista a alargar o seu tempo útil de vida e otimizar o investimento efetuado.
- Promover o mercado circular de água, através de níveis de tratamento diferenciado, de acordo com o tipo de uso (consumo humano, agrícola e industrial) e eliminar barreiras institucionais.

SN4. Fortalecer o setor agroflorestal

- Transitar progressivamente de uma agricultura tradicional para uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental, económico e social, incluindo a valorização dos serviços do ecossistema.
- Constituir uma rede de apoio à inovação tecnológica e gestão na agricultura.
- Gerir de forma eficiente e sustentável o regadio e os recursos hídricos.
- Adaptar as culturas agrícolas às alterações climáticas e à neutralidade carbónica.
- Criar mosaicos florestais com diversas espécies mais resistentes ao fogo, promovendo a melhor gestão de combustíveis finos, de modo a minorar os impactos das alterações climáticas e a mitigar os riscos de incêndio e de desertificação.
- Diminuir a importação de madeira como matéria-prima para a indústria da celulose e do mobiliário, desenvolvendo políticas de florestação ambientalmente sustentáveis.
- Aproveitar as sinergias da floresta nas dimensões ambiental, turística e económica.

- Concluir o levantamento cadastral completo das áreas florestais.
- Promover, com a escala adequada, novos modelos de gestão conjunta da floresta, agricultura, agropecuária e gestão conjunta e integrada da água e turismo.
- Fomentar os projetos do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIRF) e do Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais para a Região Centro (PRA Centro), em particular os que foram considerados como sendo chave para esta região. Nesta medida, nos projetos piloto que incidam sobre a gestão do risco de incêndio florestal, será feita referência aos projetos referidos no PRA Centro com os quais estejam relacionados.
- Fomentar as ações prioritárias identificadas nas medidas de planeamento do Programa de Transformação da Paisagem - Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e Operações Integradas de Gestão da Paisagem.

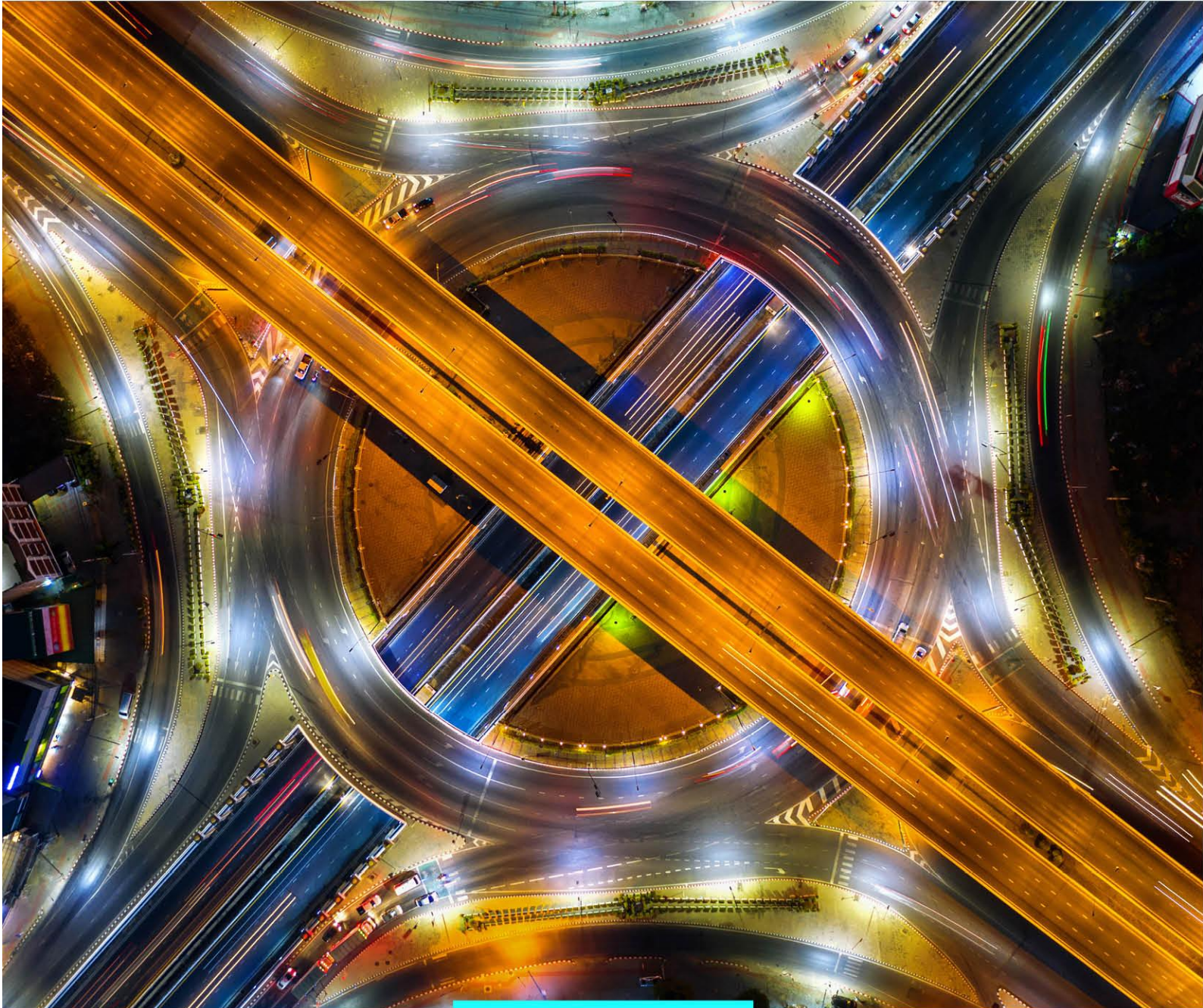
SN5. Ordenar as zonas costeiras

- Valorizar as áreas costeiras e o *offshore* da região, ligando-os ao *cluster* da economia azul: aquacultura, energia em plataformas marítimas, aproveitamento sustentável de recursos minerais, pesca sustentável, etc.
- Promover a exploração sustentável das energias renováveis *offshore* ao longo da faixa costeira, por forma a garantir, por um lado, um nível adequado de proteção e preservação dos ecossistemas costeiros e marinhos e, por outro lado, a sua articulação com o turismo de mar.
- Adaptar as atividades turísticas e de lazer ligadas ao mar, por forma a assegurar a manutenção e preservação da biodiversidade, mas também a valorização das comunidades locais e do património cultural náutico e subaquático.
- Promover a segurança, com o reforço da fiscalização e policiamento da orla costeira, bem como garantir a assistência aos utilizadores dos espaços balneares.
- Adotar medidas preventivas que reduzam a exposição e vulnerabilidade das comunidades costeiras aos efeitos da subida do nível do mar e de fenómenos climáticos extremos.

SN6. Diminuir a suscetibilidade aos riscos

- Desenvolver serviços e infraestruturas de apoio às comunidades e aos proprietários para a gestão do risco de incêndio rural, em especial junto das habitações, áreas de atividade económica e equipamentos de uso comum; em particular, criar espaços de abrigo ou refúgio no interior dos aglomerados em áreas identificadas com risco alto e muito alto; deve ser destacada a criação dos condomínios de aldeia previstos no Programa de Transformação da Paisagem.
- Acautelar, na ocupação do solo rústico, o risco de incêndio, em especial no que se refere aos edifícios destinados à habitação ou para fins turísticos.
- Garantir que uma envolvente de segurança face aos riscos de incêndio seja considerada nos projetos de espaços edificados.

- Reforçar ações e projetos previstos no Programa Nacional de Ação (PNA) e no Programa de Transformação da Paisagem (PTP) para redução do risco de incêndio florestal, em especial os considerados prioritários para a RC, tais como:
 - i. Sistema de Informação Cadastral Simplificada;
 - ii. Gestão Agregada de Territórios Rurais;
 - iii. Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem, associados a:
 - a) Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);
 - b) Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível;
 - c) Gestão de Galerias Ribeirinhas;
 - d) Projetos para garantir a gestão da rede primária de faixas de combustível e assegurar a execução e manutenção da rede secundária;
 - e) Projetos de gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas;
 - f) Outros projetos de gestão do combustível: apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos; uso do fogo como estratégia de gestão de fogos rurais;
 - g) Projetos de vigilância e monitorização de incêndios: ações de vigilância em períodos críticos e áreas rurais; rede de vigilância e deteção de incêndios.
- Criar uma delegação regional do Centro Ibérico de Investigação, Prevenção e Combate aos Incêndios Rurais.
- Garantir a segurança dos espaços construídos face aos riscos de incêndio urbano, designadamente ao nível das características das vias de acesso, da adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, bem como da disponibilidade de água.
- Garantir, salvaguardando as devidas exceções, a efetividade da proibição de construir em leitos de cheia, áreas inundáveis, e faixas de risco de erosão ou galgamento costeiro.
- Desenvolver as ações inerentes à minimização dos riscos tecnológicos, acautelando a manutenção de distâncias de segurança adequadas entre as suas fontes e as zonas residenciais, locais de utilização pública, vias de comunicação e zonas ambientalmente sensíveis.
- Promover a reabilitação de ecossistemas naturais (ex., lagoas, sapais, pradarias marinhas, reconstrução dunar).



OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE TERRITORIAL - **SISTEMA DE MOBILIDADE E ENERGIA**

Sistema de Mobilidade

A Região Centro desempenha duas funções fundamentais nos transportes e mobilidade em Portugal e na projeção do país no contexto internacional. Primeiro, efetua a consolidação da fachada atlântica nacional entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, através das sub-regiões de Aveiro, Coimbra e Leiria, que formam um eixo urbano de elevada concentração de população e de atividade económica, e que acolhem as principais vias de comunicação norte-sul, tanto do ponto de vista rodoviário (A1, A8/A17, A13) como ferroviário (Linha do Norte e futura Linha de Alta Velocidade - LAV). Segundo, efetua a ligação internacional de Portugal a Espanha (e, consequentemente, à Europa) por meio terrestre, através das vias rodoviárias IP5/A25, IP3 e IP2/A23, das vias ferroviárias da Linha da Beira Alta e da Linha da Beira Baixa, e do posto fronteiriço Vilar Formoso - Fuentes de Oñoro, que é o de maior movimento transfronteiriço de veículos pesados de mercadorias. Constituindo-se como a principal porta de entrada internacional do país por via terrestre, desde há vários séculos até à atualidade, a Região Centro tem condições para reforçar o seu papel de ligação internacional por via marítima e ferroviária. No que diz respeito ao transporte aéreo, a prioridade deverá ser a melhoria da acessibilidade entre a região e as infraestruturas aeroportuárias nacionais, existentes e planeadas. Para além disso, numa perspetiva de sistema urbano policêntrico, a região apresenta sérias lacunas na acessibilidade e na conectividade intrarregional, designadamente na ligação entre o litoral e o interior. As opções estratégicas da Região Centro em termos de transportes, acessibilidade e mobilidade devem incidir sobre estes fatores, distinguindo-se o transporte de mercadorias do de passageiros, bem como áreas transversais relacionadas com a eletrificação, a digitalização e a integração modal.

O Centro é um território incontornável, no contexto nacional, para a implantação do Corredor do Atlântico da rede transeuropeia de transporte (TEN-T), cuja rede principal deverá ser concretizada até 2030. Além disso, reúne condições favoráveis para reforçar o seu papel no transporte de mercadorias:

- é o ponto de confluência das principais vias norte-sul com as principais vias oeste-este de ligação à fronteira com Espanha (integrantes do Corredor do Atlântico);
- tem dois portos integrantes do sistema portuário nacional – Aveiro e Figueira da Foz (geridos de forma integrada) que apresentam, apesar de alguns constrangimentos (que urge resolver, como as condições de navegabilidade), tendência de crescimento e potencial de expansão;
- abrange um conjunto de polos industriais e logísticos não despidendo a nível nacional.

Estas condições devem ser reforçadas e potenciadas numa perspetiva de melhoria do funcionamento em rede, promovendo uma ligação e interação mais eficiente entre os portos, polos industriais, terminais intermodais e logísticos, e postos fronteiriços da região.

No que respeita ao transporte de passageiros, as opções estratégicas devem responder a dois desafios principais: a melhoria da acessibilidade às grandes infraestruturas de transporte aéreo e ferroviário, tanto de âmbito nacional como internacional, e a melhoria da acessibilidade e da mobilidade intrarregional, corrigindo assimetrias, promovendo a coesão territorial e incentivando a mobilidade sustentável. Para isso, é fundamental reconhecer a atual hiperdependência do automóvel, que limita a eficácia das redes de transporte coletivo e acentua desigualdades no acesso à mobilidade.

Em termos regionais, é fundamental fomentar a utilização de sistemas de transportes sustentáveis nos contextos urbanos e nas inter-relações pendulares, promovendo os

transportes coletivos e aumentando os modos partilhados e suaves, contribuindo para a redução do uso do automóvel (seguindo, nomeadamente, os objetivos da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável). A Região Centro, pela sua topografia maioritariamente suave, clima ameno e estrutura urbana policêntrica, reúne condições muito favoráveis à promoção da mobilidade ativa, representando uma oportunidade estratégica para transformar padrões de deslocação e reforçar a sustentabilidade da rede de transportes.

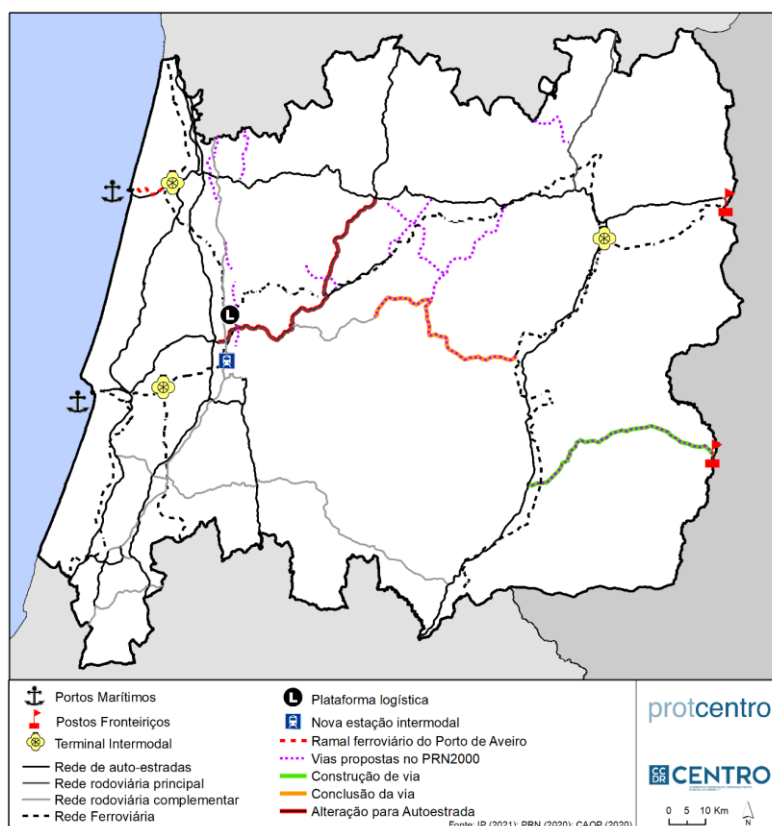


Figura 23. Rede principal de infraestruturas de transportes e logística

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: IP (2021); PRN (2020).

Opções Estratégicas

SM1. Reforçar a rede logística e o transporte de mercadorias

- **Promover as condições de competitividade e atratividade dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz.** Este eixo de intervenção passa pela concretização de ações quer no domínio portuário quer na integração marítimo-ferroviária. Devem ser concretizadas diversas ações fundamentais já previstas nos documentos estratégicos dos portos e em vários planos e programas nacionais (por exemplo, o PNI2030):
 - melhoria das condições de navegabilidade;
 - expansão ou adaptação das infraestruturas portuárias para dar resposta à procura de navios de maior dimensão e de novos negócios, designadamente de atividades industriais e logísticas associadas à indústria *offshore*;

- construção ou adaptação dos terminais intermodais portuários para comboios de 750 metros;
- expansão da eletrificação das instalações e serviços realizados em ambos os portos, com recurso a energias renováveis;
- integração de novas soluções tecnológicas para a descarbonização (*onshore power supply*);
- digitalização das infraestruturas e serviços (desenvolvimento de um sistema inteligente de *safety* e *security*).

No curto prazo, é importante tirar partido da modernização em curso da infraestrutura ferroviária da Linha da Beira Alta e assegurar que Espanha conclua a eletrificação do troço entre Fuentes de Oñoro e Salamanca. Este esforço visa desenvolver um corredor intermodal que permita uma ligação competitiva entre os portos e polos industriais das regiões Centro e Norte de Portugal, Espanha e Europa, concretizando, razoavelmente, o Corredor do Atlântico da rede transeuropeia de transporte (TEN-T). Neste contexto, destaca-se a necessidade de executar as obras de melhoria das ligações ferroviárias dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz à Linha do Norte, com os requisitos técnicos da rede principal TEN-T (preparadas para comboios de 750 metros) até 2030.

No médio prazo, preconiza-se a construção da LAV Aveiro – Viseu – Guarda – Vilar Formoso – Salamanca, em via dupla e para uso misto de transporte de passageiros e mercadorias, materializando de forma inequívoca e verdadeiramente competitiva o Corredor do Atlântico da rede TEN-T.

- **Desenvolver a rede regional de terminais intermodais, de plataformas logísticas e de vias de acesso. Este eixo de intervenção passa por:**
 - reforçar das infraestruturas existentes (como o terminal intermodal de Alfarelos e a plataforma logística da Guarda, para a qual já está prevista a criação de terminal intermodal e de porto seco);
 - reativar ou criar novas infraestruturas, tais como:
 - a) a plataforma Coimbra-Mealhada no nó da Pampilhosa do Botão;
 - b) a plataforma de Cacia; o terminal de mercadorias do Fundão;
 - c) o triângulo logístico Marinha Grande – Leiria – Pombal no Carriço;
 - d) ramais ferroviários de acesso (por exemplo, Viseu-Mangualde, já previsto no PFN);
 - e) reserva de canal para futura construção de ramais de ligação às principais zonas industriais (como, por exemplo, adaptação do antigo ramal de ligação da Pampilhosa do Botão à Zona Industrial de Cantanhede);
 - f) construção de *missing links* entre as áreas empresariais e a rede rodoviária principal, numa perspetiva de integração com a espinha dorsal de acesso aos mercados europeus consubstanciada pelo Corredor do Atlântico (Linha da Beira Alta, A25 e IP3);
 - g) promoção da capilaridade intrarregional por via rodoviária.
- **Concretizar o troço rodoviário do IC31, em perfil de autoestrada, entre Castelo Branco e o posto fronteiriço em Monfortinho,** para abertura de uma nova

acessibilidade ao *hinterland* espanhol, através da província de Cáceres e das suas vias norte-sul A-66/E-803 (Rota de la Plata) e oeste-este EX-A1 e A-5 (até Madrid).

SM2. Melhorar o acesso às grandes infraestruturas de transporte e a inclusão nos corredores de âmbito nacional e internacional

- **Melhorar a acessibilidade da Região Centro às infraestruturas aeroportuárias de Lisboa e Porto**, visando o aumento da conectividade internacional. Note-se que a Região Centro é uma das poucas regiões europeias NUTS II sem um aeroporto próprio. Esta estratégia envolve, em primeiro lugar, a adequada integração do novo aeroporto nacional, cuja localização no Campo de Tiro de Alcochete foi recentemente determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2024, de 27 de maio de 2024, com a nova linha ferroviária de alta velocidade norte-sul, atualmente em fase de planeamento, tal como estabelecido pela União Europeia para o desenvolvimento de aeroportos da rede principal TEN-T. Em segundo lugar, sustenta-se a execução da ligação ferroviária entre a Estação de Campanhã e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, já prevista tanto no PFN como no PNI2030.
- **Construir uma nova linha ferroviária de alta velocidade Porto-Lisboa com serviços regulares e paragens consecutivas em Aveiro, Coimbra e Leiria**. Este eixo de intervenção passa por garantir a inserção de Leiria neste corredor norte-sul, aumentar a acessibilidade espaço-temporal entre as três principais cidades do litoral da região (em conjunto com outros serviços de comboios rápidos, como o alfa pendular), e fortalecer o *hub* intermodal de Coimbra (estação ferroviária e usos envolventes como o terminal rodoviário), de modo a alavancar benefícios a toda a Região Centro, com destaque para a ligação aos municípios do interior.
- **Construir uma nova linha ferroviária de alta velocidade Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca-Medina del Campo/Valladolid**. Este eixo de intervenção visa materializar adequadamente o Corredor do Atlântico da rede principal TEN-T, com uma linha ferroviária de alta velocidade de via dupla para uso misto (transporte de passageiros e carga). Salienta-se que este corredor internacional norte é o único eixo do Corredor do Atlântico que permite uma ligação fluida de Portugal, e de Lisboa, à Europa, tendo, portanto, uma relevância estratégica crucial para a afirmação do país. Por outro lado, a opção pelo corredor internacional sul, através do Alentejo, implica obrigatoriamente passar pela capital espanhola para chegar à Europa. O projeto concretiza também a inclusão de Viseu na rede ferroviária nacional, a qual, de acordo com o previsto no PFN, será efetivada numa primeira fase através de um ramal Viseu-Mangualde, ligando à Linha da Beira Alta. Numa segunda fase, a ligação de Viseu à linha de alta velocidade do eixo litoral Lisboa – Porto em Aveiro/Albergaria-a-Velha, embora não seja a que maximiza a procura da Região Centro (a opção seria Coimbra), maximiza, no entanto, a procura conjunta da Região Centro e da Região Norte.
- **Modernização da Linha do Oeste**. A total eletrificação da rede e a implementação do sistema ERTMS/ECTS (já prevista em vários planos e programas nacionais, como o PNI2030, o PFN e o Centro 2030) possibilitarão uma melhor interoperabilidade da rede e dos serviços.
- **Reforço das ligações entre os principais eixos rodoviários do litoral e o território envolvente**. As autoestradas têm um papel estruturante como vias de ligação entre os

principais centros urbanos, mas também na interação com o sistema viário capilar dos territórios onde passam; esta última função é tanto mais importante quanto esses territórios tenham uma elevada densidade populacional e industrial, como é o caso do litoral do Centro. Daqui se infere que o número de nós na A1 é insuficiente, sendo fundamental a construção de dois nós adicionais na região: um, entre a Mealhada e o Mamodeiro (Aveiro) e, outro, no ponto onde a A1 e o IC2 se cruzam, a sul de Pombal.

SM3. Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional

- **Reforçar a acessibilidade e a mobilidade rodoviária entre os subsistemas territoriais do interior e do litoral da Região Centro como fator-chave de correção de assimetrias, de promoção da coesão, e de afirmação do carácter policêntrico da região.** Este eixo de intervenção inclui:
 - a ligação com perfil de autoestrada entre Coimbra e Viseu; note-se que o atual troço do IP3 não oferece, há vários anos, o nível de serviço determinado para um IP e que o elevado tráfego médio diário e o expressivo tráfego de pesados exigem indubitavelmente um perfil de autoestrada);
 - a conclusão do IC6, no troço Tábua – Oliveira do Hospital – Covilhã, oferecendo uma ligação transversal, crucial para a coesão territorial e ligação Litoral-Interior;
 - a beneficiação geral do IC8, com destaque para o troço entre Avelar (Ansião) e Pombal, no qual a atual estrada não tem um perfil compatível com a designação de IC; este investimento antecipa o previsível aumento do volume de tráfego decorrente da construção do IC31;
 - a concretização das restantes ligações previstas no PRN2000 (mas nunca executadas), com traçados e perfis adequados à realidade atual, com destaque para o IC37 no troço Seia – Nelas, para o prolongamento do IC12 (Canas de Senhorim/Nelas – Mangualde/A25) e para a ligação com perfil de autoestrada entre Aveiro e Águeda.
- **Aumentar a segurança nas estradas nacionais e regionais,** nomeadamente para os utilizadores mais vulneráveis, sobretudo nas ligações que atravessam as localidades da Região Centro.
- **Desenvolvimento da rede regional de aeródromos e heliportos.** Este eixo de intervenção visa a criação de uma rede regional de aeródromos e heliportos, baseada em infraestruturas existentes ou previstas nos concelhos de Viseu, Covilhã, Castelo Branco, Seia, Lousã, Coimbra, Leiria e Aveiro/S. Jacinto. A abordagem assenta na lógica de complementaridade e integração funcional, podendo incluir a requalificação e ampliação das infraestruturas atuais. O principal objetivo é melhorar a capacidade regional de resposta a incêndios e emergências médicas, bem como reforçar a atratividade da região para voos regulares de companhias aéreas regionais, voos *charter*, e atividades de instrução, treino, desporto e lazer. Adicionalmente, será avaliada a viabilidade do transporte aéreo de carga como alternativa logística complementar.

SM4. Fomentar sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais

- **Consolidação de sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais,** através da promoção dos transportes coletivos nos movimentos pendulares

(municipais e intermunicipais) e dos modos suaves e partilhados em ambiente urbano, e, em parte, pela beneficiação de alguns troços rodoviários. O investimento nos transportes coletivos e suaves deve ser realizado numa lógica integrada de sistemas de mobilidade-como-serviço, com o objetivo de diminuir a quota modal do transporte individual motorizado e, assim, contribuir para a descarbonização do setor dos transportes e para a redução do congestionamento nos centros urbanos. A este propósito, destacam-se:

- o investimento em curso, com a perspetiva de futura expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego como espinha dorsal da mobilidade sustentável na Região de Coimbra, podendo a experiência adquirida servir de base para a estruturação dos movimentos pendulares intermunicipais noutros subsistemas territoriais;
 - a duplicação da linha ferroviária entre Alfarelos e a Figueira da Foz, para permitir melhores serviços de transporte ferroviário entre Figueira da Foz e Coimbra;
 - a melhoria, ampliação ou construção dos troços rodoviários Águeda – Aveiro e Cantanhede – Coimbra;
 - a criação de redes urbanas de ciclovias, extensas, abrangentes e com elevada conectividade, capazes de dar resposta a necessidades diárias de mobilidade da população;
 - o desenvolvimento de plataformas de mobilidade-como-serviço para integração de dados, serviços, e tarifas de diferentes soluções de transporte.
- **Promover os serviços de transportes flexíveis.** Reforço dos serviços de transportes flexíveis (nos pontos de paragem, nas rotas e nos horários), em territórios de baixa densidade; poderão também ser equacionados em linhas urbanas de reduzida frequência, fora das horas de ponta ou para apoio à mobilidade da população mais vulnerável.

SM5. Promover a eletrificação, a digitalização e a integração modal

A promoção da eletrificação, da digitalização e da integração modal deve ser efetuada de forma transversal a todos os sistemas de transportes de passageiros e de mercadorias, contribuindo para a descarbonização, para a competitividade, para o aumento geral da segurança, para uma maior equidade de acesso e para a diminuição do congestionamento no centro das cidades. Estas linhas estratégicas transversais incluem também a concretização de investimentos na cobertura 4G e 5G, a promoção de mobilidade-como-serviço (MaaS) com integração tarifária, e a criação de *smart mobility hubs*.

Sistema de Energia

As características atuais da Região Centro devem ser tidas em conta numa abordagem pragmática, mas ambiciosa, do processo de transição energética. É necessário garantir coerência entre os objetivos para a região e os objetivos estratégicos definidos para o país, em sintonia com as orientações de política energética da UE. Assumem-se, por conseguinte, dois cenários: um corresponde ao cumprimento das metas enunciadas no Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), versão revista, e o outro à adaptação às metas enunciadas na proposta de revisão da diretiva da UE de eficiência energética.

Em 2019, de acordo com dados da Direção-Geral de Energia e Geologia, a Região Centro registava uma participação de pouco mais de 16% de energias renováveis no consumo final. O ponto de partida considerado no PNEC para 2020 era de 31%, com uma meta de 49% em 2030. A diferença entre as distâncias nacional e regional em relação a essa meta é muito ampla.

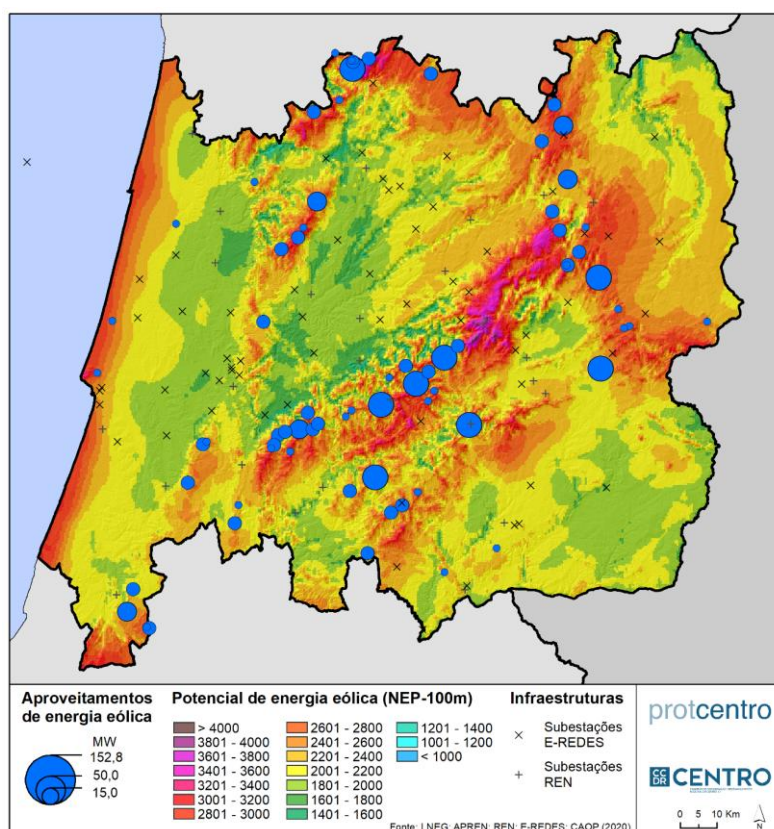


Figura 24. Aproveitamentos e potencial de energia eólica

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: LNEG; APREN; REN; E-REDES (2021).

No PNEC considera-se que, em 2020, cerca de 60% da energia elétrica foi de origem renovável, ambicionando-se um valor de 85% em 2030. Na Região Centro, em 2019 esta percentagem foi um pouco inferior a 52%, colocando a região a uma distância maior da meta nacional.

Estes dois requisitos condicionam as quotas da energia elétrica e das restantes formas de energia na estrutura do abastecimento energético em 2030, sabendo que também se advoga o aumento progressivo da eletricidade no consumo final. Simultaneamente, os compromissos do PNEC, quanto à eficiência energética, estipulam uma redução do consumo de energia final relativamente a 2020 em linha com o estipulado na diretiva de eficiência energética revista e publicada em setembro de 2023.

O PNEC assume limitar a dependência energética a 65% em 2030. O país registou em 2020 uma dependência de 65,8% enquanto a região teve, no mesmo ano, uma dependência energética de 82,9%. Será, portanto, mais difícil à Região Centro do que ao país no seu conjunto assegurar o cumprimento desta meta, embora se deva exigir que a região maximize a sua produção endógena, também como forma de contribuir para o objetivo nacional.

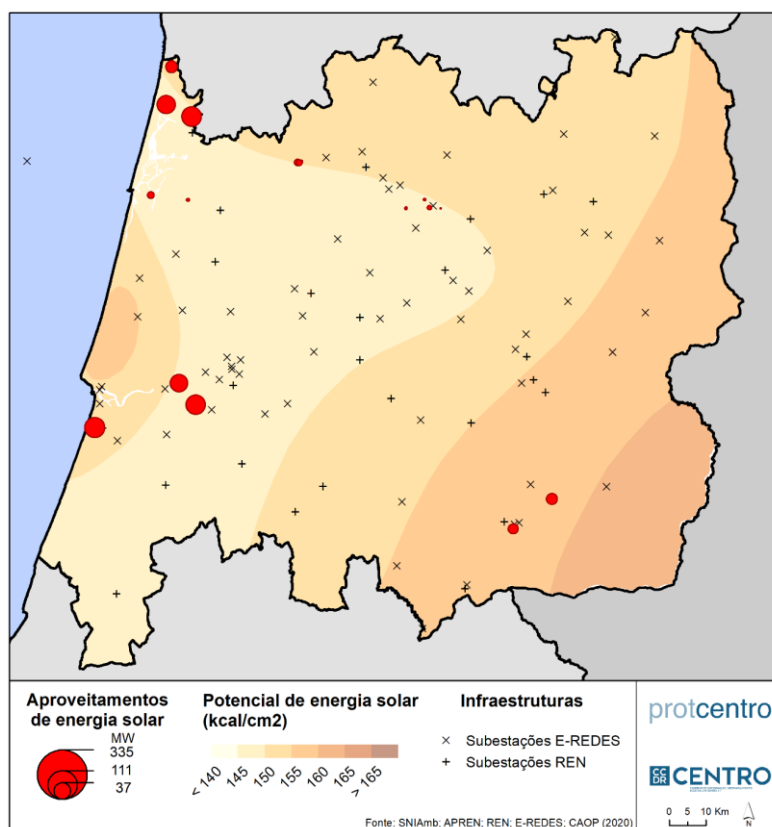


Figura 25. Aproveitamentos e potencial de energia solar

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: APA, SNImb; APREN; REN; E-REDES (2021).

As emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) registadas na região em 2013, que totalizaram 8.711 kt, correspondem a uma taxa negativa de crescimento médio anual de -3,4% desde 2005. Para atingir a meta de 2030, de 6.078 kt, a taxa de crescimento médio anual deverá ser de -2,1%, o que representaria um alívio da exigência em relação ao que tem sido verificado até agora.

A orientação da mais recente versão da diretiva de eficiência energética, assumida no PNEC, aponta para a realização anual, de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, de novas economias de energia que ascendam a 0,8 % do consumo anual de energia final, calculadas com base na média do último período de três anos anterior a 1 de janeiro de 2019. Porém, para o período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2030, requer novas economias que ascendam a 1,3 %, 1,5% e 1,9% anuais nos dois biénios seguintes e no último triénio da década, respetivamente. Esta orientação traduz-se numa redução de 13,7% do consumo de energia final durante a década 2021-2030. Nestas condições, o cumprimento das metas definidas no PNEC para a incorporação de energias renováveis no abastecimento da região requer um ritmo de crescimento da produção renovável de cerca de 3,6% anuais, o que parece exequível.

Este valor requer um ritmo e um volume de investimento muito elevados, que tirem bom partido do potencial existente ainda por explorar. A concretização destes investimentos tem que ter em

conta as restrições de diversa natureza que limitam o uso do solo para a instalação de aproveitamentos de energia renovável, o que é facilitado pelo estudo realizado pelo LNEG sobre áreas com menor sensibilidade ambiental e patrimonial. Quanto aos investimentos em energia eólica offshore, previstos na proposta do Plano de Afetação para as Energias Renováveis *Offshore* (PAER) que contempla 4GW ao largo da Figueira da Foz, a localização das interligações pode ocorrer numa faixa ao longo do litoral entre as subestações (SE) da Feira e de Rio Maior, com potencial intervenção de SE localizadas na Região Centro - Paraimo, Lavos e Batalha. A grande importância da exploração do potencial eólico offshore, também para a fileira do hidrogénio verde, dita que as intervenções indispensáveis no território da região se concretizem com escrupulosa observação de todos os fatores económicos, sociais e ambientais o que determina o planeamento cuidadoso e a articulação das autoridades intervenientes e dos instrumentos de gestão do território em vigor. Pressupõe, simultaneamente, sucesso na concretização da meta nacional de redução do consumo de energia final como resultado de aumento da eficiência energética nas empresas, nas habitações e nas infraestruturas públicas (hospitais, universidades, etc.). Aumentar a eficiência energética global dos sistemas associados ao ciclo urbano da água, através de adaptações tecnológicas, de correção de fugas e de conversões de energia atualmente não aproveitada, corresponde a uma contribuição adicional importante para este objetivo.

A tendência para uma penetração progressiva da mobilidade elétrica pode, subsidiariamente, contribuir para atingir a meta de redução do consumo de energia final, dada a maior eficiência das conversões de energia em comparação com as associadas ao uso de motores de combustão interna. Para tal, é necessário um correspondente crescimento da infraestrutura de carregamento de baterias e, a montante, um reforço da infraestrutura da rede elétrica de distribuição.

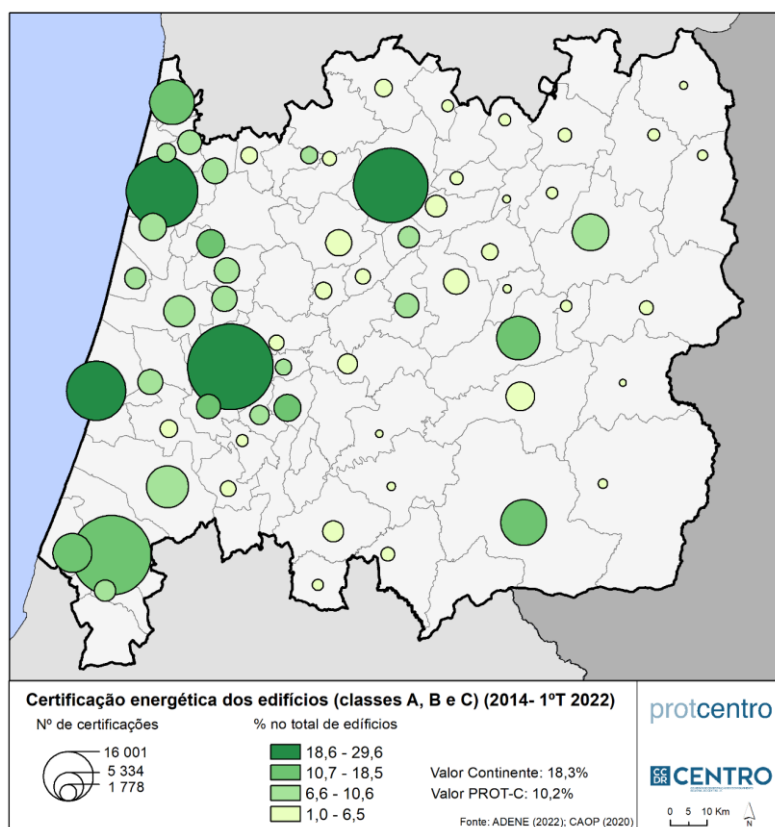


Figura 26. Certificação energética dos edifícios

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: ADENE (2022).

O alinhamento da região com as políticas e iniciativas que vierem a ser adotadas a nível nacional para o hidrogénio contribuirá de forme coerente para as metas enunciadas, já que as apostas serão sempre em torno do hidrogénio verde, estimulando a produção renovável de eletricidade.

Transversalmente a todos os cenários possíveis, surge como particularmente aguda a necessidade de dar resposta às situações de pobreza energética. Os indicadores disponíveis mostram uma posição desfavorável da Região Centro em termos de condições sociais e de pobreza, mesmo quando comparada com o resto do país. Por um lado, é necessário e possível, a curto prazo, utilizar um conjunto de medidas que permitam simultaneamente aumentar o conforto e a qualidade de vida das pessoas em situação de pobreza energética, garantindo que isso seja feito em consonância com uma utilização eficiente da energia. Por outro lado, aumentar a literacia energética da população garante uma maior capacidade das pessoas para gerir a forma como adquirem e utilizam a energia, contribuindo para o aumento global da eficiência. A promoção de centros de aconselhamento disseminados pelo território é uma prática adotada com bons resultados em outras geografias, assim como a inclusão de tópicos específicos sobre energia nas atividades escolares, visando o aumento da literacia junto da população infantil e jovem, o que contribui também para o efeito multiplicador no contexto familiar.

Opções Estratégicas

SEN1. Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no valor correspondente a uma taxa de crescimento (negativo) média anual que garanta um abatimento das emissões relativamente a 2005 perto do limite superior do compromisso nacional, de 55%.

SN2. Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final para um valor igual ou superior à meta do PNEC para 2030, exigindo um forte investimento durante toda a década.

SN3. Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa até ao fim da década, em linha com a meta do PNEC para o consumo de energia final.

SN4. Aumentar a eficiência energética no abastecimento público de água, respeitando um limite superior conservativo do consumo de energia elétrica para esse fim.

SN5. Promover o aumento da literacia energética e a mitigação da pobreza energética, com um maior número de cidadãos capazes de compreender os seus direitos e de reivindicar um tratamento justo.



OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE TERRITORIAL - **SISTEMA URBANO**

Refletir sobre o Sistema Urbano (SU) implica uma leitura integrada dos processos de mudança em curso. A concentração da produção económica associa-se aos processos de aglomeração urbana do conhecimento e da inovação; as alterações climáticas e ambientais intensificam as injustiças sociais, na medida em que os seus efeitos se refletem de forma assimétrica, afetando principalmente os grupos mais desfavorecidos, o que reclama um urbanismo mais ecológico e sustentável; as dinâmicas populacionais e as desigualdades sociais refletem-se nos territórios, exigindo intervenções mais inclusivas.

A dimensão e a abrangência dos desafios atuais justificam uma nova agenda urbana, mais integradora e intervencionista, sustentada por um maior relacionamento interurbano e urbano-rural, com vista ao desenvolvimento de um modelo de bem-estar descentralizado. Isso pressupõe comunidades e agentes ativos, colaborativos e capazes de promover novas respostas transformadoras, voltadas para a inovação económica, social e ambiental, para um desenvolvimento territorial mais resiliente e para uma qualidade de vida que inclua todos os cidadãos.

Assim, os objetivos de base territorial, concretizando a estratégia do PNPOT, devem ser estruturados em torno de três escalas de intervenção, através de:

- uma maior sustentabilidade e inclusão, afirmada em todos os centros urbanos;
- uma maior cooperação interurbana e rural-urbana regional, estruturada em subsistemas territoriais;
- uma maior integração dos centros urbanos regionais nas redes nacionais e globais.

Uma maior sustentabilidade e inclusão, afirmada em todos os centros urbanos

Garantir a projeção externa da região e a eficiência sistémica das sub-regiões, tem como condição necessária a qualidade dos espaços urbanos e as vivências que estes proporcionam. Qualificar os centros urbanos implica:

- valorizar o edificado e o espaço público, cuidando do desenho urbano, do património construído e natural, salvaguardando e valorizando o património, e garantindo uma oferta adequada de espaços verdes e infraestruturas de uso comum, em articulação com um sistema de comércio e serviços dinâmico;
- densificar o tecido urbano, privilegiando a qualificação em detrimento da expansão urbana, promovendo a oferta de habitação digna, para todos e a custos acessíveis,
- garantir a disponibilidade de emprego digno nos diversos níveis de qualificação, e combater a exclusão social e a segregação espacial;
- reforçar a multifuncionalidade, otimizando a localização das áreas de localização empresarial e das estruturas comerciais e de serviços, assim como das áreas de habitação, evitando a segregação excessiva de usos e contrariando as deslocações pendulares massivas, em particular as baseadas no automóvel;
- promover a sustentabilidade e a competitividade da oferta de comércio e serviços, com destaque para as atividades especializadas, cruciais para a atratividade económica e urbana, contribuindo para o reforço da inovação económica e a afirmação urbana;
- fomentar as economias de proximidade contribuindo assim para o desenvolvimento de serviços e cadeias de abastecimento locais que fomentam o emprego, o bem-estar, a inclusão e a coesão social;
- garantir a oferta de serviços correspondente ao nível hierárquico de cada centro, nomeadamente, nos transportes, no ensino, na saúde, no apoio social, no comércio, na

cultura e lazer, no desporto e dos serviços públicos em geral. promover a vivência coletiva, a participação cívica e o sentido de pertença;

— promover modelos urbanos mais sustentáveis e saudáveis:

- compatíveis com as especificidades físicas do território (clima, relevo, recursos hídricos) e mais bem integrados no ambiente natural;
- que usem racionalmente a água, numa lógica crescente de circularidade;
- mais resistentes aos riscos naturais e tecnológicos e aos efeitos das ondas de calor e frio;
- mais eficientes no uso de energia e que contribuam para a produção de energias renováveis;
- que racionalizem os sistemas de recolha e tratamento de resíduos e sensibilizem a população para práticas que minimizem a sua produção;
- que promovam os transportes coletivos e a mobilidade suave, diminuindo o uso do automóvel, através da promoção de modos ativos como a bicicleta e o andar a pé, os quais, além de contribuírem para a saúde e a redução das emissões.

— promover sistemas participativos e inteligentes de gestão urbana:

- incentivando a participação pública nos processos decisórios;
- incentivando a decisão baseada em informação;
- incentivando a conexão de diversos sistemas de informação e a sua otimização por inteligência artificial e técnicas de realidade virtual e realidade aumentada.

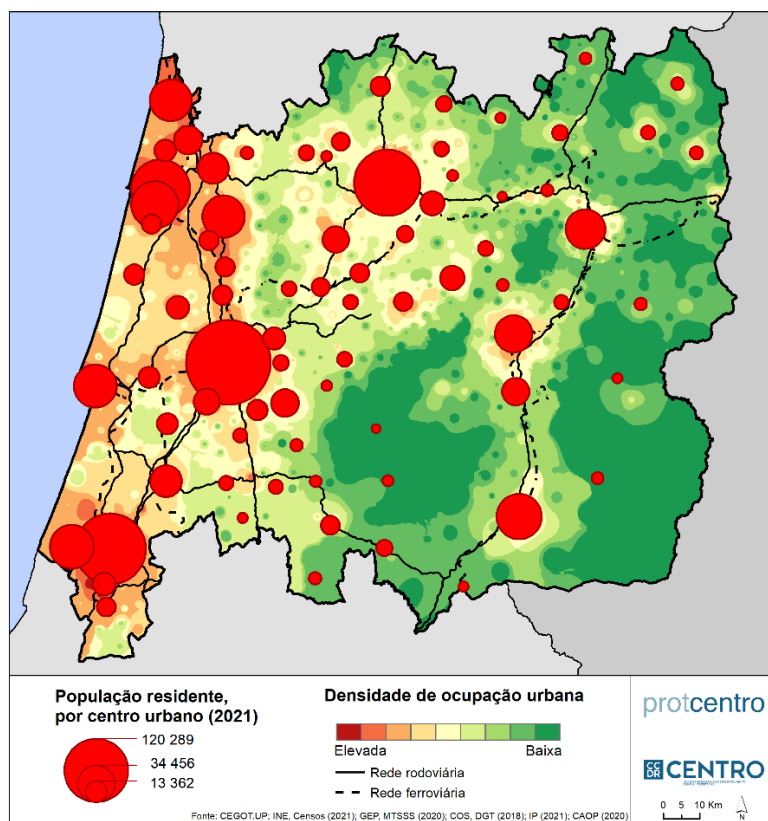


Figura 27. População residente por centro urbano e densidade de ocupação urbana

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: CEGOT.UP; INE (2021); MTSSS, GEP (2020); COS (2018).

Uma maior cooperação interurbana e rural-urbana regional, estruturada em subsistemas territoriais

A projeção da região na esfera nacional e global está condicionada pelas suas características internas, refletidas na funcionalidade e eficiência do seu sistema produtivo, na qualidade de vida que oferece, na variedade das redes a que está associada e na intensidade das relações que estas criam. Estas são, simultaneamente, causas e consequências da atratividade de pessoas e investimentos.

As alterações na estrutura do povoamento, aliadas à melhoria das redes de transporte e de comunicação, à transição digital e ecológica, ao confronto entre processos de desindustrialização e as novas necessidades derivadas de uma economia mais intensiva em conhecimento e inovação, mas também às mudanças nos estilos e modos de vida, transformaram o território, influenciando o modo como os indivíduos e as organizações se relacionam. Estas transformações traduzem-se na necessidade de promover a compactação do edificado, a qualificação do espaço urbano, a valorização ecológica e uma mobilidade mais sustentável, bem como na oferta de habitação adequada, espaços públicos qualificados e aprazíveis, património e serviços culturais, infraestruturas e valências diferenciadoras da vivência dos seus habitantes e da atratividade das empresas que irão renovar a estrutura económica, a caminho da sociedade do conhecimento.

Cuidar dos espaços intersticiais urbano-rurais e dos territórios rurais envolventes é também uma prioridade, o que pressupõe intervenções em matéria de valorização ecológica e qualificação dos circuitos curtos de abastecimento. Os recursos ambientais, como a água, o solo, a biodiversidade, a qualidade do ar, a floresta e as áreas agrícolas, desenvolvem serviços de ecossistema fundamentais para o desenvolvimento de uma economia verde e geradora de riqueza. Devem, assim, integrar-se numa estratégia para a transição ecológica, no âmbito de redes de colaboração a potenciar, nomeadamente as Operações Integradas de Gestão da Paisagem. Numa perspetiva sistémica, os aglomerados urbanos devem incorporar nas suas estratégias os recursos dos espaços rurais envolventes, procurando transformar a problemática da ruralidade em oportunidades.

As transformações da estrutura de povoamento e dos requisitos locativos das diversas atividades resultaram na expansão territorial das bacias de emprego e nas alterações das áreas de influência dos serviços, reforçando o policentrismo urbano. Os sistemas de mobilidade (casa-estudo, casa-trabalho, casa-comércio, casa-serviços) construíram áreas ou sub-regiões funcionais, espaços de interações interurbanas e urbano-rurais que definem uma geografia relacional, base para desenhar políticas de localização e dimensionamento de serviços de interesse geral. Estas devem otimizar simultaneamente acessibilidades e economias de escala, condições necessárias, mas não suficientes, para garantir a qualidade da oferta; esta depende igualmente do modelo organizacional e dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Em conclusão, a estratégia territorial da Região Centro deve assentar num conjunto diversificado de subsistemas territoriais estruturantes, os quais servirão de base para os modelos de desenvolvimento a serem definidos pelas respetivas NUTS III, de acordo com a sua autonomia, consagrada na lei. Partindo das centralidades e eixos urbanos discutidos no ponto anterior, define-se a seguinte organização do território, conforme indicado na *Figura 28*:

- **Sistemas urbanos do litoral**
 - Subsistema da Região de Aveiro

- Subsistema da Região de Coimbra
- Subsistema da Região de Leiria
- **Sistemas urbanos de transição**
 - Subsistema de Viseu Dão Lafões
 - Subsistema de Tábua – Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia
 - Subsistema do Pinhal Interior
- **Sistema urbano do interior**
 - Eixo Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco

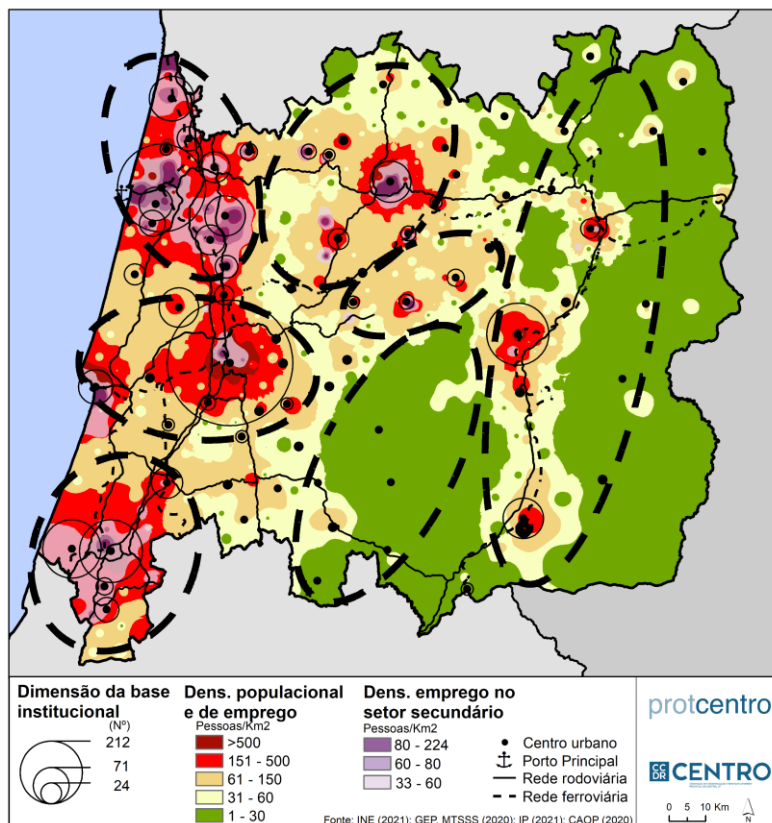


Figura 28. Promover a cooperação urbana e territorial
 Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: INE (2021); MTSSS, GEP (2020).

Deve ser tornado claro que o PROT não define, propositadamente, os limites territoriais de cada subsistema regional e não tem como objetivo impor-lhes qualquer designação, organização e definição estratégica, pois a eles cabe esse exercício. Será assim da responsabilidade de cada sub-região NUTS III (ou de associações de NUTS III, quando os subsistemas territoriais estruturantes integrarem mais do que uma sub-região), respeitando as diretrizes do PROT, estabelecer e definir o modelo territorial mais adequado, tendo em consideração:

- As interdependências funcionais existentes ou potenciais;
- As complementaridades económicas, sociais e ambientais e, em particular, as que ligam os centros urbanos à sua envolvente rural;
- As redes e os sistemas de acessibilidades existentes ou previstos;

- O reforço da abrangência e qualidade dos serviços de interesse geral;
- O apoio à inovação económica e social;
- A valorização dos ativos territoriais;
- O modelo de desenvolvimento que se pretende concretizar.

Uma maior integração dos centros urbanos regionais nas redes nacionais e globais

Este objetivo visa a organização do território, com o intuito de afirmar a Região Centro externamente, por um lado, contrariando os intensos processos de polarização exercidos pelas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e, por outro, reforçando a coesão e a inovação regional e nacional. Pressupõe o aumento da atratividade regional de residentes, visitantes, estudantes e investimentos externos. A colaboração interterritorial deve configurar projetos e dinâmicas de transformação a partir dos centros urbanos, envolvendo empresas, universidades, municípios e agências governamentais.

Tal exige o reforço das principais centralidades e da sua capacidade de estruturar o território regional e projetar a Região Centro externamente. Para melhorar a relevância dos contextos urbanos, é necessário reforçar as infraestruturas e sistemas de comunicação, melhorar a oferta de habitação e serviços de nível superior, promover redes de cooperação e governação inter-regional e intermunicipal, e fomentar dinâmicas de crescimento e transformação a partir de uma presença mais significativa nos mercados e espaços de decisão nacional e supranacional. Isso significa transformar algumas centralidades em rotas de internacionalização, competitividade e coesão territorial.

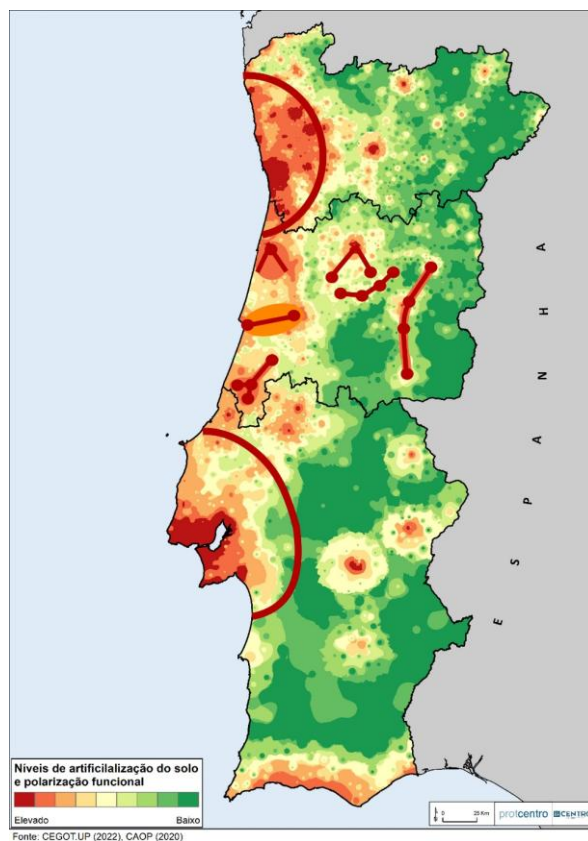


Figura 29. Sistema urbano regional e polarização metropolitana

Fonte: elaboração própria; fonte dos dados: INE (2011, 2021); COS (2018).

A *Figura 29* mostra o conjunto das centralidades e eixos urbanos da Região Centro, num quadro territorial nacional dominado pelas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O sistema policêntrico regional atrai recursos institucionais, infraestruturais e humanos mais qualificados, definindo os nós estratégicos das redes colaborativas a nível nacional e internacional, e concentrando investimento, equipamentos e serviços de referência. Oferece também um quadro de vida diferenciador e apelativo.

O sistema policêntrico deve apoiar estratégias regionais e sub-regionais, focadas nas dimensões económica, social, cultural, comunicacional e ambiental, nas cadeias de valor e inovação globais, bem como nos fluxos de investimento, turistas e migrantes. O sistema de centralidades em rede materializa-se em nós de serviços e fluxos de pessoas, bens e informação, suportados por infraestruturas viárias e de telecomunicações, à escala nacional, da Península Ibérica, da Europa e do resto do Mundo.

Opções Estratégicas

SU1. Promover a sustentabilidade e a qualidade urbana

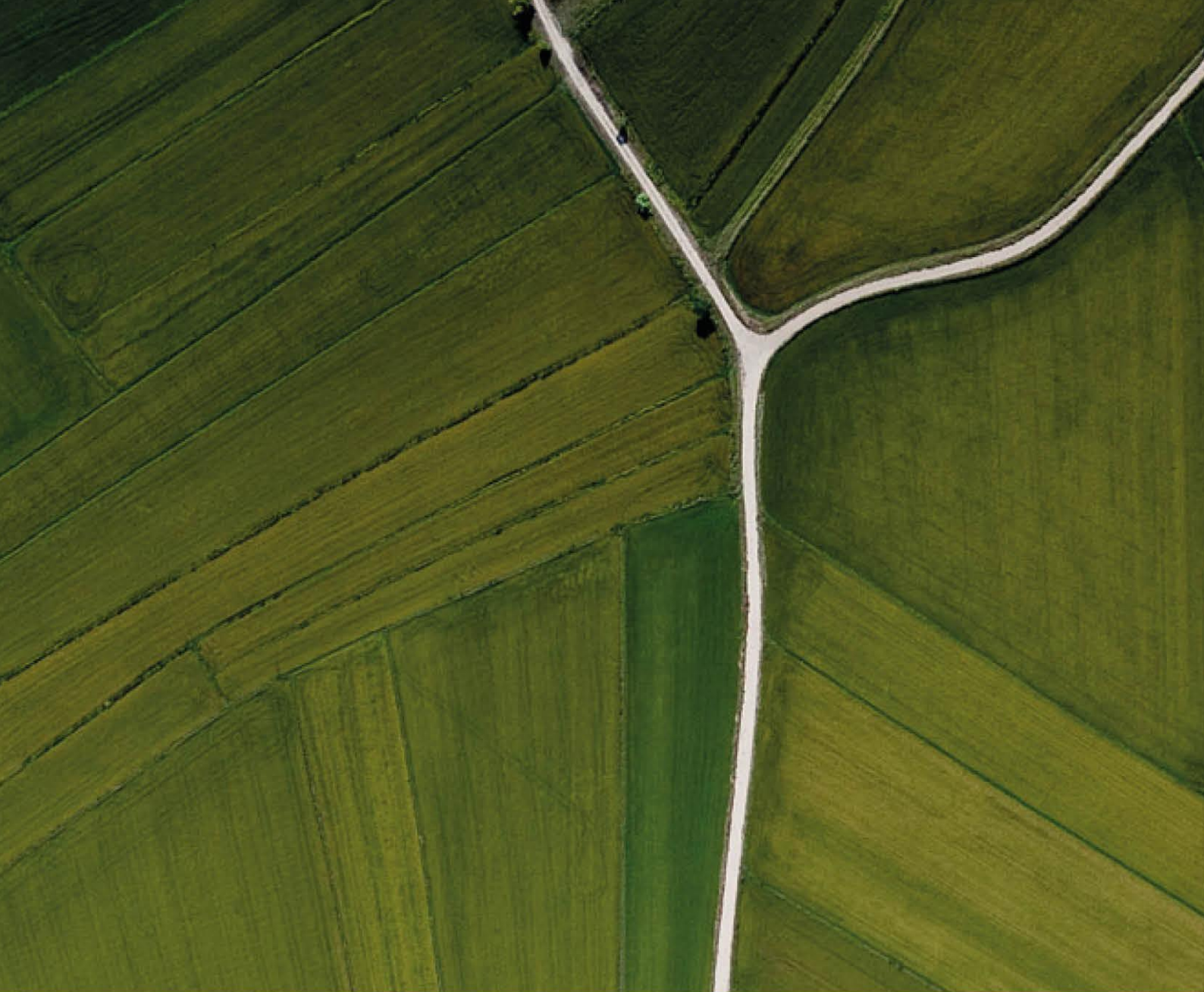
- a) Valorizar o edificado e qualificar os espaços públicos, em articulação com a oferta de comércio e serviços de proximidade
- b) Promover modelos urbanos mais sustentáveis e saudáveis
- c) Regenerar a atividade económica urbana de forma integrada
- d) Aumentar a inclusão social e a oferta habitacional
- e) Diminuir a dependência do transporte individual

SU2. Aumentar a cooperação interurbana e rural-urbana enquanto fator de coesão regional

- a) Em torno dos sistemas urbanos dos territórios do litoral
- b) Em torno dos sistemas urbanos dos territórios de transição
- c) Em torno dos sistemas urbanos dos territórios do interior

SU3. Reforçar a integração dos centros urbanos nas redes nacionais e globais

- a) Promover redes urbanas suprarregionais e intrarregionais
- b) Reforçar eixos urbanos intrarregionais

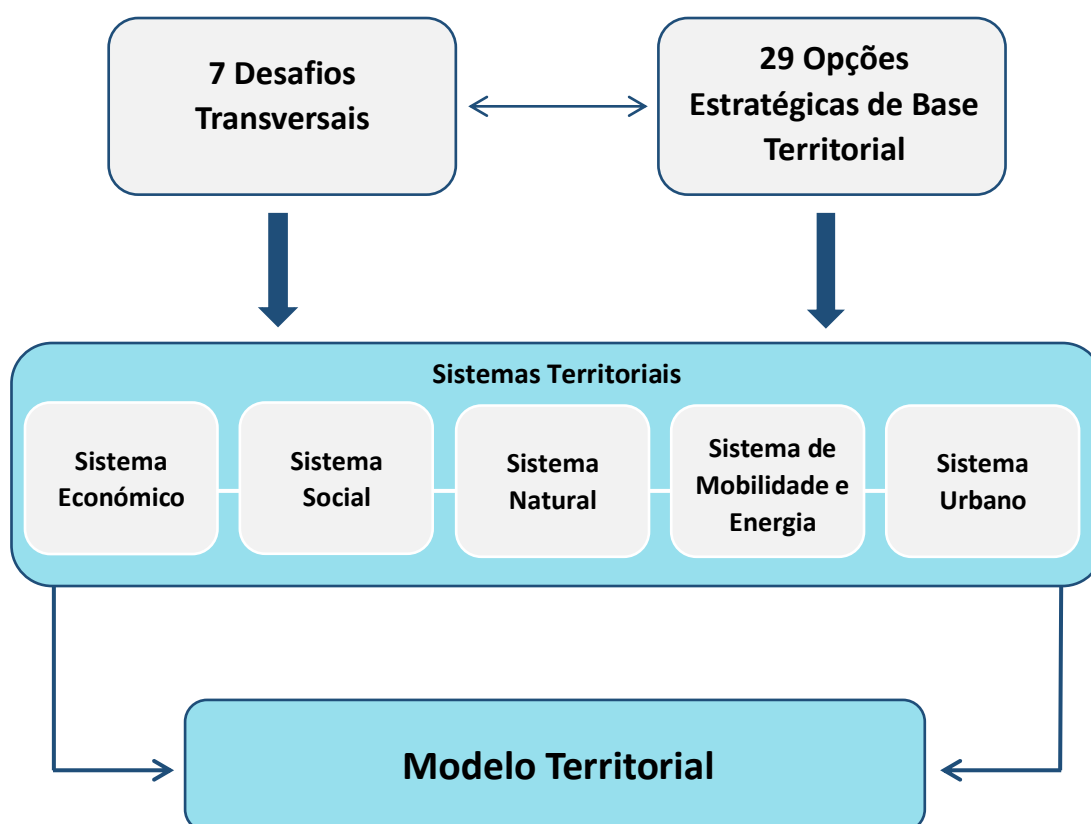


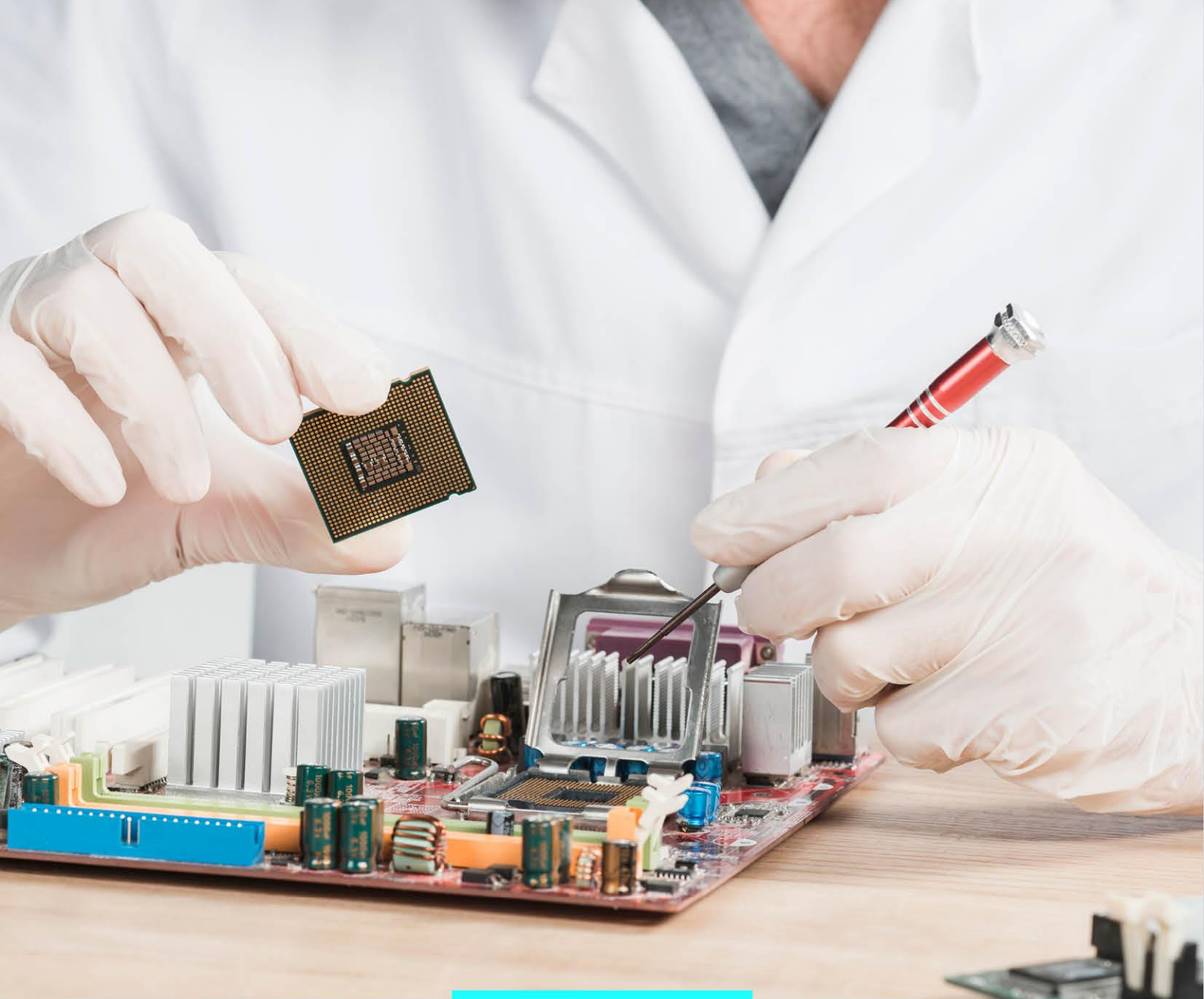
2. SISTEMAS TERRITORIAIS E MODELO TERRITORIAL

Enquadramento

A concretização do Modelo Territorial da Região Centro segue os DT e as OEBT identificadas e vai sustentar-se em cinco Sistemas Territoriais: o Sistema Económico; o Sistema Social; o Sistema Natural; o Sistema de Mobilidade e Energia e o Sistema Urbano. Os Sistemas evidenciam estratégias territoriais direcionadas tendo em vista a promoção da inovação e da competitividade territorial, o reforço da qualidade de vida e da coesão social, o aumento da conectividade internacional e da mobilidade regional e local, a promoção da sustentabilidade energética e o fomento de uma estruturação urbana polinucleada que reforça a atratividade e os relacionamentos interurbanos e urbano-rurais.

O Modelo Territorial assenta num modelo de desenvolvimento policêntrico, que pretende dinamizar a cooperação espacial, fortalecendo as especificidades territoriais e contrariando as vulnerabilidades críticas. Fomenta trajetórias, estrutura redes e agrega recursos, procurando responder às aspirações locais e regionais e à necessidade de colocar a região numa melhor posição para a internacionalização.





SISTEMA ECONÓMICO

Sistema Económico

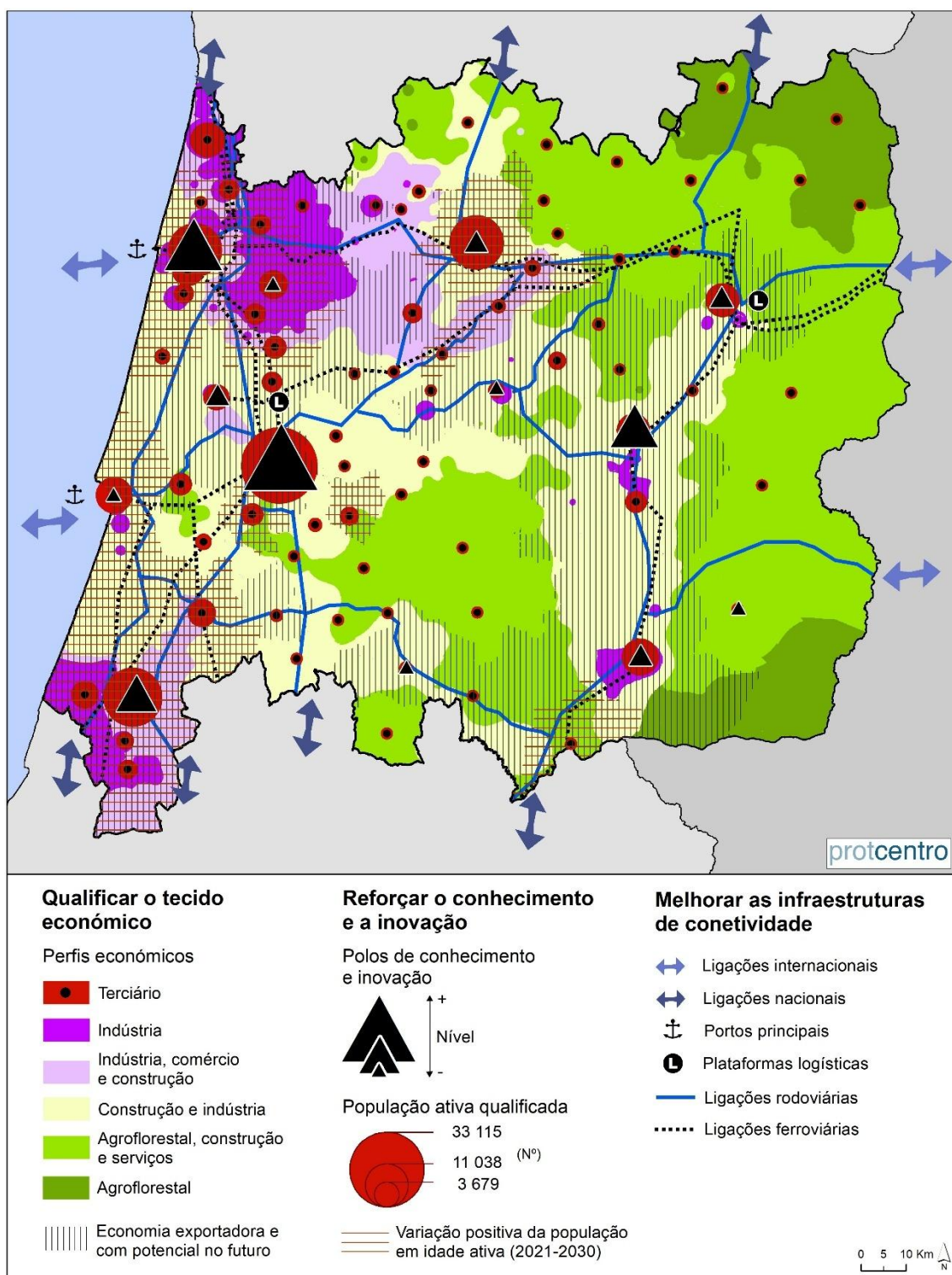
Para atingir os objetivos centrais de crescimento e modernização da sua economia, a Região Centro tem de desenvolver uma estratégia centrada na sua capacidade exportadora e na crescente interação com o Sistema Científico e Tecnológico (SCT). A região é detentora de capital humano, institucional, organizacional, cultural e ambiental diversificado, que criam mosaicos de capital territorial com forte potencial de valorização económica.

O modelo territorial deve ter em atenção que a região evidencia disparidades internas, particularmente vincadas pelas assimetrias que se filiam no perfil e na dinâmica das atividades económicas prevaletentes em cada território e que encontram tradução num ordenamento espacial dual:

De um lado, o **Centro Litoral alargado**, assente nos polos urbanos mais competitivos, inovadores e de acentuado pendor industrial e exportador das NUTS III Região de Aveiro e Região de Leiria, bem como na oferta de serviços de nível superior e de novas fileiras industriais emergentes na NUTS III Região de Coimbra; a este território litoral, vertebrador da economia regional, pode associar-se a NUTS III Viseu Dão Lafões, também ela assente numa importante dimensão industrial e exportadora. Este é um território onde existem centralidades urbanas com escala, densidade e diversidade de atividades económicas. Este aparelho produtivo multissetorial (agroalimentar; pasta e papel; cerâmica e vidro; metalomecânica; moldes e ferramentas; químico-farmacêutica; TICE; automóvel) deverá continuar a ser a força motriz da economia regional, uma economia que se afirma pelo seu perfil ainda fortemente industrial e exportador e cujo desafio maior passará pela capacidade em garantir subidas nas respetivas cadeias de valor, mitigando a concorrência de fabricantes localizados em países com menores custos laborais, sobretudo por via da aposta em estratégias assentes na qualidade, na inovação e na diferenciação.

De outro lado, o **Centro Interior**, cuja malha urbana característica é assegurada por cidades de média-pequena dimensão, necessita de reforçar a sua capacidade de promoção do desenvolvimento social e do crescimento económico deste território. Destaca-se o eixo urbano Guarda – Belmonte – Covilhã – Fundão – Castelo Branco, pelo seu papel estruturante de amarração de importantes atividades industriais e de serviços especializados. Complementarmente, os pequenos lugares urbanos oferecem serviços de proximidade. Este espaço territorial de baixa densidade demográfica e económica, para além da dinâmica de terciarização largamente assente no comércio local e nos serviços pessoais e sociais, bem como no turismo, possui ainda uma economia de base rural onde preponderam atividades como a agricultura e a pecuária, detendo, na ligação com o ramo agroalimentar, uma larga gama de produtos de excelência agroalimentar (DOP e IGP) de reconhecimento comunitário, contribuindo para a segurança alimentar do país e suportando a paisagem associada ao turismo de natureza e rural. Outra das atividades é a silvicultura, frequentemente inserida em fileiras transformadoras a jusante, como a produção de pasta/papel e de biocombustíveis. Estes territórios têm como principal trunfo diferenciador o vasto património natural e cultural que constitui um elemento-chave para promover o desenvolvimento económico competitivo e sustentável com base na valorização dos seus recursos endógenos.

Sistema Económico da Região Centro



As trajetórias de desenvolvimento futuras devem responder tanto a objetivos de equidade e de reforço da coesão intra e interterritorial, como a objetivos orientados por critérios de eficiência e inovação, que permitam à região, no seu conjunto, incrementar os níveis de competitividade territorial, tanto interna como externa. Esta aposta pressupõe uma mobilização acrescida e sistemática de todos os recursos endógenos regionais, ao mesmo tempo que prevê o reforço da capacidade da região em mobilizar recursos exógenos. Este cenário de reestruturação competitiva das bases da economia deverá, igualmente, assentar na promoção e qualificação da capacidade endógena de inovar e empreender.

O SCT da Região Centro constitui um dos mais importantes ativos estratégicos na promoção da inovação e da requalificação competitiva da economia regional. Embora distribuído pelas principais cidades da região, tem ainda uma ação aquém do expectável na dotação de fatores acrescidos de competitividade do tecido produtivo regional. O modelo económico regional é fortemente tributário da capacidade de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido produtivo, ainda muito centrada nos intervenientes mais ativos do SCT e enviesada para alguns setores e para grandes empresas, situação a que urge atentar. O policentrismo que caracteriza a malha urbana regional, alicerçada numa rede de médias e pequenas cidades, constitui a tessitura de amarração do essencial da atividade económica do território. A par da existência de empresas de grande dimensão, frequentemente associadas a investimentos diretos estrangeiros, o tecido económico e empresarial regional assenta, basicamente, na micro, pequena e média empresarialidade de matriz endógena. É, nesse sentido, fundamental responder de forma eficaz aos desafios associados a este perfil urbano e económico.

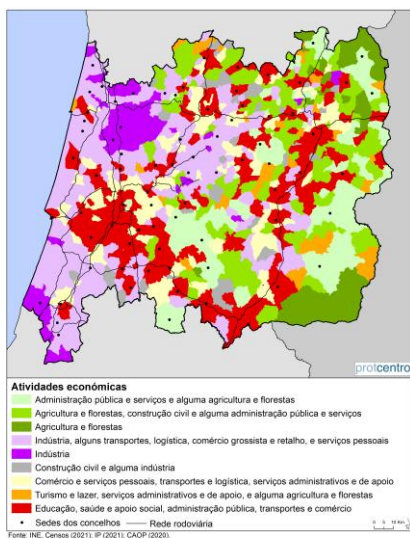
Para tal, as políticas para a região devem ser integradas, multiescalares e transectoriais e devem atender à diversidade de características sub-regionais que corporizam o mosaico territorial. Devem, por um lado, fortalecer a amarração do SCT quer ao tecido económico e social, quer à malha urbana regional. Por outro lado, devem aprofundar as trajetórias económicas em curso, nomeadamente dos vetores da estratégia de especialização inteligente e dos clusters/fileiras territoriais já estruturados, bem como apostar num conjunto de atividades económicas do futuro, tais como: i) Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE); ii) Metalomecânica de base tecnológica; iii) Transportes e logística; iv) Saúde e tecnologias de saúde; v) Economia azul; vi) Biotecnologia; vii) Indústrias criativas.

Por fim, é importante destacar o papel fundamental dos sistemas agroflorestais nos processos de transição ecológica e sustentabilidade regional. Estes sistemas são multifuncionais, pois possuem um valor intrínseco tanto como sistemas produtivos e ambientais, quanto como construtores de paisagens, que podem ser apreciadas através da visita e do turismo, contribuindo significativamente para a economia local e regional. Nas suas práticas, os sistemas agroflorestais podem promover benefícios públicos e reduzir externalidades negativas, ao prevenir riscos abióticos, como os incêndios, além de proteger as áreas agrícolas e florestais, as comunidades próximas e os ecossistemas circundantes.

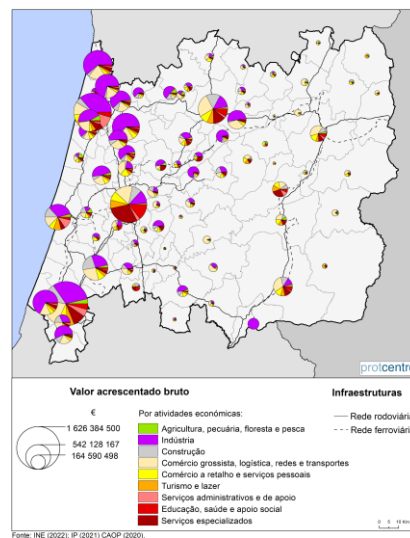
Neste âmbito, é também essencial promover práticas que contribuam para a transição do sistema alimentar regional, através de novos padrões de produção, distribuição e consumo de alimentos, que devem ser, necessariamente, mais sustentáveis, saudáveis e equitativos. Por um lado, o sistema económico da região desempenha um papel central neste processo, pois influencia diretamente todas as etapas da cadeia de valor. Por outro lado, ao acelerar esta transição, promove-se a integração de políticas públicas e estratégias regionais que conduzam à territorialização do sistema alimentar. Para isso, é fundamental reforçar o estabelecimento de práticas em rede, que sejam integrativas e colaborativas entre setores, escalas, instituições e diferentes agentes, favorecendo organizações territoriais que potenciam produções e consumos de proximidade, nomeadamente fomentando a valorização da infraestrutura de mercados e feiras, que, simultaneamente, potenciam os fluxos intrarregionais e do turismo.

Mapas de suporte ao Sistema Económico

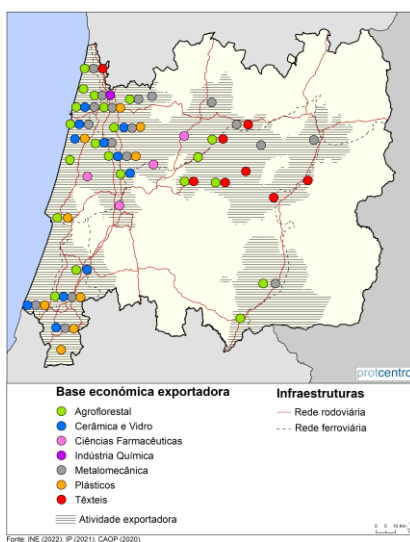
Estruturas das atividades económicas



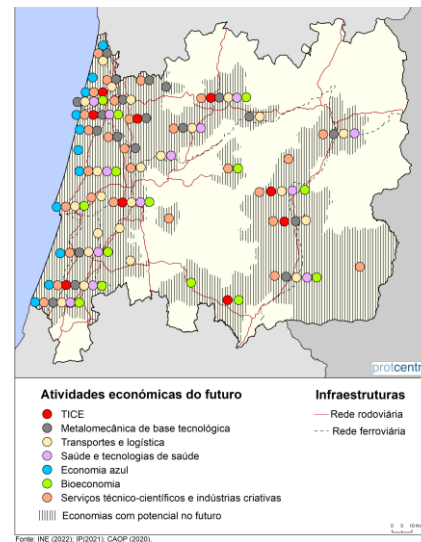
Valor acrescentado bruto



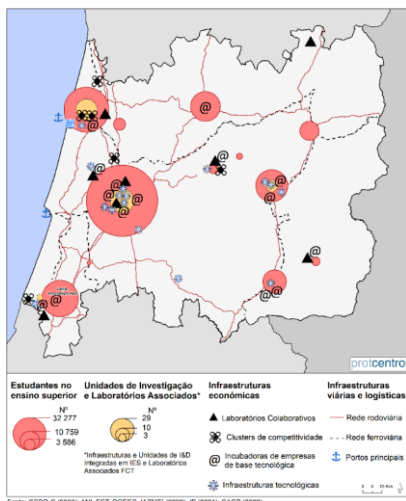
Base económica exportadora



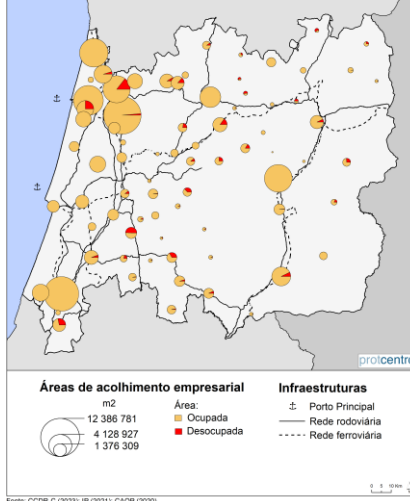
Atividades económicas do futuro



Sistema Científico e Tecnológico

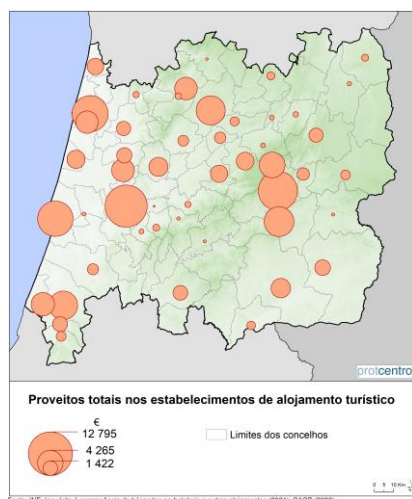


Áreas de acolhimento empresarial



Mapas de suporte ao Sistema Económico

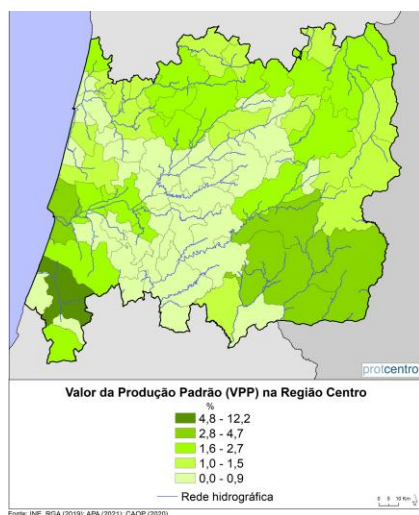
Proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico



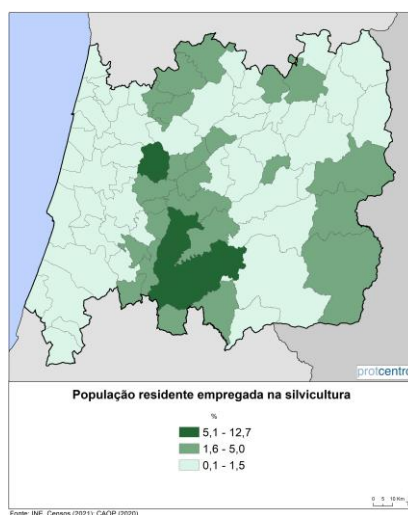
Territórios de baixa densidade



Valor da Produção Padrão (VPP) das explorações agrícolas (% na Região Centro)



População residente empregada na silvicultura

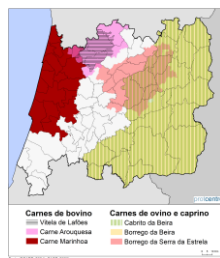


Produtos de denominação de origem protegida (DOP)

Queijo e produtos à base de leite



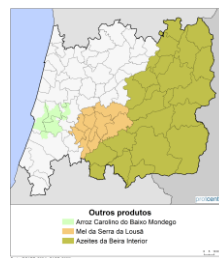
Carnes de bovino, ovino e caprino



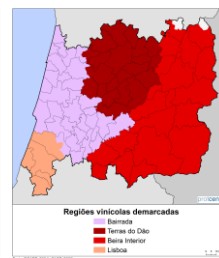
Frutos



Outros produtos



Regiões demarcadas de vinho





SISTEMA SOCIAL

Sistema Social

O Sistema Social da Região Centro assenta numa diversidade territorial de situações e problemáticas, que evidenciam a necessidade de se contrariar as assimetrias regionais existentes em termos sociodemográficos, habitacionais e de acesso aos serviços de interesse geral, que se expressam através de dois grandes contextos territoriais:

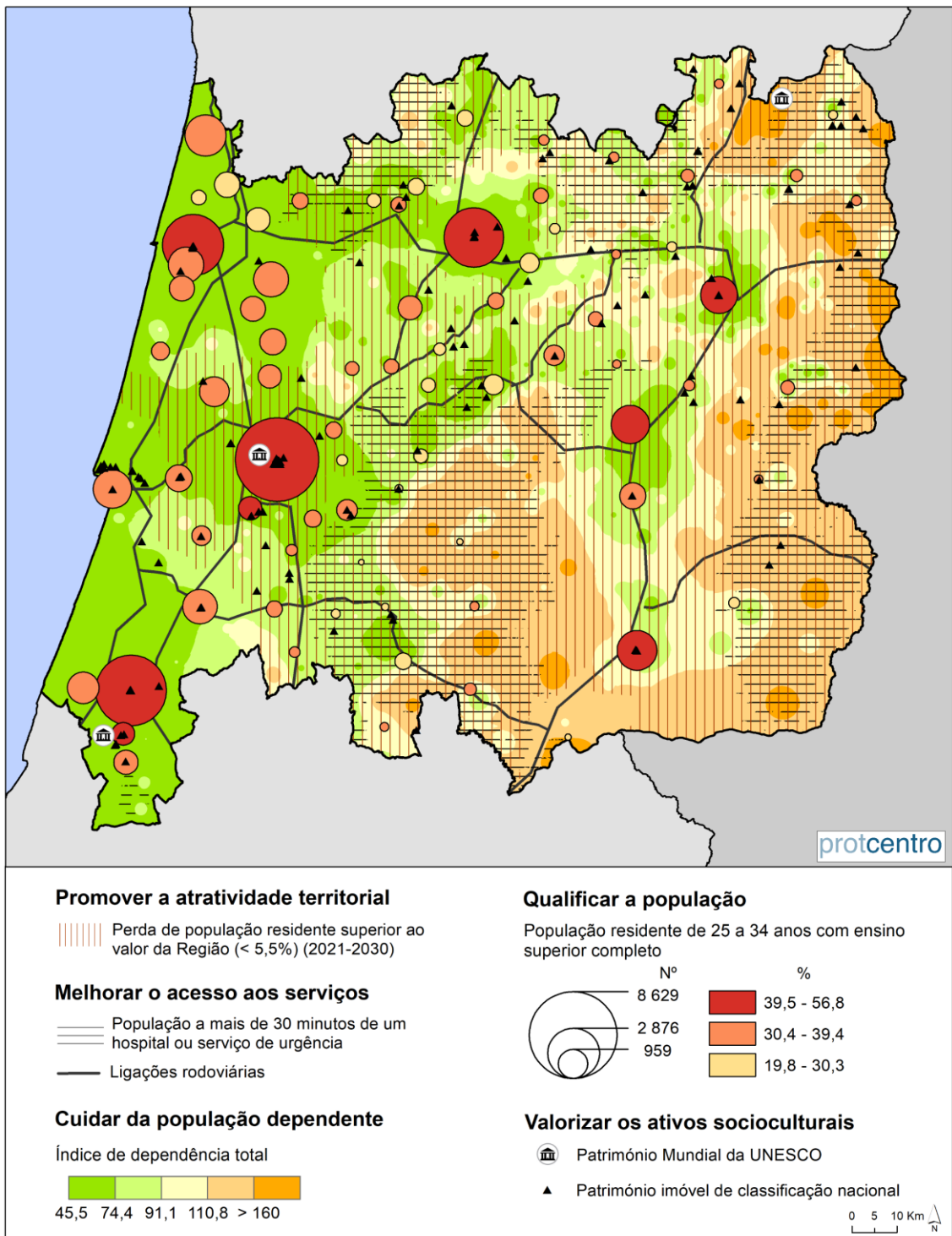
Por um lado, o **Centro litoral**, que se estende ao longo de um extenso território polarizado por um conjunto de centralidades urbanas, estruturado em torno de Coimbra, Leiria, Aveiro e Viseu. Aqui reside uma população com uma estrutura etária mais equilibrada, onde a dinâmica socioeconómica e os bons níveis de acessibilidade aos locais de emprego e aos serviços básicos contribuem para um cenário demográfico mais positivo. Nestes territórios, a oferta de serviços de interesse geral é mais densa, mas é também mais pressionada pela procura e pela necessidade de qualificação de alguns serviços e recursos. Os custos da habitação são mais elevados, comprometendo, algumas vezes, a equidade no acesso ao mercado habitacional e, complementarmente, a um alojamento digno e condizente com as necessidades familiares. Nestes territórios, existem também situações de precaridade laboral, de baixos níveis salariais, muitas vezes associados a emprego desqualificado.

Por outro lado, o **Centro interior** é marcado por uma forte recessão demográfica, acentuado o envelhecimento e a diminuição da população em idade ativa. O recente surto migratório quase reverteu este declínio, mas, é necessário não esquecer que se está a confrontar uma tendência estrutural com um fenómeno conjuntural que, para se manter no tempo, carece de políticas continuadas de atração e inserção de novos habitantes. Distingue-se e excetua-se nesta área, o eixo urbano constituído pelos polos de média dimensão, Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco, eixo de ancoragem dos territórios deste espaço interior. Tem uma oferta educativa diferenciada, que garante às populações que aqui residem níveis satisfatórios de acessibilidade aos serviços de interesse geral. Por sua vez, os territórios mais periféricos do interior (mais longe dos centros urbanos ou junto à fronteira) são marcados por níveis elevados de envelhecimento e isolamento social, muitas vezes acompanhados por situações de fragilidade individual (problemas físicos e mentais, baixos rendimentos, dependência social). A população residente tem tendencialmente menores níveis de escolaridade e acessibilidade aos serviços essenciais, nomeadamente de saúde, sociais e de educação. Aqui, os custos com a habitação são inferiores, ainda que a qualidade da oferta possa nem sempre corresponder aos níveis exigíveis de conforto habitacional.

Face às especificidades destes dois contextos territoriais, as políticas de base territorial e as trajetórias de desenvolvimento no domínio social devem atender às necessidades diferenciadas e responder aos objetivos de equidade e reforço da coesão socio-territorial, potenciando os níveis de bem-estar e de qualidade de vida de todos os cidadãos.

O policentrismo, que caracteriza a Região Centro, deve ser fortalecido através do reforço de alguns serviços e da melhoria das condições de acessibilidade em determinados territórios. Uma maior cooperação entre setores e entre municípios pode trazer novas soluções a experimentar.

Sistema Social da Região Centro



Na Região Centro, a educação, a saúde, a habitação, os cuidados sociais e a cultura são domínios prioritários de intervenção, tanto nos territórios do Centro litoral mais pressionados pela procura, como nos territórios do Centro interior com um dinamismo demográfico menos favorável.

Na educação, as atuais previsões em matéria de oferta de docentes, no ensino básico e secundário, apontam para uma situação problemática a curto prazo, exigindo estratégias mais prospetivas e um trabalho concertado a diferentes escalas. Por outro lado, nos territórios mais rurais e de baixa densidade, é preciso equacionar a diminuição de estudantes, recentemente contrariada pelo recente surto migratório, e a má acessibilidade a algumas escolas. Novas formas de ensino (à distância, rotação periódica dos alunos) podem ser soluções a experimentar.

Na saúde e nos cuidados sociais, sobretudo direcionados à população idosa, é prioritário repensar a oferta, em territórios com um forte envelhecimento populacional e com insuficientes níveis de acessibilidade aos cuidados primários, aos hospitais e às emergências médicas. É preciso promover novos modelos de prestação de serviços (telemedicina, prestação de cuidados em regime ambulatorio), aproximando-os dos cidadãos (ex. redes integradas de apoio comunitário), e reforçando os acordos de cooperação intermunicipal e transfronteiriça, designadamente, nas áreas de menor densidade e nos territórios raianos.

Na habitação, as políticas públicas deverão ser territorialmente diferenciadas: no litoral, é fundamental promover a oferta e aumentar o acesso ao arrendamento, contrariando os défices habitacionais existentes e os que se perspetivam a curto e médio prazo; nos territórios menos densos e localizados mais no interior, é prioritário incentivar a reabilitação e a qualificação do parque habitacional existente, de modo a melhorar a atratividade residencial e combater o isolamento social e a falta de condições de habitabilidade da população mais envelhecida. É também essencial repensar os níveis de conforto das habitações, reforçando o desempenho térmico e a eficiência energética. Numa região com um povoamento disperso e em despovoamento, a melhoria da acessibilidade digital é premente de forma a assegurar a equidade social e a coesão territorial.

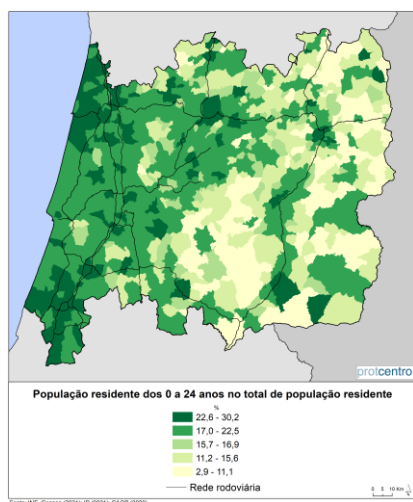
Nos cuidados sociais, a melhoria da acessibilidade aos serviços de interesse geral e bens comuns, assim como a uma oferta habitacional de qualidade e a preços acessíveis, poderão constituir elementos fundamentais para reforçar a atratividade e aumentar a permanência de pessoas e famílias nos territórios mais despovoados. Além disso, é fundamental avaliar formas de atenuar a pressão da procura nos territórios do litoral, nomeadamente, nos centros urbanos de maior dimensão.

A cultura é um importante fator de afirmação local e regional e de coesão socio-territorial, sendo necessário reconhecer o valor económico deste ativo regional. É, por isso, um setor estratégico para a valorização do sistema social, contribuindo para o reforço das vivências intergeracionais e para a atração de visitantes e novos residentes. Os processos de transição digital e uma maior consciencialização ambiental e valorização do património cultural, vêm reforçar a importância de apostar na inovação no setor da cultura, designadamente dinamizando as indústrias criativas, a reinvenção do artesanato e dos materiais tradicionais, garantindo desta forma uma melhor sustentabilidade das comunidades locais, dando valor às aldeias, aos sítios e aos lugares e, sobretudo, às pessoas.

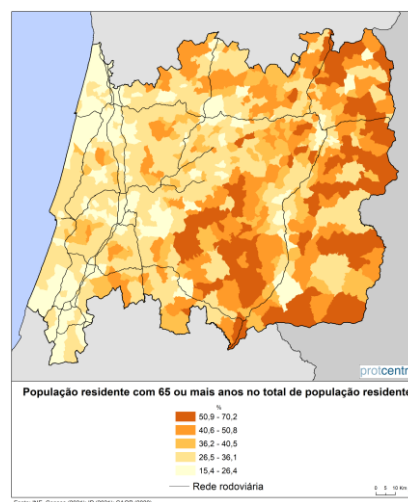
Relembrando as Opções Estratégicas de Base Territorial, para a concretização dos desígnios do Sistema Social regional, as ações políticas a desencadear devem atender à necessidade de se desenvolver abordagens integradas de base territorial, procurando melhorar os processos de gestão e as formas de resposta aos problemas e necessidades, tanto dos vários grupos populacionais como dos diferentes contextos territoriais.

Mapas de suporte ao Sistema Social

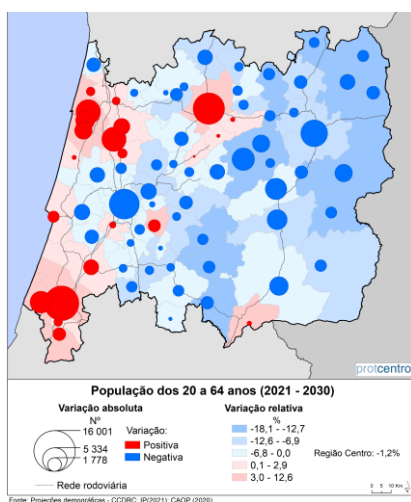
População residente dos 0 a 24 anos



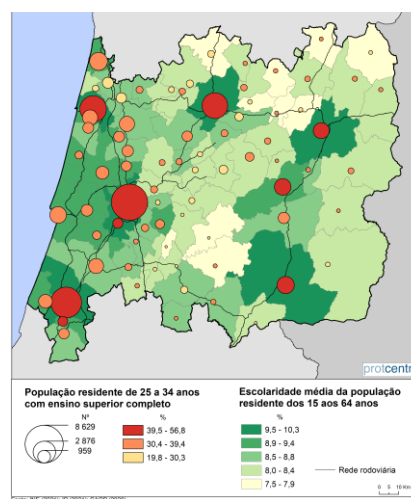
População residente com 65 ou mais anos



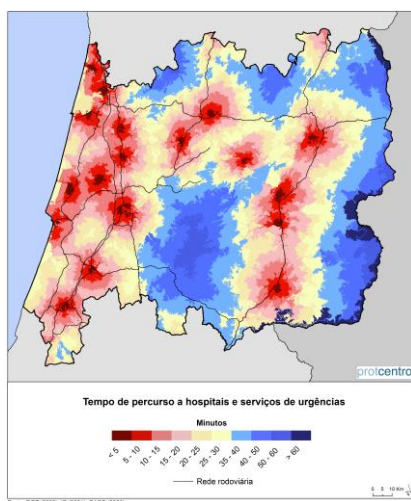
**População residente em idade ativa
(2021-2030)**



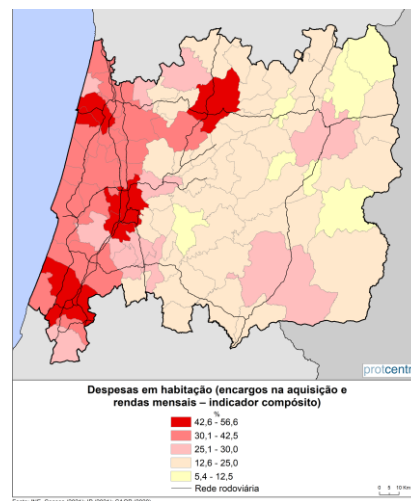
**Ensino superior completo dos 25 a 34 anos e
escolaridade média dos 15 aos 64 anos**



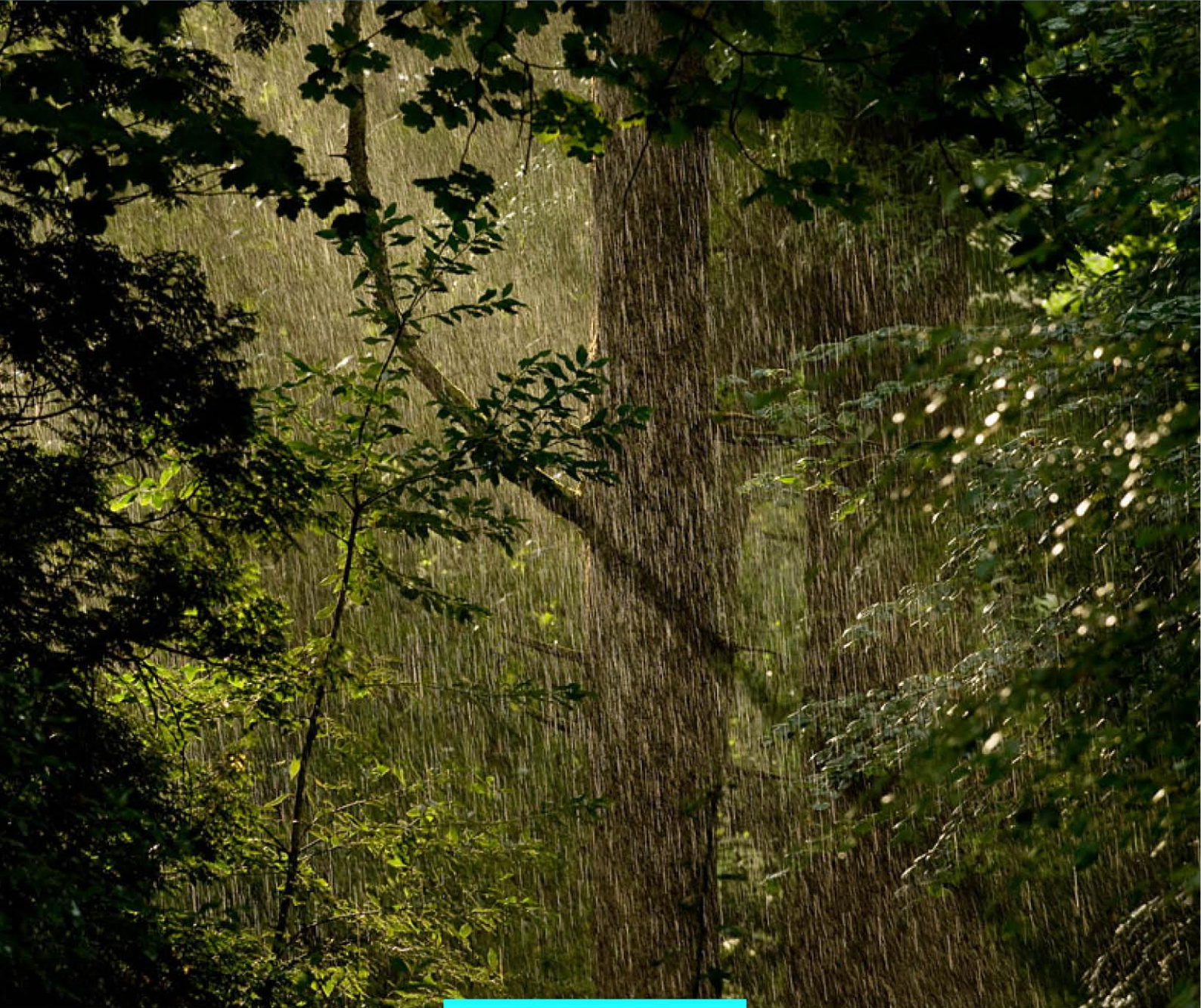
**Acessibilidade aos hospitais e serviços de
urgência**



Encargos médios com a habitação



Página intencionalmente deixada em branco



SISTEMA NATURAL

Sistema Natural

O Sistema Natural da Região Centro assegura a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens, assim como a funcionalidade e a sustentabilidade dos diversos serviços prestados pelos ecossistemas da região (ciclos da água, carbono, azoto, entre outros), que são fundamentais para garantir o funcionamento sustentável dos sistemas humanos existentes na região. Para além destes serviços de suporte e regulação, o sistema natural oferece um conjunto de outros serviços que contribuem de forma substancial para o desenvolvimento da região, desde os menos tangíveis, como a paisagem e o bem-estar, aos recursos minerais, biogenéticos, agroflorestais, marinhos, e à produção de energia verde. Todos eles são peças fundamentais da estratégia de descarbonização da economia nacional, bem como da estratégia de desenvolvimento e coesão territorial.

As componentes do Sistema Natural da região são peças fundamentais para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, para o Roteiro para a Neutralidade Carbónica e para a Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas.

A presença da água, seja superficial ou subterrânea, é considerada um valor estratégico e estruturante da região, devendo ser valorizada como recurso natural, bem como pelo seu valor ambiental e paisagístico de grande relevância. A água desempenha um papel fundamental no abastecimento para diversos usos urbanos, industriais e agrícolas, não só da Região Centro, mas também das regiões vizinhas.

Os recursos hídricos de origem subterrânea assumem também um papel de reserva estratégica em situações de seca, pelo que importa acautelar a preservação da qualidade dessas águas, especialmente em áreas onde existe maior concentração de algumas atividades potencialmente geradoras de focos de poluição. Dada a constituição geológica da região, os aquíferos de maior produtividade localizam-se na Orla Ocidental.

A extensa rede hidrográfica da região serve também como elo entre os diversos ecossistemas, garantindo a sua continuidade territorial.

A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) faz parte integrante do Modelo Territorial e engloba as áreas do sistema natural mais relevantes para a manutenção, funcionalidade e sustentabilidade dos sistemas biofísicos, bem como para a qualidade e diversidade das espécies, habitats, ecossistemas e paisagens. A ERPVA deve contribuir para o estabelecimento de conexões funcionais e estruturais, contrariando os efeitos da fragmentação dos sistemas ecológicos.

A ERPVA deve, assim, garantir a continuidade dos serviços providenciados pelos ecossistemas: aprovisionamento (água, alimentação), regulação (clima, qualidade do ar), culturais (recreio, educação) e suporte (fotossíntese, formação de solo). As componentes da ERPVA devem ser prioritárias em termos de medidas de proteção e de fomento de atividades compatíveis com a conservação dos valores naturais.

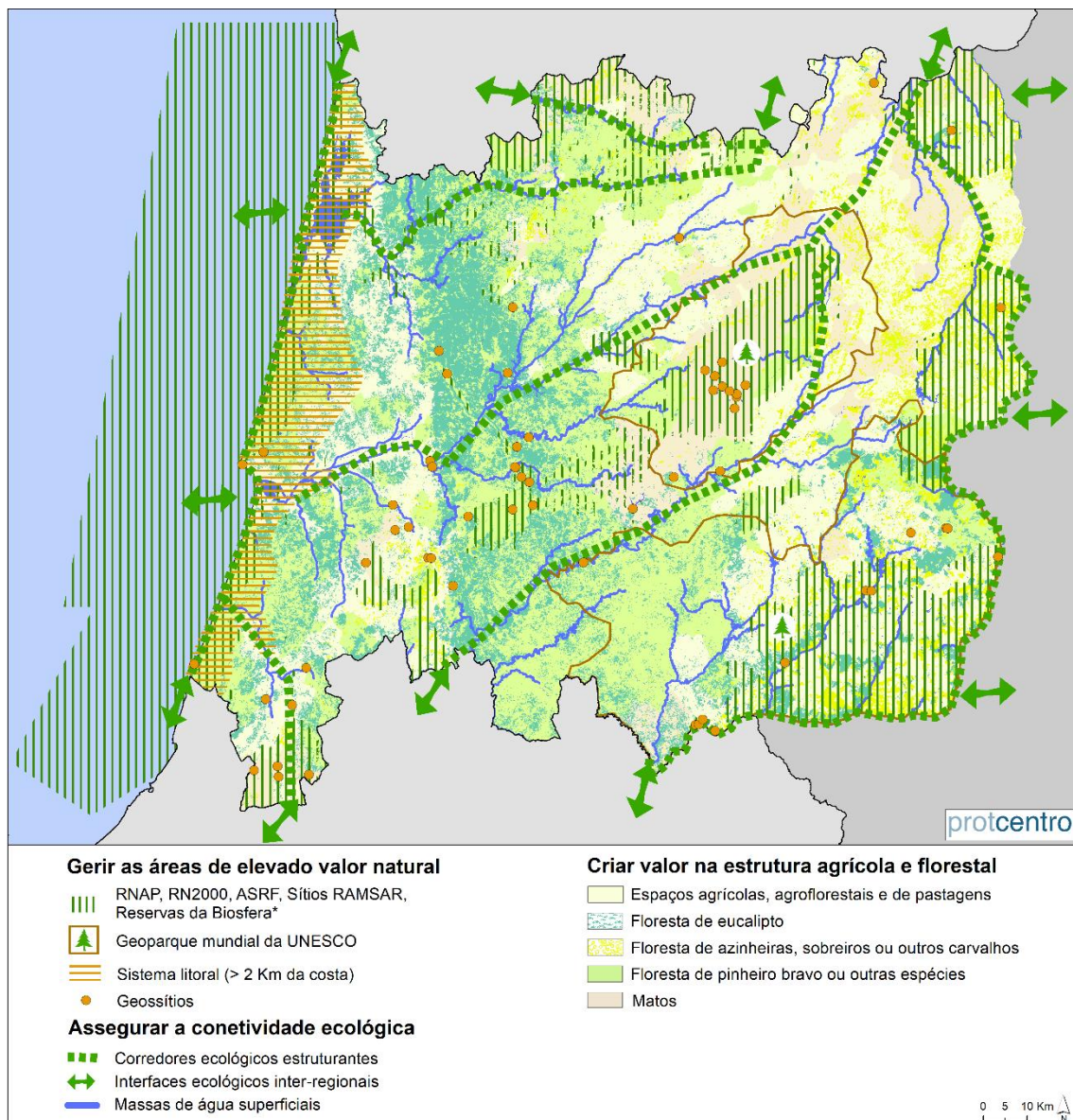
Em termos regionais, as características biofísicas permitem distinguir diferentes contextos territoriais, com características específicas, interligados por uma extensa rede hidrográfica e áreas de elevado valor natural:

Faixa litoral da Região Centro

Abrange o Baixo Vouga, Baixo Mondego e Bacia do Lis, destacam-se áreas de elevado interesse natural e paisagístico, como os sistemas dunares, as matas florestais, a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, as zonas húmidas da Ria de Aveiro e dos estuários do Mondego e do Lis, as salinas e diversas lagoas costeiras.

A diversidade de ecossistemas existentes ao longo da faixa costeira oferece uma variedade de serviços naturais essenciais, nomeadamente na regulação do ciclo hidrológico e dos ciclos biogeoquímicos, bem como no âmbito das atividades económicas (agricultura, silvicultura, pesca e turismo) e do metabolismo urbano e regional. Estes ecossistemas devem ser geridos de forma integrada e sustentável.

Sistema Natural da Região Centro



* RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas, RN2000 - Rede Natura 2000, ASRF - Áreas Submetidas ao Regime Florestal, Sítios RAMSAR - Convenção de Ramsar dirigida às zonas húmidas.

A erosão costeira que afeta a Região Centro constitui um dos maiores desafios em termos de gestão integrada de recursos, atividades e minimização de riscos sobre pessoas e bens.

Para além da riqueza ecológica, da relevância populacional, das infraestruturas portuárias, da qualidade das praias e das oportunidades oferecidas pela zona marítima, este território destaca-se pela grande fragilidade geológica, que, aliada a uma forte agitação marítima de elevada energia, resulta num dos processos erosivos mais intensos da orla costeira europeia. Destacam-se, particularmente, os troços entre Esmoriz e a Torreira e entre a Costa Nova e o Poço da Cruz, onde a inexistência de defesas frontais e o défice sedimentar têm facilitado o recuo da linha de costa. Torna-se, assim, essencial adotar uma estratégia adaptativa que, por um lado, minimize o processo erosivo, estabelecendo nas áreas de risco condicionamentos ao uso do solo e, eventualmente, a realocização de ocupações urbanas vulneráveis ao avanço das águas do mar.

Faixa intermédia da Região Centro

Floresta e montanha, dominam extensas áreas de produção de eucaliptos e pinheiros-bravos que ocupam as serras e os vales encaixados das bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Zêzere.

Neste território, destacam-se habitats característicos, como o Maciço da Gralheira (turfeiras do planalto central da serra da Freita) e as encostas da serra do Caramulo, onde se encontra um conjunto diversificado de fauna e flora endémica, incluindo os loendros da reserva botânica do Cambarinho e o lobo ibérico.

Como elementos da paisagem, destacam-se diversos aproveitamentos hídricos e albufeiras, bem como as várias nascentes termais e os vales encaixados das Serras do Açor, da Lousã e de Sicó, que, no seu conjunto, formam uma rede de áreas de elevado valor natural, sendo relevantes para o turismo de natureza e para o turismo rural. Assim, é fundamental apostar na recuperação e revitalização do património natural e da biodiversidade desta região.

Extensa área do interior da Região Centro

Tem espaços agrícolas, agroflorestais e de pastagens, juntamente com aproveitamentos hidroagrícolas de grande dimensão e habitats de alta montanha no planalto central da Serra da Estrela. Destacam-se importantes manchas florestais, como sobreiros, azinheiras, carvalhos e castanheiros, cruciais para a conservação da natureza. Parte dessas áreas são zonas de elevado valor natural transfronteiriço, proporcionando refúgio para espécies animais, incluindo o lince ibérico. A interação dos ecossistemas naturais com as atividades agroflorestais torna essas áreas relevantes para a revitalização do território e dinamização do turismo rural, através da recuperação de edificações existentes para alojamento e atividades de animação.

A qualidade paisagística e a biodiversidade da região traduzem-se em fatores de atratividade e correspondentes vantagens comparativas tanto a nível nacional como a nível internacional. Assim, é fundamental manter e reforçar a qualidade da paisagem, o seu dinamismo, heterogeneidade e diversidade ecológica, enquanto importante património da região, que importa compatibilizar com os processos emergentes de ocupação urbana e uso económico do solo.

Dada a pequena dimensão da propriedade e os níveis de suscetibilidade das áreas florestais aos incêndios, é crucial investir na realização do cadastro da propriedade rústica e no sistema de monitorização da ocupação do solo.

Mapas de suporte ao Sistema Natural

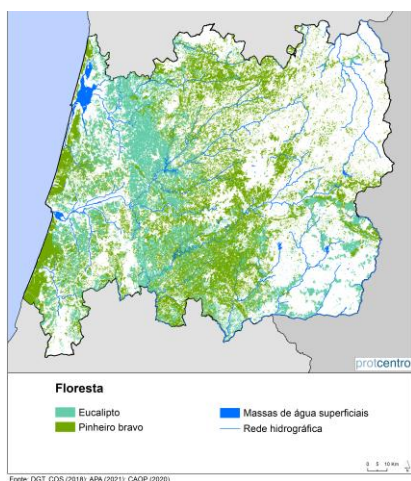
Áreas naturais classificadas



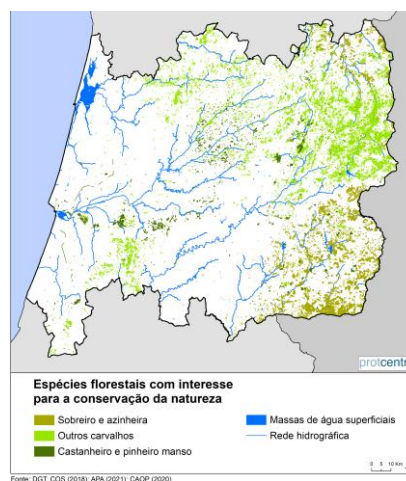
Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA)



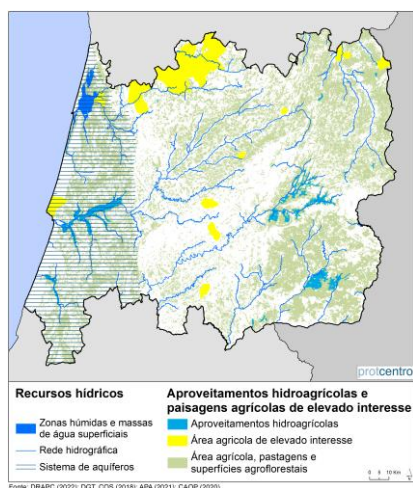
Floresta de eucalipto e pinheiro-bravo



Floresta com interesse para a conservação da natureza



Recursos hídricos, aproveitamentos hidroagrícolas e paisagens agrícolas de elevado interesse



Potencial em recursos minerais e hidrogeológicos



Página intencionalmente deixada em branco



RISCOS E VULNERABILIDADES

Riscos e Vulnerabilidades

A Região Centro está exposta a um conjunto diversificado de perigos naturais, agravados pelas alterações climáticas, que tornam os seus territórios particularmente vulneráveis, em particular quando combinados com riscos de natureza tecnológica. A identificação e territorialização dos riscos e vulnerabilidades é essencial para a adoção de estratégias de mitigação e de adaptação mais adequadas, que reduzem os impactos e custos socioeconómicos.

O mapeamento das vulnerabilidades críticas, num contexto de alterações climáticas, é uma oportunidade para ordenar o território e tomar decisões estratégicas mais informadas sobre o uso, ocupação e transformação do solo, de modo a prevenir, reduzir e mitigar os riscos para as pessoas e os bens e identificar as necessidades de adaptação específicas para cada território.

Entre os riscos decorrentes de condições meteorológicas extremas incluem-se as ondas de calor e as situações de seca e carência hídrica, particularmente intensas no Verão e Outono e quando se avança do Litoral para o Interior. A densa mancha florestal associada à retração das atividades agrícolas e a uma insuficiente gestão do coberto florestal e agrícola, associando-se à expansão urbana dispersa ou ao abandono e envelhecimento da população, contribuem em conjunto para o elevado risco de incêndio num contexto de mudança climática. Em termos territoriais, estão numa situação particularmente crítica as extensas áreas de montanha que se estendem do rio Douro ao rio Tejo e as matas e perímetros florestais localizados ao longo da faixa litoral da região. Neste sentido, sobretudo nas áreas mais vulneráveis, deve-se promover uma abordagem mais integrada de ordenamento e gestão do território, que reforce a conservação dos ecossistemas, a proteção da biodiversidade e da multifuncionalidade, contrarie a perda de solo e contribua para melhorar a sustentabilidade ecológica, económica e social.

A extensa faixa de costa entre Ovar e a Marinha Grande, composta principalmente por extensos campos de dunas, com diversas lagoas naturais associadas aos Estuários do Vouga, do Mondego e Liz, ecossistemas naturalmente sensíveis, tem elevada vulnerabilidade a eventos costeiros como tempestades, cheias, inundações e galgamentos costeiros. Adicionalmente, a elevada densidade populacional ao longo do litoral, aliada algumas vezes a uma ocupação desordenada, aumenta significativamente a vulnerabilidade destes territórios. Neste âmbito, devem-se desenvolver regimes de edificabilidade mais adequados às especificidades e vulnerabilidade dos ecossistemas, promover a qualificação ambiental e urbanística e valorizar as funções ecológicas e os serviços dos ecossistemas da região.

No interior, os episódios de precipitação intensa potenciam os movimentos de massa em vertentes, devido à rutura e movimento de grandes quantidades de rocha ou de terras em zonas mais declivosas. Decorrente da geomorfologia da região destacam-se como áreas de maior suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes as Serras da Estrela, Lousã, Gardunha, Caramulo e Gralheira. Assim, é fundamental adotar medidas para a restauração da cobertura vegetal, a conservação dos solos e redução da vulnerabilidade.

Outros riscos associados a condições meteorológicas extremas, menos frequentes, incluem as vagas de frio e a queda de neve, afetando as áreas de maior altitude da faixa central da região entre Viseu e a Guarda, pondo em causa o funcionamento de diversas infraestruturas, designadamente rodovias ou redes de distribuição (rede nacional de transporte de eletricidade em alta e muito alta tensão). Neste âmbito, devem-se tomar medidas que contribuam para tornar estes territórios mais resilientes.

Em matéria de riscos sísmicos, ainda que a Região Centro esteja numa situação de menor intensidade sísmica comparativamente a outras regiões do país, dever-se-á adotar uma postura permanente de acompanhamento e vigilância, sobretudo pelas perdas de vidas humanas, e pelos danos significativos em edifícios e infraestruturas, e em termos naturais e económicos, que a ocorrência destes eventos pode originar.

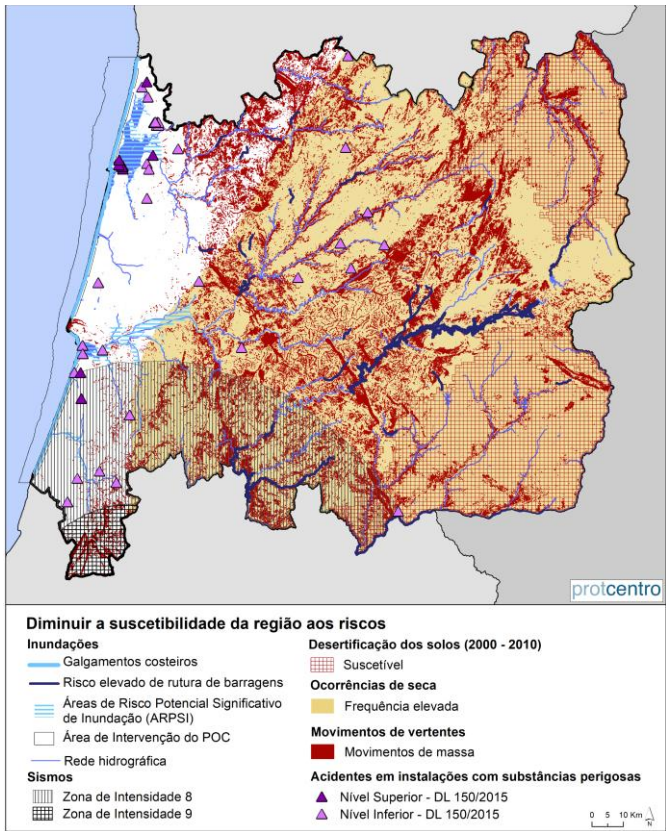
No campo tecnológico destacam-se os riscos relacionados com o transporte, manuseamento, armazenamento e transformação de matérias perigosas, movimento de mercadorias portuárias e transporte de energia, os quais, de um modo geral, se concentram no litoral da região. Neste contexto, é fundamental desenvolver políticas de gestão integrada, promover abordagens colaborativas para a mitigação dos riscos e impactes negativos das atividades industriais e portuárias na área costeira.

O radão é um gás radioativo, atualmente considerado a principal fonte de radiação natural para os humanos, sendo a exposição prolongada um fator de risco a evitar.

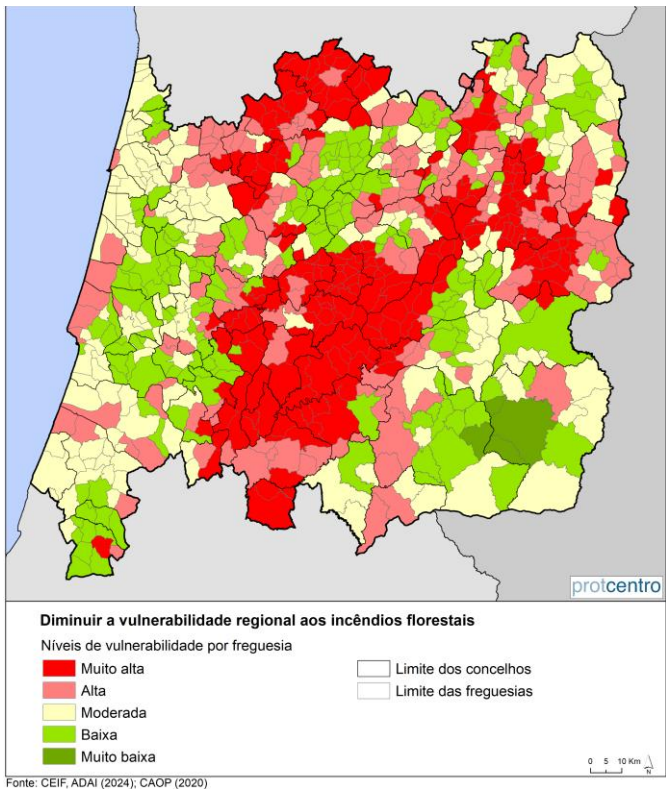
A promoção de novos modelos de desenvolvimento e ordenamento do território, aliando as soluções de base natural, a recuperação e valorização dos ecossistemas e qualificação dos territórios edificados, é indispensável para tornar os territórios da Região Centro mais adaptados à mudança, e necessariamente mais sustentáveis.

Riscos e Vulnerabilidades da Região Centro

Riscos

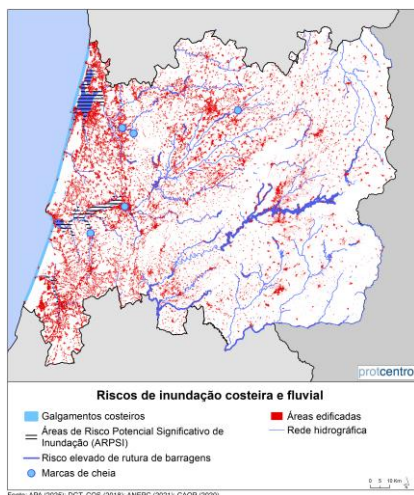


Vulnerabilidades

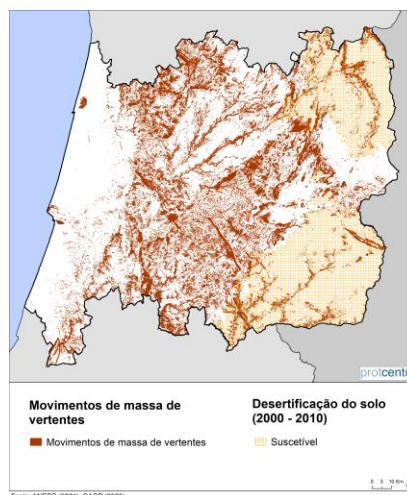


Mapas de suporte aos Riscos e Vulnerabilidades

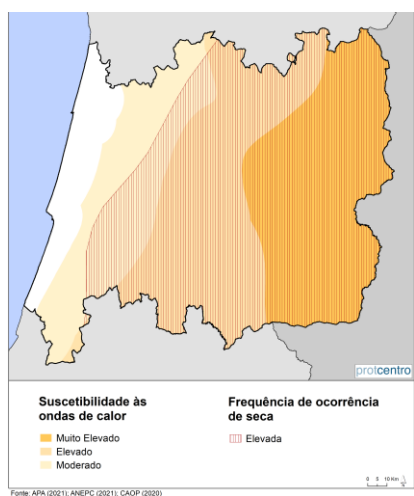
Riscos de inundação costeira e fluvial



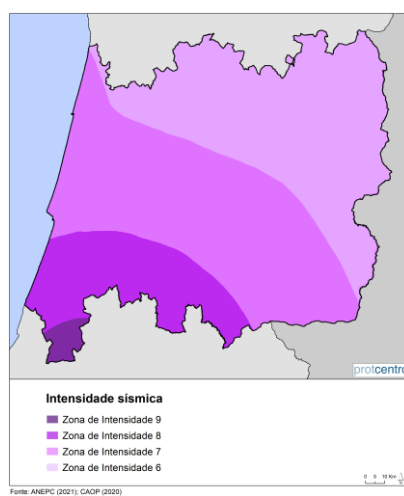
Movimentos de vertentes e desertificação do solo



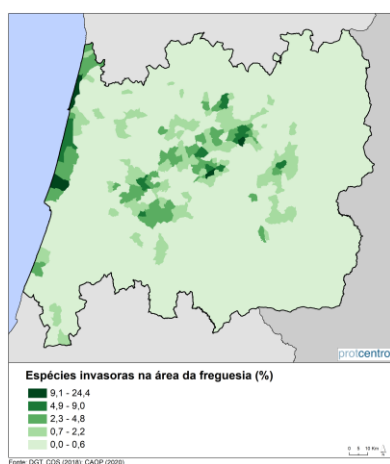
Ondas de calor e frequência de seca



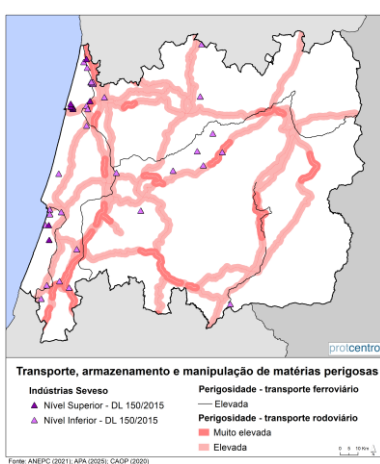
Intensidade sísmica



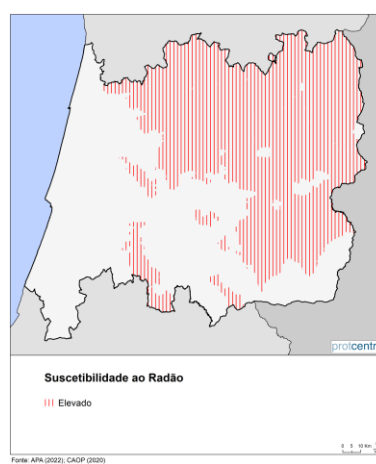
Florestas de espécies invasoras



Indústrias SEVESO e transporte de matérias perigosas



Suscetibilidade ao radão





SISTEMA DE MOBILIDADE

Sistema de Mobilidade

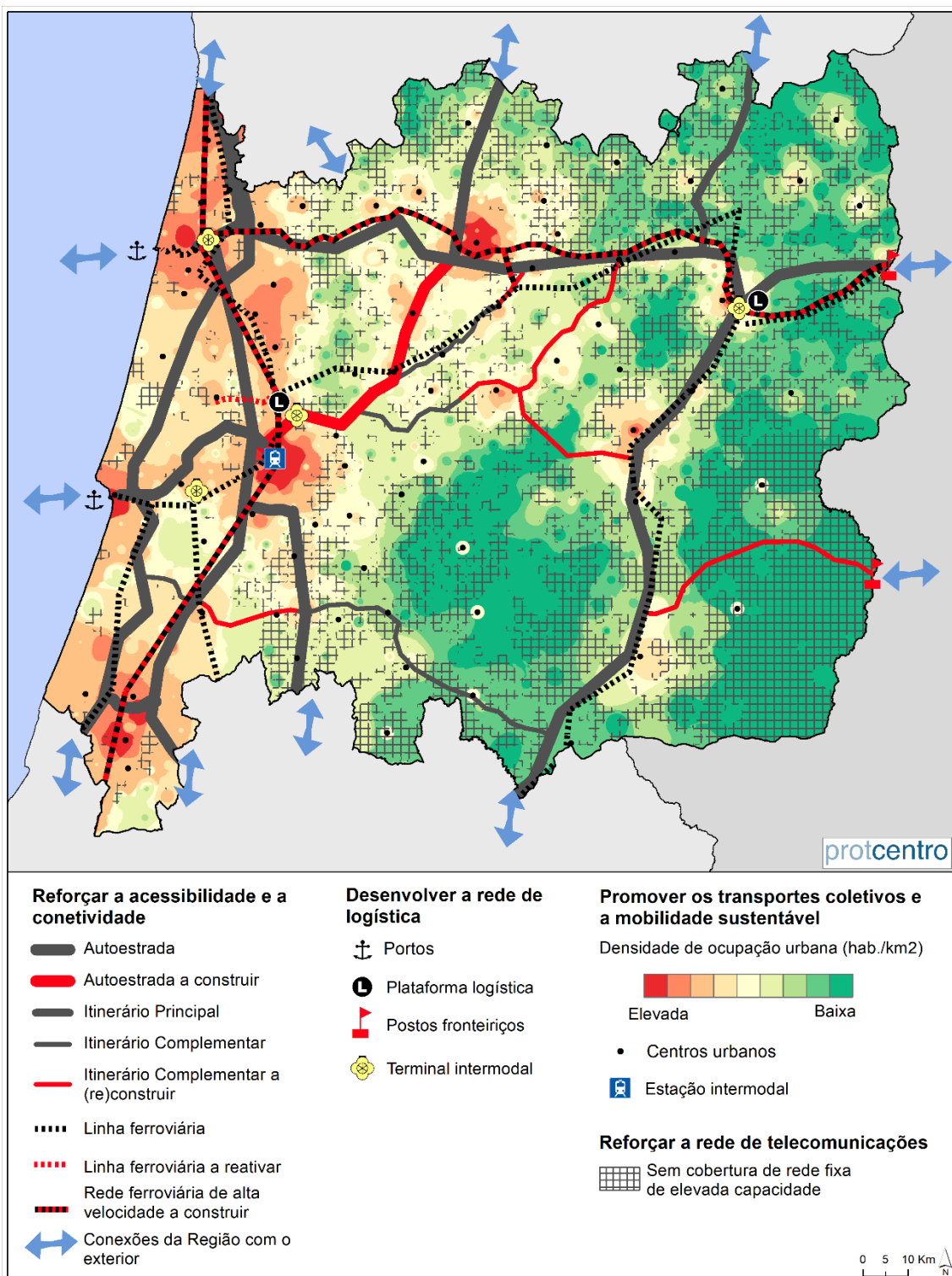
O modelo territorial deve ter em conta que a Região Centro desempenha duas funções fundamentais no sistema de transportes e conectividade de âmbito nacional e na projeção de Portugal para o contexto internacional. Primeiro, a região tem uma função de charneira da fachada atlântica nacional. As sub-regiões de Aveiro, Coimbra e Leiria, que se caracterizam por uma elevada concentração de população e de atividade económica, por portos marítimos (Aveiro e Figueira da Foz) integrados na rede transeuropeia de transportes (TEN-T) e por acolher as principais vias de comunicação nacionais Norte-Sul, tanto rodoviárias (A1, A8/A17, A13) como ferroviárias (Linha do Norte, e futura Linha de Alta Velocidade), ligam as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Segundo, está na Região Centro a principal conexão internacional do país por via terrestre, através das rodovias IP5/A25, IP3 e IP2/A23, das ferrovias da Linha da Beira Alta e da Linha da Beira Baixa (bem como da futura Linha de Alta Velocidade Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca-Medina del Campo/Valladolid), e do posto fronteiriço Vilar Formoso - Fuentes de Oñoro, que é aquele que regista o maior movimento de veículos pesados de mercadorias.

O modelo territorial deve também considerar que a afirmação plena da estrutura policêntrica da Região Centro depende da resolução de lacunas na acessibilidade intrarregional, designadamente na conectividade entre os centros urbanos do litoral e os do interior. Deve ainda levar em conta que a projeção da Região Centro na Europa e no mundo está fortemente condicionada pela fraca acessibilidade às infraestruturas aeroportuárias de Lisboa e do Porto (não existindo nenhum aeroporto na região), pela subutilização das potencialidades de ligação internacional da região por via marítima e pelo facto de a Região Centro ser um território incontornável, no contexto nacional, para a implantação do Corredor do Atlântico da rede TEN-T.

Neste contexto, as trajetórias de desenvolvimento do sistema de transportes e conectividade na Região Centro devem dar resposta aos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover a coesão territorial e o caráter policêntrico da região através do reforço da acessibilidade e conectividade intrarregional, por via rodoviária e ferroviária.
- Incrementar significativamente a acessibilidade a infraestruturas aeroportuárias.
- Reforçar a ligação às principais centralidades nacionais (áreas metropolitanas de Lisboa e Porto) e a conexão transfronteiriça (Espanha).
- Desenvolver a rede logística, melhorando a conexão entre os polos produtivos, as infraestruturas nodais (portos marítimos, terminais intermodais, plataformas logísticas) e os postos fronteiriços, e capacitando-a para o reforço das ligações internacionais por via marítima e ferroviária.
- Promover os transportes coletivos e a mobilidade sustentável nos movimentos pendulares, a mobilidade ativa e suave em ambiente urbano, e as soluções de mobilidade flexível e partilhada nos territórios de baixa densidade.
- Reforçar a disponibilidade de redes de telecomunicações 5G de qualidade, nomeadamente nos territórios de baixa densidade, condição básica para a atração de pessoas e empresas e a promoção de serviços à distância (por exemplo, a telemedicina).

Sistema de Mobilidade da Região Centro



A prossecução destes objetivos estratégicos implica o investimento em novas infraestruturas de transporte e na beneficiação de algumas já existentes, o reforço e melhoria de serviços e os incentivos à mobilidade sustentável. Simultaneamente, está dependente das decisões a tomar relativamente aos dois maiores e mais significativos investimentos na área dos transportes em Portugal. O primeiro diz respeito às novas linhas ferroviárias de alta velocidade, a construir no âmbito da rede TEN-T, atualmente em fase de planeamento. O segundo refere-se ao novo aeroporto nacional, que deverá servir não apenas a região de Lisboa, mas todo o país. É fundamental assegurar a integração destas infraestruturas entre si e com o restante sistema de transportes.

Em termos de infraestruturas rodoviárias, quatro investimentos estratégicos emergem como cruciais: a conversão em autoestrada do troço do IP3 entre Coimbra e Viseu; a conclusão do IC6 no troço Tábua – Oliveira do Hospital – Covilhã; a construção da autoestrada de ligação de Aveiro a Águeda; a construção do IC31 em perfil de autoestrada entre Castelo Branco/A23 e o posto fronteiriço de Monfortinho. Se os três primeiros são fundamentais para a promoção da coesão e da acessibilidade intrarregional, o quarto consolida o papel da Região Centro nas ligações internacionais por via terrestre. Outros investimentos prioritários, que contribuem essencialmente para a resolução de assimetrias e para a equidade na acessibilidade, correspondem à dotação do troço do IC8 entre Pombal e Avelar/A13 de um perfil adequado à classificação como IC, ao prolongamento do IC12 no troço Canas de Senhorim/Nelas – Mangualde e à concretização do IC7 e IC37 com traçado e perfil adequados à realidade atual.

Relativamente ao transporte ferroviário, destaca-se a construção das linhas ferroviárias de alta velocidade, no troço Porto-Lisboa, e no troço Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca – Medina del Campo/Valladolid, com o traçado mais conveniente para vencer o relevo e servir os centros urbanos da região, o subsequente estabelecimento de serviços de transporte de passageiros entre Porto e Lisboa, e entre cada uma destas cidades portuguesas com Madrid e com a Europa, que incluam paragens regulares e consecutivas nos principais centros urbanos da Região Centro, e o novo *hub* intermodal de Coimbra (que integra a estação ferroviária, o terminal rodoviário e outros equipamentos na sua envolvente), alavancando benefícios para toda a região, com destaque para os municípios do interior. Para além disso, no que diz respeito ao transporte de mercadorias, a conclusão das obras de modernização da Linha da Beira Alta (em curso), a adaptação do antigo ramal para ligação entre a Pampilhosa do Botão (Mealhada) e a Zona Industrial de Cantanhede, e a antecipação (face ao previsto no PFN) da melhoria das ligações dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz à Linha do Norte, dotando-as com os requisitos da rede principal TEN-T, afiguram-se como prioritárias.

Esta última ação, em conjunto com outras medidas de promoção da competitividade e atratividade dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, contribuirá para reforçar as conexões internacionais por via marítima.

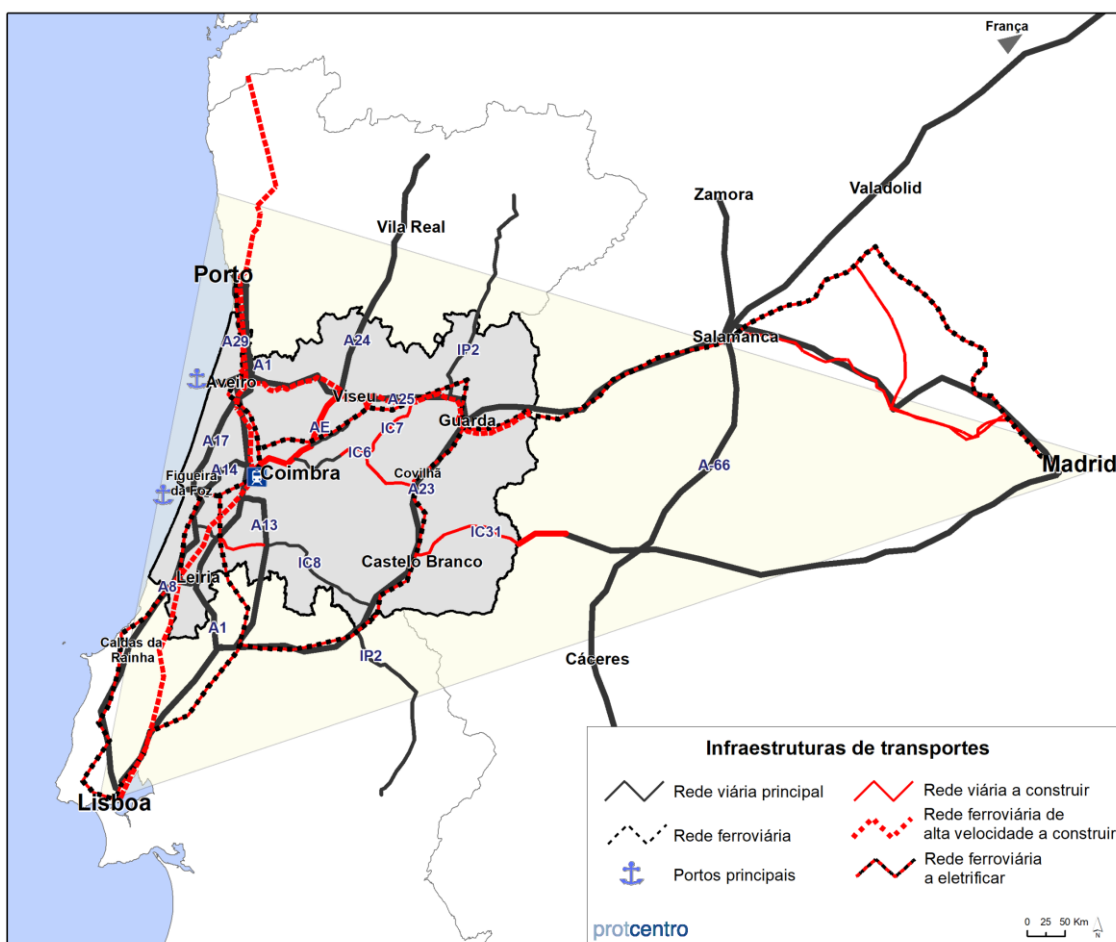
A melhoria da conectividade internacional da Região Centro está fortemente dependente da sua acessibilidade às infraestruturas aeroportuárias de Lisboa e do Porto (bem como de Madrid). Neste contexto, é de capital importância a concretização de uma integração fluida entre a nova linha de alta velocidade (e correspondentes serviços ferroviários) e o novo aeroporto nacional (que deve servir de forma adequada não apenas a região de Lisboa, mas também a Região Centro e o restante território nacional). Para além disso, a execução da ligação ferroviária entre a Estação de Campanhã e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro (preconizada no PFN e no PNI2030), produzirá também uma melhoria na acessibilidade ao transporte aéreo.

As políticas para a promoção da qualidade de vida e da mobilidade sustentável nos centros urbanos e subsistemas territoriais da região são cruciais. Devem incidir na diminuição da dependência do transporte individual, priorizando a mobilidade ativa e suave nos centros urbanos, a mobilidade sustentável nos movimentos pendulares, e as soluções de mobilidade flexível e partilhada nos territórios de baixa densidade.

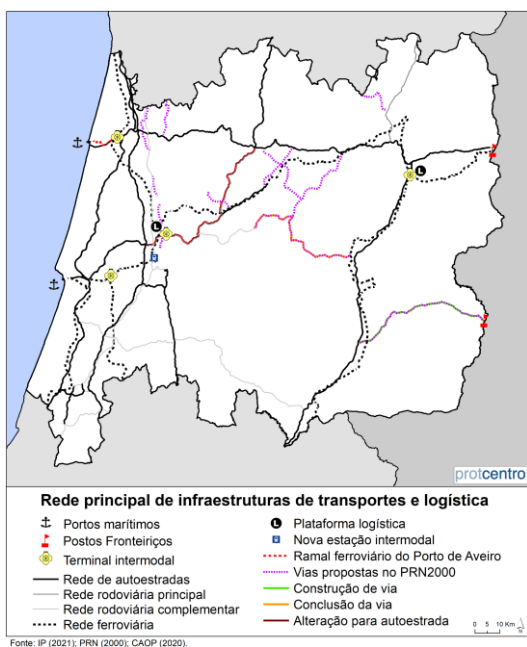
Numa extensa área da Região Centro não há acessibilidade digital, pois não existe cobertura de rede fixa de elevada capacidade. Esta infraestrutura é fundamental para aumentar a atratividade da região, nomeadamente das áreas de baixa densidade e ameaçadas pelo despovoamento.

Mapas de suporte ao Sistema de Mobilidade

Localização estratégica da Região Centro



Rede principal de infraestruturas de transportes e logística



Áreas sem cobertura de redes digitais de elevada capacidade



Página intencionalmente deixada em branco



SISTEMA DE ENERGIA

Sistema de Energia

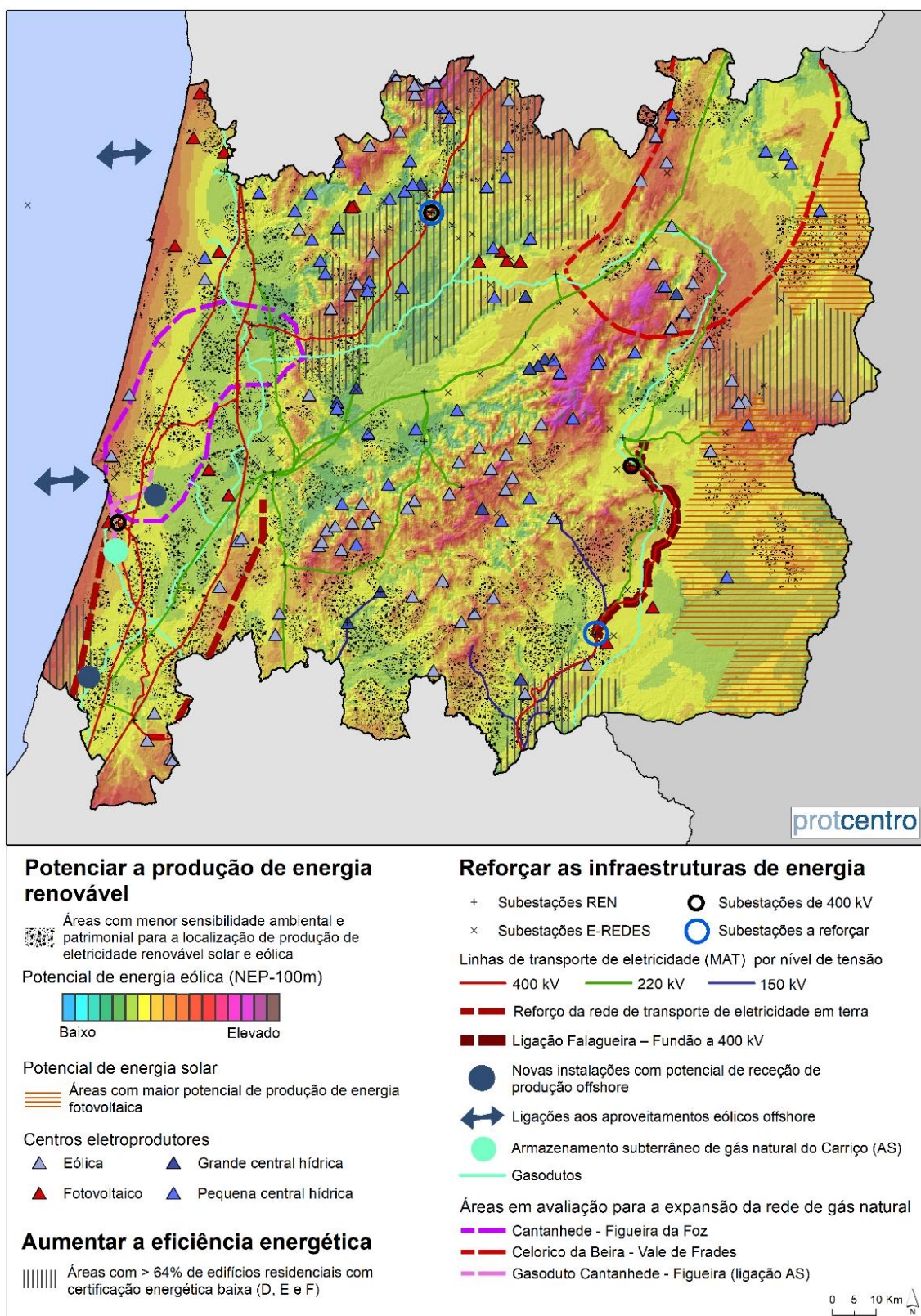
O modelo territorial da Região Centro tem, no que respeita à transição energética, duas dimensões principais: a das infraestruturas de rede para o transporte de energia, tanto de eletricidade como de gás, como, num futuro próximo, de hidrogénio verde; a do alcance territorial das políticas públicas associadas à procura de energia. Decorrem daqui duas correspondentes dimensões: a do aumento da contribuição de energia renovável para o abastecimento; a da promoção de hábitos de poupança e aumento da eficiência energética, ambas conducentes à redução do consumo.

Relativamente à primeira dimensão, foram identificados no diagnóstico da região potenciais importantes e ainda não explorados de energia eólica, *onshore* e *offshore*, e de energia solar fotovoltaica, tendo em vista empreendimentos de média e grande escala, recursos que devem ser compatibilizados com a preservação das áreas de maior valor ambiental e interesse turístico. Os locais devem ser selecionados tendo em conta a proximidade à rede elétrica de serviço público (RESP), fator de atratividade dos necessários investimentos. Note-se que a localização das subestações da RESP (de média tensão ou superior) fornece uma cobertura muito extensa da região, facilitando a implantação de novos aproveitamentos. É possível, ainda assim, identificar territórios com escassez de pontos de ligação face ao potencial disponível para aproveitamentos de energia renovável, como são exemplos os concelhos de Idanha-a-Nova e Almeida. Por outro lado, a gestão do trânsito adicional de energia elétrica que resulte deste aumento exige reforços de troços da rede de transporte que, em boa medida, estão identificados, tanto para os aproveitamentos em terra, como para os futuros aproveitamentos eólicos offshore, designadamente os previstos para áreas ao largo da Figueira da Foz e Aveiro, onde poderá haver necessidade de instalar também subestações com receção em Alta Tensão Contínua (HVDC pela sigla conhecida em inglês). Há ainda necessidade de reforço de capacidade de transformação em subestações existentes da rede de transporte, em muito alta tensão (MAT), como os previstos nas subestações MAT da Bodiosa (Viseu) e Castelo Branco, de 170MVA cada. Do mesmo modo, será necessário reforçar a capacidade de transformação em subestações na rede de distribuição, sobretudo nos níveis de alta e média tensão (AT e MT), em ambos os casos para permitir que a área de influência das subestações, designadamente de MAT e AT, permita captar produções de futuros empreendimentos. Por outro lado, a exploração do potencial de geração fotovoltaica em coberturas de edifícios é vantajosa, não apenas por distribuir o esforço de investimento em produção renovável, mas, também, porque evita, para uma capacidade de produção equivalente, o uso do solo por empreendimentos concentrados cujos impactos ambientais nunca são negligenciáveis, mesmo quando localizados em áreas com menor sensibilidade.

Está prevista a construção de um gasoduto para hidrogénio verde entre Celorico da Beira e Zamora, abrangendo uma pequena parte da Região Centro, a concluir até 2030. Esta obra exige ainda a reconversão dos gasodutos Figueira da Foz-Celorico da Beira e Monforte-Celorico da Beira. Assim, do ponto de vista das infraestruturas da rede de gás não se preveem alterações importantes ao nível do transporte determinadas pela evolução da fileira do hidrogénio. Estão anunciados 130 projetos de hidrogénio verde no país, dos quais a maioria (67) na Região Centro. Do ponto de vista do seu impacto, é conveniente ter em conta a futura necessidade de pontos de abastecimento de hidrogénio para aplicações de transporte.

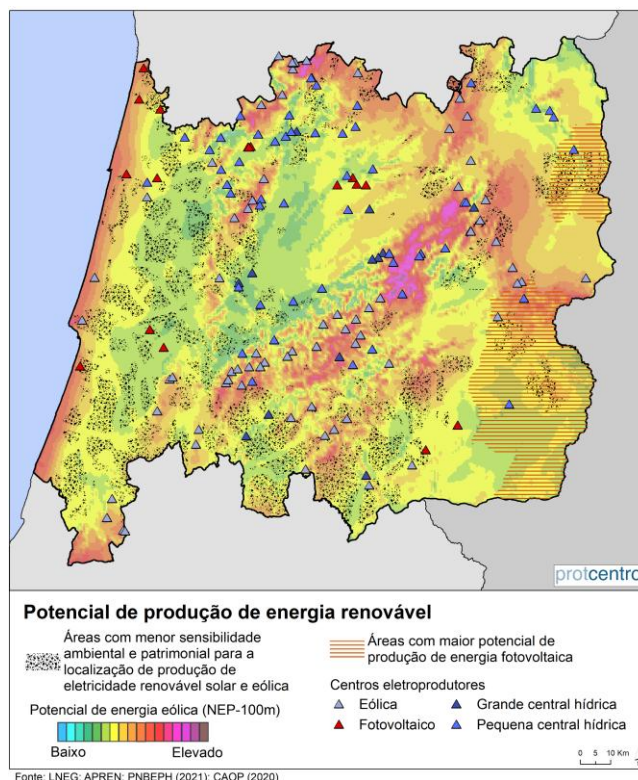
No lado da procura, na dimensão da eficiência energética, há instrumentos de política dirigidos aos três grandes setores: edifícios, transportes e indústria. No setor dos edifícios cruzam-se vários instrumentos de política, designadamente os que obrigam à certificação energética dos edifícios novos e dos transacionados, os que promovem a reabilitação do edificado ou, ainda, os que se destinam a combater a pobreza energética, todos coerentemente apontando para o aumento da eficiência energética dos edifícios em geral. A caracterização do edificado da região com recurso ao nível de eficiência, traduzido na informação dos certificados do Sistema de Certificação Energética (SCE) permite identificar geograficamente onde há maior necessidade de intervenção pública. A abordagem com recurso aos dados do SCE é apenas aproximada, dado que há ainda muitos edifícios públicos sem certificado e, no caso dos privados, apenas é emitido certificado no caso dos edifícios novos e dos existentes que sejam alvo de alguma transação de venda ou arrendamento. Os certificados fornecem, ainda assim, uma informação útil para a identificação das partes do território onde a intervenção pública, direta ou estimulando a iniciativa privada, pode contribuir de forma mais efetiva para uma transição energética sustentável. O rácio de qualidade que corresponde ao quociente entre os certificados de menor nível de eficiência (D, E e F) e a totalidade dos certificados emitidos entre 2014 e o terceiro trimestre de 2022, permite identificar os concelhos com maior necessidade de intervenção de políticas públicas para aumentar a eficiência energética do edificado residencial. Os recentes requisitos de eficiência energética exigidos nos instrumentos de gestão territorial para os empreendimentos turísticos também vão contribuir para o cumprimento de metas em matéria de sustentabilidade ambiental.

Sistema de Energia da Região Centro

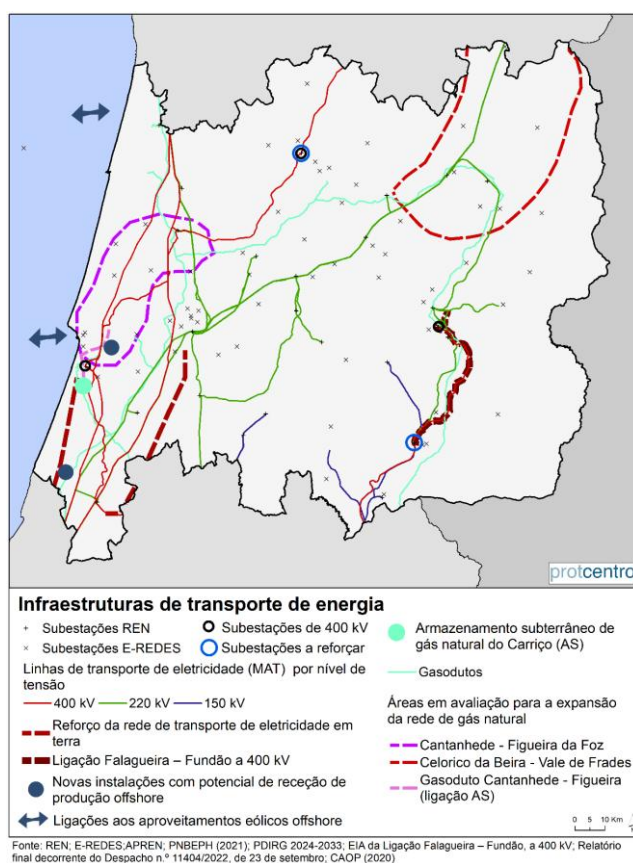


Mapas de suporte ao Sistema de Energia

Potencial de produção de energia renovável



Infraestruturas de transporte de energia





SISTEMA URBANO

Sistema Urbano

A estratégia para o Sistema Urbano da Região Centro aposta no reforço do policentrismo e no relacionamento interurbano e rural-urbano enquanto modelo territorial. Desta forma, promove-se o papel da Região no contexto nacional e contribui-se para atenuar as disparidades territoriais a diferentes escalas. No âmbito do sistema urbano é imperioso aumentar as interações horizontais (intrarregionais) e verticais (inter-regionais), de forma a construir-se uma organização territorial mais equilibrada.

O sistema urbano regional organiza-se em torno dos seguintes elementos:

- **Centros urbanos:** estruturam a organização do território, garantem uma oferta diversificada de serviços de interesse geral e desenvolvem um conjunto de funções urbanas;
- **Subsistemas territoriais:** garantem o relacionamento de proximidade e contextualizam dinâmicas integradas de desenvolvimento interurbano e urbano-rural;
- **Redes urbanas:** proporcionam oportunidades de cooperação interurbana, intrarregional e inter-regional, de forma a reforçar as dinâmicas associadas às transições urbanas, aos projetos de inovação ancorados nas especificidades endógenas e ainda ao enriquecimento dos padrões de competitividade internacional.

CENTROS URBANOS

O Sistema Urbano regional organiza-se segundo um conjunto de **centros urbanos**, de média e pequena dimensão, agentes importantes na construção de um desenvolvimento territorial mais equilibrado, que mitigue a concentração excessiva da população nas maiores áreas urbanas e metropolitanas e trave o despovoamento nos territórios rurais.

Na Região Centro há centros urbanos com uma dimensão e uma oferta especializada de serviços que os transforma em âncoras de inovação e internacionalização regional. Nos níveis inferiores, surgem centralidades de menor dimensão, que oferecem um leque mais ou menos diversificado de serviços de primeira necessidade, essenciais à promoção da qualidade de vida das populações. Os territórios de menor densidade populacional evidenciam a necessidade de uma política pública mais proativa, que incentive o reforço dos centros urbanos de suporte à economia rural e dos serviços para o consumidor final.

Consolidar este sistema urbano policêntrico é crucial para aumentar a coesão regional. Neste âmbito é necessário valorizar o edificado e qualificar os espaços públicos, promovendo modelos urbanos mais sustentáveis e saudáveis, regenerando as atividades económicas, fomentando a oferta habitacional e a integração social e desenvolvendo formas inteligentes de gestão.

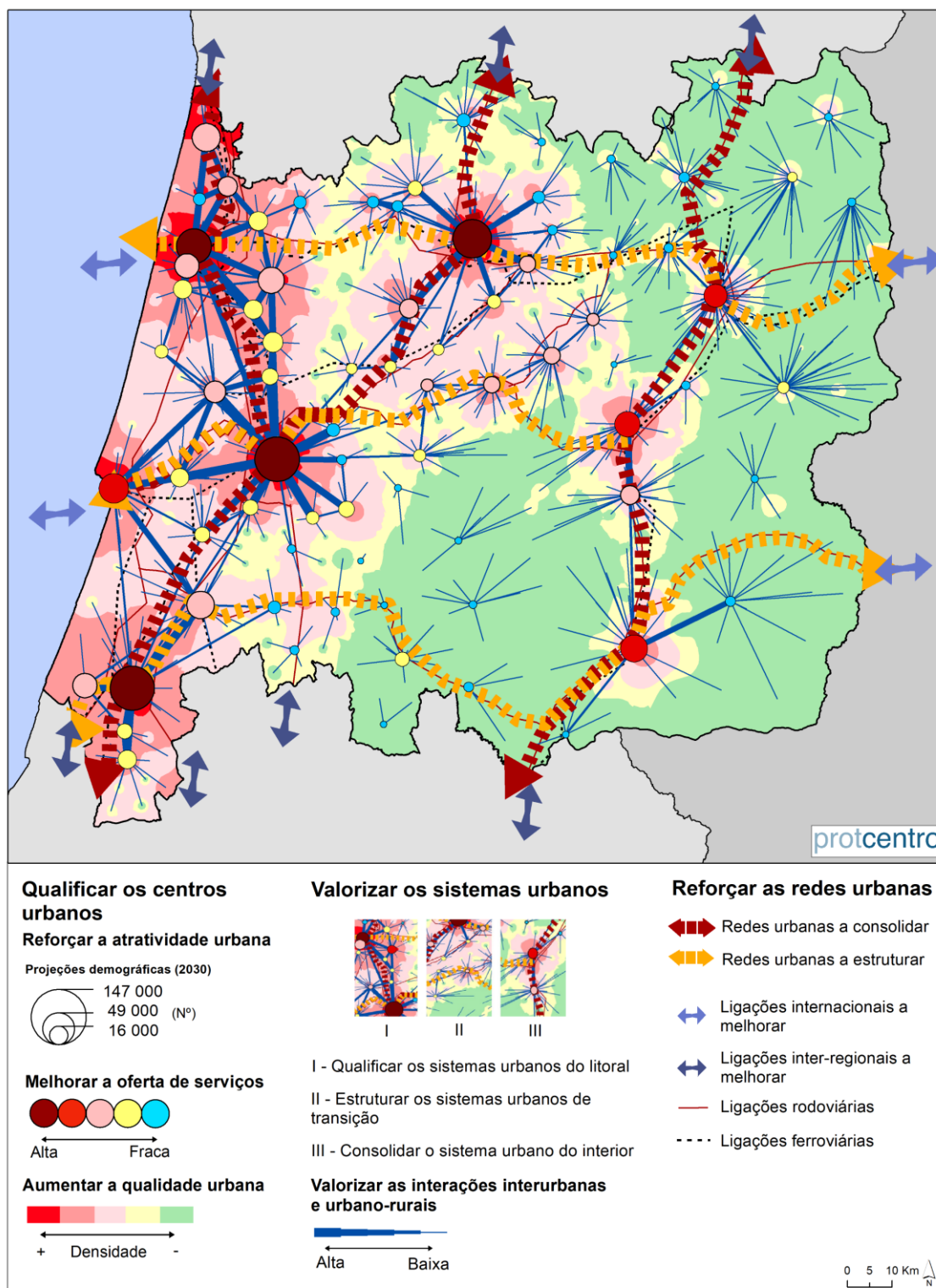
SUBSISTEMAS TERRITORIAIS

A estratégia policêntrica assenta, também, na existência de **subsistemas territoriais** estruturados por fluxos, interações e parcerias locais e sub-regionais. São áreas funcionais, que representam espaços de cidadania e de relacionamento, criando sinergias de proximidade e quadros de vida suportados numa maior integração e coesão territorial. Neste âmbito, é importante valorizar o papel das aldeias e dos lugares, oferecendo serviços de proximidade e cuidando das pessoas.

O Modelo Territorial do PNPOT identifica três tipos de subsistemas territoriais: i) os subsistemas a qualificar (ou a valorizar); ii) os subsistemas a consolidar; iii) os subsistemas a estruturar. À escala regional, evidenciam-se vários subsistemas, enquadrados nessa tipologia, apresentando diferentes problemáticas e desafios em matéria de desenvolvimento. Neste sentido:

- I. É preciso **qualificar os sistemas urbanos do litoral**, em torno das centralidades da Região de Aveiro, da Região de Coimbra e da Região de Leiria. É uma extensa área que se estende ao longo do litoral, retratando um amplo território de urbanização difusa, polarizado por centros de pequena ou média dimensão, onde os relacionamentos interurbanos e urbano-rurais são intensos. São áreas pressionadas pela procura habitacional e pela necessidade de espaços para a indústria, logística e comércio grossista, num contexto onde se misturam as ocupações agroflorestais. A conflitualidade de usos resulta da pressão exercida pelos processos de urbanização, com os sistemas ecológicos a manifestar dificuldades em coexistir ou resistir. Neste contexto, a diminuição das taxas anuais líquidas de artificialização do solo é fundamental, sendo necessário desencadear processos transformativos que passem pela digitalização dos serviços, pela regeneração económica, pela promoção da circularidade e de circuitos mais curtos de abastecimento, pela mobilidade sustentável e por uma oferta habitacional mais acessível e energeticamente mais eficiente. Para que a Região Centro assuma o seu papel de destaque a nível nacional e internacional, é necessário que os sistemas urbanos organizados em torno de Coimbra, Aveiro e Leiria reforcem o seu posicionamento nacional, assumindo uma perspectiva de desenvolvimento colaborativo estruturante, tendo em vista contrariar os processos centrifugadores das duas áreas metropolitanas e ancorar o desenvolvimento de toda a região. Na prática, significa construir uma frente atlântica forte ao serviço da coesão regional e nacional.

Sistema Urbano da Região Centro



- II. É preciso **estruturar os sistemas urbanos dos territórios de transição**, em particular em torno das centralidades de Viseu Dão Lafões, de Tábua-Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, e do Pinhal Interior.

Nas centralidades de Viseu Dão Lafões e de Tábua-Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, os desafios focam-se no reforço do relacionamento urbano-rural, na criação de condições geradoras de maior vitalidade e viabilidade dos sistemas, inovando na qualificação urbana e na atratividade residencial e económica, promovendo intervenções que qualifiquem e promovam uma maior articulação entre o capital natural e cultural. São dois subsistemas urbanos que, dada a sua localização estratégica, e a sua inter-relação com os outros subsistemas envolventes, reúnem condições para ancorar e impulsionar a base económica e urbana dos territórios de transição. Neste contexto, em matéria de redes urbanas, é estratégico contrariar a dicotomia entre o litoral e o interior, reforçando os inter-relacionamentos interurbanos, tendo em vista uma melhor estruturação e coesão regional.

No subsistema territorial rural do Pinhal Interior, polarizado por pequenos núcleos, é fundamental recriar novas perspetivas de desenvolvimento. São áreas com fraca densidade urbana, com uma oferta de serviços relativamente escassa e fluxos interurbanos pouco expressivos. As alterações climáticas e as transições ecológicas tornam imperioso qualificar os recursos florestais e reforçar a resiliência dos contextos urbanos, nomeadamente atendendo aos níveis de vulnerabilidade aos incêndios rurais. Cabe às centralidades do Pinhal Interior ser o suporte da reorganização do território e da paisagem, com vista a promover a valorização dos recursos naturais e culturais envolventes. Este subsistema deve interagir concertadamente com os subsistemas territoriais envolventes, de forma a ganhar massa crítica e dinamizar processos de desenvolvimento e regeneração económica e ambiental.

- III. Finalmente, é preciso **consolidar os sistemas urbanos do interior**, estruturado pelo eixo urbano Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco, parte de um corredor que se deveria desenvolver ao longo do interior do país, entre Bragança e Vila Real de Santo António e que, à semelhança da Ruta de la Plata espanhola, se poderia afirmar como a Rota do Bronze. Dinamizar este eixo urbano e densificar as relações com o espaço rural envolvente e transfronteiriço potencia os recursos económicos e naturais, favorecendo uma aposta na atratividade residencial e turística e promovendo uma maior afirmação externa. Os desafios focam-se no relacionamento urbano-rural, na criação de condições geradoras de maior vitalidade e viabilidade dos sistemas, inovando na qualificação urbana e nos desafios económicos, em harmonia com o capital natural e cultural. Neste contexto, em matéria de redes urbanas, é estratégico afirmar a Rota do Bronze, para norte em direção a Bragança e para sul, até Portalegre e o Algarve, promovendo as ligações transversais com Castilla y León e a Extremadura.

REDES URBANAS

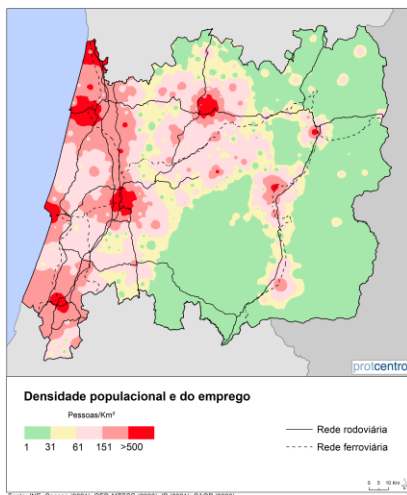
Em matéria de **redes urbanas**, o sistema urbano regional deve dinamizar redes intrarregionais e inter-regionais, promovendo dinâmicas de desenvolvimento mais justas e competitivas, focadas em visões desejáveis e plausíveis, concertadas em torno de desafios territoriais a escalas estratégicas mais vastas:

- No litoral, o **Eixo do Atlântico**, constituído pelo Sistema Territorial do Centro Litoral (subsistemas da Região de Aveiro, Região de Coimbra e da Região de Leiria) e pelos Sistemas Regionais Metropolitanos (do Noroeste e da Região de Lisboa), criam continuidades e complementaridades de grande relevância nacional e ibérica;
- No interior, a **Rota do Bronze**, desenvolvendo-se em torno do eixo urbano Bragança-Guarda-Covilhã-Castelo Branco-Portalegre-Vila Real de Santo António, potencia uma plataforma de desenvolvimento transfronteiriço, capaz de projetar uma multiplicidade de recursos patrimoniais naturais e culturais, dando visibilidade a um mosaico de paisagens e a uma diversidade de economias locais e regionais;
- Na área de transição, o **Rota do Mar, do Vinho e da Montanha** (eixo urbano Figueira da Foz-Coimbra-Viseu-Vila Real-Chaves-Verín) pode afirmar-se como um terceiro alinhamento norte-sul que ajuda a romper a dicotomia entre o litoral e o interior, tornando a Região Centro mais coesa e homogénea.

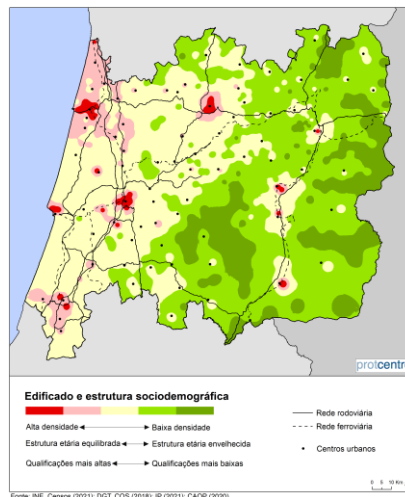
Em matéria de eixos urbanos intrarregionais deve-se promover o **Eixo Aveiro – Viseu – Guarda**, o **Eixo Figueira da Foz – Coimbra – Covilhã** e o **Eixo Pombal – Marinha Grande – Leiria – Castelo Branco**. Assim, a construção da coesão territorial tem como condição necessária a consolidação de eixos transversais, viários e urbanos, que liguem o litoral à rota do Bronze e esta à Ruta de La Plata, a Espanha e ao resto da Europa. Neste âmbito, os sistemas urbanos dos territórios de transição, as centralidades de Viseu Dão Lafões, de Tábua – Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia e do Pinhal Interior, têm um papel preponderante. São também estruturantes as ligações ferroviárias (Linha da Beira Alta e futura linha Aveiro-Viseu-Vilar Formoso) e rodoviárias (futura autoestrada Coimbra-Viseu, A25, IC6, IC8 e IC31), o que justifica a necessidade de executar os projetos viários reivindicados neste PROT.

Mapas de suporte ao Sistema Urbano

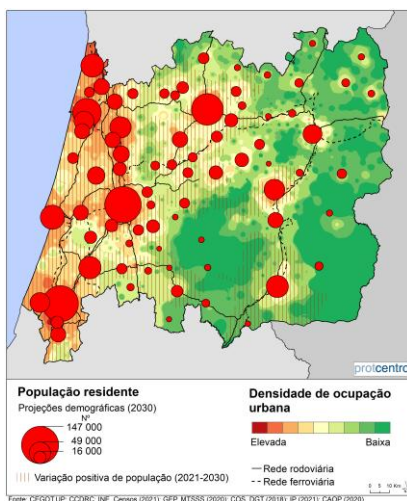
Densidades populacionais e de emprego



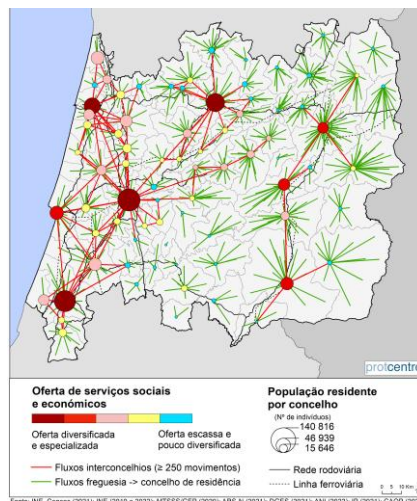
Densidades de edificado e estruturas sociodemográficas



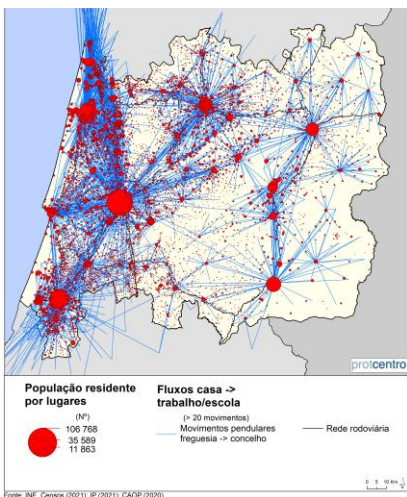
População residente e densidades populacionais



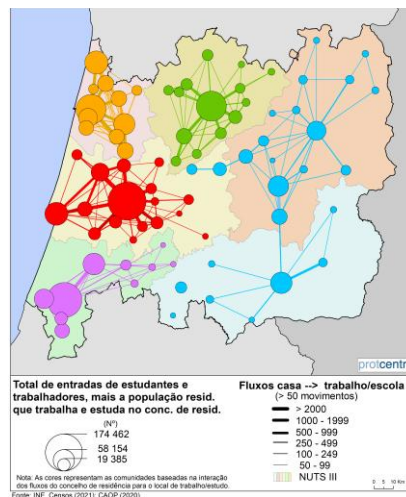
Oferta de serviços sociais e económicos e movimentos inter-concelhos e intra-concelhos



População residente por lugares e movimentos pendulares intrarregionais e inter-regionais



Mobilidade pendular: fluxos e comunidades intrarregionais



Página intencionalmente deixada em branco



MODELO TERRITORIAL

Enquadramento

O Modelo Territorial da Região Centro assenta num desenvolvimento urbano policêntrico que é necessário reforçar, de forma a contrariar processos de concentração, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e contribuir para uma organização do país mais equilibrada territorialmente. A cooperação, reforçando complementaridades e especializações, potencia um desenvolvimento em convergência, onde o melhor de cada local/região pode contribuir para aumentar o desenvolvimento do país.

O aprofundamento do modelo decorre de estratégias que promovam a cooperação espacial (interurbana e urbano-rural) e atendam às especificidades e aos desafios de desenvolvimento que se colocam aos diferentes territórios. Assim, o Modelo Territorial desenvolve **abordagens integradas**, que articulam trajetórias inovadoras e sustentáveis e têm em conta a crescente complexidade social, económica e ambiental. Organiza-se de acordo com os seguintes objetivos gerais:

- A **capacidade transformadora da Região Centro fundamenta-se na diversidade dos desafios proporcionados pelos múltiplos ativos socioeconómicos e naturais que constituem o seu mosaico territorial**. Com ritmos diferentes, todos os territórios (mais ou menos urbanos, com maior ou menor escala, com maior ou menor densidade) contribuem para o desenvolvimento regional, pois todos são detentores de recursos e de potencial de atratividade.
- Os **territórios, direcionando as suas estratégias de acordo com as suas especificidades, devem assegurar uma gestão sustentável das transições** (demográfica, climática, ecológica e tecnológica) e **valorizar os diferentes ativos** (recursos naturais, infraestruturas, capital humano, indústrias, serviços, agricultura, floresta ou património cultural material e imaterial).
- As **estratégias devem reforçar as trajetórias de desenvolvimento económico já instaladas e gerar oportunidades para a afirmação de novas trajetórias**. O foco estará na conjugação de atividades intensivas em conhecimento com setores tradicionais, diversificando e regenerando as economias locais. A **região deve avançar para um modelo urbano mais integrado no sistema natural, a partir de processos assentes na cooperação interurbana e urbano-rural**. O objetivo é criar contextos territoriais orientados para o reforço da qualidade de vida e o desenvolvimento económico, com base na valorização do solo, da água e da biodiversidade, da economia local, incluindo os produtos endógenos, em articulação a qualificação do espaço público.
- **Em termos estratégicos**, adota-se um racional onde o capital territorial, sustentado nos valores e funções do Território, nomeadamente nos valores e funções naturais, ambientais, culturais e económicas, criam oportunidades para a valorização dos ativos presentes.
- As intervenções vão assentar na **cooperação territorial, estruturada em redes** (locais, regionais e internacionais) e serão dirigidas às aspirações das populações e aos novos desafios que se colocam ao desenvolvimento e ordenamento do território.

Trata-se de uma estratégia que pretende integrar os recursos territoriais, a economia local e as várias dinâmicas urbanas e rurais da região, desenvolvendo redes que fortalecem conexões intersectoriais e multiescalares. Ao agregar os municípios em torno de um projeto comum de desenvolvimento, a região otimiza os seus recursos, melhora a mobilidade e coordena políticas públicas de forma mais eficiente, incorporando as especificidades locais, fomentando a cooperação intermunicipal e potenciando as oportunidades em torno de desafios comuns, dirigidos à coesão e à competitividade territorial.

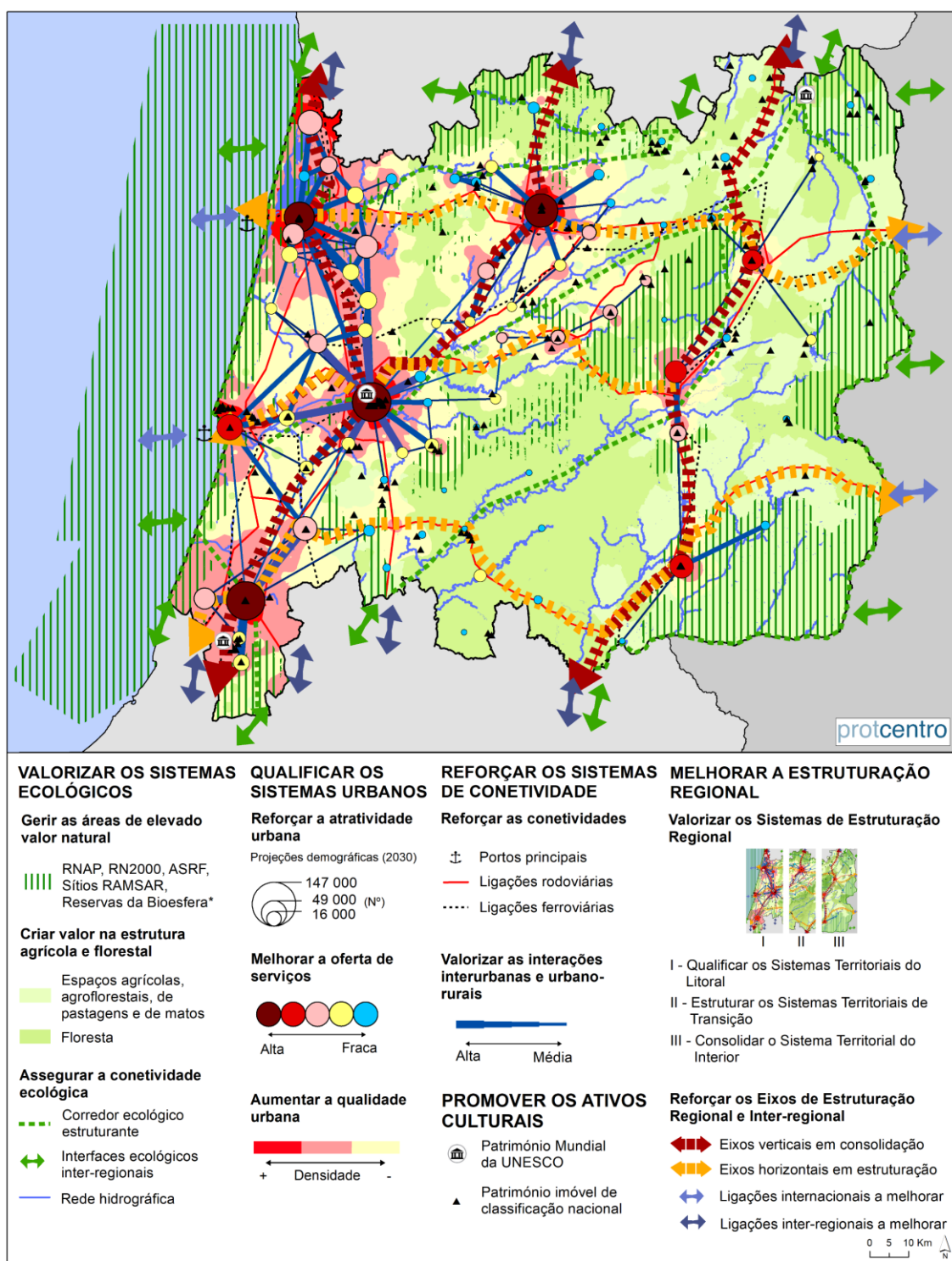
Assim, o Modelo Territorial da Região Centro identifica vários **Sistemas de Estruturação Regional**, que requerem **políticas integradas e diferenciadas**:

- I. O **Sistema Territorial do Litoral**, que compreende os subsistemas da Região de Aveiro, da Região de Coimbra e da Região de Leiria;
- II. O **Sistema Territorial de Transição**, compreendendo os subsistemas de Viseu Dão Lafões, de Tábua — Oliveira do Hospital — Seia — Gouveia, e do Pinhal Interior;
- III. O **Sistema Territorial do Interior**, que inclui o eixo urbano de Guarda - Covilhã - Fundão - Castelo Branco e os concelhos raianos.

Além disso, identifica a necessidade de consolidar **Eixos de Estruturação Regional e Inter-regional, verticais e horizontais**, tendo em vista o reforço da coesão e da competitividade territorial:

- I. O reforço das **redes verticais** apoia-se em três eixos: **Eixo do Atlântico; Rota do Bronze; Rota do Mar, do Vinho e da Montanha**.
- II. O reforço das **redes horizontais** apoia-se em três eixos: **Eixo estruturado pelas centralidades urbanas de Aveiro, Viseu e Guarda; Eixo que liga os centros urbanos da Figueira da Foz, Coimbra e Covilhã; Eixo que conecta a Marinha Grande, Leiria e Castelo Branco**.

Modelo Territorial da Região Centro



* RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas, RN2000 - Rede Natura 2000, ASRF - Áreas Submetidas ao Regime Florestal, Sítios RAMSAR - Convenção de Ramsar dirigida às zonas húmidas.

Sistemas de Estruturação Regional

I. Qualificar o Sistema Territorial do Litoral

O Sistema Territorial do Litoral está estruturado em três subsistemas territoriais policêntricos: a Região de Aveiro, a Região de Coimbra e a Região de Leiria. A sua capacidade transformadora é diferenciada, contemplando uma diversidade de oportunidades e desafios proporcionados pelos seus múltiplos recursos (demográficos, sociais, económicos, ambientais, culturais e organizacionais) e pela sua capacidade de atração e integração de ativos e investimentos externos.

Nestes territórios, as alterações das atividades económicas deverão estar associadas aos processos de transição ecológica, energética e digital, assegurando que a sua base endógena (industrial, comercial, de serviços, agrícola, florestal e marítima) evolua e se diversifique, respondendo eficazmente aos requisitos de competitividade à escala europeia e global. Este objetivo assenta no reforço da interação do SCT com o tecido produtivo e social, na qualificação e consolidação da base exportadora, na dinamização de novas atividades económicas e na atração de investimento qualificado. Justifica-se também uma estratégia concertada de preservação dos recursos patrimoniais (natural, construído e cultural) e promoção da atratividade turística, tanto a nível nacional como internacional.

Dada a pressão gerada pelos processos de urbanização e pela multifuncionalidade dos usos, é necessário contrariar a segmentação socio-espacial, valorizar a proximidade e um urbanismo mais verde e saudável, reforçar identidades e comunidades, tanto urbanas como urbano-rurais. Os aglomerados têm de oferecer os serviços fundamentais, nomeadamente, oportunidades de emprego com valências diferenciadoras, habitações adequadas e espaços aprazíveis, património cultural valorizado e oferta cultural, serviços de saúde, de educação e de apoio social, infraestruturas urbanas (água, saneamento e resíduos) e serviços ambientais.

Em matéria de ordenamento físico, é necessário controlar a urbanização difusa, diminuir a taxa anual de artificialização do solo, de modo a assegurar o ordenamento e gestão do uso e ocupação do solo, regular as dinâmicas de localização industrial, melhorar os sistemas de monitorização e controlo da qualidade da água e dinamizar as fileiras agrícolas e a pecuária, adotando as melhores práticas sustentáveis.

Estes territórios têm uma vasta diversidade de ecossistemas de elevado interesse paisagístico, designadamente a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, as zonas húmidas da Ria de Aveiro, os estuários do Mondego e do Lis, a Livraria do Mondego, o Maciço Calcário e diversas áreas montanhosas da Cordilheira Central e do eixo constituído pelas serras do Arestal, Caramulo e Buçaco. Ligados por matas nacionais e perímetros florestais, estes ecossistemas oferecem uma variedade de serviços naturais e ambientais essenciais. (Re)qualificar estes espaços naturais é uma prioridade, o que pressupõe intervenções em matéria de proteção e valorização dos recursos existentes.

A presença de uma extensa mancha florestal e de um edificado disperso e desordenado dificultam a proteção e reforçam a possibilidade de ocorrência de incêndios de grandes dimensões, aumentando as vulnerabilidades sociais e económicas. A intensidade/severidade do incêndio depende da gestão dos combustíveis finos e a sua progressão depende da existência de fragmentação da paisagem. Neste contexto, a edificabilidade no solo rústico tem de ser condicionada e adequada ao risco de incêndio, a floresta deve ser ordenada, e os meios de controlo e combate aos incêndios devem ser reforçados.

O litoral está muito exposto aos riscos de erosão e galgamentos. Nas zonas costeiras, é preciso controlar situações de ocupação desordenada e reforçar a qualificação ambiental e urbanística. Simultaneamente, a intensa atividade industrial e a existência de uma agricultura e uma pecuária intensiva (avicultura e a suinicultura), geram pressões antrópicas sobre os ecossistemas, que podem prejudicar a qualidade ambiental e ter impactos na saúde das populações. Estas situações exigem estratégias de intervenção que promovam uma maior sustentabilidade nos processos produtivos e modelos de ação que mitiguem a pressão sobre os sistemas naturais.

Por fim, deve evidenciar-se a importância estratégica deste Sistema Territorial na consolidação do Eixo do Atlântico, garantindo a continuidade urbano-económica entre os espaços regionais metropolitanos (do Noroeste e da Região de Lisboa) e consolidando uma base socioeconómica de relevância nacional e capacidade de afirmação externa. A consolidação deste sistema interurbano depende da concretização de um conjunto de infraestruturas de ligação, nomeadamente as novas linhas ferroviárias de alta velocidade e o novo aeroporto nacional, em particular, a integração destas duas infraestruturas, entre si e com o restante sistema de transportes.

II. Estruturar o Sistema Territorial de Transição

O Sistema de Transição desenvolve-se entre o Sistema do Litoral e o Sistema do Interior, e compreende um conjunto de estruturas territoriais com características muito diferenciadas:

- o **subsistema Viseu Dão Lafões**, estruturado por uma rede urbana polinucleada, de forte relacionamento interurbano e urbano-rural, num contexto predominantemente rural;
- o **subsistema Tábua – Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia**, correspondente a um eixo urbano em consolidação e fortemente identificado com a Serra da Estrela;
- o **subsistema do Pinhal Interior**, marcado por um contexto fortemente florestal e de fraca acessibilidade, com uma estrutura urbana de pequenos centros pouco conectados, num contexto rural em perda demográfica e de forte envelhecimento.

Estes subsistemas são estratégicos em termos regionais, devendo desempenhar um papel importante na redução da segmentação territorial. São territórios que precisam intensificar o relacionamento urbano-rural, tendo em conta as suas especificidades territoriais, de forma a garantir uma maior convergência e integração dos diferentes ativos locais (económicos, socioculturais, agroflorestais, hídricos, solos e biodiversidade). Além disso, é crucial apostar numa nova economia da agricultura e da floresta, promovendo a multifuncionalidade e a biodiversidade, fomentando o ordenamento do território e potenciando as múltiplas cadeias de valor económico e social, que promovem a valorização dos serviços ecossistémicos e minimizam os riscos, sobretudo dos incêndios rurais.

Neste contexto, é preciso promover uma gestão mais agregada das propriedades rústicas, de forma a melhorar a eficiência da gestão do território, reduzindo custos e aumentando a resiliência ecológica. A adoção de novas tecnologias, nomeadamente sistemas de monitorização digital e ferramentas de gestão baseadas em dados, contribui para potencializar a eficiência, permitindo uma gestão mais eficaz e precisa dos recursos, promovendo-se a sustentabilidade e a adaptação às alterações climáticas. Neste âmbito, é ainda crucial fomentar as redes locais de abastecimento para a utilização de biomassa como fonte de energia renovável.

Subsistema Viseu Dão Lafões

Este subsistema estrutura-se em torno de Viseu e um conjunto de pequenos e médios centros urbanos.

Viseu é uma cidade média com uma dimensão relevante no contexto nacional, é um nó de acessibilidade máxima, resultante do cruzamento do IP3, A24 e A25, e tem um forte dinamismo comercial, industrial e de serviços. É o centro de gravidade de um conjunto de núcleos de média dimensão que, tirando partido da revolução viária iniciada nos anos 80 do século passado, transformaram uma economia de base rural num conjunto relevante de polos industriais e de serviços. É necessário, contudo, concluir a malha com a construção de uma autoestrada que ligue Coimbra a Viseu, a qualificação da linha da Beira Alta, garantindo o transporte de mercadorias de e para Espanha e o resto da Europa, e a construção da linha de alta velocidade Aveiro - Viseu - Salamanca, que enlace a montante com a rede ibérica e europeia. O sistema ferroviário deve estar servido por uma rede eficiente de centros logísticos e conectado com as principais áreas empresariais.

Mantendo o seu dinamismo graças às recentes ondas de imigração, o subsistema deve apostar em ações de regeneração e qualificação que promovam um urbanismo de proximidade, reforçando a atratividade residencial, a qualidade dos espaços públicos e a mobilidade sustentável. A persistência, de carências habitacionais e de espaços segregados, deve impulsionar estratégias mais concertadas em termos intermunicipais. Por sua vez, os ativos territoriais (património cultural e natural, termalismo ou enoturismo) justificam uma estratégia intermunicipal de oferta turística.

As paisagens montanhosas que se estendem do Maciço da Gralheira à Serra do Caramulo, rasgadas pelos vales dos rios Vouga, Paiva e Dão, possuem um elevado valor ecológico. É fundamental reordenar a cobertura vegetal para melhorar a conservação dos solos e reduzir a vulnerabilidade aos incêndios, valorizar o capital natural e conservar os ecossistemas e as paisagens, protegendo e qualificando o solo e a biodiversidade.

A agricultura familiar continua a ter uma grande representatividade nas explorações agrícolas, desempenhando uma função económica que importa preservar e renovar. A diminuta dimensão das explorações origina um mosaico agrícola diversificado, com hortas e culturas permanentes (nomeadamente, a vinha, o olival e os frutos), a que se junta a avicultura. Destacam-se as regiões vitivinícolas, com especificidades próprias, e os produtos regionais de origem protegida. As explorações com produção biológica têm também um importante potencial de desenvolvimento, nomeadamente os sistemas alimentares sustentáveis, como os refletidos na bio-região de São Pedro do Sul. Esta economia de base rural produz uma vasta gama de bens agroalimentares de qualidade, cuja organização em fileiras deve ser apoiada, tendo em vista a sua internacionalização.

Subsistema Tábua - Oliveira do Hospital - Seia - Gouveia

Estas quatro cidades constituem um subsistema urbano em consolidação. Num espaço intersticial a poente da Serra da Estrela, emergem como centralidades complementares, tanto em termos económicos como funcionais. Servindo de charneira entre os subsistemas de Coimbra, Viseu e Pinhal Interior, este contexto urbano é estratégico pelas suas múltiplas pertenças funcionais, biofísicas e paisagísticas. Assim, é prioritário promover a qualificação da base produtiva e exportadora, melhorar as acessibilidades viárias, a mobilidade e as infraestruturas logísticas, tendo em vista o reforço da atratividade residencial, industrial e turística. A identidade territorial associada à Serra da Estrela e aos produtos locais de qualidade

reconhecida, como o queijo da Serra da Estrela ou os vinhos (DOP), deve ser aproveitada como um ativo numa estratégia intermunicipal de requalificação urbana e de valorização das montanhas e das tradições locais. É ainda necessário promover a reorganização da paisagem numa perspetiva que integre os ativos ambientais e os respetivos serviços de ecossistema, fundamentais para o desenvolvimento de uma economia verde associada ao sequestro de carbono. Nesta área de grande valor natural, é fundamental aumentar a mobilidade sustentável e eficiente para todo o Planalto da Serra da Estrela. Por fim, é de evidenciar o papel deste subsistema no reforço da identidade regional e enquanto elemento estratégico para a promoção de um maior inter-relacionamento entre os territórios do litoral e do interior.

Subsistema do Pinhal Interior

Este território é dominado pelas Serras da Lousã e do Açor, que contemplam um conjunto diversificado de habitats naturais. A floresta, dominada por pinheiros e eucaliptos que crescem num território acidentado, é um ativo central do capital natural, que é importante reorganizar, criando um espaço rústico ordenado e com menor suscetibilidade aos incêndios. Os mecanismos de valorização dos serviços dos ecossistemas poderão, no futuro, criar novas oportunidades de desenvolvimento num contexto de povoamento humano disperso e de baixa densidade, além de uma população envelhecida e em perda. O reordenamento agroflorestal e a gestão integrada de uma propriedade fragmentada são fundamentais para melhorar a economia local e as condições de vida das populações residentes, assim como para atingir o grande objetivo de redução do número de incêndios e da área ardida. O desenho de espaços florestais em mosaico, que tenha em conta a conectividade ecológica, é um desígnio básico de reordenamento do território, que dificulte a propagação dos fogos e melhore a qualidade da paisagem, diversificando-a.

Os níveis de isolamento e fragilidade social são muito expressivos, particularmente no que respeita à população mais idosa. A estrutura urbana deve ser reequacionada numa perspetiva supramunicipal integrada, reforçando nós estratégicos ligados por estradas de qualidade e que, com uma oferta de serviços essenciais de suporte aos espaços rurais, atenuem as debilidades em termos de acesso físico e economias de escala que comprometem os níveis de coesão e equidade socio-territorial. Simultaneamente, devem ser impulsionados novos modelos de prestação de serviços (telemedicina, regime ambulatorio), redes integradas de apoio comunitário e novas formas de mobilidade (a pedido e partilhada). Finalmente, dado o baixo nível de conforto térmico da maioria das habitações, a sua reabilitação e qualificação deve ser uma prioridade.

A estrutura económica e de emprego é dominada pelas atividades florestais, a silvicultura e o terciário social, e afetada por baixos níveis de qualificação. Renovar a base económica, encontrando atividades capazes de gerar rendimento e atrair uma população mais jovem e qualificada, é um desígnio difícil, mas vital, que merece pensamento estratégico e ideias novas.

III. Consolidar o Sistema Territorial do Interior

O eixo urbano Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco, e as conectividades a ele associadas, são um ativo estratégico que contraria a dinâmica recessiva do interior da região e tem um elevado potencial estruturante do desenvolvimento futuro do espaço transfronteiriço. Desenvolve-se ao longo da A23 e da linha ferroviária da Beira Baixa e é constituído por centros de média dimensão, que distam entre si alguns minutos e que polarizam os territórios envolventes de baixa densidade. Apresenta uma estrutura funcional diversificada:

- A Guarda e Castelo Branco sobressaem pela oferta de serviços e pela indústria transformadora;
- A Covilhã, a par de uma indústria têxtil que conseguiu sobreviver à custa da modernização e de uma redução drástica do emprego, é sede de uma universidade dinâmica que alia ensino com um nível interessante de investigação; a Universidade da Beira Interior, assim como os Institutos Politécnicos de Castelo Branco e da Guarda, devem ser encarados como o elemento estruturante do desenvolvimento da economia do conhecimento do interior da Região Centro e como tal apoiados;
- O Fundão, que começa a colher os frutos de uma política de atração de investimento de base tecnológica, destaca-se ainda por ser o centro nacional da produção de cereja.

O território rural envolvente tem um povoamento de baixa densidade, uma população envelhecida e divide-se em duas unidades fundamentais:

- Um espaço de planalto e montanha, entrecortado por alguns territórios agrícolas como os vinhedos de Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo ou as explorações de gado do Sabugal e onde se destacam importantes áreas naturais classificadas como o Douro Internacional, o Parque Nacional da Serra da Estrela, a Reserva Natural da Serra da Malcata e o Parque Natural do Tejo Internacional, assim como a rede de Geoparques mundiais da Unesco (o Geopark Naturtejo e o Estrela Geopark), dedicados à preservação do património geológico; aqui, os benefícios resultantes da conservação da natureza, paisagem e provisão de recursos turísticos, justificam o desenvolvimento de mecanismos de compensação pelos serviços de ecossistema prestados, designadamente no que se refere ao potencial hídrico e à sua contribuição para a descarbonização;
- Áreas de elevado potencial agrícola, como a Cova da Beira e a Campina de Idanha, e de forte presença de produtos de denominação de origem protegida (DOP).

O crescente despovoamento das zonas rurais e os níveis de desertificação e perda de solo levam à disseminação de matos e espécies invasoras e ao aumento da suscetibilidade aos incêndios rurais. Por isso, é crucial reduzir as suscetibilidades e diminuir as vulnerabilidades e riscos, através do reordenamento da paisagem, de uma gestão ativa que promova o valor económico, social e ambiental dos recursos naturais

A base económica deste sistema territorial deve ser reforçada, pois o emprego depende da forte representatividade dos serviços públicos e da capacidade exportadora de um número limitado de setores (agricultura, pecuária e floresta, têxtil, metalomecânica e, recentemente, nas áreas TICE). A inovação implica criar condições para o desenvolvimento de atividades de base tecnológica, que aproveitem os recursos gerados pela rede local de ensino superior, sendo de destacar a importância do desenvolvimento do *cluster* da saúde e tecnologias da saúde. Deve também ser reforçada a consultoria técnico-científica e, em alguns contextos, as indústrias criativas.

Em matéria de coesão territorial, não estão garantidos os níveis de acessibilidade aos serviços de interesse geral nas áreas mais periféricas, em particular nas áreas da saúde e do apoio social, o que afeta particularmente uma população envelhecida e localizada fora dos principais centros urbanos. Encontrar novas formas de prestação de serviços à distância e em regime ambulatorio, para além de reforçar a cooperação intermunicipal e transfronteiriça aumentará os níveis de acessibilidade e melhorará a sua qualidade. Por outro lado, as condicionantes climatológicas determinam uma forte suscetibilidade a vagas de frio e a ondas de calor, o que implica intervir no edificado de modo a melhorar o conforto térmico das habitações.

Dada a vocação turística ligada sobretudo ao sistema montanhoso (Serra da Estrela – Serra da Gardunha) e aos valores patrimoniais naturais e culturais existentes, justifica-se uma estratégia concertada de apoio a novas infraestruturas e de atração de novos mercados, aproveitando, em particular, a proximidade a Espanha. Deste modo, contribuiu-se para assegurar a preservação do património natural, o bem-estar dos residentes e visitantes e o crescimento sustentável do turismo de relevância regional e nacional.

Por fim, é estratégico dinamizar a Rota do Bronze, fortalecendo os laços de cooperação para:

- norte, entre Guarda – Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Macedo de Cavaleiros e Bragança;
- sul, entre Castelo Branco – Portalegre e a parte nascente do Alentejo e Algarve;
- leste, ligando-se à Ruta de La Plata e, em particular, aos centros urbanos de Zamora, Salamanca e Cáceres; para este objetivo, tem especial importância o IC31, que ligará a A23 às Termas de Monfortinho e estas à rede espanhola de autoestradas.

Eixos de Estruturação Regional e Inter-regional

O objetivo é reforçar um diálogo de convergência intrarregional e inter-regional, de forma a promover-se o desenvolvimento territorial, a partir de processos de colaboração e de inovação económica, social e ambiental. Desta forma, aumenta-se as escalas de cooperação e intervenção e dinamizam-se processos de mudança capazes de impulsionar mais impactos territoriais, à escala regional, nacional e ibérica.

Os Eixos de Estruturação Regional e Inter-regional suportam-se nos centros urbanos, na oferta de infraestruturas, nos recursos locais/regionais e em redes de colaboração interinstitucionais. Neste âmbito, devem-se desenhar estratégias de intervenção que visem: a inovação e a transição económica; o desenvolvimento de modelos urbanos mais saudáveis e sustentáveis; o reforço do acesso à habitação e à inclusão social; a promoção da qualidade e do acesso à prestação de serviços de interesse geral; e o fomento da gestão inteligente dos territórios.

I. Eixos verticais

O reforço dos eixos verticais apoia-se em três eixos territoriais:

1. No litoral, o **Eixo Atlântico** potencia o desenvolvimento de uma extensa plataforma que liga Sines à Galiza, de forte densidade socioeconómica e de primordial importância nacional e ibérica (prolonga-se para a Galiza). A promoção do Eixo Atlântico, irá contribuir para o reforço da coesão e competitividade territorial da Península Ibérica, em paralelo com o desenvolvimento da região metropolitana de Madrid e da faixa litoral mediterrânica entre Barcelona e Alicante. Neste âmbito, devem-se promover políticas dirigidas ao desenvolvimento urbano equacionado em colaboração. Para a afirmação do Eixo Atlântico, é fundamental reforçar um conjunto de infraestruturas estratégicas: a nova linha ferroviária de alta velocidade Porto – Lisboa – Galiza com serviços regulares e paragens consecutivas em Aveiro, Coimbra, Leiria e no novo aeroporto nacional; a melhoria das ligações dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz à Linha do Norte, dotando-as com os requisitos da rede principal TEN-T; o reforço das condições de navegabilidade dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz, melhorando as infraestruturas portuárias e os terminais intermodais e fomentando a eletrificação e a digitalização das infraestruturas, equipamentos e serviços.

2. No interior, afirmando a **Rota do Bronze** (eixo Bragança – Guarda – Covilhã – Castelo Branco – Portalegre – Algarve) e potenciando a cooperação e o desenvolvimento transfronteiriço através do aproveitamento dos recursos naturais, culturais e patrimoniais e de um esforço acrescido de atração de investimento. Para isso, é necessário concluir a modernização da Linha da Beira Alta e construir o IC 31.
3. A **Rota do Mar, do Vinho e da Montanha** (eixo Figueira da Foz-Coimbra-Viseu-Vila Real-Chaves-Verín) é um terceiro elemento estruturante de atravessamento do interior, que liga centros urbanos com elevado potencial, cria escala para o desenvolvimento de recursos endógenos, em particular a vinicultura, e ajuda a desenvolver uma malha reticular de interações, essencial para quebrar a dicotomia entre o litoral e o interior. Os recursos associados ao mar, à vinicultura e à montanha podem potenciar estratégias de inovação territorial. O porto da Figueira da Foz e as plataformas logísticas da Pampilhosa e de Alfaias devem desempenhar também um papel importante, num contexto em que o reforço do modo ferroviário para o transporte de mercadorias é estratégico. Neste âmbito, é ainda fundamental reforçar a acessibilidade entre Coimbra e Viseu.

II. Eixos horizontais

A afirmação dos eixos horizontais apoia-se em três eixos territoriais:

1. O **eixo estruturado pelas centralidades urbanas de Aveiro, Viseu e Guarda** e pela A25, com um forte dinamismo económico e ligando infraestruturas estratégicas como o porto de Aveiro e a plataforma logística da Guarda; estes últimos devem ter uma ligação reforçada, entre si e com o porto seco de Salamanca; Numa perspetiva de médio prazo, é muito importante construir a linha ferroviária de alta velocidade Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca – Medina del Campo/Valladolid, com serviços de ligação a Madrid e à Europa e com paragens regulares e consecutivas nos principais centros urbanos da região.
2. O **eixo de ligação entre Figueira da Foz, Coimbra e Covilhã**, que corresponde em parte à Rota do Mar, do Vinho e da Montanha e com a qual deverá coordenar estratégias e intervenções. Este eixo tem como investimento estruturante a conclusão do IC6 (troço Tábua – Oliveira do Hospital – Covilhã), contribuindo para dinamizar uma multiplicidade de recursos, em prole de uma maior afirmação turística e económica regional.
3. O **eixo de ligação entre Marinha Grande, Leiria e Castelo Branco**, potenciado pelo IC8 e as ligações transfronteiriças. Para a sua afirmação é necessário melhorar o IC8 e, em particular, dotar de um perfil adequado o troço entre Pombal e Avelar/A13, assim como construir o IC31, entre Castelo Branco/A23 e o posto fronteiro de Monfortinho, com um perfil de autoestrada e garantir também a sua ligação com o mesmo perfil a Moraleja, assegurando mais uma ligação eficiente da Região Centro à rede espanhola de autoestradas e a Madrid.



PARTE II

OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Página intencionalmente deixada em branco



1. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Enquadramento

O Programa de Execução é constituído por um conjunto de projetos piloto, que, conforme já referido, são propostas de operacionalização das Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT). De forma geral, trata-se de experimentadores concebidos para testar a viabilidade e a eficiência de novas abordagens, estratégias ou soluções em territórios específicos, com o objetivo de responder aos desafios identificados nos vários sistemas. Estes projetos serão regularmente avaliados, de forma a introduzir melhorias e ajustes e tendo em vista a sua replicação noutros territórios.

Os projetos, sempre definidos para localizações específicas, agrupam-se, de acordo com os níveis de responsabilidade e comprometimento das entidades envolvidas, em três categorias principais. A primeira refere-se a dois projetos estratégicos para o desenvolvimento e coesão da Região Centro, cuja concretização depende do Governo Central, cabendo à região reivindicar e apoiar a sua execução. A segunda categoria engloba projetos onde está envolvida a CCDR Centro, seja como única responsável ou em parceria com outras entidades. A terceira categoria abrange projetos cuja iniciativa cabe a entidades terceiras, como municípios, CIM ou diversas organizações públicas ou privadas. Como atrás referido, muitos destes projetos podem ser replicados noutros territórios, dependendo do grau de envolvimento das entidades locais.

Alguns projetos propõem ações específicas; outros dividem-se em subprojectos, que operacionalizam a temática a desenvolver.

Para além da sua categoria, cada projeto indica o seu enquadramento nas OEBT, na RIS3 e no CENTRO 2030, a sua ligação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e uma proposta de área territorial.

Os projetos piloto propostos, bem como eventuais replicações noutros territórios poderão vir a ser reconhecidos com o estatuto de Projeto de Interesse Regional (PIR), que, para além da reputação associada, implicará o compromisso da CCDR prestar apoio em termos de contactos com as instituições relevantes da administração central, aconselhamento sobre possíveis financiamentos, para além de uma especial atenção que terão por parte do CENTRO 2030. Para que um projeto possa obter o estatuto PIR deverá demonstrar capacidade para a sua concretização, para o que será avaliado e aprovado por uma comissão a constituir para o efeito.

Dado que o PROT tem um horizonte temporal que ultrapassa o atual ciclo de financiamento e que um número significativo de projetos corresponde a uma primeira tentativa de materializar opções estratégicas, sem compromissos assumidos pelos seus potenciais tomadores, apenas são apresentados orçamentos para os projetos da responsabilidade da CCDR Centro, e para alguns projetos, subprojectos ou ações específicas de terceiros que já possuem um grau de maturidade significativo.

No total são 25 projetos piloto, 15 subprojectos e 8 ações específicas. Os projetos piloto propostos são os seguintes:

1.1. Projetos dependentes de decisões políticas de âmbito nacional

- Projeto 1 - Redimensionamento da Reserva Estratégica de Água - Construção dos Aproveitamentos de Girabolhos e Alvito
- Projeto 2 - *IC6 Green Road*

1.2. Projetos da CCDR Centro

Projetos da responsabilidade da CCDR Centro:

- Projeto 3 - Fórum Bienal de Prospetiva da Região Centro
- Projeto 4 - CR Inove - Catalisador Regional de Inovação
- Projeto 5 - Eixos estratégicos - inovação orientada para desafios territoriais

Projetos em parceria com a CCDR Centro:

- Projeto 6 - Centro para a Atração e Integração de Empresas e Imigrantes
 - Ação específica 1 - Desenvolvimento e teste de ações específicas para a integração de imigrantes no Concelho de Arganil
 - Ação específica 2 - Desenvolvimento e teste de ações específicas para a integração de imigrantes no Concelho do Fundão
- Projeto 7 - Estratégia dos Semicondutores e Microeletrónica da Região Centro
 - Ação específica 1 - Hub - Centro de Competências na Microeletrónica e Fotónica Integrada - Optoelectrónica - (AMPERE)
 - Ação específica 2 - Hub - Centro de Competências em RISC-V

1.3. Projetos de iniciativas de terceiros (CIM, Municípios, outras Entidades)

Projetos com intervenientes comprometidos e ações a decorrer:

- Projeto 8 - Aldeias Criativas
 - Subprojeto 8.1 - Dornelas do Zêzere (Pampilhosa da Serra)
 - Subprojeto 8.2 - Sortelha (Sabugal)
- Projeto 9 - Centro - Região da Saúde
 - Ação específica - Criação de um Organismo Notificado na Região Centro

Projetos com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial:

- Projeto 10 - Rede de Indústrias Criativas
 - Subprojeto 10.1 - Centro de Competências em Informática para o TURismo, eNGenharia e Indústrias Criativas – TURING
 - Subprojeto 10.2 - Indústrias Criativas - Especialização Cinema e Audiovisual
- Projeto 11 - Rede de Museus da Floresta
- Projeto 12 - VALET – Valorização e Tratamento Bio-circular de Resíduos
- Projeto 13 - Centro - Região da Logística do Futuro
 - Ação específica 1 - Estudo preliminar conducente à definição de um Plano de Infraestruturas e Rede Logística da Região Centro
 - Ação específica 2 - Plataforma Coimbra-Mealhada (nó da Pampilhosa do Botão)

Outros projetos

- Projeto 14 - Diversificação da Oferta Turística: Redes Temáticas
 - Subprojeto 14.1 - Rede de Turismo Industrial

- Subprojeto 14.2 - Rede de Lugares com História
 - Subprojeto 14.3 - Itinerários e Itinerâncias Culturais Transfronteiriças
 - Subprojeto 14.4 - Rede de Turismo de Saúde e Bem-Estar
 - Subprojeto 14.5 - Roteiros da Cordilheira Central: da Torre ao Maciço Calcário
- Projeto 15 - Desenvolvimento Económico de Territórios de mais Baixa Densidade
- Projeto 16 - Aldeia-Lar
- Projeto 17 - Sistema de Apoio ao Planeamento Habitacional
- Ação específica 1 - Elaboração de uma Estratégia Regional de Habitação
- Projeto 18 - Oferta Educativa na Baixa Densidade
- Projeto 19 - Espaços Agrícolas, Florestais e Agro-pastoris
- Subprojeto 19.1 - Um Novo Baldio – Espaço de Preservação, Valorização e Inovação
 - Subprojeto 19.2 - Valorização dos Ecossistemas
 - Subprojeto 19.3 - Rede de Recolha e Valorização dos Sobrantes Agroflorestais
 - Subprojeto 19.4 - Vila Facaia – Uma aldeia com futuro
 - Subprojeto 19.5 - Capacitação da População para a Prevenção e Combate de Incêndios
 - Subprojeto 19.6 - Percursos Mediterrânicos 360
- Projeto 20 - Circularização da Água
- Projeto 21 - Roteiro da Economia Azul da Ria de Aveiro
- Projeto 22 - Mobilidade Ciclável
- Projeto 23 - Energias Limpas e Renováveis
- Projeto 24 - Eficiência Energética - Intervenção no Edificado
- Projeto 25 - Centro | Melhores e Mais Competitivas Cidades com Melhor Comércio e Serviços

137

Articulação entre o Programa de Execução do PROT Centro, a RIS3 do Centro e Opções Políticas do CENTRO 2030

Programa de Execução (PROT Centro)	Alinhamentos com RIS3 Centro	CENTRO 2030 Opções Políticas (OP)
Projeto 1 - Redimensionamento da Reserva Estratégica de Água - Construção dos Aproveitamentos de Girabolhos e Alvíto	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Água - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Projeto 2 - ICG Green Road	- Materiais, Tooling e Tecnologias de produção - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Projeto 3 - Fórum Bienal de Prospetiva da Região Centro	Não Aplicável	OP 5 - CENTRO Mais Próximo
Projeto 4 - CR Inove - Catalisador Regional de Inovação	- Alinhamento com a lógica de descoberta empreendedora, pilar da RIS3 Centro; importante para a promoção de inovação e do empreendedorismo	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Projeto 5 - Eixos estratégicos - inovação orientada para desafios territoriais	- Alinhamento com a lógica de descoberta empreendedora, pilar da RIS3 Centro; importante para a promoção de inovação (Diferentes programas estarão alinhados com diferentes domínios da RIS3)	OP 5 - CENTRO Mais Próximo
Projeto 6 - Centro para a Atração e Integração de Empresas e Imigrantes	- Transição Social	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Ação específica 1 - Desenvolvimento e teste de ações específicas para a integração de imigrantes no Concelho de Arganil	- Transição Social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Ação específica 2 - Desenvolvimento e teste de ações específicas para a integração de imigrantes no Concelho do Fundão	- Transição Social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 7 - Estratégia dos Semicondutores e Microeletrónica da Região Centro	- Tecnologias digitais e Espaço - Materiais, Tooling e Tecnologias de produção - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Ação específica 1 - Hub - Centro de Competências na Microeletrónica e Fotónica Integrada - Optoelectrónica - (AMPERE)	- Tecnologias digitais e Espaço - Materiais, Tooling e Tecnologias de produção - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Ação específica 2 - Hub - Centro de Competências em RISC-V	- Tecnologias digitais e Espaço - Materiais, Tooling e Tecnologias de produção - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Projeto 8 - Aldeias Criativas	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição social	OP 5 - CENTRO Mais Próximo
Subprojeto 8.1 - Dornelas do Zêzere (Pampilhosa da Serra)	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição social	OP 5 - CENTRO Mais Próximo
Subprojeto 8.2 - Sortelha (Sabugal)	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição social	OP 5 - CENTRO Mais Próximo
Projeto 9 - Centro - Região da Saúde	- Saúde e Bem-estar - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Ação específica - Criação de um Organismo Notificado na Região Centro	- Saúde e Bem-estar - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Projeto 10 - Rede de Indústrias Criativas	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Subprojeto 10.1 - Centro de Competências em Informática para o Turismo, eGénharia e Indústrias Criativas – TURING	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Subprojeto 10.2 - Indústrias Criativas - Especialização Cinema e Audiovisual	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição digital	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Projeto 11 - Rede de Museus da Floresta	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Floresta - Cultura, Criatividade e Turismo - Transição verde	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 12 - VALET – Valorização e Tratamento Bio-circular de Resíduos	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Agroalimentar - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Projeto 13 - Centro - Região da Logística do Futuro	- Transição verde	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Ação específica 1 - Estudo preliminar conducente à definição de um Plano de Infraestruturas e Rede Logística da Região Centro	- Transição verde	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Ação específica 2 - Plataforma Coimbra-Mealhada (nó da Pampilhosa do Botão)	- Transição verde	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Projeto 14 - Diversificação da Oferta Turística: Redes Temáticas	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição verde e social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Subprojeto 14.1 - Rede de Turismo Industrial	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição verde	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Subprojeto 14.2 - Rede de Lugares com História	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição verde e social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Subprojeto 14.3 - Itinerários e Itinerâncias Culturais Transfronteiriças	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Subprojeto 14.4 - Rede de Turismo de Saúde e Bem-Estar	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Subprojeto 14.5 - Roteiros da Cordilheira Central: da Torre ao Maciço Calcário	- Cultura, Criatividade e Turismo - Transição verde	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 15 - Desenvolvimento Económico de Territórios de mais Baixa Densidade	- Alinhamento com a lógica de descoberta empreendedora, pilar da RIS3; importante para a promoção de inovação. Diferentes Programas de Desenvolvimento Económico estarão alinhados com diferentes domínios diferenciadores da RIS3 do Centro.	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 16 - Aldeia-Lar	- Saúde e Bem-estar - Transição social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 17 - Sistema de Apoio ao Planeamento Habitacional	- Transição Social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Ação Específica: Elaboração de uma Estratégia Regional de Habitação	- Transição Social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 18 - Oferta Educativa na Baixa Densidade	- Transição Social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 19 - Espaços Agrícolas, Florestais e Agro-pastoris	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Agroalimentar, Floresta - Transição verde e social	OP1 - CENTRO Mais Competitivo OP 2 - CENTRO Mais Verde OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Subprojeto 19.1 - Um Novo Baldio – Espaço de Preservação, Valorização e Inovação	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Floresta - Recursos Naturais e Bioeconomia - Agroalimentar - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Subprojeto 19.2 - Valorização dos Ecossistemas	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Floresta - Recursos Naturais e Bioeconomia - Agroalimentar - Transição verde	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Subprojeto 19.3 - Rede de Recolha e Valorização dos Sobrantes Agroflorestais	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Floresta - Recursos Naturais e Bioeconomia - Agroalimentar - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Subprojeto 19.4 - Vila Facaia – Uma aldeia com futuro	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Floresta - Transição verde e social	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Subprojeto 19.5 - Capacitação da População para a Prevenção e Combate de Incêndios	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Floresta - Transição verde e social	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Subprojeto 19.6 - Percursos Mediterrânicos 360	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Agroalimentar - Transição social	OP1 - CENTRO Mais Competitivo
Projeto 20 - Circularização da Água	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Água - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Projeto 21 - Roteiro da Economia Azul da Ria de Aveiro	- Recursos Naturais e Bioeconomia - Água - Transição verde	OP 4 - CENTRO Mais Social e Inclusivo
Projeto 22 - Mobilidade Ciclável	- Energia e Clima - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Projeto 23 - Energias Limpas e Renováveis	- Energia e Clima - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Projeto 24 - Eficiência Energética - Intervenção no Edificado	- Energia e Clima - Transição verde	OP 2 - CENTRO Mais Verde
Projeto 25 - Centro Melhores e Mais Competitivas Cidades com Melhor Comércio e Serviços	Não Aplicável	OP 5 - CENTRO Mais Próximo

Articulação entre Programa de Execução do PROT Centro e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

PROGRAMA DE EXECUÇÃO (PROT Centro)	17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU)																
	Pessoas					Prosperidade					Planeta					Paz	Parcerias
1.1. Projetos dependentes de decisões políticas de âmbito nacional																	
Projeto 1																	
Projeto 2																	
1.2. Projetos da responsabilidade da CCDR Centro																	
Projetos da responsabilidade da CCDR Centro																	
Projeto 3																	
Projeto 4																	
Projeto 5																	
Projetos em parceria com a CCDR Centro																	
Projeto 6																	
Ação específica 1																	
Ação específica 2																	
Projeto 7																	
Ação específica 1																	
Ação específica 2																	
1.3. Projetos de iniciativas de terceiros (CIM, Municípios, outras Entidades)																	
Projetos com intervenientes comprometidos e ações a decorrer																	
Projeto 8																	
Subprojeto 8.1																	
Subprojeto 8.2																	
Projeto 9																	
Ação específica																	
Projetos com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial																	
Projeto 10																	
Subprojeto 10.1																	
Subprojeto 10.2																	
Projeto 11																	
Projeto 12																	
Projeto 13																	
Ação específica 1																	
Ação específica 2																	
Outros projetos																	
Projeto 14																	
Subprojeto 14.1																	
Subprojeto 14.2																	
Subprojeto 14.3																	
Subprojeto 14.4																	
Subprojeto 14.5																	
Projeto 15																	
Projeto 16																	
Projeto 17																	
Ação específica 1																	
Projeto 18																	
Projeto 19																	
Subprojeto 19.1																	
Subprojeto 19.2																	
Subprojeto 19.3																	
Subprojeto 19.4																	
Subprojeto 19.5																	
Subprojeto 19.6																	
Projeto 20																	
Projeto 21																	
Projeto 22																	
Projeto 23																	
Projeto 24																	
Projeto 25																	

1.1. PROJETOS DEPENDENTES DE DECISÕES POLÍTICAS DE ÂMBITO NACIONAL

PROJETO 1

REDIMENSIONAMENTO DA RESERVA ESTRATÉGICA DE ÁGUA - CONSTRUÇÃO DOS APROVEITAMENTOS DE GIRABOLHOS E ALVITO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT3, SN3, SN6

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Água; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 6, OD7, ODS 9, ODS 13

CATEGORIA: Projetos dependentes de decisões políticas de âmbito nacional

ÁREA TERRITORIAL: Barragem de Girabolhos: Seia, Gouveia, Mangualde e Fornos de Algodres; Barragem de Alvito: Proença-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

Apesar de localizado na sub-região europeia mais severamente atingida por problemas de escassez de água, a proximidade ao Oceano Atlântico e a orientação da sua orografia fazem de Portugal um país com uma precipitação média anual de 950mm, dupla da União Europeia. Segundo dados do Plano Nacional da Água (PNA), Portugal tem uma disponibilidade da ordem dos 70 000 hm³/ano e uma utilização de cerca de 4 500 hm³/ano (75% na agricultura, 5% na indústria e 20% no abastecimento urbano), usando apenas cerca de 6% da água de que dispõe.

Mesmo considerando que o país perderia acesso às afluições de Espanha e que não utilizaria as reservas subterrâneas, o consumo, nesta situação limite, não ultrapassaria 15% dos recursos disponíveis. Estes valores, muito superiores ao limiar de stress hídrico aceite internacionalmente, escondem, no entanto, assimetrias regionais consideráveis entre o norte e o sul do país e uma alternância sazonal entre longos períodos secos e chuvosos, o que obriga a uma gestão eficiente da água que não temos sido capazes de fazer. Acresce que as alterações climáticas, embora não alterem a situação global de relativa abundância, poderão exacerbar o contraste entre o norte e o sul e as assimetrias sazonais.

A Região Centro, quer pela sua orografia, quer pelos elevados valores de precipitação que nela ocorrem, é importante no quadro de uma política nacional de gestão racional e efetiva dos recursos hídricos. Embora as suas reservas de água estejam sujeitas a uma elevada pressão de exploração em termos de quantidade e qualidade, a região dispõe de um significativo conjunto de novas localizações para o armazenamento de abundantes volumes de água, com os consequentes efeitos de minimização de riscos de cheia e de constituição de uma reserva

estratégica que torne o abastecimento para consumo humano, para fins económicos e ainda para o combate a incêndios, pouco vulnerável às flutuações de pluviosidade e às secas prolongadas, como aquela que, em 2017, colocou em sério risco, o abastecimento da área urbana de Viseu. Esta reserva estratégica poderá ainda responder à eventual necessidade futura de efetuar transvases para o sul do país, quer sendo a Região Centro a origem da água necessária, quer servindo como veículo de transferência de água proveniente da bacia do Douro. Embora um plano completo de constituição de uma reserva estratégica de água na região implique um número mais elevado de reservas, de diferentes dimensões, e de uma rede de condutas e canais para a sua distribuição o PROT, seleciona, como investimentos principais, a construção de duas barragens estratégicas: Girabolhos, no rio Mondego, e Alvito, no rio Ocreza. Estas duas barragens são as duas principais da lista de albufeiras propostas conforme tabela em baixo:

Bacia	Linha de Água	Local	Volume útil hm ³
Paiva	Paiva	Portela	115
Paiva	Paiva	Castro Daire	61
Vouga	Vouga	Póvoa	83
Vouga	Vouga	Pinhosão	62
Mondego	Mondego	Assedasse	184
Mondego	Mondego	Girabolhos	245
Mondego	Mondego	Midões	95
Côa	Côa	Atalaia	364
Côa	Côa	Pêro Martins	233
Ocreza	Ocreza	Alvito	417
Total			1.859

Barragem de Girabolhos

O aproveitamento de Girabolhos, no rio Mondego, com uma capacidade útil de 245 hm³, uma bacia contribuinte da ordem dos 988 km² e uma afluência em ano médio da ordem dos 402 hm³ representaria, só por si, um aumento de 67% do volume útil armazenado no sistema do rio e de 25% do volume útil armazenado em toda a Região Centro. A gestão adequada do aproveitamento de Girabolhos permitirá:

- resolver económica e definitivamente, através de uma conduta com apenas 10 km de extensão, o problema de abastecimento de água às populações dos concelhos servidos pela Barragem de Fagilde, atualmente sujeitas a falhas demasiado frequentes;
- diminuir drasticamente a ocorrência de cheias na cidade de Coimbra e nos campos do Baixo Mondego;
- reforçar o caudal ecológico do rio Mondego para valores mais adequados às necessidades ambientais, visando reduzir o nível de poluição difusa;
- produzir energia elétrica, a níveis estimados de 177 GWh por ano, representando um acréscimo de 23% da atual produção hidroelétrica da região;
- reforçar as condições para o desenvolvimento do turismo e a prática de atividades de recreio e lazer;
- constituir uma fonte privilegiada de alimentação das aeronaves de combate a incêndios, reduzindo muito as distâncias a percorrer pelos meios aéreos, dada a sua centralidade relativamente a zonas muito vulneráveis;

- criar mais uma pilha hidráulica limpa ou uma reserva de emergência da rede elétrica, componente imprescindível do atual paradigma de produção de energia, progressivamente baseado em fontes renováveis e na sua necessária flexibilidade e eficiência económica.

Barragem de Alvito

Com o mesmo sentido estratégico e grau de prioridade, propõe-se também a construção do aproveitamento de Alvito no rio Ocreza, com uma área total de 223 km², uma capacidade útil de 417 hm³ e ladeada pela A23 e pela linha da Beira Baixa. Entre todos os aproveitamentos hidráulicos passíveis de construção na Região Centro e com impactos ambientais e sociais acomodáveis, o Alvito é o que apresenta melhores índices em três indicadores relevantes:

- capacidade de regularização em anos secos;
- combate a fogos florestais;
- reserva estratégica de água.

A sua gestão adequada permitirá:

- aproveitar a única localização possível na bacia nacional do rio Tejo a montante da foz do Zêzere para acumular volumes significativos de água, face à absoluta necessidade de reforçar a resiliência hídrica do Tejo, de colmatar as constantes carências verificadas e de aliviar a dependência dos caudais transfronteiriços;
- contribuir para a regularização dos caudais do rio Tejo, uma vez que os aproveitamentos de Fratel e Belver são a fio-de-água;
- reforçar o caudal ecológico do rio Tejo para valores mais adequados às necessidades ambientais, visando reduzir o nível de poluição difusa;
- produzir energia elétrica, a níveis estimados de 93 GWh por ano, representando um acréscimo de 13% da atual produção hidroelétrica da região;
- reforçar as condições para o desenvolvimento do turismo e a prática de atividades de recreio e lazer;
- constituir uma fonte privilegiada de alimentação das aeronaves de combate a incêndios;
- criar mais uma pilha hidráulica limpa ou uma reserva de emergência da rede elétrica, uma vez que poderá funcionar em circuito reversível com o aproveitamento de Pracana, já construído.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Satisfazer as necessidades de água da sociedade e das atividades económicas.
- ii. Proporcionar projetos com fins hidroagrícolas.
- iii. Proteger comunidades e infraestruturas dos efeitos nefastos dos eventos extremos.
- iv. Apoiar o combate aos incêndios.
- v. Produzir energia renovável e permitir armazenamento limpo.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Governo da República.

Entidades parceiras: IP; APA; ICNF; CCDR Centro; Municípios; CIM.

PROJETO 2

IC6 GREEN ROAD

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT3, SM1, SM3, SEN1, SEN2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Materiais, Tooling e Tecnologias de produção; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 7, ODS 9

CATEGORIA: Projetos dependentes de decisões políticas de âmbito nacional

ÁREA TERRITORIAL: Troço Tábua-Oliveira do Hospital-Seia-Covilhã do eixo Coimbra-Covilhã

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

Este projeto piloto tem como objetivo a conclusão do IC6 com o troço Tábua – Covilhã. Para além da sua importância para a conectividade da região, este projeto deve ser encarado como uma oportunidade para refletir o estado da arte nas técnicas de construção e operação, desenvolvendo ainda inovação que o adote as condições físicas do território atravessado. O projeto será um demonstrador de práticas avançadas e de inovação tecnológica, direcionadas para a sustentabilidade e a circularidade, presentes em todas as fases do seu ciclo de vida (conceção, construção e operação) e em todas as suas vertentes, incluindo o traçado da estrada, os materiais e os processos usados na sua construção, o sistema de escorrência de água, os sistemas de sinalização e de iluminação e o abastecimento dos veículos, devendo ainda ser adotado um sistema de avaliação da sustentabilidade da sua construção (*BREEAM Infrastructure* - *Building Research Establishment Environmental Assessment Method*, INVEST, ou outro equivalente). A fim de enfatizar o papel de experimentador que se pretende para esta via, apontam-se, com algum detalhe, os caminhos de inovação em que se poderá avançar.

A sustentabilidade do projeto inicia-se com a definição do traçado da estrada, cujos requisitos técnicos devem ser harmonizados com a topografia do terreno, analisando as inclinações e as distâncias, balanceando as escavações com os aterros, avaliando possíveis túneis e obras de arte, e melhorando os solos para evitar levar terras a vazadouro. Na fase de conceção, devem também prever-se sistemas de drenagem que minimizem os impactes negativos das escorrências rodoviárias nas massas de água recetoras.

É também necessário garantir que o pavimento segue os princípios de circularidade e sustentabilidade nos processos de produção e colocação do pavimento. As opções devem

maximizar o uso de materiais locais, utilizar agregados reciclados e incorporar resíduos da construção e demolição nas camadas não ligadas do pavimento, incorporar elevadas taxas de misturas betuminosas recuperadas ou modificadas com materiais reciclados (plástico, pneumáticos). Na fase de produção e colocação do pavimento, devem ser consideradas novas soluções como o uso de tecnologias de abaixamento de temperatura ou o uso de tecnologias de pavimentação inteligentes para controlar a temperatura de compactação da mistura (essencial para o desempenho do pavimento); deve também controlar-se a regularidade das camadas e usar pavimentos mais suaves para reduzir o consumo, as emissões, e o desgaste pneu-pavimento. Em toda a fase de construção, deverão reduzir-se distâncias de transporte e usar-se equipamentos com emissões reduzidas.

Os sistemas de avaliação de sustentabilidade devem incluir a eficiência energética (da construção e não apenas da operação), o uso de energias renováveis, a iluminação e sistemas de controlo e infraestruturas para veículos elétricos. Apesar da sua importância, o armazenamento de energia não tem sido referido nos sistemas de classificação de vias sustentáveis. Os sistemas de armazenamento de energia desempenham um papel relevante, quer absorvendo quer cedendo energia para fazer face ao desequilíbrio de potência verificado, podendo este projeto servir como demonstrador e como laboratório de ensaio de soluções de estabilização.

É ainda imperativo que o troço em apreço tenha postos de carregamento de veículos elétricos com distâncias entre eles compatíveis com a necessidade de garantir a autonomia de mobilidade. No final de março de 2023, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório que estabelece os requisitos de cobertura da rede transeuropeia de transportes (TEN-T) no que respeita ao carregamento de veículos elétricos e ao abastecimento de veículos movidos a pilhas de combustível. O acordo prevê a instalação de pontos de carregamento de automóveis elétricos a cada 60 km (até 2026) e de carregadores de elevada potência, para veículos elétricos pesados, a cada 120 km (até 2028). As estações de abastecimento de hidrogénio deverão ser localizadas com um afastamento máximo de 200 km (até 2031). O projeto piloto IC6 - Green Road, pese embora esta via rodoviária não se enquadre na rede principal TEN-T, deverá adotar os requisitos técnicos do acordo final.

As estações de carregamento, à semelhança de vários exemplos já existentes, deverão ser dotadas de produção de eletricidade fotovoltaica, com capacidade de armazenamento associada que garanta a autossuficiência durante os períodos de ausência de radiação solar. Mantendo ativa a ligação com a rede elétrica de modo controlado, para não subverter o desígnio de autossuficiência, é possível utilizar esta capacidade de armazenamento para fornecer serviços de sistema, constituindo uma fonte de receita adicional. A utilização, já provada, de produção fotovoltaica, ou híbrida, com turbinas eólicas de pequena potência de eixo vertical, associada a armazenamento de pequena escala, deve ser a única solução adotada para garantir a operação de sistemas de sinalização e de iluminação noturna nos nós em que tal seja necessário. A opção por tecnologias de elevada eficiência nos dispositivos de sinalização e de iluminação garantirá um uso racional da energia renovável captada. O mesmo princípio se deverá aplicar aos dispositivos de vigilância e controlo de tráfego, incluindo os sistemas de comunicação associados.

Quanto ao armazenamento, propõe-se que pelo menos um dos postos de abastecimento seja dotado de baterias de fluxo para se poder comparar o desempenho com o das baterias convencionais de iões de lítio. A tecnologia de baterias de fluxo mais estabilizada é a de vanádio, estando a de níquel-zinco também já em fase de utilização, com algumas vantagens relativas à facilidade de obtenção de matérias-primas e de potencial toxicidade.

Com o advento da mobilidade cooperativa, conectada e autónoma as infraestruturas de beira de estrada passarão a ter um papel central no suporte a este novo paradigma de mobilidade. Os

veículos comunicam com os outros veículos e com a infraestrutura de beira de estrada para melhorar a segurança rodoviária, a fluidez do tráfego e o desempenho energético dos veículos. A infraestrutura de beira de estrada é constituída por unidades de comunicação de curto alcance e muito baixa latência e por sensores (Radar, Lidar, Camera, etc.) que permitem estender o horizonte de sensorização dos veículos autónomos, potenciando a resolução em modo cooperativo de situações raras, muito difíceis de gerir apenas por métodos baseados em inteligência artificial.

Do ponto de vista da segurança, as estradas inteligentes potenciam a deteção automática de acidentes e incidentes, melhorando significativamente o tempo de resposta do socorro. Tipicamente, uma estrada inteligente pressupõe a instalação de equipamentos de comunicação e sensorização a cada 1000 metros. Para tal, é necessário instalar fibra ótica, alimentação elétrica e postes para amarração dos equipamentos de comunicação e de sensorização. Os equipamentos de sensorização, além de permitirem o mapeamento em contínuo do fluxo rodoviário e a criação de gémeos digitais, também permitem substituir os sensores indutivos atualmente usados para contagens de tráfego. Estes sensores são muito propensos a avarias e a sua manutenção implica o corte das vias.

Para garantir uma ligação eficiente do IC6 ao sistema viário da região é necessária uma ligação de qualidade de Seia com Nelas (IC37) e o prolongamento do IC12 (Canas de Senhorim/Nelas – Mangualde/A25).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Fechar o sistema de conexões rodoviárias da RC através de uma ligação eficiente da Cova da Beira com Coimbra e Viseu.
- ii. Melhorar a acessibilidade do eixo Tábua – Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia colocando-o no centro do polígono Coimbra – Viseu – Guarda – Covilhã.
- iii. Desenvolver um projeto que seja um exemplo de construção e operação sustentável, baseado nos princípios do uso eficiente de energia renovável e da circularidade. Este projeto deve ambicionar ser um demonstrador europeu de boas práticas.
- iv. Conceber uma infraestrutura de beira de estrada inteligente e cooperativa que funcione como experimentador da mobilidade conectada e autónoma, promovendo ganhos em segurança, fluidez e eficiência energética.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Governo da República.

Entidades parceiras: IP; APA; CCDR Centro; Municípios; CIM.

1.2. PROJETOS DA CCCR CENTRO

PROJETOS DA RESPONSABILIDADE DA CCDR CENTRO



PROJETO 3

FÓRUM BIENAL DE PROSPETIVA DA REGIÃO CENTRO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT6, DT7

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Não aplicável

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 5

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 16, ODS 17

CATEGORIA: Projetos da responsabilidade da CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Guarda

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

O Fórum Bienal de Prospetiva da Região Centro tem como principais objetivos discutir visões estratégicas e caminhos para as atingir, assim como contribuir para a afirmação da identidade regional, mobilizando para o efeito os seus principais atores. Tendo por base os exercícios participativos realizados no âmbito da preparação do PROT Centro, será organizado na Guarda, de dois em dois anos, um evento associado a um tema a definir, onde a intervenção de peritos convidados seja combinada com um exercício em que, através de processos de votação, sejam escolhidas opções estratégicas e formas de as concretizar. Os participantes serão representantes institucionais (câmaras municipais, CIM, universidades, institutos politécnicos e outras entidades do SCT, entidades culturais, sociais e económicas) e cidadãos selecionados. A escolha dos participantes, a organização da discussão e a logística do evento deverá estar a cargo de uma equipa técnica ligada à CCDR Centro. Esta equipa deverá responder perante a comissão de gestão do fórum, constituída pelo Presidente da CCDR Centro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda e pelo Presidente do Conselho Regional do Centro.

A escolha da cidade da Guarda tem como objetivo reforçar a centralidade e a imagem do interior da região.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Afirmar a identidade e a coesão da Região Centro.
- ii. Construir estratégias baseadas na combinação da informação com a participação.
- iii. Mobilizar os principais atores regionais.
- iv. Promover a cooperação intrarregional.

- v. Reforçar a centralidade do interior da região.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: CCDR Centro; Comissão de Gestão do Fórum (a criar).

Entidades parceiras: Município da Guarda; Conselho Regional do Centro.

PROJETO 4

CR INOVE - CATALISADOR REGIONAL DE INOVAÇÃO

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: DT1, DT2, DT4, SE1, SE2, SE3, SU3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Alinhamento com a lógica de descoberta empreendedora, pilar da RIS3 Centro; importante para a promoção de inovação e do empreendedorismo.

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 9

CATEGORIA: Projetos da responsabilidade da CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Região de Aveiro (NUTS III), Região de Coimbra (NUTS III), Região de Leiria (NUTS III), Viseu Dão Lafões (NUTS III), Beira Interior (sub-região que agrega as NUTS III – Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa), Pinhal Interior (sub-região correspondente aos municípios e freguesias da OIBT do Pinhal Interior).

Sedes sub-regionais: Aveiro, Coimbra; Leiria, Viseu; Covilhã, Castanheira de Pera, Ansião.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

O CR Inove – Catalisador Regional de Inovação é uma iniciativa piloto lançada em 2022 pela CCDR Centro, com o objetivo de contribuir para a promoção da inovação e da competitividade da Região Centro. Este pretende responder às limitações da Estratégia para a Região Centro 2030, especialmente no que diz respeito à falta de articulação entre empresas e entidades científicas e à subutilização dos recursos de inovação da região.

Objetivos Principais

- Fomentar a colaboração entre empresas e o SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional), promovendo a transferência de conhecimento e a inovação colaborativa.
- Fortalecer o tecido empresarial regional, facilitando a integração de novas tecnologias nas PME.
- Estimular a competitividade regional e apoiar a internacionalização das empresas da região.
- Promover sinergias entre os vários agentes económicos e científicos da região.

Estrutura e Abrangência

O CR Inove atua na Região Centro, tendo sido estabelecida uma rede de parceiros locais, incluindo Comunidades Intermunicipais (CIM), Instituições de Ensino Superior, associações empresariais e centros de valorização e transferência de tecnologia.

Principais Iniciativas

O CR Inove desenvolve várias iniciativas quer visam fomentar a transferência de conhecimento, integrar novas tecnologias nas PME, estimular a competitividade regional e apoiar a internacionalização das empresas, criando sinergias entre os diversos agentes do ecossistema de inovação regional:

1. INEC (Ideias Novas em Empresas Consolidadas)

- Identificação de ideias e tecnologias desenvolvidas pelo SCTN para serem integradas nas PME da região.
- Criação de parcerias entre empresas e centros de investigação para desenvolver produtos, serviços ou processos inovadores.

2. Consultório de Empresas

- Recolha de desafios tecnológicos das PME para os quais ainda não existem soluções no mercado.
- Mobilização do SCTN para desenvolver soluções, adaptadas às necessidades das empresas.
- Facilitação da implementação ágil dessas soluções, melhorando a eficiência e competitividade das empresas.

3. Internacionalização

- Promoção de parcerias estratégicas, com foco no Brasil, através de missões bilaterais e colaborações entre *startups* e empresas tecnológicas.

O CR Inove assume-se como um projeto que contribui para a transformação económica da Região Centro, criando um ambiente colaborativo que liga ciência, tecnologia e empresas, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos do CR Inove focam-se na promoção da inovação e competitividade empresarial na Região Centro, com uma abordagem prática e orientada para resultados e pretendem contribuir para a implementação de políticas de desenvolvimento regional.

- i. Promoção da Inovação nas PME
 - a) Facilitar a integração de tecnologias inovadoras desenvolvidas pelo SCTN nas PME.
 - b) Identificar e apresentar soluções inovadoras às empresas, aumentando a competitividade.
 - c) Promover o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços com soluções tecnológicas.
- ii. Fomento da Colaboração entre Empresas e o SCTN
 - a) Promover a criação de parcerias entre empresas e entidades científicas para projetos de I&D.
 - b) Dinamizar a transferência de conhecimento do SCTN para as empresas, aplicando resultados de investigação.
- iii. Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para Desafios Empresariais
 - a) Encontrar soluções no SCTN que respondam os desafios tecnológicos apresentados por empresas.

- b) Facilitar a implementação de soluções tecnológicas e promover a comunicação entre investigadores e empresas.
 - c) Potenciar os recursos e competências na inovação, ligando empresas com soluções tecnológicas.
- iv. Captação de Investimento e Promoção da Internacionalização
 - a) Apoiar a internacionalização das empresas, em particular *startups* da Região Centro, com foco no Brasil.
 - b) Atração de empresas internacionais para a região, disponibilizando facilidade de acesso ao ecossistema de inovação.
- v. Fortalecimento do Sistema Regional de Inovação
 - a) Promover redes de colaboração entre universidades, institutos de investigação, centros de valorização e transferência de tecnologia, empresas e incubadoras.
 - b) Promover a coordenação das iniciativas de inovação entre as sub-regiões da Região Centro.
 - c) Desenvolver ferramentas como o Sistema de Informação do CR Inove para monitorizar as interações de empresas com o SCTN.
- vi. Desenvolvimento de Projetos Piloto
 - a) Executar projetos piloto para novas iniciativas de promoção da inovação.
 - b) Contribuir para minimizar os constrangimentos da Estratégia para a Região Centro 2030, promovendo o desenvolvimento regional.

Este conjunto de objetivos garante que o CR Inove atue como catalisador da inovação e competitividade na Região Centro, promovendo parcerias entre o tecido empresarial e o sistema científico.

Apesar das sub-regiões do Médio Tejo e do Oeste não integrarem a região administrativa do PROT Centro, estas estão abrangidas pelas atividades do projeto CR Inove com o objetivo de sustentar as dinâmicas e sinergias criadas desde 2022. A inclusão destas sub-regiões permite a continuidade e aproveitamento dos resultados já alcançados pelas iniciativas anteriormente desenvolvidas pelo CR Inove, maximizando o impacto positivo no tecido empresarial local e evitando a perda de conhecimento e experiência adquiridos.

Esta abordagem potencia e fortalece a cooperação inter-regional, assegurando uma maior eficácia na transferência de conhecimento e na implementação de soluções inovadoras.

RESULTADOS (desde a criação)

O CR-Inove tem sido um impulsionador da inovação na Região Centro, promovendo a colaboração entre entidades científicas, tecnológicas e empresariais. A iniciativa fortalece redes institucionais, incentiva a adoção de novas tecnologias e facilita a implementação de soluções inovadoras. Com uma abordagem interligada e inter-regional, tem dinamizado negociações e consolidado um sistema regional de inovação mais colaborativo. O CR Inove alcançou resultados significativos, em cerca de dois anos de atividade, consolidando-se como um catalisador da inovação regional. Dentre os principais resultados, destacam-se:

- Identificação e Apresentação de Tecnologias: Foram identificadas 123 tecnologias das entidades do SCTN, apresentadas a 200 empresas, tendo sido dinamizadas 50 negociações. Destas, 11 ainda estão em curso e 21 negociações não foram promovidas.

Foram estabelecidas 18 parcerias, permitindo a incorporação de inovação nos processos empresariais.

- Resolução de Desafios Empresariais: Foram identificados 106 desafios em 70 empresas e encaminhados para o SCTN, resultando em 61 interações potenciais. Destas, 52 interações foram finalizadas, originando 7 propostas não selecionadas pelas empresas, enquanto 14 processos ainda não estão concluídos. Foram estabelecidas 31 parcerias, permitindo a criação de soluções tecnológicas para diferentes sectores.
- Estabelecimento de Parcerias: Formalização de colaborações entre *startups*, empresas e instituições científicas, promovendo um sistema regional de inovação mais dinâmico.
- Envolvimento Empresarial: Mais de 350 empresas foram contactadas pelo CR Inove para tomarem conhecimento das iniciativas promovidas.
- Internacionalização: Celebração de um protocolo de cooperação com a Associação Brasileira de Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras do Brasil, além do apoio na organização de uma missão à Região Centro para dar a conhecer o sistema regional de inovação.
- Fortalecimento das Redes de Cooperação: Ampliação da articulação entre CIM, universidades, institutos politécnicos, associações empresariais e *startups*, fomentando um ambiente propício à inovação.
- Melhoria da Visibilidade e Credibilidade: A participação ativa em eventos regionais e internacionais fortaleceu o posicionamento do CR Inove como um agente estruturante da inovação na Região Centro.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: CCDR Centro.

Entidades parceiras:

Abrangendo toda a Região Centro, o CR Inove envolve 8 parcerias sub-regionais, que incluem 3 universidades, 6 institutos politécnicos, 24 centros de valorização de tecnologia, 18 associações empresariais e 8 comunidades intermunicipais.

Sub-Região de Aveiro - CIM Região de Aveiro, Universidade de Aveiro, ABIMOTA - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins, AIDA CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, Associação Plataforma para a Construção Sustentável, Cluster Tice.PT, PCI - Creative Science Park.

Sub-Região da Beira Interior - CIM Beiras e Serra da Estrela, Universidade da Beira Interior, IP Castelo Branco, I P Guarda AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa, Aenebeira - Associação Empresarial do Nordeste da Beira, AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (delegação castelo branco), CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar, CIM Beira Baixa, , Food4Sustainability- Associação para a Inovação no Alimento Sustentável, INOVCLUSTER – Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro, NERGA – Associação Empresarial da Região da Guarda, PARKURBIS - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã.

Sub-Região de Coimbra - CIM Região de Coimbra, Universidade de Coimbra, IP Coimbra, CEC/CCIC – Conselho Empresarial do Centro, CERC – Conselho Empresarial da Região de Coimbra, CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, Associação Biocant Park, AIBILI - Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem IPN Incubadora, IParque – parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, ITeCons - Instituto de Investigação e Desenvolvimento

Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade, SEAPOW – Associação para o Desenvolvimento da Economia do Mar.

Sub-Região de Leiria - CIM Região de Leiria, IP Leiria, NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria, ACILIS – Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós, CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, Startup Leiria, OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio.

Sub-Região do Médio Tejo - CIM Médio Tejo, IP Tomar, NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, Tagusvalley - Parque Tecnológico do Vale do Tejo.

Sub-Região do Oeste - CIM Oeste, IP Leiria, AIHO - Associação Interprofissional de Horticultura do Oeste, ANP – Associação Nacional de Produtores de Pêra Rocha, APMA – Associação dos Produtores de Maçã de Alcobaça, FAERO - Federação das Associações Empresariais da Região Oeste, Smart Farm Colab - Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura, COTHN - Centro Operativo Tecnológico Hortofrutícola Nacional - Centro de Competências, OBITEC - Parque Tecnológico de Óbidos.

Sub-Região do Pinhal Interior - CIM Beira Baixa, CIM Beiras e Serra da Estrela, CIM Região de Coimbra, CIM Região de Leiria, CIM Médio Tejo, IP Castelo Branco, IP Coimbra, CERC – Conselho Empresarial da Região de Coimbra, NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria, AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa, AEDA - Associação Empresarial do Concelho de Ansião, AESL – Associação Empresarial da Serra da Lousã, Associação BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, SerQ - Centro de Inovação e Competência da Floresta.

Sub-Região de Viseu - CIM Viseu e Dão Lafões, IPV de Viseu, AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu.

PROJETO 5

EIXOS ESTRATÉGICOS - INOVAÇÃO ORIENTADA PARA DESAFIOS TERRITORIAIS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT1, DT2, DT3, DT4, DT6, DT7, SU1, SU2, SU3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Alinhamento com a lógica de descoberta empreendedora, pilar da RIS3 Centro; importante para a promoção de inovação (Diferentes programas estarão alinhados com diferentes domínios da RIS3)

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 5

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 9, ODS 10, ODS 11, ODS 15, ODS 17

CATEGORIA: Projetos da responsabilidade da CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL:

- **Eixo do Atlântico**, constituído pelo Sistema Policêntrico do Litoral (subsistemas da Região de Aveiro, Região de Coimbra e da Região de Leiria), expande-se para norte e para sul, para os Sistemas Regionais Metropolitanos (do Noroeste e da Região de Lisboa);
- **Rota do Bronze**, desenvolve-se em torno do eixo urbano Guarda-Covilhã-Castelo Branco, reforçando-se para norte em torno de um eixo até Macedo Cavaleiros - Bragança, e para sul em direção a Portalegre-Vila Real de Santo António;
- **Rota do Mar, do Vinho e da Montanha**, corresponde ao eixo urbano Figueira da Foz-Coimbra-Viseu-Vila Real-Chaves-Verín e concelhos envolventes.
- **Eixo estruturado pelas centralidades urbanas de Aveiro, Viseu e Guarda e pela A25**, com ligação a Salamanca - Medina del Campo/Valladolid, a Madrid e à Europa.
- **Eixo de ligação entre Figueira da Foz, Coimbra e Covilhã**, permite dinamizar uma série de recursos, promovendo uma maior afirmação turística e económica da região.
- **Eixo de ligação entre Marinha Grande, Leiria e Castelo Branco**, potenciado pelo IC8 e as ligações transfronteiriças, permitirá criar sinergias estratégicas em torno dos recursos territoriais existentes e a potenciar.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A estratégia para o Sistema Urbano da Região Centro aposta no reforço do policentrismo e nas relações interurbanas e rural-urbanas como modelo territorial. Neste contexto, considera-se essencial intensificar as interações espaciais assentes em redes ou eixos urbanos, intrarregionais e inter-regionais, que promovam dinâmicas de desenvolvimento inovadoras e orientadas por visões que combinem ambição futurista com realismo.

O objetivo é desenvolver programas de inovação orientados para desafios territoriais. Para tal, é necessário discutir as missões e os caminhos a seguir, mobilizando o sistema científico, o meio

empresarial, a administração pública e pessoas que queiram construir um pensamento estratégico que oriente políticas e defina projetos coletivos. Envolvendo os intervenientes e os cidadãos em exercícios participativos e deliberativos, os formuladores de políticas podem estimular processos de inovação que emergem do conhecimento, das expectativas e dos interesses de quem intervém no território e tem diferentes capacidades para o transformar.

A CCDR Centro, assume-se como agente dinamizador que parte da transversalidade do seu campo de atuação para a definição de uma agenda de intervenção que aproveite complementaridades e crie sinergias. Esta agenda será tanto mais transformadora quanto mais conseguir ligar os nós do território policêntrico da região e prolongar as conexões, físicas e imateriais, para os territórios vizinhos de Portugal e Espanha, integrando espaços mais vastos e, por isso, ganhando escala e diversidade. Os domínios de intervenção são abertos, podendo envolver o ambiente, a energia, a saúde, a indústria, a agricultura, a floresta, a educação, a cultura ou a mobilidade; as escalas de atuação serão as mais convenientes, sem perder de vista a ambição de integrar a Região Centro num espaço territorial mais amplo.

Este projeto organiza-se segundo eixos territoriais aos quais foram dados nomes que, se aceites, servirão de referentes para criar marcas que sinalizem nacional e internacionalmente a Região Centro, fornecendo uma inteligibilidade acrescida ao território.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Dinamizar processos de participação e criação coletiva com atores locais e regionais.
- ii. Identificar desafios territoriais.
- iii. Construir estratégias multisetoriais.
- iv. Promover a governação em rede.
- v. Intensificar a cooperação intrarregional.
- vi. Facilitar a continuidade com as regiões vizinhas.
- vii. Promover a cooperação estratégica com as regiões vizinhas.

OPERACIONALIZAÇÃO

A inovação orientada para os desafios territoriais, sustentada em redes ou eixos urbanos, deve estruturar-se prioritariamente em três eixos verticais e três eixos horizontais.

Três eixos verticais

1. No litoral, o **Eixo do Atlântico**, que abrange o Sistema Policêntrico do Litoral (composto pelos subsistemas das regiões de Aveiro, Coimbra e Leiria), expande-se para norte e sul, ligando-se aos Sistemas Regionais Metropolitanos do Noroeste e da Região de Lisboa, e criando uma continuidade socioeconómica de grande relevância nacional e ibérica. Trata-se de uma vasta área costeira, caracterizada por um território urbanizado e polarizado por centros de pequena e média dimensão, com intensas relações interurbanas e urbano-rurais. Este território enfrenta pressão habitacional e uma crescente procura de espaços para a indústria, logística e comércio grossista, num contexto onde coexistem atividades agroflorestais. Neste cenário, é necessário identificar os desafios territoriais e, a partir deles, delinear caminhos e processos de transformação, com foco na regeneração económica, digitalização de serviços, promoção da circularidade, mobilidade sustentável, eficiência logística e oferta de habitação acessível e energeticamente eficiente.
2. No interior, a **Rota do Bronze** desenvolve-se em torno do eixo urbano Guarda – Covilhã - Castelo Branco, estendendo-se a norte até Macedo de Cavaleiros – Bragança e a sul em

direção a Portalegre – Vila Real de Santo António. Esta rota potencia uma plataforma de desenvolvimento transfronteiriço capaz de valorizar recursos patrimoniais naturais e culturais materiais (arquitetónico, arqueológico e etnográfico) e imateriais, destacando um mosaico de paisagens e uma diversidade de economias locais. Os desafios centram-se no reforço das relações urbano-rurais, na criação de condições para maior vitalidade e sustentabilidade dos sistemas, na qualificação urbana e nas dinâmicas económicas, em sintonia com o capital natural e cultural. Neste contexto, é estratégico promover ligações transversais com Castilla y León e a Extremadura.

3. Na área de transição, a **Rota do Mar, do Vinho e da Montanha** (eixo urbano Figueira da Foz – Coimbra – Viseu – Vila-Real – Chaves – Verín) pode afirmar-se como um terceiro alinhamento norte-sul, ajudando a ultrapassar a dicotomia entre litoral e interior e promovendo a coesão territorial. A economia local, ligada à exploração vitivinícola e florestal, enriquece os recursos naturais e contribui para a construção de uma identidade territorial, que surge da interação das comunidades urbanas com as vivências rurais.

Três eixos horizontais

1. O eixo estruturado pelas centralidades urbanas de Aveiro, Viseu e Guarda e pela A25 apresenta um forte dinamismo económico, ligando infraestruturas estratégicas, como o Porto de Aveiro e a plataforma logística da Guarda. Estes dois elementos devem ser fortemente ligados, tanto entre si como com o porto seco de Salamanca. Numa perspetiva de médio prazo, é crucial construir a linha ferroviária de alta velocidade Aveiro - Viseu - Guarda - Salamanca - Medina del Campo/Valladolid, com serviços de ligação a Madrid e à Europa, incluindo paragens regulares nos principais centros urbanos da região.
2. O eixo de ligação entre Figueira da Foz, Coimbra e Covilhã, inclui parte da Rota do Mar, do Vinho e da Montanha, e deverá ter um papel privilegiado na aproximação do litoral à rota do bronze e na penetração no Pinhal Interior. O investimento estruturante deste eixo é a conclusão do IC6 (troço Tábua – Oliveira do Hospital – Covilhã), o qual contribuirá para dinamizar uma série de recursos, promovendo uma maior afirmação turística e económica da região.
3. O eixo de ligação entre Marinha Grande, Leiria e Castelo Branco, potenciado pelo IC8 e pelas ligações transfronteiriças, necessita de melhorias para a sua afirmação. É essencial qualificar o IC8, especialmente o troço entre Pombal e Avelar/A13, dotando-o de um perfil adequado. Adicionalmente, deve ser construída a ligação do IC31 entre Castelo Branco/A23 e o posto fronteiriço de Monfortinho, com perfil de autoestrada, garantindo também a sua conexão a Moraleja, assegurando uma ligação eficiente da Região Centro à rede espanhola de autoestradas e a Madrid. Estas ligações permitirão criar sinergias estratégicas em torno dos recursos territoriais existentes, criando oportunidades e potenciando o crescimento socioeconómico transfronteiriço.

A malha de centros urbanos e conexões físicas que estruturam a Região Centro e a ligam ao espaço envolvente é um ponto de partida para definir em novos moldes uma estratégia territorial de desenvolvimento da Região e, a uma escala mais vasta, ajudar a construir uma visão que afirme o litoral ocidental da Península Ibérica, contrarie a dicotomia litoral - interior num país que tem pouco mais de 200 km de largura e transforme as regiões esvaziadas da fronteira em espaços de crescimento e oportunidade.

A construção desta estratégia, necessita de conjugar qualidade científica, rigor técnico e empenhamento cívico. As duas primeiras componentes serão garantidas pela contratação de uma equipa técnica de valia indiscutível, encarregada de desenhar o documento base e escolhida por concurso público, seguida da contratação de uma outra equipa que auxilie a CCDR Centro no processo de monitorização, avaliação e atualização. A última componente requer o empenhamento dos municípios e das CIM da Região Centro, assim como a participação de uma multiplicidade de agentes, convergindo no Fórum Bienal de Prospetiva da Região Centro.

Entidade Responsável: CCDR Centro.

Entidades Parceiras: CIM; Municípios; Instituições de Ensino Superior; Associações; Empresas.

ORÇAMENTO

Projeto a desenvolver num horizonte temporal de dois anos, seguido de um processo contínuo de monitorização, avaliação e atualização.

Valor global: 150.000 € para o projeto, acrescido de um valor anual de 15.000 € para o processo contínuo.

PROJETOS EM PARCERIA COM A CCDR CENTRO



PROJETO 6

CENTRO PARA A ATRAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE EMPRESAS E IMIGRANTES

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT2, DT7, SE1, SE2, SS2, SS3, SS4, SS5

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição Social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 10, ODS 11

CATEGORIA: Projetos em parceria com a CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Território administrativo da CCDR Centro, Arganil, Pinhal Interior, Fundão

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A reação à escassez de mão-de-obra decorrente do problema demográfico tem ocorrido através de várias políticas desenvolvidas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) e pelos municípios. Estas iniciativas, embora meritórias, têm o problema de não estarem articuladas entre si e integradas com políticas setoriais relevantes, não se obtendo assim a escala necessária. A criação do Projeto da Incubadora Demográfica do Pinhal Interior — PI.IN no âmbito do Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI) aponta o caminho para os ganhos de eficiência necessários. Ao nível da Região Centro, a solução mais indicada para abordar o problema é a criação de um Centro de Atração e Integração de Empresas e Imigrantes à escala regional. A sede deste centro ficará em Coimbra (CCDR Centro) e tem como principais funções avaliar e planejar as necessidades de imigrantes: i) com base na conjugação de projeções económicas e demográficas para a região; ii) em função de objetivos a estabelecer pelas CIM e pelos municípios. O desenvolvimento e teste de ações específicas para a integração de imigrantes será feita em Arganil e no Fundão (Arganil – ações integradas com a PI.IN; Fundão – instalação do Centro Experimental de Atração e Integração de Imigrantes).

Em Coimbra será centralizada a informação a nível regional, sustentada nas estatísticas oficiais e em dados fornecidos pelas câmaras municipais. Esta informação parte dos dados disponíveis mais recentes para a definição de cenários que traduzam estratégias de desenvolvimento a nível das CIM e dos municípios. Estando sujeita à incerteza inerente a todas as projeções, esta informação é fundamental para substituir improvisação por políticas de planeamento a prazo e deverá estar organizada em três componentes fundamentais:

I. Demografia

Serão feitas projeções demográficas por quinquénio, para um horizonte temporal mínimo de 10 anos, desagregadas territorialmente por CIM e município e também por grupo etário quinquenal e sexo. Estas projeções estarão ligadas a cenários sub-regionais de crescimento económico e permitirão fazer o balanço entre oferta e procura de emprego e, consequentemente, calcular os fluxos migratórios necessários. Diferentes cenários implicarão diferentes fluxos.

II. Emprego

Sendo o objetivo de longo prazo trabalhar para todos os municípios da região, propõe-se começar pelos municípios de Arganil e do Fundão, escolhidos para materializar este projeto piloto. É importante realçar que qualquer município que o pretenda poderá aderir, tendo apenas que se comprometer a realizar as ações aqui propostas. Tendo em conta os cenários de crescimento económico e de saldos migratórios provenientes das projeções demográficas, cada um dos dois municípios deverá enquadrar, em termos quantitativos, a sua estratégia de atração de empresas e de emprego e consequentemente definir o número de imigrantes de que necessita, assim como as suas qualificações. Deverá ainda desenhar uma estratégia para atrair os contingentes de imigrantes desejados. Deverá por fim garantir a existência de infraestruturas de acolhimento empresarial com a dimensão e as valências adequadas.

III. Habitação e Serviços

Com base nas projeções de crescimento demográfico, os municípios deverão definir estratégias para o crescimento do parque habitacional, bem como para a oferta de serviços básicos, nomeadamente de ensino, saúde, comércio, cultura e lazer. Deverá também ser desenhada uma estratégia para a integração cultural e linguística dos imigrantes.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Definir a quantidade e o perfil de imigrantes necessários e a sua distribuição pelo território.
- ii. Identificar os países e regiões dos imigrantes alvo (de acordo com o perfil identificado).
- iii. Dar apoio ao processo de entrada e legalização no país (em articulação com Governo central).
- iv. Apoiar os municípios ao nível da avaliação das infraestruturas e serviços necessários à integração dos imigrantes.
- v. Desenvolver e testar ações específicas para a integração de imigrantes (Arganil, Pinhal Interior; Fundão).
- vi. Sinalizar projetos de investimento e empresas que qualifiquem a região.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: CCDR Centro

Entidades parceiras: Município de Arganil; Município do Fundão; OIBT do Pinhal Interior (território); outros municípios do território administrativo da CCDR Centro.

AÇÃO ESPECÍFICA 1: DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA EXPERIMENTAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES NO CONCELHO DE ARGANIL

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT2, DT7, SE1, SE2, SS2, SS3, SS4, SS5

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição Social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 10, ODS 11

CATEGORIA: Projetos em parceria com a CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Arganil

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

O concelho de Arganil localiza-se na NUTS II Centro e na NUTS III Região de Coimbra. É servido pelo IC6 o que garante acesso ao IP3 e à A1.

Arganil registou uma população de cerca de 11.000 habitantes no Censo de 2021. Comparando com o máximo de 22.000 verificado em 1940, é evidente o processo de despovoamento que afetou o concelho, mas também todo o interior da Região Centro. Registe-se ainda que em Arganil, 33% da sua população tem mais de 65 anos, enquanto o valor equivalente na NUTS II Centro é 25%. Estes valores mostram uma tendência secular de esvaziamento e de redução da população em idade ativa que inviabiliza o crescimento da economia e da oferta de serviços, gerando um processo cumulativo de declínio que só pode ser estancado com um intenso fluxo de imigrantes. Dado que o problema é comum a todo o país, incluindo a faixa urbanizada do litoral, e à Europa, Arganil e o interior da região, em geral, estão perante um desafio que só pode ser vencido com uma política de longo prazo de atração e fixação de novos habitantes, tirando partido das amenidades e da qualidade de vida local, dos efeitos positivos das novas tecnologias de informação e da saturação das áreas metropolitanas. O número de imigrantes legais em Arganil corresponde já a cerca de 8% da população do município, importando fixá-los através da oferta de condições dignas de vida, compreender as motivações diversas que os conduziram a Arganil e, de forma seletiva, tirar partido das redes familiares e sociais com os seus locais de origem para atrair pessoas facilmente integráveis e independentes de redes ilegais de angariação e exploração de imigrantes.

É também importante referir que, a par da imigração ligada à procura de emprego há uma comunidade de reformados estrangeiros e nacionais, para além de portugueses e imigrantes temporários com níveis de qualificação elevados e que optam por viver no interior, trabalhando remotamente para empresas ou outras entidades sediadas em Portugal ou em qualquer parte do Mundo. Todos estes, embora não gerando emprego direto, são uma componente considerável da procura local de bens e serviços, com impacto na economia de Arganil.

Face a esta realidade, tem sido preocupação do Município de Arganil trabalhar a integração dos imigrantes residentes no Concelho, nomeadamente através do apoio prestado pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), e da execução da estratégia estabelecida no Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), instrumento de planeamento em vigor desde 2018, sujeito a atualizações periódicas, e que se tem materializado em planos de ação plurianuais, apoiados pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

Com base nestes instrumentos de ação tem sido desenvolvida uma política, da qual se destaca:

- **Gabinete de Apoio ao Emigrante** - focado no apoio a cidadãos que tenham estado emigrados e se encontrem em vias de regressar ao concelho;
- **Qualificação do tecido produtivo do concelho de forma a atrair e a fixar imigrantes qualificados** - Incentivos à vinda e fixação de empresas e ampliação da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha Oeste; apoio o Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil, uma incubadora de empresas pensada para dinamizar a atividade empresarial e comercial do concelho e da região;
- **Oferta de habitação** – O parque público de habitação a custos acessíveis disponibilizará, até 2026, 80 novos fogos para arrendamento; está em curso a construção de três apartamentos de transição no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário.

Neste contexto, o Município de Arganil vai desenvolver um **Programa Experimental para a Integração de Imigrantes**, com os seguintes **objetivos estratégicos**:

- i. Reforçar as estruturas de atração e acolhimento de migrantes, que apoiem o processo de entrada e legalização no país e a sua integração no concelho, garantindo a oferta de serviços essenciais: educação, saúde, habitação, etc.;
- ii. Criar a figura de agente de acolhimento local, que, em regime de voluntariado, seja mediador entre os cidadãos migrantes e a sociedade; entre estes agentes seria bom incluir imigrantes já integrados, que representem os países ou regiões de origem mais representativos;
- iii. Descentralizar e reforçar os serviços de atendimento do CLAIM, atualmente localizados apenas em Arganil, através da realização de atendimentos em regime de itinerância noutras freguesias do concelho;
- iv. Criar uma Academia de Capacitação de Migrantes e Entidades Públicas e Privadas, em articulação com o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, o Agrupamento de Escolas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico, orientado para a formação profissional e a integração de migrantes em áreas estratégicas;
- v. Criar um espaço de habitação partilhada na Quinta Dr. Urbano, aldeia do xisto da Benfeita direcionado para novos rurais: nómadas digitais, trabalhadores à distância, exploradores, estudantes e investigadores à procura de se integrar numa comunidade multicultural para residir. A aldeia do xisto da Benfeita está na freguesia do Concelho de Arganil onde a comunidade estrangeira tem maior peso;
- vi. Instalar na Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha a Fase 1 do Ecossistema de Inovação e Incubação de Empresas aplicado à indústria automóvel e focado na especialização de recursos humanos no segmento da mobilidade do futuro, assente na digitalização, conectividade e automação; complementarmente será reabilitada a antiga residência feminina de Arganil, transformando-a numa habitação destinada a acolher os estudantes, bolseiros e investigadores que estejam envolvidos no Ecossistema de

Inovação e Incubação de Empresas;

- vii. Dinamizar iniciativas de promoção da interculturalidade, usando a arte, o desporto e a gastronomia como elementos de interseção e proximidade;
- viii. Criar um espaço no sítio web do Município de Arganil que disponibilize, nas suas principais línguas de origem, conteúdos relevantes para os imigrantes em matérias como a regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde ou educação; a tarefa de tradução pode ser atribuída a voluntários imigrantes.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade responsável: Município de Arganil.

Entidades parceiras: CCDR Centro.

AÇÃO ESPECÍFICA 2: DESENVOLVIMENTO E TESTE DE AÇÕES ESPECÍFICAS PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES NO CONCELHO DO FUNDÃO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT2, DT7, SE1, SE2, SS2, SS3, SS4, SS5

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição Social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 10, ODS 11

CATEGORIA: Projetos em parceria com a CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Concelho do Fundão

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

O Fundão é um concelho com 23 freguesias situado na Região Centro de Portugal, perto da fronteira com Espanha. Como todos os territórios do interior do país, o concelho do Fundão observou nas últimas décadas uma perda progressiva de população: de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), os 47.500 residentes de 1960 passaram a 26.500 em 2021, tendo 32% mais de 65 anos. Esta tendência gera uma acentuada diminuição da população em idade

ativa e põe em causa a sustentabilidade da economia, dado o risco da evolução da produtividade do trabalho não conseguir compensar a redução da mão-de-obra disponível, o que resulta, por sua vez, na dificuldade de atrair investimento.

Com o objetivo de solucionar este problema, o Município do Fundão começou, no início da década anterior, a promover políticas de atração de imigrantes com diversos níveis de qualificação. Refira-se a assinatura, em 2016, de um protocolo com a Diocese da Guarda para a instalação no antigo Seminário do Fundão de dois equipamentos de acolhimento: a residência de trabalhadores sazonais e a residência internacional de estudantes do Fundão, destinada a estudantes vindos de países de língua oficial portuguesa que ingressem em cursos de ensino profissional e universitário da região. Também no antigo Seminário do Fundão foi criado em 2018 o Centro de Acolhimento de Refugiados, num trabalho conjunto com o Alto Comissariado para as Migrações.

Dado o número crescente de cidadãos de nacionalidade estrangeira foi criado, em 2018, o Gabinete para a Inclusão e Diversidade Cultural (GID), gerido por uma equipa técnica permanente dedicada ao acolhimento, integração e autonomização de imigrantes, apoiada por uma equipa multidisciplinar de juristas, psicólogos, assistentes sociais, tradutores, animadores e mediadores socioculturais. O edifício que acolhe todas as valências acabadas de referir passou a denominar-se Centro para as Migrações do Município do Fundão (CMMF).

Desde a sua criação até à presente data o CMMF desenvolveu entre os quais se destacam:

- Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes do Fundão (MIXin, MIXin2 e MIXin3);
- O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM);
- A Criação da Rede de Mediadores Interculturais;
- O Centro de Capacitação para Nacionais de Países Terceiros;
- O serviço de apoio itinerante à integração de migrantes (*OnWheels*);
- O Espaço Empresa e a Incubadora de empresas *A Praça*;
- *A Academia + Integração*, que em cooperação com o ISCTE e a UBI, oferece cursos para profissionais com responsabilidades na integração de migrantes em diferentes organismos da administração pública, central e local, e da sociedade civil;
- O Site <https://fundaoacolhe.pt/>;
- O Espaço Inter-religioso;
- A Loja AIMA
- A integração no Projeto Piloto Integrar Valoriza;
- A Estratégia Local de Habitação, incluindo uma Bolsa de Casas municipais de apoio ao processo de autonomização de migrantes;
- A oferta de cursos de Português Língua de Acolhimento promovidos através de protocolos com os estabelecimentos de ensino da rede pública, com a rede de centros de gestão direta e participada do IEFP e com as entidades promotoras de rede de Centros Qualifica;
- A parceria com diversos tipos de escolas aderentes à Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI);
- A colaboração com a comunicação social local para incluir a temática das migrações no quotidiano informativo dos munícipes.

A qualidade do trabalho desenvolvido fez com que o Fundão fosse honrado com o título de *Capital Europeia da Inclusão e da Diversidade 2023*, atribuído pela Comissão Europeia, tendo sido escolhido pelos “*esforços envidados no sentido de reforçar a diversidade e a inclusão na sua comunidade*”.

Partindo desta realidade, o Município do Fundão quer associar-se ao projeto piloto promovido pela CCDR Centro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Dinamizar todas as valências de atração e acolhimento de migrantes existentes no município, reforçando o apoio ao processo de entrada e legalização no país (em articulação com o Governo Central);
- ii. Desenvolver projetos de inovação social na área do acolhimento e da integração de migrantes;
- iii. Fortalecer o trabalho em rede com outros municípios e entidades;
- iv. Aumentar a oferta de emprego e captar trabalhadores de diversas tipologias;
- v. Reforçar a Rede de Mediadores Interculturais do município;
- vi. Promover e agilizar a integração dos imigrantes na comunidade através de um processo de autonomização progressiva;
- vii. Promover o reagrupamento familiar como forma de consolidação da integração de imigrantes na comunidade;
- viii. Estimular a cooperação a nível municipal entre autoridades públicas, empresas, sociedade civil e associações de pessoas imigrantes;
- ix. Aumentar o Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis;
- x. Aumentar a oferta formativa de Língua Portuguesa (formal e não formal);
- xi. Consolidar a Academia + Integração como projeto de referência nacional na formação de profissionais dedicados ao acolhimento e integração de migrantes;
- xii. Fortalecer a capacidade de adaptação por parte da sociedade de acolhimento;
- xiii. Diligenciar a criação de cursos de formação intensiva para a AIMA;
- xiv. Desenvolver os estudos necessários para a criação, no Fundão, de uma área de serviços partilhados da AIMA;
- xv. Promover o envolvimento da sociedade civil, bem como a participação cívica, cultural e política de migrantes na sociedade de acolhimento.

OBJETIVOS OPERACIONAIS E ESTIMATIVA DE CUSTOS

Capacitar o Centro para as Migrações do Fundão com os recursos necessários (humanos, técnicos, infraestruturas) necessários à coordenação e operacionalização dos objetivos estratégicos definidos.

- Período temporal: 2025-2026
- Estimativa de custos: 3,5 milhões de euros

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Município do Fundão.

Entidade parceira: CCDR Centro.

PROJETO 7

ESTRATÉGIA DOS SEMICONDUTORES E MICROELETRÓNICA DA REGIÃO CENTRO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT1, DT4, SE1, SE2, SE3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Tecnologias digitais e Espaço; Materiais, Tooling e Tecnologias de produção; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 9

CATEGORIA: Projetos em parceria com a CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Região Centro

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A CCDR Centro patrocina a criação de uma *Estratégia para os Semicondutores e Microeletrónica da Região Centro* (ESMRC). Tendo como ponto de partida a *Estratégia Nacional para os Semicondutores* e a rede internacional de parcerias da região, a ESMRC procurará agregar as empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) em torno do desígnio de tornar a Região Centro um território líder na formação de competências, em inovação e na produção de semicondutores e microeletrónica. Para tal, está a produzir em cooperação com um leque alargado de instituições, um documento estruturador da estratégia que tem por objetivo consolidar as atividades associadas a todos os constituintes da cadeia de valor (Desenho de Chips – Fabrico – Montagem, Teste e Encapsulamento – Incorporação em produtos e Componentes da Microeletrónica – Reparação, Recondicionamento e Reciclagem), apoiando as atividades existentes, procurando atrair investimento estrangeiro e apoiando ações de atração e formação de mão de obra com diversos níveis de qualificação.

A ESMRC organizar-se-á em torno de *Hubs* Tecnológicos Regionais, que deverão agrupar empresas e entidades do SCTN, localizadas num território específico e especializadas numa determinada tecnologia ou num segmento particular da cadeia de valor. Estes *Hubs* incluem áreas transversais que contribuem para o aumento da eficácia da sua ação, nomeadamente a adequação de competências, a atratividade de pessoas, o desenvolvimento de *startups* de base tecnológica, a atração de investimento e os processos de internacionalização.

A indústria de semicondutores e da microeletrónica e os *Hubs* Tecnológicos Regionais devem ser servidos por atividades de suporte que fortaleçam a cadeia de valor envolvida, nomeadamente a reparação, recondicionamento e reciclagem de material eletrónico, assim

como atividades de governação e mobilização de agentes.

Este projeto apoiará a constituição e o lançamento dos *Hubs* que forem consensualizados e estabelecidos com base, sobretudo, em empresas. Os *Hubs* resultarão de um processo de consulta e colaboração entre empresas e entidades do SCTN.

Atualmente existem propostas consolidadas para dois *Hubs*:

- *Hub 1*: Centro de Competências em Optoelectrónica (AMPERE)
- *Hub 2*: Centro de Competências em RISC-V

Há, no entanto, a expectativa que no futuro sejam promovidos novos *Hubs*. O processo participativo que deu origem à ESMRC permitiu identificar outros *Hubs*, em diversas tecnologias que interessam a empresas e ao SCT do Centro: Computação quântica e materiais avançados, Sensorização eletrónica, Circuitos integrados analógicos, Eletrónica sustentável, Circuitos Integrados de Radio Frequência e Microondas, e ainda tecnologias de conceção, fabricação, modelação, simulação, caracterização e desenvolvimento de dispositivos baseados em micro e nano materiais avançados e sistemas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Contribuir para o desenvolvimento e consolidação da indústria de semicondutores e microeletrónica na Região Centro.
- ii. Densificar as conexões globais do setor dos semicondutores e da microeletrónica da Região Centro.
- iii. Promover a inovação e colaboração entre empresas e instituições de investigação.
- iv. Impulsionar o crescimento económico, a criação de empregos qualificados e o desenvolvimento de *startups*.
- v. Promover a formação técnica avançada.
- vi. Atrair investimentos e quadros para a Região Centro.
- vii. Incorporar tecnologias e processos que aumentem a sustentabilidade da cadeia de valor.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Empresas Privadas; Entidades Públicas; Instituições de Ensino Superior; Entidades do SCT.

Entidades parceiras: CCDR Centro; Empresas Privadas; Entidades Públicas; Instituições de Ensino Superior; Entidades do SCT.

AÇÃO ESPECÍFICA 1: HUB - CENTRO DE COMPETÊNCIAS NA MICROELETRÓNICA E FOTÓNICA INTEGRADA - OPTOELECTRÓNICA - (AMPERE)

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT1, DT4, SE1, SE2, SE3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Tecnologias digitais e Espaço; Materiais, Tooling e Tecnologias de produção; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 9

CATEGORIA: Projetos em parceria com a CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Aveiro, Ílhavo

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

As tecnologias dos semicondutores tendem para o limite físico de miniaturização, trazendo novos desafios ao nível do desempenho dos dispositivos. Para lhes dar resposta, a ciência e a tecnologia têm evoluído para um modelo de fabricação de microchips que integram dispositivos baseados na passagem de luz, combinando assim a microeletrónica e a fotónica. Face a estes desafios, a Europa tem de ultrapassar estrangulamentos como a inexistência de infraestruturas para realizar testes de integração e fabricação dos referidos dispositivos, indispensáveis para a competitividade das PME, maioritárias nesta fileira. O projeto AMPERE tem como objetivo dotar a indústria portuguesa e europeia de uma infraestrutura tecnológica e humana na área da microeletrónica e da fotónica que permita acelerar os processos de construção de protótipos e testagem, etapas preliminares ao fabrico de novos produtos. A base fundacional deste projeto é um edifício que reúne um conjunto de equipamentos especializados de alta precisão como salas limpas, impressoras de resolução nanométrica, manufatura aditiva de microeletrónica, posicionamento e co-empacotamento de fotónica com eletrónica e litografia a laser. Esta infraestrutura complexa irá ainda facilitar a realização de testes de integração e fabricação, dispondo de espaços com dimensões e formas flexíveis, especialmente adaptados aos requisitos técnicos dos seus equipamentos e processos, complementados com oficinas de apoio, docas de carga e descarga e escritórios. O projeto AMPERE deverá contribuir para fixar capital humano e conhecimento, estimulando o empreendedorismo e a investigação nas áreas da microeletrónica e da fotónica e respondendo ao desígnio de recentragem das indústrias do futuro em Portugal e na Europa. A infraestrutura a construir estará disponível para qualquer entidade que pretenda usar as suas funcionalidades e capacidades

Em particular o AMPERE irá focar-se nas áreas de investigação, industrialização e formação:

- Promovendo processos colaborativos de I&D que integrem Lab-to-Fab de fotónica, eletrónica e design de sistemas através de novos métodos de co-design e fabrico,

utilizando técnicas híbridas ou heterogéneas de manipulação à escala nano.

- Garantindo uma cadeia de valor conectada: O AMPERE enfatiza a importância de ligar todos os aspetos da cadeia de valor, incluindo materiais, sistemas de design, fabrico de *wafers*, testes, montagem e encapsulamento. Isto envolve a utilização de software de design capaz, tecnologias de fabricação estáveis e modelos compactos fiáveis para garantir uma cadeia de valor suave e eficiente.
- Dada a necessidade de uma força de trabalho qualificada ainda inexistente na indústria de microeletrónica e fotónica integrada, o AMPERE tenciona desenvolver programas educacionais oferecidos diretamente e em colaboração com instituições de ensino superior ou de formação profissional.

O AMPERE terá as seguintes competências:

- Espaço de fixação de empresas na área da fotónica e microeletrónica;
- Espaço de incubação de empresas tecnológicas na área da optoelectrónica;
- Linha piloto de circuitos fotónicos integrados;
- Laboratórios partilhados: caracterização desde o *chip* até ao sistema, para múltiplas aplicações, incluindo telecomunicações (Pb/s, THz, 6G e para lá de 6G), conectividade em centros de dados, indústria automóvel, computação de alto desempenho e computação quântica;
- Sala limpa para desenvolvimento de técnicas avançadas de encapsulamento de circuitos óticos integrados e microeletrónica.

As instalações do AMPERE consistirão num edifício a construir, planeado para o Parque de Ciência e Inovação de Aveiro, o qual contará com:

- Sala limpa com uma área de 1.500m² de acordo com a norma ISO7; áreas mais pequenas de maior pureza serão também definidas;
- Escritórios para empresas estabelecidas e novas *startups* - 3.000m²;
- Laboratórios próprios e de uso comum para empresas estabelecidas e novas *startups* - 1.500m²

CALENDARIZAÇÃO

- i. Construção (12-18 meses) a iniciar em 2025; planeamento e adjudicação em 2024-2025.
- ii. Início das atividades do *Hub* com incubação das primeiras empresas e linha piloto de circuitos fotónicos integrados – 2027.

ORÇAMENTO ESTIMADO

- i. Construção: 8 a 12 milhões de euros.
- ii. Equipamento de encapsulamento avançado e infraestrutura estado da arte: 25 a 30 milhões de euros. Este investimento será faseado de acordo com o crescimento do *Hub*, prevendo-se um esforço inicial de 5 a 10 milhões de euros em equipamento.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Construir e equipar as instalações do AMPERE (edifício).

- ii. Atrair recursos humanos qualificados com a especialização adequada.
- iii. Promover a interação do AMPERE com as PME do setor.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: PICadvanced

Entidades parceiras: Instituições de Ensino Superior e outras entidades do SCT

AÇÃO ESPECÍFICA 2: HUB - CENTRO DE COMPETÊNCIAS EM RISC-V

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT1, DT4, SE1, SE2, SE3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Tecnologias digitais e Espaço; Materiais, Tooling e Tecnologias de produção; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 9

CATEGORIA: Projetos em parceria com a CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Fundão, Covilhã

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

O desenho de processadores é uma atividade chave da microeletrónica para a qual a União Europeia não dispõe de tecnologia proprietária. Tem por isso de se socorrer de sistemas de código aberto e com eles de criar propriedade intelectual em programas e projetos específicos. Neste contexto, o *Hub* RISC-V tem como objetivo criar uma plataforma dedicada à promoção, desenvolvimento e inovação em arquitetura de código aberto de processadores RISC-V (*Reduced Instruction Set Computing* – 5ª geração).

O *Hub* juntará profissionais, empresas, instituições do sistema científico e tecnológico e *startups* que estejam interessados em colaborar no desenvolvimento de tecnologia, produtos e soluções baseadas nas potencialidades do RISC-V. Sendo uma arquitetura aberta, reduzirá a dependência de sistemas proprietários e de barreiras impostas pelos licenciamentos, sendo capaz de impulsionar inovação no desenvolvimento de processadores que respondam às necessidades específicas de indústrias e tecnologias com presença na região: automóvel, saúde, telecomunicações, *IoT* ou computação de alto desempenho. Será assim potenciado um ecossistema robusto de desenvolvimento de software e hardware interoperáveis, criando e

disponibilizando ferramentas que permitam às empresas reduzir tempo e custos na adoção de soluções baseadas na arquitetura RISC-V.

Um polo de inovação centrado na tecnologia RISC-V facilitará a atração de investimento e recursos humanos e a criação de parcerias internacionais, reforçando o papel da Região Centro e do país face à próxima geração de tecnologias de computação.

OBJETIVOS OPERACIONAIS

- i. Afirmar o *Hub* como um Centro de Interface que, complementarmente à arquitetura RISC-V, deve abranger componentes ligadas à Inteligência Artificial e conectividade 6G.
- ii. Instalar no Fundão a Infraestrutura Tecnológica adequada ao funcionamento do *Hub*:
 - a) Laboratórios equipados com ferramentas de design e desenvolvimento de semicondutores, assim como *software* para compilar, testar e otimizar a arquitetura RISC-V, permitindo a simulação de processadores e o desenvolvimento de protótipos de *hardware*;
 - b) Centros de Dados e Plataformas Colaborativas que confirmem capacidade computacional de alto desempenho para suportar grandes volumes de dados e simulações e que facilitem o desenvolvimento de código aberto e partilhado pelos diversos intervenientes no *Hub*;
 - c) Ferramentas especializadas para a personalização da arquitetura RISC-V, incluindo compiladores, depuradores e kits de desenvolvimento de software (SDKs).
- iii. Criar e desenvolver programas de atração, capacitação e formação de recursos humanos especializados em RISC-V.
- iv. Fomentar a Investigação e desenvolvimento em colaboração com o sistema científico e tecnológico da região.
- v. Reforçar a Incubadora do Fundão com recursos humanos e programas de aceleração dedicados ao apoio a *startups* que queiram desenvolver soluções baseadas em RISC-V.
- vi. Desenvolver e aplicar um Programa de Promoção, Comunicação e Integração com o ecossistema global, através de conferências, *workshops* e participação em projetos internacionais.
- vii. Definir as parcerias institucionais, o modelo de governação e de financiamento adequados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Desenvolver a capacidade da Região se afirmar como centro de competência global numa arquitetura de código aberto de processadores.
- ii. Apoiar o processo de qualificação do interior da Região Centro baseado em inovação e capacidade tecnológica.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Município do Fundão; Vortex COLAB; Universidade da

1.3. PROJETOS DE INICIATIVAS DE TERCEIROS (CIM, MUNICÍPIOS, OUTRAS ENTIDADES)

PROJETOS COM INTERVENIENTES COMPROMETIDOS E AÇÕES A DECORRER

PROJETO 8

ALDEIAS CRIATIVAS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT2, DT7, SE4, SE5, SS5

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 5

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 10, ODS 11

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes comprometidos e ações a decorrer

ÁREA TERRITORIAL: Sortelha (Sabugal) e Dornelas do Zêzere (Pampilhosa da Serra) numa primeira fase; é desejável que outras aldeias adiram posteriormente.

FICHA DE PROJETO

ENQUADRAMENTO

A necessidade de inverter o declínio demográfico das áreas rurais periféricas está na base de iniciativas como o projeto Aldeias Bauhaus, desenvolvido conjuntamente com o Alentejo e a Extremadura Espanhola ou como a Rede das Aldeias Históricas. A aldeia da Sortelha (Sabugal) está envolvida nas duas iniciativas, enquanto Dornelas do Zêzere (Pampilhosa da Serra) lidera o projeto das Aldeias Bauhaus. As duas aldeias deverão ser reconvertidas de acordo com projetos piloto que possam posteriormente ser replicados de acordo com seis objetivos básicos: i) Qualidade e funcionalidade do espaço público e preservação do edificado ii) Qualidade das infraestruturas, em particular as infraestruturas de comunicação, com cobertura de rede 5G; iii) Soluções construtivas que combinem o uso de materiais e de traços arquitetónicos tradicionais com os requisitos atuais de eficiência energética e circularidade; iv) Atração de população na quantidade e com os requisitos de qualificação necessários ao desenvolvimento de atividades económicas competitivas; v) Sustentabilidade económica, centrada na atração de diversos tipos de turistas de longa duração (reformados, artistas, nómadas digitais) que garantam taxas de ocupação estáveis ao longo do ano, assim como de profissionais especializados em teletrabalho; vi) Oferta adequada de serviços locais e ambulatoriais (ensino, saúde, comércio, etc.) que serão também uma fonte de emprego e rendimento necessários à sustentabilidade destas localidades.

As aldeias selecionadas têm dois padrões contrastantes: Dornelas do Zêzere não está sujeita a grandes condicionalismos relacionadas com a preservação do património edificado existente, pelo que poderá desenvolver um projeto onde a inovação de formas e funções seja dominante; Sortelha tem uma cidadela cujo notável património obriga a redobrados cuidados na escolha das atividades e pessoas a construir e do desenho urbano a adotar.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Reverter o declínio demográfico e requalificar as aldeias;
- ii. Testar novas soluções para o espaço público, habitação e equipamentos;
- iii. Desenvolver novos serviços de apoio;
- iv. Replicar o conceito numa fase posterior; exemplos: Caramulo (Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades), Monsanto (Idanha-a-Nova), Linhares da Beira (Celorico da Beira), Castelo Novo (Fundão) e Almeida (Almeida)

SUBPROJETO 8.1: DORNELAS DO ZÊZERE (PAMPILHOSA DA SERRA)

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT2, DT7, SE4, SE5, SS5

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 5

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 11

CATEGORIA: Projetos com intervenientes comprometidos e ações a decorrer

ÁREA TERRITORIAL: Dornelas do Zêzere (Pampilhosa da Serra)

ENQUADRAMENTO

Inúmeras aldeias no interior de Portugal confrontam-se com um processo de despovoamento e consequente desvitalização económica, social e cultural, que conduz à desvalorização de uma parte significativa do nosso território.

Enfrentar este processo de declínio estrutural exige uma intervenção adaptada à realidade, sustentada em políticas públicas e que convoque investimento privado para desenvolver um projeto experimentador rentável, com atratividade suficiente para chamar novos moradores e, assim, erigir um piloto demonstrador com elevado potencial de replicação.

Atrair novos moradores implica o desenho de espaços urbanos onde coexistam as funções próprias de uma vida social moderna e atividades inerentes ao bem-estar e ao lazer de quem busca uma nova qualidade de vida. Assim, a par do acesso a serviços de saúde, comércio, transporte, deverão estar presentes, através de uma programação adequada, atividades de animação e fruição turística, espaços de desfrute cultural e ações de integração social. A solução adotada de desenho urbano deverá também conciliar a funcionalidade com uma reabilitação do edificado que preserve a arquitetura e os materiais tradicionais, e ser suficientemente flexível para comportar uma desejável expansão do número de moradores.

DESCRIÇÃO

O projeto piloto de Dornelas do Zêzere, está sinalizado como uma das iniciativas locais da Nova Bauhaus Europeia Rede e lidera a rede Aldeias para o Futuro - Aldeias Bauhaus EUROACE, que inclui os municípios da Pampilhosa da Serra e Sabugal (Centro), de Arronches e Reguengos de Monsaraz (Alentejo) e de Moraleja e Lereña (Extremadura). Irá testar um caminho de reversão do declínio demográfico numa região remota do interior do país, a partir de uma intervenção estruturada numa aldeia que dispõe, ainda, de condições sociais e económicas pertinentes para alicerçar este desafio.

A intervenção visa criar uma base económica sustentável, juntando as práticas mais inovadoras nas áreas do turismo sénior e do turismo de saúde e bem-estar ao saber fazer tradicional e às competências adquiridas pela comunidade ao longo dos últimos 30 anos na área do acolhimento e dos cuidados sociais, junto de crianças e jovens, populações de risco e população sénior. É de salientar que o maior empregador da aldeia é a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere (ASSDZ), com 90 empregos diretos, na sua maioria mulheres locais, e que dispõe de um conjunto de equipamentos de elevada qualidade (lar de Idosos, estrutura residencial para idosos, creche, jardim de infância, centro de acolhimento temporário de crianças e jovens) e de um número significativo de edifícios residenciais no núcleo histórico da aldeia, com diferentes estados de conservação.

O projeto preconiza uma intervenção estruturada a partir de um programa urbano com escala e dimensão adequadas à aldeia, que juntará à edificação tradicional um programa inovador nas áreas do urbanismo e da arquitetura, tendo em vista a transformação do ambiente urbano e a edificação de novas ofertas residenciais utilizando soluções baseadas na natureza.

A partir de um programa de desenvolvimento urbano proceder-se-á à requalificação e construção de casas autónomas, nas tipologias T0 e T1, dotadas de tecnologia avançada que permita aos moradores viverem de forma independente e em segurança, enquanto recebem o apoio conforme às suas necessidades. Estas casas, estarão inseridas num ambiente urbano qualificado e atrativo, no que respeita ao espaço público, aos edifícios e ao seu enquadramento paisagístico.

Para que a vivificação da aldeia tenha significativa repercussão na sua envolvente territorial, e também para que o projeto seja de facto aliciante, é indispensável assegurar o fácil acesso dos moradores a redes organizadas de cultura e lazer, ao sistema de saúde e a ofertas comerciais, o que pressupõe boas redes de comunicação digital e um serviço eficiente de mobilidade e de transportes, a par de um adequado programa de atividades artísticas e culturais.

PLANO DE AÇÃO

- i. Em termos de **intervenção pública** as principais ações a realizar são as seguintes:
 - a) Lançar um programa estratégico de desenvolvimento urbano que concilie edificação tradicional com a inovação urbanística e arquitetónica;
 - b) Desenvolver a infraestrutura urbana e os serviços de interesse público geral;
 - c) Requalificar espaços públicos para melhorar a fruição e conforto dos atuais e novos moradores, bem como de visitantes;
 - d) Estabelecer parcerias com entidades locais, regionais e nacionais, para garantir o apoio e a colaboração necessários ao sucesso do projeto;
 - e) Organizar eventos e atividades que incentivem a interação e a participação dos novos moradores e turistas na vida comunitária, promovendo a inclusão social e o sentido de pertença;

- f) Disponibilizar um programa artístico e cultural qualificado que concilie diferentes propostas e interesses.
- ii. Em termos de **investimento privado** as principais ações a realizar são as seguintes:
 - a) Requalificar e construir habitações autónomas adaptadas às necessidades da população sénior, com instalações e recursos adequados para promover a autonomia e o conforto;
 - b) Estabelecer parcerias com outras entidades para melhorar as soluções construtivas e alargar a gama de serviços a disponibilizar aos clientes (novos moradores);
 - c) Criar uma equipa qualificada para gerir o projeto e as parcerias locais e externas.

CUSTO ESTIMADO

Os custos estimados assumem natureza pública e privada, de acordo com o que segue:

- i. Custos com edificação de residências (privado)
 - Reabilitação de edifícios para acolher 30 residências nas tipologias T0 e T1
Total: 2.100.000 euros
- ii. Custos com urbanização e construção de equipamentos (público)
 - Estudos e projetos: 150.000 euros
 - Obras de urbanização e requalificação de espaços públicos: 400.000 euros
 - Instalação de Parque Ribeirinho *Parque dos Fortes do Zêzere*: 600.000 euros
 - Instalação de Centro de Serviços: 350.000 euros
 - Comunicação e animação: 100.000 euros
 - **Total: 1.500.000 euros**

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere; outros investidores privados.

Entidades parceiras: Rede Aldeias Bauhaus EUROACE; Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto; Associação Aldeias Históricas de Portugal; Inova Domus; outros parceiros do Sistema Científico e Tecnológico.

SUBPROJETO 8.2: SORTELHA (SABUGAL)

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT2, DT7, SE4, SE5, SS5

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 5

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 11

CATEGORIA: Projetos com intervenientes comprometidos e ações a decorrer

ÁREA TERRITORIAL: Sortelha (Sabugal) numa primeira fase; Monsanto (Idanha-a-Nova), Linhares da Beira (Celorico da Beira), Castelo Novo (Fundão) e Almeida (Almeida) numa segunda fase.

ENQUADRAMENTO

Green Shooting é um conceito associado à ideia de ligar a indústria cinematográfica à economia circular, no que respeita à utilização de energia renovável, mas também à circularidade do processo de fabricação de cenários e adereços. Por outro lado, a Rede das Aldeias Históricas (RAH) tem um património natural e construído, que confere aos seus membros atratividade como pano de fundo para a rodagem de diversos tipos de produções cinematográficas. Há assim condições para que a RAH invista na atração da indústria cinematográfica o que torna pertinente o projeto âncora *Rede AHP um destino/território Green Shooting*, vertido na Aposta Estratégica *Inovação territorial e ativação económica* da Estratégia de Eficiência Coletiva da AHP 2030, qualificada em junho de 2024 ao abrigo do Aviso CENTRO2030-ITI_PROVERE-2023-1.

Este projeto, enquadrado no domínio de especialização inteligente da EEC AHP 2030 *Indústrias culturais e criativas*, tem um orçamento de cerca de 290.000 euros, financiável a 85% e tem como objetivo estratégico promover a multifuncionalidade da rede Aldeias Históricas de Portugal como palco privilegiado para um setor cultural criativo e ambientalmente responsável, que valorize e promova os ativos únicos e o saber-fazer tradicional. Tendo como base as indústrias do audiovisual, poderá gerar procura indireta em diversas atividades artesanais ou de fabrico em pequenas séries onde a criatividade e a flexibilidade produtiva são os recursos principais: carpintaria, cerâmica, têxtil e confeções, impressão 3D de diversos adereços, etc.

É um projeto de redes integradas de cooperação territorial (municípios, universidades, centros I&D, empresas, sociedade civil) com o destaque colocado na aposta na qualidade de vida e crescimento económico sustentado em atividades de futuro.

DESCRIÇÃO

A Rede AHP entrou no radar das produções nacionais e internacionais de conteúdos audiovisuais, uma atração orgânica que resulta das vantagens competitivas que oferece, graças ao seu património, a uma infraestrutura eficiente de telecomunicações, a uma população predisposta a colaborar (o que diminui custos na requisição de figurantes) e à reduzida poluição sonora e visual, para além de baixos custos de licenciamento, isenção de taxas municipais e ligação eficiente entre a produção das filmagens e a administração local.

A fim de materializar esta atratividade, será desenhado e executado um projeto piloto que transforme a Sortelha num estúdio vivo de produções audiovisuais, baseado no *conceito Green Shooting*. Estando a promover uma comunidade energética para autoconsumo, a Sortelha poderá fornecer energia totalmente renovável e com custos reduzidos cerca de 50%, quer para as atividades cinematográficas quer para os serviços e as residências a elas associadas.

Criando oportunidades para o crescimento de diversas atividades de apoio à construção de cenários e adereços, que poderão mais tarde ganhar escala e servir o mercado nacional ou global, assim como atraindo uma população flutuante com elevadas exigências de serviços e forte poder de compra, a Sortelha terá condições de crescimento económico e renovação demográfica que contrarie o panorama depressivo das áreas rurais do interior da região. Para tal será necessário atrair quadros qualificados e especializados e aproveitar a oferta proporcionada pela Universidade da Beira Interior e pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco. Terá também de tirar partido do conhecimento e saber fazer da população local, tanto mais importante quanto estão em causa atividades como a confeção, a carpintaria ou a cerâmica tradicional.

O crescimento económico e demográfico requer um projeto de urbanização que expanda sem desqualificar, unindo harmoniosamente o arrabalde com a cidadela da Sortelha, que combine novas construções com reabilitação urbana, assim como novas técnicas e soluções arquitetónicas com o uso de materiais locais e recicláveis.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Criar condições para que a Sortelha, por via de emprego, conectividade digital e qualidade de vida, assuma o estatuto de um destino qualificado para acolher e manter residentes, atuais e futuros, considerando a sua relevância pela Zona *histórica da Vila de Sortelha* se encontrar em vias de classificação.
- ii. Contribuir para a diversificação das atividades económicas, baseada em estratégias económicas locais sustentáveis, sem descurar as medidas que tornem o ambiente atrativo para as empresas.
- iii. Criar um centro de inovação dedicado às indústrias culturais e criativas em territórios de baixa densidade.
- iv. Replicar o projeto, ajustando-o em função do grau de especialização requerido, para mais quatro Aldeias Históricas, permitindo, simultaneamente, a valorização e divulgação do património cultural material e imaterial.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Aldeias Históricas de Portugal.

Entidades parceiras: Dez municípios integrantes na Rede AHP (Almeida, Arganil, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso); Film Commission Portugal; Universidade da Beira Interior (UBI); Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB); Entidade Regional Turismo do Centro (ERTC); tecido empresarial local e regional.

PROJETO 9

CENTRO - REGIÃO DA SAÚDE

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: SE1, SE2, SE3, SS2, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Saúde e Bem-estar; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 3, ODS 11

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes comprometidos e ações a decorrer

ÁREA TERRITORIAL: Coimbra, Covilhã, Aveiro/Ílhavo; Pombal/Leiria/Marinha Grande, Viseu, Guarda, Castelo Branco; Cantanhede, Figueira da Foz, Mortágua, Tondela.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

Sendo a saúde um setor de aposta da região é necessário desenhar uma estratégia de desenvolvimento quantitativo e qualitativo por forma a promover a ligação em rede dos principais centros urbanos e das entidades e atividades relevantes para o setor. Esta rede integra um conjunto de cidades da região, dominado por três polos: Aveiro, Covilhã e principalmente Coimbra. Cada um dos três polos estruturantes deverá ter:

- i. Oferta de ensino em saúde, nas suas variadas valências: medicina, enfermagem, outras profissões da saúde, ciências farmacêuticas, biotecnologia, engenharia de dispositivos médicos, imagiologia, etc.;
- ii. Um Centro Académico Clínico, que dê suporte qualificado às unidades regionais do Sistema Nacional de Saúde, cada vez mais dependente de meios técnicos e tecnologia em constante evolução;
- iii. Capacidade de ancorar uma rede diversificada de investigação em saúde, indústria farmacêutica e outras atividades industriais fornecedoras de dispositivos, equipamentos e diversos componentes.

Para que o polo da Covilhã tenha os requisitos básicos para o desempenho das suas funções é necessário que seja reconhecido um Centro Académico Clínico nesta cidade.

A rede regional de saúde deve ainda integrar, num todo coerente, um conjunto de dimensões relevantes para o setor, protagonizadas por diversas entidades e atividades distribuídas pelo território do Centro:

- i. Oferta, em quantidade suficiente e com elevada exigência de qualidade, das diversas valências do SNS (saúde, desde os hospitais centrais aos cuidados primários, passando pelas unidades hospitalares especializadas);

- ii. Oferta de serviços de saúde privada, em particular os que complementam o SNS e os serviços com caráter de bens transacionáveis como o turismo de saúde (talassoterapia na Figueira da Foz, termas em vários locais, unidades de recuperação ou de residência para idosos estrangeiros, etc.);

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Este projeto deve materializar-se na elaboração de uma estratégia regional para a saúde centrada na:

- i. Expansão do turismo de saúde e na assistência a turistas idoso de longa duração, com especial incidência no interior da região;
- ii. I&D, em articulação com os serviços de saúde e com as atividades produtivas, com o objetivo de criar na região um *cluster* industrial de saúde de base tecnológica, com especial incidência na produção de fármacos, medicamentos, equipamentos, instrumentos e materiais de uso médico;
- iii. Atração de investimento estrangeiro especializado no setor da saúde;
- iv. Para além destes objetivos, a materializar a prazo, há um projeto concreto que está em fase de desenvolvimento e que consiste na criação na Covilhã de um organismo notificado para a certificação de dispositivos médicos, sustentado nas três universidades da região e na Associação Inova-Ria.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Governo da República; Municípios; CIM; Entidades Públicas; Empresas; Entidades do SCT.

Entidades Parceiras: CCDR Centro; Municípios; CIM; Entidades Públicas; Empresas, Entidades do SCT.

AÇÃO ESPECÍFICA: CRIAÇÃO DE UM ORGANISMO NOTIFICADO NA REGIÃO CENTRO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE1, SE2, SE3, SS2, SU1, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Saúde e Bem-estar; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 3, ODS 8, ODS 9

CATEGORIA: Projetos com intervenientes comprometidos e ações a decorrer

ÁREA TERRITORIAL: Covilhã, Coimbra, Aveiro

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

As entidades do SCT da Região Centro têm desenvolvido conhecimento na área dos dispositivos médicos baseados em Tecnologia de Informação Comunicação e Eletrónica (TICE), estando este conhecimento a ser valorizado através da criação de empresas e projetos inovadores com reconhecimento internacional. No entanto, estas empresas enfrentam dificuldades nos processos de avaliação de conformidade na União Europeia, resultando em atrasos na entrada no mercado de novos produtos de elevado valor acrescentado e potencial de exportação.

A atual inexistência de um Organismo Notificado baseado em Portugal, capaz de atestar a conformidade de dispositivos médicos de base tecnológica, ao que se associa uma falta de resposta atempada por parte de outros, localizados noutros países da União Europeia, é uma barreira à adoção de soluções que aumentem a sustentabilidade e equidade territorial dos sistemas de cuidados de saúde.

Este projeto tem como objetivo a criação de uma entidade acreditada para a certificação de dispositivos médicos, visando acelerar a utilização efetiva de TICE para a melhoria da qualidade de vida. Tal facilitaria o reforço de serviços à distância na oferta de cuidados de saúde (e bem-estar) em localizações mais remotas ou despovoadas e aceleraria o desenvolvimento de novos produtos tecnológicos de elevado valor, contribuindo para a criação e consolidação de novos agregados económicos, capazes de valorizar o conhecimento, as infraestruturas e as capacidades empresariais da região.

De forma a avaliar a pertinência e a sustentabilidade do projeto, foi elaborado um dossier técnico, coordenado pela Associação Inova-Ria, com a participação das três universidades parceiras e o financiamento a 100% da Assistência Técnica do Programa Operacional Regional do Centro 2020. O dossier decorre de um memorando de entendimento firmado pela Inova-Ria e pelas três universidades da região tendo em vista a criação de uma entidade capaz de ser designada Organismo Notificado ao abrigo dos Regulamentos (EU) 2017/745 e 2017/746, com um foco em dispositivos médicos de base TICE e é composto pelos seguintes elementos: i)

análise do mercado e dos requisitos de certificação; ii) modelo de parceria; iii) modelo jurídico da(s) entidade(s) a constituir; iv) plano de ação; v) plano de negócios. Será assinada em novembro de 2024 a constituição da Associação PDTH – Portugal Digital Technology for Health , que visa posicionar a Região Centro como um cluster de inovação na área dos dispositivos médicos de base TICE, inserido no mercado nacional, europeu e internacional, e estimulando a interação dos sistemas científico, tecnológico e de saúde. Esta Associação irá capacitar a equipa técnica inicial e desenvolver o sistema de gestão a adotar pelo Organismo Notificado, bem como contribuir para a formação de profissionais na área da regulamentação que possam vir a integrar a bolsa de auditores do organismo a constituir ou as empresas instaladas no setor.

A criação do Organismo Notificado é um processo oneroso, que implica um investimento avultado na preparação de um dossier de candidatura e na formação e contratação prévia de dirigentes, para os quais são impostos exigentes requisitos de qualidade e experiência. Revelando o empenho que a CCDR Centro tem no sucesso deste empreendimento, o Programa Regional do Centro 2030 abriu o aviso 2024/66: Ações Coletivas de Transformação de Conhecimento Científico e Tecnológico – Organismo Notificado. Este aviso abre um concurso para o apoio de 2.500.000 euros, correspondente a 85% do investimento total

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Criação de uma entidade com capacidade de vir a ser designada como Organismo Notificado – dezembro de 2025.
- ii. Criação de oferta formativa para fabricantes de dispositivos médicos – 2025.
- iii. Criação de empresas de base tecnológica dedicadas ao desenvolvimento de dispositivos médicos baseados em TICE – 2026.
- iv. Atração de Investimento Estrangeiro (centros de competências ou empresas) – 2026.
- v. Criação de novos empregos e fixação de recursos humanos qualificados – 2026.
- vi. Designação da entidade como Organismo Notificado – fim de 2027.
- vii. 1ª Certificação de dispositivos médicos efetuada por Organismo Notificado Português – 2028.
- viii. Introdução de dispositivos médicos portugueses no sistema de cuidados de saúde na Região Centro – 2028.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Associação Inova-Ria.

Entidades Parceiras: Universidade da Beira Interior; Universidade de Aveiro; Universidade de Coimbra; Associação PDTH; Empresa a constituir no fim de 2025 detida pela Inova-Ria e as três universidades.

**PROJETOS COM INTERVENIENTES
INTERESSADOS, MAS AINDA NUMA FASE INICIAL**

PROJETO 10

REDE DE INDÚSTRIAS CRIATIVAS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT 5, SE1, SE3, SE4, SE5, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 9

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial

ÁREA TERRITORIAL: Aveiro, Ovar; Coimbra, Figueira da Foz; Leiria; Tondela; Manteigas, Fundão; Castelo Branco, Idanha-a-Nova.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A afirmação de uma rede que promova a ligação entre as diversas atividades criativas distribuídas pelo território da Região Centro e o Sistema Científico e Tecnológico (SCT) é condição necessária para a formação de um *cluster*. A cooperação com o SCT deve centrar-se nas áreas do design, tecnologia de materiais, artes gráficas e performativas e novas formas de organização do trabalho. A base territorial inicial da rede e respetivas especializações é a seguinte:

- Aveiro –TICE, design e tecnologias de materiais;
- Castelo Branco – música, artesanato e arte popular;
- Coimbra e Figueira da Foz – cinema e audiovisual;
- Fundão – TICE aplicadas ao turismo, indústria, design e arte;
- Idanha-a-Nova – música;
- Leiria – dança nas suas variadas vertentes;
- Manteigas – arte do burel;
- Ovar – estaleiro de criatividade baseado nas competências e meios técnicos associados ao Carnaval;
- Tondela – teatro e artesanato de barro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Reforçar a utilização das TICE no setor das indústrias criativas.
- ii. Promover a interação do SCT com as indústrias criativas.
- iii. Criar a base de uma rede de indústrias criativas no território do Centro.

As especializações acima indicadas são meramente indicativas. No entanto, há já duas iniciativas com algum grau de maturidade, descritas nos subprojetos 10.1 e 10.2.

SUBPROJETO 10.1: CENTRO DE COMPETÊNCIAS EM INFORMÁTICA PARA O TURISMO, ENGENHARIA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS – TURING

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT 5, SE1, SE3, SE4, SE5, SU3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 9

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial

ÁREA TERRITORIAL: Fundão, Covilhã

DESCRIÇÃO

Partindo das infraestruturas e atividades existentes na Cova da Beira, que incluem estruturas de acolhimento empresarial, incubadoras, aceleradoras, centros de formação, prototipagem e teste, mas também diversas empresas tecnológicas e digitais, centros de investigação e instituições académicas como a Universidade da Beira Interior, o Instituto Politécnico de Castelo Branco e o Instituto Politécnico da Guarda, o projeto TURING visa consolidar a região como um polo estratégico para as indústrias criativas e digitais.

O TURING será uma plataforma de convergência onde tecnologia e criatividade se encontram, criando um ambiente propício para a experimentação e inovação aberta.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. **Conectividade e Inteligência Digital**
 - a) Desenvolver uma infraestrutura digital de alto desempenho, com redes de fibra ótica e cobertura total de Wi-Fi de alta velocidade, para atrair recursos humanos e empresas que dependem de uma conectividade robusta.

- b) Promover tecnologias associadas ao conceito de cidade inteligente (*Smart City*), que otimizem formas de planeamento e gestão sustentados em informação, direcionadas para a administração pública, empresas e outras instituições.

ii. Hub de Desenvolvimento de Indústrias Criativas

- a) Estabelecer um *Hub* especializado que integre estúdios de design digital, produção audiovisual e desenvolvimento de videojogos, equipado com tecnologia para edição de vídeo, animação 3D e plataformas de realidade aumentada e virtual (AR/VR). O objetivo é proporcionar um espaço de experimentação e criação em várias formas de expressão artística, utilizando ferramentas digitais e suporte de inteligência artificial.
- b) Facilitar o trabalho em rede e a fertilização cruzada das competências de artistas, programadores, engenheiros e designers.
- c) Colocar as competências e capacidades do *Hub* ao serviço da economia da região, apoiando em particular iniciativas de animação cultural nas aldeias do xisto e aldeias históricas e de divulgação do património cultural material e imaterial, projetos de design e arquitetura que conjuguem tradições locais com inovação e sustentabilidade ambiental, projetos de design industrial que qualifiquem a indústria têxtil e o artesanato regional.

iii. Reforço das Incubadoras e Aceleradoras

- a) Estabelecer um fundo de capital de risco focado em novos projetos nas áreas de indústrias criativas e engenharia digital, que forneça apoio financeiro e estratégico para acelerar o crescimento e a internacionalização das empresas da região.
- b) Criar uma incubadora de artes digitais que atraia iniciativas inovadoras e recursos humanos qualificados.
- c) Capacitar o Fab Lab Aldeias do Xisto com novas respostas ao nível da eletrónica e microeletrónica para fomento do empreendedorismo e prototipagem.

iv. Formação e Capacitação

- a) Promover a oferta formativa de nível superior e secundário na Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico da Guarda e escolas profissionais, presencial e associada a plataformas de *e-learning*, especializada em artes criativas e design aplicados à economia local. É essencial a cooperação entre centros de ensino e empresas, através de definição em conjunto de conteúdos formativos, oferta de estágios e garantias de emprego.
- b) Lançar uma Academia do Talento, que conjugue programas de formação contínua com lançamento periódica de concursos de ideias, cujos prémios sejam o apoio a projetos integrados na incubadora de artes digitais.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Município do Fundão; Universidade da Beira Interior.

Entidades Parceiras: Entidades do SCT; Empresas.

SUBPROJETO 10.2: INDÚSTRIAS CRIATIVAS - ESPECIALIZAÇÃO CINEMA E AUDIOVISUAL

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT 5, SE1, SE3, SE4, SE5, SU2, SU3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição digital

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 9, ODS 11

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial

ÁREA TERRITORIAL: Coimbra, Figueira da Foz

DESCRIÇÃO

Este projeto tem como objetivo desenvolver o setor cinematográfico e audiovisual na Região Centro, tendo como pontos de partida as cidades de Coimbra e Figueira da Foz e abrangendo todas as etapas desde a pré-produção até à exibição, bem como atividades relacionadas. A utilização das TICE pelo setor audiovisual será reforçada, promovendo a convergência com um *cluster* diversificado de indústrias criativas distribuídas pelo território, conforme a proposta acima referida. A cooperação com o SCT deverá centrar-se nas áreas das tecnologias audiovisuais, efeitos visuais, som, iluminação, narrativas digitais e novas formas de distribuição e exibição de conteúdo. A base territorial inicial da rede de cinema e audiovisual e respetivas especializações é a seguinte:

- **Coimbra** – competências técnicas em TICE aplicadas ao cinema e audiovisual, pós-produção e efeitos visuais; Festival de cinema;
- **Figueira da Foz** – especialização em produção cinematográfica; formação em cinema e audiovisual.

As parcerias regulares da Associação *Caminhos do Cinema Português* (CCP) com diversos municípios e universidades da região são estratégicas, criando sinergias para atrair novos projetos para a região. A integração de tecnologias digitais e a promoção da formação contínua em áreas como efeitos visuais, som e iluminação serão centrais para a consolidação deste ambiente criativo. Paralelamente, o projeto prevê a criação de uma incubadora para indústrias culturais e criativas, focada em apoiar cineastas e profissionais do audiovisual no desenvolvimento dos seus projetos. Este espaço irá fornecer apoio técnico, consultoria e oportunidades de financiamento, promovendo a competitividade internacional do cinema produzido na Região Centro. Através da cooperação estratégica com entidades locais e internacionais, espera-se consolidar a região como um polo de excelência na produção cinematográfica, criando novas oportunidades de emprego e fortalecendo o tecido cultural e económico regional.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Criar infraestruturas de apoio que suportem todas as fases da produção cinematográfica, desde a pré-produção até à pós-produção.
- ii. Fomentar a inovação com base na utilização de tecnologias digitais e audiovisuais avançadas, impulsionando novas formas de criação e distribuição de conteúdos.
- iii. Promover a capacitação e formação profissional através da organização de cursos, oficinas e programas de formação contínua em áreas técnicas e artísticas relacionadas com o cinema e audiovisual.
- iv. Apoiar o empreendedorismo através da criação de uma incubadora que estimule projetos inovadores no setor cinematográfico, provendo consultoria técnica, acesso a redes e financiamento.
- v. Desenvolver parcerias estratégicas de cooperação com universidades e outras instituições do SCT, produtoras e entidades culturais, por forma a potenciar a criação de sinergias que atraia investimento e projetos para a região.
- vi. Promover a internacionalização da região com base em colaborações internacionais, festivais e mostras de cinema.
- vii. Dinamizar a produção regional através do incentivo à produção de obras cinematográficas e audiovisuais, estimulando o desenvolvimento de um circuito de produção sustentável.
- viii. Apoiar a exibição e distribuição de cinema produzido na região, utilizando plataformas digitais e circuitos tradicionais de distribuição local e internacional.
- ix. Estimular o aparecimento de novos públicos, com especial foco na população jovem, com base na criação de programas e atividades que aumentem o interesse pelo cinema português e o consumo de conteúdos audiovisuais nacionais.

METODOLOGIA

O desenvolvimento da indústria cinematográfica na Região Centro será estruturado em cinco etapas principais:

1. Planeamento e Diagnóstico Inicial

- *Identificação de Recursos Locais*: mapeamento de infraestruturas existentes, talentos locais, parceiros estratégicos (produtoras, universidades, entidades culturais), e potenciais fontes de financiamento.
- *Análise de Mercado*: avaliação do mercado audiovisual e cinematográfico nacional e internacional, para identificar tendências e oportunidades de crescimento que possam ser exploradas na região.
- *Definição de Objetivos*: com base no diagnóstico, estabelecer objetivos funcionais claros, como o desenvolvimento de infraestruturas, apoio à produção, formação de quadros e internacionalização do cinema produzido na região.

2. Infraestruturas e Parcerias

- *Centros de produção audiovisual:* devem incluir estúdios de filmagem, pós-produção, som e iluminação, assim como espaços partilhados de trabalho para cineastas e produtores.
- *Parcerias:* deverão incluir universidades, municípios, associações culturais e entidades do setor tecnológico, com o fim de promover a criação e intercâmbio de conhecimentos e recursos.
- *Plataformas tecnológicas:* destinadas a facilitar a produção e distribuição audiovisual, incluindo a adoção de sistemas digitais avançados, como realidade aumentada, inteligência artificial e redes de *streaming*.

3. Formação e Inovação

- *Programas de Formação Contínua:* organização com entidades académicas e profissionais do setor de cursos e oficinas focadas em técnicas cinematográficas e audiovisuais avançadas (edição, efeitos visuais, som, iluminação).
- *Workshops de Inovação baseada em TICE:* deverão preparar e organizar os profissionais da região para que desenvolvam inovações no cinema digital e nas novas formas de distribuição de conteúdos audiovisuais.
- *Criação de Eventos:* realização de encontros, simpósios e outras iniciativas (ex.: Caminhos do Cinema Português) para aproximar cineastas, produtores, técnicos e inovadores, com o objetivo de estimular projetos colaborativos.

4. Incubação e Aceleração de Projetos

- *Incubadora de Indústrias Criativas:* estará dedicada ao apoio de projetos audiovisuais e cinematográficos, onde os cineastas possam desenvolver as suas ideias com o suporte técnico, logístico e financeiro necessário.
- *Programas de Aceleração:* devem centrar-se no apoio a projetos em fase inicial, fornecendo mentoria especializada, acesso a tecnologia e contactos com investidores.
- *Consultoria e Financiamento:* destinada a disponibilizar consultoria especializada em áreas críticas como financiamento de projetos, contratos, licenciamento e marketing digital, ajudando os cineastas a desenvolver um plano de negócios sustentável e a atrair investimento.

5. Monitorização e Avaliação Contínua

- *Indicadores de Avaliação e Relatórios de Progresso:* estabelecer KPI (*Key Performance Indicators*) para monitorizar anualmente o progresso do projeto, incluindo métricas de impacto económico, como a criação de empregos, volume de produções locais e exportações de conteúdos audiovisuais.
- *Interação com a Comunidade:* criar mecanismos para recolher continuamente opiniões dos cineastas, técnicos, e outros agentes, ajustando as estratégias de acordo com as necessidades emergentes.

ORÇAMENTO

Fase de Criação de Infraestrutura

- Despesas Previstas: 1.999.936 €
- Receitas Previstas e Financiamento a Obter
 - Fundos Próprios: 123.509 € (14,01%)
 - Financiamento de Entidades Privadas: 45.644 € (5,18%)
 - Financiamento de Entidades Públicas: 712.144 € (80,81%)

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Caminhos do Cinema Português - Associação de Artes Cinematográficas de Coimbra.

Entidades Parceiras: Município de Coimbra; Município de Figueira da Foz; Universidade de Coimbra; Centro de Portugal Film Commission.

PROJETO 11

REDE DE MUSEUS DA FLORESTA

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT5, SE4, SN4, SN6

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Floresta; Cultura, Criatividade e Turismo; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 13, ODS 15

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial

ÁREA TERRITORIAL: Marinha Grande, Pedrógão Grande, Arganil, Sever do Vouga, Mira

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

Os concelhos escolhidos foram vítimas de incêndios catastróficos em 2017 e 2024, que destruíram grande parte das suas florestas. Seria interessante associar a sua recuperação à criação de uma rede museológica baseada na Lei n.º 108/99, de 3 de agosto, que criou o Museu Nacional da Floresta, mas que ainda não produziu efeitos práticos.

Assim, o projeto Rede de Museus da Floresta, deverá funcionar como um museu multipolar, com sede na Marinha Grande e polos em Pedrógão Grande, Arganil e Sever do Vouga, havendo abertura para que outros municípios que o pretendam possam aderir. Os museus constituintes da rede deverão combinar espaços fechados com espaços florestais, evidenciando a relação entre os ecossistemas naturais e a envolvente social, numa visão integradora de povoamentos florestais, habitats naturais e história da silvicultura, enquadrada na memória e vivência das populações.

Evidenciando a multidimensionalidade do passado e do presente das florestas, a rede de museus deve também apresentar visões do futuro que antecipem a introdução de novas espécies e sua combinação com as existentes, o desenvolvimento de espaços mistos agrícolas, florestais e turísticos ou a interação da floresta com a fauna e a flora, construindo ecossistemas equilibrados. A floresta deve também ser vista como fonte de matérias-primas para o desenvolvimento de novos materiais de construção, tal como para as indústrias químicas, farmacêuticas ou têxteis.

A par da sua base territorial, a Rede de Museus da Floresta deve desenvolver conteúdos virtuais de divulgação de sensibilização e de apoio ao ensino.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Criar um museu multipolar, com sede na Marinha Grande e polos na Região Centro, organizados em rede museológica, que apresente a diversidade da floresta, realçando a componente natural, mas também social e económica destes ecossistemas.
- ii. Objetivos específicos de projeto:
 - a) Identificar, reunir, investigar, preservar e expor todas as espécies museológicas, de carácter histórico e antropológico, relacionadas com a árvore e a produção florestal;
 - b) Promover ações de defesa, preservação e promoção das manchas e espécies florestais características da floresta portuguesa;
 - c) Promover ações de educação cívica das novas gerações para a preservação da diversidade da floresta;
 - d) Propor visões de futuro sobre a floresta e a sua relação com o mundo.
- iii. Sensibilizar para a prevenção dos incêndios rurais, promovendo uma melhor compreensão das suas causas, do comportamento do fogo e dos seus impactos a nível global, regional e local, constitui um foco prioritário da Rede de Museus da Floresta.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Município da Marinha Grande.

Entidades Parceiras: Município de Pedrógão Grande; Município de Arganil; Município de Sever do Vouga; Município de Mira.

PROJETO 12

VALET – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO BIOCIRCULAR DE RESÍDUOS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT3, SE1, SE2, SN2, SEN1, SEN2, SU1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Agroalimentar; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 12

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial

ÁREA TERRITORIAL: Leiria (Área Empresarial)

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

Os efluentes da suinicultura, avicultura, matadouros, lagares e outras agroindústrias estão na origem de problemas ambientais graves, com impactos difundidos no território. Desde a poluição das bacias hidrográficas, à degradação dos solos ou aos custos do seu tratamento sem reutilização estes efluentes são um problema grave, com especial incidência em territórios como a bacia do Lis.

O projeto VALET tem como objetivo a transformação dos efluentes em novos produtos como biofertilizantes sólidos e líquidos, rações para animais e eco-materiais (argamassas, betões, materiais de enchimento e placas de isolamento), derivados dos resíduos de processos de compostagem que transformam os efluentes em biogás.

Para além da transformação de resíduos com um forte impacte negativo em materiais com valor económico e biogás, o projeto pode mobilizar investigação nos domínios da química e física dos materiais, biologia e produção de energia renovável, contribuindo para a interação do SCT com a economia e inovação nas áreas da circularidade e da descarbonização.

O valor do projeto decorre de três dimensões fundamentais:

1. Geração de conhecimento e inovação de produto

O projeto irá gerar novos conhecimentos científicos e técnicos promovendo a inovação e a criação de novas iniciativas empresariais.

2. Soluções integradas para problemas ambientais

O projeto transformará os resíduos das explorações agropecuárias (a tratar com elevados custos) em matérias-primas com múltiplas aplicações.

3. Promoção do mercado de biometano

O biometano produzido ajudará a substituir o gás natural, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis importados.

O projeto deve assentar numa parceria entre a administração pública, instituições do SCT, empresas locais e investimento estrangeiro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Encontrar soluções para os impactos ambientais gerados pelos efluentes de atividades agropecuária, transformando problemas em oportunidades.
- ii. Promover a economia circular e a produção de energia de fontes renováveis.
- iii. Promover a inovação em biotecnologia e ciências dos materiais.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Município de Leiria; Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria; NERLEI CCI (Associação Empresarial da Região de Leiria); Instituto Politécnico de Leiria.

Entidades Parceiras: APA – Agência Portuguesa do Ambiente; Grupo Águas de Portugal – Águas do Centro Litoral; Associação dos Suinicultores de Leiria; Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores; AEPSA – Associação de Empresas Portuguesas para o Setor do Ambiente; OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria; Empresas locais, nacionais e estrangeiras; AEMITEQ – Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade.

PROJETO 13

CENTRO - REGIÃO DA LOGÍSTICA DO FUTURO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT1, SE1, SE2, SE3, SM1, SM2, SM5, SU1, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 9

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial

ÁREA TERRITORIAL: Aveiro-Ílhavo (Porto de Aveiro); Figueira da Foz (Porto), Coimbra-Mealhada (Pampilhosa do Botão), Montemor-o-Velho (Arazede), Mortágua, Soure (Alfarelos); Leiria-Marinha Grande-Pombal (Carriço); Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Santa Comba Dão, Tondela, Viseu, Vouzela; Fundão, Guarda.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

Pela sua localização geográfica estratégica face aos corredores logísticos nacionais e internacionais (designadamente, o Corredor do Atlântico da rede principal TEN-T e a intermediação entre as áreas metropolitanas de Lisboa, do Porto e de Madrid), pelos seus dois portos, de Aveiro e da Figueira da Foz, e pelo seu conjunto de polos urbanos e industriais, organizados numa estrutura policêntrica, a Região Centro pretende afirmar-se como uma região da logística do futuro.

O projeto Centro – Região da Logística do Futuro tem como desígnio dotar a Região Centro de uma rede logística eficiente, sustentável e competitiva a nível nacional e internacional, que contribua para alavancar o seu desenvolvimento económico e promover a atração de investimento direto estrangeiro qualificado.

A concretização deste desígnio deverá passar por um conjunto de opções e ações, de natureza diversa, mas integradas numa mesma proposta de valor da região, incluindo por exemplo:

- A melhoria dos fatores de competitividade dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz;
- O reforço das infraestruturas em funcionamento – como o terminal intermodal de Alfarelos e a plataforma logística da Guarda (com planos para incluir um terminal intermodal e um porto seco);
- A reativação de plataformas e terminais existentes ou desenvolvimento de novas infraestruturas – como a plataforma de Cacia e o terminal de mercadorias do Fundão, ou novas plataformas Coimbra-Mealhada (no nó da Pampilhosa do Botão e reserva de área no PDM de Coimbra) e no eixo logístico Mortágua-Mangualde;

- O desenvolvimento, reativação ou reserva de canal de ramais ferroviários de acesso – como, por exemplo, construção do novo ramal Viseu-Mangualde (previsto no Plano Ferroviário Nacional), adaptação do antigo ramal Pampilhosa - Cantanhede (para ligação à Zona Industrial de Cantanhede), ou reserva de canal para futura construção de ramais de ligação às zonas industriais e logísticas (em articulação com os pontos anteriores);
- A construção de *missing links* entre as áreas empresariais e a rede rodoviária principal, numa perspetiva de integração com a *espinha dorsal* de acesso aos mercados europeus consubstanciada pelo Corredor do Atlântico (Linha da Beira Alta, A25 e IP3) e de promoção da capilaridade intrarregional por via rodoviária;
- A promoção da digitalização e da sustentabilidade das infraestruturas logísticas – por exemplo, através da adoção de tecnologias inovadoras (i.e., sensores, automação, energias renováveis, etc.) e de processos avançados (i.e., Janela Única Logística, etc.), que lhes confirmam vantagens competitivas na realização do vasto leque de serviços de logística.

O projeto Centro – Região da Logística do Futuro deve, numa primeira fase, incidir no planeamento integrado da rede à escala regional (a que corresponde a Ação Específica 1) e, posteriormente, abordar o desenvolvimento de cada infraestrutura. Destaca-se que, a este propósito, existe já uma iniciativa com algum grau de maturidade relativa à nova Plataforma Coimbra-Mealhada (Ação Específica 2).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Dotar a RC de uma rede logística eficiente, sustentável e competitiva.
- ii. Promover o desenvolvimento industrial.
- iii. Atrair investimento direto estrangeiro qualificado.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Governo da República; CCDR Centro; Municípios; CIM; Administração dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz; Entidades públicas e privadas.

Entidades Parceiras: Governo da República; CCDR Centro; Municípios; CIM; Administração dos Portos Aveiro e Figueira da Foz; Entidades públicas e privadas; Entidades do SCT; NERC - Associação Empresarial da Região de Coimbra.

AÇÃO ESPECÍFICA 1: ESTUDO PRELIMINAR CONDUCENTE À DEFINIÇÃO DE UM PLANO DE INFRAESTRUTURAS E REDE LOGÍSTICA DA REGIÃO CENTRO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT1, SE1, SE2, SE3, SM1, SM2, SM5, SU2, SU3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 9

CATEGORIA: Projetos da responsabilidade da CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Região Centro NUTS II

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

Elaboração de um estudo preliminar conducente à definição de um Plano de Infraestruturas e Rede Logística da Região Centro. O Plano deverá dar resposta ao desígnio de tornar a Região Centro numa região logística do futuro, dotando-a de uma rede logística eficiente, sustentável e competitiva a nível nacional e internacional, que a capacite para abrir um novo ciclo de desenvolvimento industrial e económico e de atração de investimento direto estrangeiro. O estudo preliminar deverá incluir o seguinte conteúdo material:

- Enquadramento na programação nacional e internacional relativa a ordenamento do território e a infraestruturas e redes logísticas;
- Caracterização da rede logística e de tendências críticas;
- Formulação de objetivos estratégicos para a evolução da rede logística da região;
- Identificação e análise preliminar de possíveis opções estratégicas, relacionadas com competitividade dos portos, reforço das plataformas logísticas e terminais intermodais em funcionamento, reativação de infraestruturas existentes (mas sem atividade de exploração) ou desenvolvimento de novas infraestruturas.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: CCDR Centro

Entidades Parceiras: Instituições de Ensino Superior e outras Entidades do SCT;
Entidades públicas e privadas.

ESTIMATIVA DE CUSTO E DURAÇÃO

Valor global: 50.000 €

Duração: 9 meses

AÇÃO ESPECÍFICA 2: PLATAFORMA COIMBRA-MEALHADA (NÓ DA PAMPILHOSA DO BOTÃO)

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT1, SE1, SE2, SE3, SM1, SM2, SM5, SU2, SU3

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 9

CATEGORIA: Projetos de iniciativas de terceiros com intervenientes interessados, mas ainda numa fase inicial

ÁREA TERRITORIAL: Pampilhosa do Botão (Mealhada)

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

O recente Regulamento 2024|1679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, relativo às orientações da UE para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes, destaca a RC no Corredor Atlântico e identifica as Plataformas de Pampilhosa e de Alfaias como os terminais rodoferroviários da Rede Principal, nesta região.

A Plataforma Logística da Pampilhosa é uma ambição que remonta a 2007, com a criação do Centrologis, Centro Logístico do Litoral, ACE. Por sua vez, o município voltou a colocar no Plano de Desenvolvimento da CIM Região de Coimbra (EIDTRC 2021-2027) a Plataforma Rodoferroviária de Pampilhosa, dando continuidade à aposta e investimento realizado, em curso e programado, que teve início em 2006 no âmbito da referida estratégia Centrologis.

É necessária a elaboração de análise de viabilidade e plano de negócios para a implementação da nova plataforma Coimbra-Mealhada, focando o desenvolvimento integrado e articulado entre o terminal intermodal no nó da Pampilhosa do Botão (Mealhada) e a área logística prevista para a zona Norte do município de Coimbra (na fronteira com o município da Mealhada e a sua freguesia da Pampilhosa).

Este projeto dispõe de uma área com cerca de 80 ha, garantindo o devido enquadramento no PDM. O município conta com uma rede de parceiros, públicos e privados, onde se destaca o Protocolo de Parceria com a Administração dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz e o Ministério das Infraestruturas. Regista-se também a rede de operadores logísticos instalados no concelho.

Importa referir que a Pampilhosa é um importante centro ferroviário, onde se cruzam as principais linhas ferroviárias do país – Linha da Beira Alta, Linha do Norte e, até 2009 o Ramal da Figueira da Foz.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Promover a competitividade sustentável das empresas, através de soluções logísticas capazes de colocar os produtos no mercado de forma rápida, eficiente e segura.
- ii. Posicionar o Centro como Região da Logística de Futuro, ligando a rodovia à ferrovia e ao transporte marítimo, minimizando os impactos ambientais e otimizando rotas de modo a reduzir as emissões de carbono e aproximando os mercados.
- iii. Reposicionar o entroncamento da Pampilhosa do Botão como centro ferroviário nacional, transformando-o num centro logístico de nova geração, potenciado pela rede de infraestruturas tecnológicas e de inovação existentes na região.
- iv. Atrair novos investimentos produtivos geradores de emprego e riqueza.
- v. Contribuir para a consolidação do eixo urbano Coimbra – Aveiro, reanimando o aglomerado urbano da Pampilhosa.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Município de Mealhada; Consórcio a constituir com as entidades parceiras abaixo indicadas.

Entidades Parceiras: Administração dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz; Administração Central – Infraestruturas de Portugal; CIM Região de Coimbra; Operadores Logísticos; outras entidades.

OUTROS PROJETOS



PROJETO 14

DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA: REDES TEMÁTICAS

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: SE4, SS5, SN2, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição verde e social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 11, ODS 17

CATEGORIA: Outros projetos

FICHA DE PROJETO

ENQUADRAMENTO

A diversificação da atividade turística é um desígnio nacional e global, justificado pela necessidade de contrariar a concentração em destinos de referência fortemente congestionados e de promover o desenvolvimento de territórios periféricos ou em declínio. Perspetivando um futuro em que os valores culturais e ambientais assumam um papel mais relevante face ao turismo massificado das grandes cidades, sol e praia, abrem-se perspetivas de novas ofertas, para as quais a Região Centro tem um potencial promissor: turismo cultural, industrial, histórico, de saúde e de natureza.

Para adquirir massa crítica, estas formas de turismo devem assentar numa oferta disseminada pelo território, mas organizada através de uma estrutura unificada, de modo a combinar diversidade e singularidade com economias de escala. Para tal, é necessário construir redes temáticas em que as ações individuais dos agentes (municípios, empresas ou outras entidades) e os contactos informais entre eles se sustentem em estruturas organizativas formais que conciliem interesses públicos e privados. Tais estruturas deverão ter a forma de Associações Regionais dotadas de meios técnicos e financeiros capazes de gerir cada rede, preparando investimentos, angariando financiamentos e outros tipos de apoio, criando roteiros e programas de animação, a par da construção de estratégias que antecipem o futuro.

As cinco redes temáticas aqui propostas são:

- i. Rede de Turismo Industrial (subprojeto 14.1);
- ii. Rede de Lugares com História (subprojeto 14.2);
- iii. Itinerários e Itinerâncias Culturais Transfronteiriças (subprojeto 14.3);
- iv. Rede de Turismo de Saúde e Bem-Estar (subprojeto 14.4);
- v. Roteiro da Cordilheira Central: da Guarda a Porto de Mós (subprojeto 14.5).

É necessário salvaguardar que estas redes não são propostas para se sobrepor, mas sim para complementar e cooperar com outras já existentes e com provas dadas, designadamente a Rede

das Aldeias do Xisto, a Rede das Aldeias Históricas ou a Rede das Aldeias de Montanha. Não são também propostas fechadas: os municípios referidos são sugestões, nada impedindo que outros adiram e alguns dos aqui designados não se interessem pelo projeto.

Refira-se, por fim, que as associações regionais propostas não serão necessariamente o elemento de arranque de cada projeto. Tratando-se de processos que envolvem múltiplos agentes e interesses diversos, o mais prudente será começar por etapas menos ambiciosas e formas graduais de associação.

SUBPROJETO 14.1: REDE DE TURISMO INDUSTRIAL

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE4, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 11, ODS 17

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Anadia; Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo Oliveira do Bairro, Vagos; Castanheira de Pera, Lousã, Leiria, Marinha Grande; Porto de Mós; Nelas; Castelo Branco, Covilhã, Manteigas, Seia.

DESCRIÇÃO

O turismo industrial tem sido objeto de um interesse crescente de um público interessado em destinos não convencionais que liguem turismo, história, tecnologia e cultura.

A RC tem um património industrial rico, diversificado e, por resultar, em muitos casos, de um processo de industrialização tardia, mais preservado do que em países como o Reino Unido, onde o processo de terciarização e de abandono das instalações fabris tradicionais começou há muito tempo. O património da RC inclui fábricas seculares que marcaram a economia do país (por exemplo, a Fábrica Stephens na Marinha Grande, a Vista Alegre em Ílhavo ou a Real Fábrica de Panos da Covilhã) e distritos industriais que concentram múltiplas fábricas em situações que vão do funcionamento pleno à ruína. Este património deve ser aproveitado como um elemento importante da evolução do setor turístico, que só poderá manter o seu contributo para a economia nacional se for capaz de diversificar e qualificar a oferta, explorando caminhos que antecipem o turismo do futuro.

É importante criar uma rede de turismo industrial na região, constituída por roteiros orientados para diferentes áreas geográficas e diferentes temáticas (têxteis, cerâmica e vidro, extração mineira, veículos de duas rodas, metalomecânica, moldes, papel, agroalimentar, assim como antigas áreas de exploração mineira) que fomentem a divulgação e preservação do património

existente, marca identitária de vários territórios da Região Centro. Estes roteiros deverão ainda integrar áreas emergentes como as energias renováveis, a aquacultura e a economia azul.

O projeto não deverá incidir apenas no passado industrial, mas integrar uma viagem no tempo que nos mostre a evolução dos setores representativos da região desde um passado mais ao menos longínquo até ao presente, terminando numa visão prospetiva do futuro. Para tal, o projeto deve estar associado a investimentos na recuperação e adaptação para fins museológicos de património industrial, à construção de programas de visitas a empresas em funcionamento e à cooperação do SCT para a apresentação de tecnologias do futuro.

Só uma estrutura associativa que concentre os recursos humanos e financeiros necessários e organize a ação dos múltiplos intervenientes terá capacidade de executar as tarefas aqui delineadas. Deverá ainda ser ponderada a cooperação com a Região Norte, detentora de um património industrial muito rico em territórios confinantes com o Centro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Atrair mais visitantes e turistas.
- ii. Diversificar territorialmente os fluxos turísticos da Região Centro.
- iii. Criar novos produtos e serviços turísticos.
- iv. Estimular a preservação do património industrial e da sua envolvente territorial.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades Promotora ou Coordenadora: ATIRC – Associação de Turismo Industrial da Região Centro.

Entidades Parceiras: Municípios; CIM; Turismo do Centro de Portugal; Turismo de Portugal; Entidades públicas; Empresas; Associações culturais; Associações industriais; Instituições de Ensino Superior

SUBPROJETO 14.2: REDE DE LUGARES COM HISTÓRIA

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE4, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição verde e social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 11, ODS 17

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Almeida, Aveiro, Batalha, Belmonte, Celorico da Beira, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Gouveia, Idanha-a-Nova, Leiria, Mealhada, Mêda, Montemor-o-Velho, Penacova, Penela, Porto de Mós, Sabugal, Trancoso e Viseu.

DESCRIÇÃO

Não podendo competir em monumentalidade com a herança histórica de países como a França, a Itália ou mesmo a Espanha, a RC tem um acervo patrimonial e cultural que ilustra uma herança histórica singular, cimentada num território onde o mundo mediterrânico, europeu e além atlântico se combinaram, produzindo uma síntese original que os portugueses e europeus devem conhecer melhor e que pode atrair visitantes de outros continentes, interessados em alternativas aos estereótipos do turismo de massas.

Os lugares com história podem ser cidades como Coimbra, sede de uma das universidades mais antigas do mundo e que tem um conjunto edificado que evidencia as diversas fases da sua história e as funções que foi desempenhando (cidadela árabe e medieval, com as suas muralhas; arrabalde extramuros, onde cresceram o comércio e os ofícios; expansão iluminista e modernista, etc.) ou sítios como as ruínas de Conímbriga ou Aljubarrota que mostra um caso notável de planeamento e arte militar. Podem ser campos de batalha que ilustram períodos de referência da história da Europa, como o Buçaco, ou locais simbólicos da expansão ultramarina ou de resistência da cultura judia, como Belmonte, bem como sítios arqueológicos de diversas cronologias e tipologias, exemplo, de Conímbriga, Bobadela, São Pedro de Lourosa, Idanha-a-Velha, Via Romana da Pedra da Sé, Orca de Fiais da Telha, entre outros.

A diversidade acima esboçada justifica a criação de uma rede que organize os intervenientes segundo temas e correspondentes roteiros: castelos e arte militar; catedrais, igrejas, conventos e mosteiros; palácios e residências privadas de elevado interesse arquitetónico e patrimonial; edifícios públicos de referência; estruturas urbanas (cidades, vilas, burgos) com história; sítios arqueológicos; lugares com património cultural e etnográfico destacado.

Os roteiros aqui referidos como meros exemplos, deverão ser organizados segundo uma geometria de várias combinações e promovidos por uma associação que integre municípios, e diversos agentes públicos ou privados, nomeadamente proprietários de imóveis, museus, animadores culturais, hotéis e restaurantes.

A associação e os roteiros, na medida em que têm o potencial de envolver um grande número de agentes com diferentes níveis de poder político e económico, deverá ser criada e consolidada segundo um processo gradual, certamente difícil de gerar, mas que poderá criar um elevado

potencial de atração que expanda o turismo da região de forma sustentável e com sazonalidade reduzida.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Atrair mais visitantes e turistas.
- ii. Aumentar a duração média da estadia.
- iii. Criar novos programas e rotas que valorizem e divulguem o património cultural e favoreçam a componente cultural e a sustentabilidade económica e ambiental da atividade turística.
- iv. Promover a distribuição dos fluxos turísticos pela Região Centro.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; CIM; Turismo do Centro de Portugal; Turismo de Portugal; Entidades públicas; Empresas; Associações culturais; Associações industriais.

Entidades Parceiras: Municípios; CIM; Turismo do Centro de Portugal; Turismo de Portugal; Entidades públicas; Empresas; Associações culturais; Associações industriais.

SUBPROJETO 14.3: ITINERÁRIOS E ITINERÂNCIAS CULTURAIS TRANSFRONTEIRIÇAS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE4, SS5, SU1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 11, ODS 17

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Almeida, Sabugal; Idanha-a-Nova, Penamacor; Figueira de Castelo Rodrigo
- em ligação com as regiões da Extremadura e Castilla y León.

DESCRIÇÃO

A fronteira entre a Região Centro e as duas regiões espanholas confinantes (Castilla y León e Extremadura) caracteriza-se por um elevado grau de despovoamento e pela correspondente rarefação das atividades económicas.

Tem, contudo, um passado muito rico que importa dar a conhecer e que poderá ser um ponto de partida para o desenvolvimento de projetos turísticos virados para o futuro. As linhas de castelos defensivos dos dois lados da raia; a estação transfronteiriça Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro, testemunho das oscilações políticas do relacionamento entre Portugal e Espanha e elo de ligação com a Europa do outro lado dos Pirenéus; as diferentes fases e rotas do contrabando de bens e emigrantes ilegais; a interação cultural e linguística de dois espaços na periferia dos respetivos países.

A divulgação de um passado mais ou menos longínquo deveria ser combinada com a exploração do potencial de cooperação de uma realidade sem fronteiras, que favorece o desenvolvimento de iniciativas culturais bilingues e a combinação de saberes artesanais. A fronteira poderia também ser o local indicado para uma universidade aberta dedicada à aprendizagem das diversas línguas ibéricas (português e castelhano, mas também galego, basco e catalão), que poderia funcionar como universidade de verão, como centro de ensino à distância ou como centro de aprendizagem de línguas para imigrantes).

Mais uma vez, este projeto deveria nascer de uma agregação gradual de vontades e iniciativas, que seria cimentada numa Associação dos agentes interessados, públicos e privados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Desenvolver itinerários de património cultural material e imaterial das regiões espanholas e portuguesas, associados a rotas transfronteiriças.
- ii. Promover itinerâncias pelas regiões portuguesas e espanholas de eventos nos domínios da cultura popular e da arte clássica e contemporânea, produzidos por agentes espanhóis, portugueses ou em coprodução (programa transfronteiriço de mobilidade e circulação).

- iii. Estimular pares de aldeias transfronteiriças, uma em cada país, a definirem estratégias conjuntas de oferta de serviços públicos e de atração de imigrantes, com o objetivo de criar sociedades bilingues, particularmente atrativas para cidadãos latino-americanos.
- iv. Criar uma universidade aberta de línguas ibéricas.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: CIM Beiras e Serra da Estrela; CIM Beira Baixa.

Entidades Parceiras: Municípios; Agentes culturais dos territórios.

SUBPROJETO 14.4: REDE DE TURISMO DE SAÚDE E BEM-ESTAR

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE4, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 11, ODS 17

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Caramulo (Tondela), Luso (Mealhada) e termas de São Pedro do Sul (São Pedro do Sul), Unhais da Serra (Covilhã)

DESCRIÇÃO

Englobando o leque de serviços que preenchem o triângulo cujos vértices são a hotelaria e setor imobiliário, os serviços de saúde e a animação cultural, o turismo de saúde é um setor com um futuro promissor. Esta perspetiva é garantida pela maior longevidade da população, pela crescente procura de áreas não metropolitanas como local de residência ou estadia prolongada por parte de reformados com algum poder económico e pela capacidade das tecnologias de comunicação e informação reconfigurar territórios onde as pessoas estão longe do congestionamento e próximas do mundo.

A fim de acompanhar esta tendência, a Região Centro deve criar uma rede de locais que aliem qualidade paisagística e proximidade à natureza a boa acessibilidade viária, qualidade urbanística e especialização em atividades associadas ao turismo de saúde. Por serem especialmente apelativas propõe-se, como ponto de partida, as estâncias do Caramulo, Luso e São Pedro do Sul e Unhais da Serra.

O Caramulo, embora seja a localidade com menor acessibilidade, tem uma qualidade urbanística e uma oferta museológica fora de comum, um bom enquadramento paisagístico e um conjunto

de edifícios, em geral antigos sanatórios, com um elevado potencial de reutilização como hotéis e centros de saúde. O Luso, para além da sua oferta termal, tem também uma envolvente urbanística interessante, a proximidade à A1, à linha do Norte e a Coimbra e a vizinhança com a Mata Nacional do Bussaco. Finalmente, São Pedro do Sul acolhe uma das principais estâncias termais do país, tem uma boa qualidade urbanística, quer nas termas, quer na sede do concelho, e tem, via A25, boa acessibilidade a Viseu, a Espanha e ao litoral.

A organização destes centros em rede permitiria obter economias de escala, tanto na captação de investimento (note-se que o Luso e as Termas de São Pedro do Sul estão integrados no Programa PROVERE Centro), como na atração de procura internacional, em particular de pensionistas de países com elevado rendimento provenientes de diversas partes do mundo. Além disso, promoveria a criação de uma oferta integrada de serviços ambulatoriais e de programas de lazer e animação cultural.

Mais uma vez se propõe um processo que conduza à criação de uma associação gestora da rede que, para além das três estâncias indicadas, se deverá abrir a outros locais interessados e com potencial para o turismo de saúde.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Atrair mais visitantes e turistas e aumentar a duração média da estadia.
- ii. Criar novos serviços e produtos turísticos especializados na saúde e bem-estar.
- iii. Diversificar a oferta de serviços complementares através da sua integração em programas multidisciplinares.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; Empresas.

Entidades Parceiras: CIM; CCDR Centro; Empresas e entidades públicas do setor da saúde e do turismo.

SUBPROJETO 14.5: ROTEIROS DA CORDILHEIRA CENTRAL: DA TORRE AO MACIÇO CALCÁRIO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE4, SN2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Cultura, Criatividade e Turismo; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 17

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Celorico da Beira, Guarda, Covilhã, Manteigas, Gouveia, Seia, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Arganil, Góis, Lousã, Penela, Miranda do Corvo, Condeixa-a-Nova, Castanheira de Pera; Penela, Ansião, Pombal, Leiria, Batalha, Porto de Mós.

DESCRIÇÃO

A Cordilheira Central é um sistema montanhoso de orientação nordeste-sudoeste, que liga o interior de Espanha à serra de Sintra e que atravessa a RC, tendo como relevos dominantes as serras da Estrela, do Açor e da Lousã e prolongando-se pelas serras do maciço calcário (Sicó, Candeeiros).

É um marco geográfico identitário da RC com potencial de dinamização de uma rota de paisagens singulares e diversificadas, onde a natureza se combina com o património histórico e cultural (castelos e outros monumentos, sítios arqueológicos, arquitetura vernacular, património etnográfico, ofícios tradicionais, artefactos e eventos). O afastamento das fontes de poluição luminosa favorece a observação do céu noturno, associando, por exemplo, o radiotelescópio do Porto da Balsa, no concelho da Pampilhosa da Serra, a atividades turísticas; as formações cársticas do maciço calcário proporcionam diversificadas experiências de espeleologia; numerosos locais são favoráveis a exercícios de escalada e montanhismo com diferentes níveis de dificuldade; as albufeiras, que preenchem os vales encaixados do maciço têm excelentes condições para os desportos náuticos e subaquáticos; refira-se ainda o potencial de observação de múltiplos exemplares de uma fauna e uma flora variada. Trata-se, enfim, de explorar um território rico em recursos naturais e paisagens humanizadas, associados a um importante e diversificado património histórico-arqueológico, capaz de mobilizar fluxos turísticos não massificados. O objetivo deste projeto consiste na organização do território da Cordilheira Central num conjunto de destinos e rotas, apoiada numa plataforma capaz de agregar, informar e comercializar as suas múltiplas ofertas turísticas, atualmente dispersas, potenciando a evolução de padrões de curta duração para estadias prolongadas. A extensão do território pode justificar a sua divisão em conjuntos de destinos e rotas, como, por exemplo, as Rotas do Horst Granítico, das Serras do Xisto e do Maciço Calcário.

Mais uma vez, a criação da referida plataforma deverá resultar de um processo que culmine numa Associação das Rotas do Maciço Central.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Organizar o território num conjunto de destinos e rotas com potencial de atração turística.
- ii. Desenvolver uma plataforma para agregar, informar e comercializar as ofertas turísticas.

- iii. Aumentar a duração média da estadia.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Municípios.

Entidades Parceiras: CIM; CCDR Centro; Empresas; Agentes culturais dos territórios.

PROJETO 15

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE TERRITÓRIOS DE MAIS BAIXA DENSIDADE

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT2, DT3, SE1, SE2, SE4, SE5, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Alinhamento com a lógica de descoberta empreendedora, pilar da RIS3; importante para a promoção de inovação. Diferentes Programas de Desenvolvimento Económico estarão alinhados com diferentes domínios diferenciadores da RIS3 do Centro.

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 10

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Meda – Trancoso – Pinhel; Vila de Rei – Sertã – Oleiros; Pedrógão Grande – Figueiró dos Vinhos - Alvaiázere – Ansião.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A estrutura territorial da economia da Região Centro é acentuadamente assimétrica. Embora formando um conjunto heterogéneo e com diferentes níveis de desenvolvimento, evidenciam-se os territórios onde o dinamismo económico e a consolidação de sistemas urbanos policêntricos se complementam: a faixa litoral, o polígono Oliveira de Frades – Tondela – Mortágua – Mangualde – Viseu, o eixo Tábua – Gouveia e o eixo Guarda – Castelo Branco. Como contraponto, o resto da região não conseguiu, salvo raras exceções, compensar o abandono das

atividades agro-pastoris tradicionais, tendo entrado num círculo vicioso de emigração, declínio económico e demográfico e encerramento de serviços básicos.

Os concelhos acima referidos são exemplos deste declínio, que importa contrariar, e foram agrupados em pequenos conjuntos (Núcleos de Desenvolvimento Económico – NDE), dentro da mesma CIM, de forma a obter alguns ganhos de escala. Como é óbvio, tratam-se de exemplos possíveis, sendo perfeitamente viável que estes sejam substituídos, complementados com outros ou reorganizados segundo agrupamentos diferentes.

Cada NDE deve acordar num Programa de Desenvolvimento Económico (PDE), coerente com as políticas da sua CIM ou do PRPI (Programa de Revitalização do Pinhal interior), que defina a base económica de exportação a consolidar e promova a oferta dos serviços de interesse geral (à distância, ambulatoriais ou *in loco*) necessários para reter a população e atrair imigrantes. Devendo ser escolhidas cuidadosamente para cada caso, é expectável que as atividades da base económica exportadora se relacionem com a exploração dos recursos endógenos (agricultura, floresta, recursos paisagísticos e património cultural) numa perspetiva de inovação e preservação ambiental (biotecnologia, aproveitamento dos recursos hídricos, circularidade). Será também importante que cada NDE escolha uma atividade emergente, que preencha um nicho tecnológico ou de procura por forma a atingir uma escala suficiente para se tornar conhecida a nível nacional e, tanto quanto possível, global. A base de exportação selecionada deve ser promovida através de um programa direcionado de incubação, que implica a pesquisa e atração de *startups*, em colaboração com o SCT e, em particular, com o CR Inove.

Cada PDE, para além da seleção das atividades da base económica, deve definir metas inter-relacionadas de criação de emprego, atração de imigrantes, garantia de cobertura da rede 5G, oferta de habitação e oferta de serviços básicos (educação, saúde, comércio, lazer). O seu sucesso depende decisivamente da capacidade de desenhar e publicitar projetos integrados que suscitem confiança, mobilizem investidores e imigrantes e estejam sustentados em incentivos devidamente publicitados e negociados a nível nacional ou regional.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Desenvolver Programas de Desenvolvimento Económico (PDE) que consolidem a base económica exportadora de cada núcleo que permitam reter e atrair população.
- ii. Fomentar atividades económicas inovadoras e ambientalmente sustentáveis, tirando proveito dos recursos endógenos.
- iii. Identificar as atividades com potencial de atingir uma escala nacional ou global e promover a atração de *startups* de base tecnológica através da interação com o CR Inove.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; Núcleos de Desenvolvimento Económico.

Entidades Parceiras: CIM; CCDR Centro; Instituições de Ensino Superior e outras entidades do SCT; Entidades públicas; Empresas; JADRC – Jovens Associados para o Desenvolvimento Regional do Centro; Novotecnica - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico.

PROJETO 16

ALDEIA-LAR

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: DT2, SE4, SE5, SS1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Saúde e Bem-estar; Transição social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030:

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 3, ODS 5, ODS 10

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Aldeias a definir nos concelhos de Penela; Aguiar da Beira, Sátão, Vila Nova de Paiva; Pinhel; Oleiros.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

Se o envelhecimento constitui um problema grave, ele é também uma oportunidade, pois implicará o crescimento significativo de um segmento demográfico com necessidades específicas, cuja satisfação irá impulsionar inúmeras oportunidades económicas. As regiões e países que avancem primeiro, gerarão vantagens comparativas num setor de crescimento garantido, sustentado em trabalho qualificado e indutor de novas tecnologias, na área das comunicações, da cultura, da domótica e da saúde. Por outras palavras, tratar dos nossos idosos é uma necessidade social cuja satisfação estimula a economia e a inovação, em particular em territórios periféricos e com dificuldades para atrair população e investimento.

Muitas aldeias do interior estão condenadas ao declínio demográfico e, em alguns casos, à extinção, por efeito do gradual desaparecimento da população idosa que aí reside. Se, nalguns casos, esta dinâmica é já irreversível, noutros há ainda a possibilidade de gerir o declínio e eventualmente revertê-lo, sendo a economia da terceira idade um dos setores com maior potencial para o conseguir.

Para tal seria necessário desenvolver o conceito de aldeia lar, sustentado em estratégias de manutenção dos idosos nas suas casas, dentro do possível reabilitadas para atender a limitações específicas, assistidos por serviços de telecomunicações e ambulatoriais. Em paralelo, seriam disponibilizadas residências para idosos moradores em habitações isoladas ou em aldeias em vias de desaparecimento, a par da construção de lares com qualidade, para quem já não tem autonomia. A oferta de serviços de animação e dinamização de convívio a nível da aldeia poderia criar um nível de interação e urbanidade necessários a uma boa qualidade de vida e, num cenário otimista, atrair idosos de localidades vizinhas ou mesmo de meios urbanos, o que resultaria na obtenção de economias de escala, num contexto de crescimento do número idosos com poder económico e com elevadas exigências culturais e lúdicas. Tendo sucesso, estas aldeias atrairiam profissionais de saúde, cuidadores e animadores culturais com variadas

qualificações, assim como comércio e serviços viabilizados pelo consequente dinamismo demográfico. Quanto maior o peso das atividades a atrair, maior será o afluxo de população jovem, mais equilibrada será a estrutura etária da aldeia e mais fácil será evitar que esta se transforme num indesejável depósito de idosos.

Este projeto piloto consistiria na criação de uma aldeia lar em cada um dos concelhos aderentes e seria encarado como piloto na medida em fosse replicado na região. Este projeto só poderá ser executado se houver municípios interessados em avançar, incluídos ou não na lista indicativa aqui proposta. Sendo de iniciativa de cada município, será importante que eles se associem, a fim de partilhar serviços, tecnologia e equipamentos, ganhando escala para a angariação de investimentos e para a sua publicitação num mercado em crescimento.

A criação de uma aldeia-lar deveria seguir as seguintes orientações:

- Complementar a residência com a construção de lares para idosos institucionalizados e a oferta de serviços de apoio permanente ou ambulatório à população;
- Atrair novos residentes e criar condições para uma boa interação destes com a comunidade local;
- Garantir o acesso a serviços locais (restaurantes, cafés, mercearias, cuidados pessoais);
- Programar atividades para idosos de forma a promover a sua qualidade de vida, nas dimensões física, cultural e social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Melhorar a qualidade de vida de um segmento da população com um peso crescente, sobretudo do género feminino.
- ii. Combater o despovoamento do espaço rural da região.
- iii. Criar capacidade tecnológica e economias de escala na oferta de serviços com uma importância crescente à escala nacional e global.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Municípios.

Entidades Parceiras: CIM; Parcerias público-privadas que envolvam a Segurança Social, Seguradoras, Entidades dos setores do turismo e da saúde.

PROJETO 17

SISTEMA DE APOIO AO PLANEAMENTO HABITACIONAL

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: DT2, SS3, SU1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 1, ODS 10, ODS 11

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição Social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Leiria – Marinha Grande; Covilhã – Fundão; Oliveira do Hospital – Tábua, Oliveira de Frades – São Pedro do Sul – Vouzela.

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A habitação é um bem de longa duração, que corresponde simultaneamente a um ativo económico e a uma necessidade básica de todas as pessoas, idealmente configurada em termos de direito. Por outro lado, gera bens transacionáveis cuja oferta e procura é protagonizada por agentes privados, dependentes de solicitações globais e locais que correspondem a configurações complexas de mercado. Para que, a nível local, o mercado equilibre adequadamente a oferta com a procura, a dimensão de bem transacionável com a de uma necessidade básica, é necessária a função reguladora da administração pública, em particular a de nível autárquico.

Correspondendo a habitação a um bem de longa duração, mas, também, a um bem cuja construção segue um processo moroso, as necessidades futuras têm de ser identificadas com antecedência através do cruzamento de dados sobre a quantidade, idade e qualidade das habitações com dados demográficos. Num tempo em que os saldos entre a natalidade e a mortalidade são negativos, qualquer dinâmica demográfica positiva depende dos movimentos migratórios, por sua vez dependentes de cenários de crescimento económico.

A entrada de imigrantes deve ser correspondida com a oferta atempada de habitação condigna, o que, como atrás foi referido, requer o planeamento do parque habitacional- Em termos quantitativos e de forma simples este planeamento deve resultar da seguinte igualdade:

Número de habitações disponíveis num ano futuro (1) = número atual de habitações (2) – número de habitações que atingem a obsolescência (3) + número de habitações reabilitadas ou contruídas de novo (4).

Dito de outra forma, se quisermos um determinado valor para o termo (1) e dados os valores de (2) e (3), que não podemos alterar, é necessário determinar o valor do termo (4) que faz cumprir a equação.

Em paralelo com o cálculo quantitativo, é necessário decidir sobre a tipologia e qualidade das novas construções e, dado o seu custo, determinar os apoios aos segmentos mais carenciados da população, assim como a disponibilização de terrenos ou apoios financeiros e administrativos a iniciativas de construção a custos controlados. Para tal é necessário construir um Sistema de Apoio ao Planeamento Habitacional (SAPH), que disponha de informação estruturada e permanentemente atualizada, assim como de mecanismos eficientes de monitorização. O SAPH, aliado a políticas de simplificação administrativa dará segurança aos investidores imobiliários e construtores, desbloqueando assim a oferta e permitindo que esta responda atempadamente à procura.

Estando associado à esfera da administração municipal, o SAPH será mais eficiente se agregar municípios com o objetivo de abranger territórios que correspondam a bacias de emprego. Mais uma vez, os grupos de municípios são aqui sugeridos a título indicativo, admitindo-se, no entanto, a possibilidade de alguns optarem por intervir de forma isolada.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Desenvolver mecanismos de recolha, partilha e sistematização de informação sobre a dinâmica integrada da população e do parque habitacional.
- ii. Atualizar continuamente o diagnóstico de necessidades habitacionais (quantitativas e qualitativas).
- iii. Associar a informação produzida à programação de soluções habitacionais adequadas.
- iv. Acompanhar e apoiar o desenvolvimento de instrumentos de planeamento e gestão territorial focados nas questões habitacionais: Estratégias Locais de Habitação; Cartas Municipais de Habitação; Relatório do Estado do Ordenamento do Território.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; CIM.

Entidades Parceiras: CIM; CCDR Centro; Instituições de Ensino Superior; IHRU; Outras entidades públicas; Empresas.

AÇÃO ESPECÍFICA 1: ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA REGIONAL DE HABITAÇÃO

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: DT2, SS3, SU1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição Social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS:

CATEGORIA: Projetos da responsabilidade da CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Região Centro NUTS II, NUTS III, Municípios

AÇÃO ESPECÍFICA

DESCRIÇÃO

Espera-se que os processos desenvolvidos nos municípios intervenientes no projeto piloto gerem informação e mobilizem vontades que confluam na construção de uma Estratégia Regional de Habitação (ERH). Os municípios indicados para o projeto têm uma cobertura do território da Região Centro e uma variedade de condições sociais e económicas que propiciam a visão geral que deve enquadrar a estratégia.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para além dos quatro objetivos do projeto piloto acima enunciado há a assinalar os seguintes:

- i. Criar a base de informação à escala regional que enquadre a construção de uma estratégia de habitação para a totalidade da RC;
- ii. Recolher a informação correspondente às políticas nacionais de habitação, incluindo os respetivos mecanismos financeiros;
- iii. Dialogar com os organismos da administração central de forma a enquadrar a Estratégia nas dinâmicas nacionais;
- iv. Elaborar a ERH, incluindo a sua calendarização e mecanismos de monitorização e revisão.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: CCDR Centro.

Entidades Parceiras: CIM, Municípios, IHRU, Instituições de Ensino Superior.

Estando dependente da realização dos projetos piloto nas áreas territoriais propostas, é prematuro definir para já o orçamento, os prazos e as responsabilidades dos parceiros.

PROJETO 18

OFERTA EDUCATIVA NA BAIXA DENSIDADE

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: DT2, SS4, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Transição Social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 4, ODS 10

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra (Região de Leiria); Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Trancoso, Mêda (Beiras e Serra da Estrela); Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Almeida (Beiras e Serra da Estrela).

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A oferta de serviços de interesse geral, entre os quais a educação tem uma especial importância, deve conjugar dois objetivos fáceis de conciliar nos maiores centros urbanos, mas conflitantes nos territórios de baixa densidade: i) a obtenção de economias de escala e, em particular, a colocação dos alunos em turmas com uma dimensão suficiente para que possam conviver e desenvolver competências relacionais; ii) a acessibilidade física, implicando que os alunos não devem percorrer quotidianamente grandes distâncias entre a escola e a residência.

Para resolver da melhor forma este dilema, seria útil que conjuntos de municípios, como os acima sugeridos, desenvolvessem políticas concertadas, para os diversos anos de escolaridade, de forma a:

- Resolver descontinuidades de fronteira, de forma que alunos de uma determinada localidade frequentem as escolas mais próximas, independente de estarem no mesmo ou noutro município;
- Encontrar o número ótimo de escolas (com uma dimensão mínima) e distribuí-las geograficamente de forma a minimizar as distâncias a percorrer pelos alunos; a disponibilidade de escolas encerradas nos últimos anos alarga o leque de possibilidades, evitando-se em muitos casos a construção de edifícios de raiz;
- Equacionar, para os habitantes de localidades menores e mais periféricas, cujas crianças estejam obrigadas a maiores deslocações, a organizar programas pedagógicos que combinem dias de ensino presencial em escolas com dias de ensino à distância acompanhado presencialmente por tutores;
- Organizar, para os alunos dos últimos anos da escolaridade obrigatória, programas

de formação técnica ou humanística especializados em áreas de conhecimento particularmente relevantes para os territórios em causa. Os temas poderiam ser distribuídos pelas diferentes escolas, concentrando o seu ensino num único dia da semana, permitindo a circulação dos alunos entre estabelecimentos de ensino, de modo a que cada um pudesse escolher a área que mais lhe interessa, independentemente do seu local de residência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Promover a articulação entre municípios na gestão da rede escolar, assegurando um equilíbrio entre a qualidade da educação e a acessibilidade dos alunos à escola.
- ii. Otimizar, para os diversos anos de escolaridade, o balanço entre acessibilidade dos alunos à escola e as dimensões funcionais mínimas das turmas.
- iii. Combinar ensino presencial com ensino à distância assistido por tutores em situações específicas.
- iv. Criar ofertas formativas obrigatórias nos últimos anos de escolaridade adaptadas às necessidades e vivências dos territórios.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; CIM.

Entidades Parceiras: CCDR Centro; Entidades públicas e privadas na área da educação e tecnologia; Instituições de Ensino Superior e outras entidades do SCT; Novotecna - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico; Outras associações.

PROJETO 19

ESPAÇOS AGRÍCOLAS, FLORESTAIS E AGRO-PASTORIS

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: SE1, SE5, SN1, SN2, SN4, SN6

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia - Agroalimentar, Floresta; Transição verde e social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1, OP 2, OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 2, ODS 12, ODS 13, ODS 15

CATEGORIA: Outros projetos

FICHA DE PROJETO

ENQUADRAMENTO

A Região Centro tem, espalhadas pelo seu território, várias áreas com elevada aptidão agrícola e, em geral, exploradas numa lógica de agricultura comercial: sem preocupações de exaustividade, refiram-se os terrenos aluviais do litoral, as regiões vinícolas da Bairrada e do Dão, a Cova da Beira e parte do planalto da Beira Baixa. O restante território tem uma ocupação dominante de florestas e matos, com algumas manchas agrícolas que resistiram ao abandono das últimas décadas.

Esta distribuição do espaço rural, acompanhada de uma crescente rarefação da sua população, configura um território com três características interrelacionadas: reduzida rentabilidade económica, degradação dos ecossistemas e elevada vulnerabilidade a incêndios. A baixa rentabilidade económica, resultante de condições naturais desfavoráveis e de uma fragmentação da propriedade que impede a geração de economias de escala, é a principal causa do declínio demográfico e da degradação dos terrenos, deixados à monocultura de espécies florestais, quando não à mercê de um crescimento selvagem de matos e espécies infestantes, que degrada os ecossistemas e a paisagem e facilita ignições e a propagação de incêndios.

A problemática aqui referida é tratada em diversos programas de âmbito nacional e regional, entre os quais se destacam o Programa de Transformação da Paisagem (RCM n.º 49/2020), a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030), a Estratégia Nacional das Florestas 2030 (ENF 2030) e o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR). Refira-se ainda que, no âmbito das ferramentas de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), em particular do PRA-C, já estão definidos critérios de geoespacialização e priorização das ações. Assim, é essencial que este projeto estabeleça uma ligação direta e operacional com esses instrumentos.

Procurando complementar as ações por aquelas definidas, é proposto o seguinte conjunto de projetos piloto, cuja descrição se segue:

- Subprojeto 19.1- Um Novo Baldio – Espaço de Preservação, Valorização e Inovação;
- Subprojeto 19.2 - Valorização dos Ecossistemas;

- Subprojeto 19.3 - Rede de Recolha e Valorização dos Sobrantes Agroflorestais;
- Subprojeto 19.4 - Vila Facaia – Uma aldeia com futuro;
- Subprojeto 19.5 - Capacitação da População para a Prevenção e Combate de Incêndios;
- Subprojeto 19.6 - Percursos Mediterrânicos 360.

SUBPROJETO 19.1: UM NOVO BALDIO – ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E INOVAÇÃO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE5, SN1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Floresta, Agroalimentar;

- Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 12, ODS 13, ODS 15

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Pampilhosa da Serra; Castanheira de Pera; São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva

DESCRIÇÃO

Os baldios desempenharam no passado um importante papel na economia das populações das áreas montanhosas e dos territórios mais periféricos da região. Localizados, em regra, em terrenos marginais para a agricultura, resistiram, por isso, à tendência secular de privatização do solo, permanecendo como áreas de exploração coletiva, fornecendo matos para as camas do gado, lenha, pastos, caça, cogumelos ou frutos silvestres. O despovoamento rural, os novos estilos de vida e as novas práticas agro-pastoris levaram ao abandono progressivo dos baldios, transformando-os em presa fácil para os incêndios e contribuindo para a gradual degradação da paisagem.

Os baldios ocupam ainda uma área significativa (cerca de 125 000 ha, o que corresponde a pouco mais de 5% da Região Centro) e estão legalmente definidos pela Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto como propriedade coletiva, gerida por comunidades locais, em vários casos em associação com o Estado, através do ICNF. Sendo bens comuns que podem complementar a economia de áreas rurais escassamente povoadas e contribuir para a preservação da paisagem e dos ecossistemas, os baldios estão em muitos casos abandonados ou em situação de gestão deficitária.

Neste contexto, o projeto piloto proposto tem como objetivo encontrar novos modos de gerir e explorar a propriedade coletiva, concertando formas crescentemente interativas de intervenção dos compartimentos com experiências onde o conhecimento e as tradições locais se cruzam com

conhecimento científico e inovação tecnológica, numa síntese intergeracional guiada pelos princípios da sustentabilidade e respeito pelo equilíbrio dos ecossistemas. O projeto deverá estar localizado num conjunto selecionado de baldios em concelhos onde o seu papel económico e ambiental seja importante (os aqui indicados são, mais uma vez, uma mera sugestão). Embora cada baldio desenvolva o seu programa com autonomia, deverá haver uma estrutura que facilite o intercâmbio de experiências e que crie massa crítica para a racionalização de investimentos, desenvolvimento de ações sustentadas em recursos partilhados e acesso a fontes de financiamento.

O projeto deverá estar organizado nas seguintes linhas de ação:

- i. Recuperar formas de exploração agro-pastoril, aliando memória, património natural, edificado e cultural com conhecimento científico e tecnológico, gerando oportunidades económicas e redesenhando o padrão turístico do território;
- ii. Atrair novos habitantes interessados em modos de vida ligados à natureza, mas, também, capazes de introduzir inovação e tecnologia nas atividades que queiram desenvolver;
- iii. Manter, restaurar e valorizar serviços de ecossistemas, em termos de sequestro de carbono, mitigação de inundações, erosão do solo, biodiversidade e amenidades paisagísticas;
- iv. Prevenção de incêndios florestais.

Este subprojeto encontra-se fortemente articulado com os demais subprojetos do Projeto 19, devendo estabelecer interações especialmente com os seguintes:

- Subprojeto 19.2 - Valorização dos Ecossistemas;
- Subprojeto 19.3 - Rede de Recolha e Valorização dos Sobrantes Agroflorestais;
- Subprojeto 19.5 - Capacitação da População para a Prevenção e Combate de Incêndios.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Reabilitar e valorizar os baldios.
- ii. Contruir uma ponte entre práticas de exploração e gestão tradicionais e a construção dos territórios do futuro.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; CIM; Entidades gestoras de baldios.

Entidades Parceiras: CCDR Centro; Instituições de Ensino Superior e outras entidades do SCT; Entidades públicas; Empresas.

SUBPROJETO 19.2: VALORIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SN2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Floresta, Agroalimentar;
- Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 12, ODS 13, ODS 15

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Lousã, Penela; Murtosa, Marinha Grande, Castelo Branco, Oleiros; Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Seia.

DESCRIÇÃO

Os ecossistemas que regulam o território estão sustentados em equilíbrios frágeis que facilmente se degradam, afetando gravemente a diversidade da fauna e da flora, a paisagem, a estabilidade das bacias hidrográficas ou o ritmo de erosão dos solos, alterando os ciclos que sustentam a vida a todas as escalas.

Sendo de todos e de ninguém, os ecossistemas geram serviços para os quais é difícil atribuir direitos de propriedade, para além de originarem efeitos positivos para os quais não há valor de mercado. Por outras palavras, a valorização dos ecossistemas requer respostas precisas às seguintes questões:

- i. Quais são os serviços dos ecossistemas: sequestro de carbono, sustentação da vida vegetal e animal; estabilização de solos; recursos endógenos com valor económico (madeira e biomassa, mel, cogumelos, etc.); amenidades paisagísticas; condições mais ou menos favoráveis à propagação dos incêndios?
- ii. Quanto custa a preservação dos ecossistemas e quanto valem os benefícios dos seus serviços (tangíveis, como os recursos endógenos, ou intangíveis, como a biodiversidade ou a qualidade da paisagem)?
- iii. Quem paga os serviços dos ecossistemas e os custos de os preservar?
- iv. Quem recebe e através de que canais?
- v. Quais as alterações comportamentais e de estilos de vida que favorecem a preservação dos ecossistemas?

A resposta a esta problemática é um exercício complexo, que requer conhecimentos multidisciplinares: biologia e diversas especialidades de engenharia (para a questão i.), economia pública e, em particular, análise custo-benefício para a questão ii.), direito, administração pública, sociologia e psicologia (para as restantes questões). Os ecossistemas não devem ser tratados de forma passiva, mas sim como objeto de diversas intervenções que melhorem o seu desempenho, as quais só à escala municipal poderão ser executadas ou, pelo menos, monitorizadas.

A valorização dos ecossistemas é um tema para um projeto ambicioso, que combine interação com a população com uma componente sólida de investigação científica. Aplicável a territórios muito diversos em termos de substrato ambiental, cultural e económico, este projeto terá de envolver diversos municípios que combinem ações específicas nos seus territórios com o desenvolvimento de metodologias comuns, que criem uma escala suficiente para angariar os recursos financeiros e científicos necessários. A lista apresentada cobre a diversidade do território do Centro, mas, mais uma vez, é uma mera sugestão, ponto de partida para um consórcio a criar de acordo com as dinâmicas de adesão que se verificarem.

Este projeto, deverá envolver o SCT, os baldios, empresas e diversos tipos de associações, sendo aconselhável que os municípios assumam a liderança. Dado que os fluxos monetários entre quem paga e quem recebe pelos serviços dos ecossistemas envolvem pequenos proprietários com escassa capacidade de gestão e muitas vezes ausentes, além da existência de benefícios e custos difusos, só a confiança que os municípios poderão dar como intermediários das transações, permitirá que o projeto tenha sucesso. Além do mais, os ecossistemas não devem ser tratados de forma passiva, mas sim como objeto de diversas intervenções que melhorem o seu desempenho, as quais só o município poderá executar ou, pelo menos, monitorizar.

Como possível iniciativa de arranque, registre-se que o município de Seia, associado ao Instituto Politécnico da Guarda e outras instituições, tem a intenção de criar uma entidade que cubra o território do Parque Natural da Serra da Estrela, com a missão de desenvolver uma plataforma tecnológica que avalie iniciativas associadas ao sequestro de CO₂ e as ligue ao mercado nacional e global do carbono.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Identificação dos custos e benefícios associados à preservação e utilização racional dos ecossistemas e identificação de metodologias de definição económica do valor intangível dos serviços por eles proporcionados.
- ii. Análise de mecanismos de pagamento pelos serviços dos ecossistemas de forma a internalizar os custos e benefícios difusos, em articulação com o proposto nos instrumentos e medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) e Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP).
- iii. Aplicação das metodologias desenvolvidas a áreas piloto dos municípios acima designados, explicitando escalas de aplicação, agentes envolvidos, modelo de gestão, formas de pagamento, modos de financiamento, indicadores de monitorização e desempenho.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; CIM.

Entidades Parceiras: CCDR Centro; CIM; Empresas do setor do turismo; Instituições de Ensino Superior; Entidades Públicas; Federações e Organizações de Produtores Florestais.

SUBPROJETO 19.3: REDE DE RECOLHA E VALORIZAÇÃO DOS SOBRANTES AGROFLORESTAIS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SN4

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Floresta, Agroalimentar;
- Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 12, ODS 13, ODS 15

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Figueira da Foz, Mealhada, Miranda do Corvo; Penacova; Pombal; Oliveira do Hospital; Penalva do Castelo; Oleiros, Proença-a-Nova; Sertã, Vila de Rei; Pedrógão Grande

DESCRIÇÃO

A valorização das explorações agrícolas e pastagens como sumidouros de carbono é incompatível com a prática corrente de queimas e queimadas de resíduos, matos e pastos, que, para além de ser uma das principais causas de incêndios florestais, se traduz numa emissão acrescida de CO₂ e no desperdício de biomassa, que pode ser usada para diversos fins (peletes, matéria-prima para diversos usos industriais e artesanais, fertilizantes orgânicos, combustível para geração de eletricidade). Os riscos de queima de sobranes e as oportunidades que a sua reciclagem geram são significativos, dado o elevado ritmo de produção natural de biomassa que resulta do clima português.

A facilidade de aceitação destes princípios choca com a dificuldade de os passar à prática, A recolha, acumulação e transporte de resíduos para os seus destinos finais (centrais elétricas, estações de compostagem ou unidades industriais e artesanais diversas) implica custos que nenhum dos possíveis interessados quer ou pode suportar individualmente. Há obviamente exceções, como a recolha de matos na proximidade de centrais de biomassa, as quais não alteram o panorama global. No entanto, os municípios, isoladamente ou associados, podem ganhar economias de escala na construção e operação de um sistema otimizado de recolha e distribuição de resíduos, cujas receitas, se somadas à contabilização dos ganhos resultantes da redução significativa de incêndios e de uma eventual venda de direitos no mercado de carbono, lhes permitam cobrir os custos.

O projeto deve garantir a adesão massiva dos interessados devendo, para tal:

- Sensibilizar as comunidades para o risco de incêndios e o desperdício de recursos que as queimas e queimadas implicam. Tratando-se de contrariar uma prática arraigada na população, este objetivo é difícil de alcançar, exigindo um programa bem estruturado de ações de esclarecimento;
- Organizar um calendário de recolha porta a porta e gratuita dos sobranes, que optimize os percursos e os compatibilize com o ritmo de crescimento natural da biomassa e com o ciclo de acumulação de resíduos das tarefas agrícolas. A obtenção de informação detalhada junto dos agricultores e o uso de métodos de otimização permanente são, juntamente com a escala de atuação, os requisitos básicos para a eficiência económica do projeto;

- Conjugar a recolha de sobranter com a produção de estilha proveniente do combate às espécies invasoras;
- Criar uma rede de destinatários, entre empresas existentes ou atraídas pelo projeto, dispostos a pagar pelos materiais adquiridos, beneficiando da escala e fiabilidade das entregas.;
- Entrar no mercado de carbono, garantindo direitos resultantes dos efeitos positivos da reciclagem de biomassa;
- Angariar apoios públicos e privados para um projeto com impacto significativo nos objetivos da economia circular.

Os municípios ou grupos de municípios acima indicados são, mais uma vez, uma mera sugestão. Registe-se, contudo, o caso de Pedrógão Grande, que quer desenvolver um projeto estreitamente relacionado com o aqui esboçado e que será descrito de seguida (subprojeto 19.4 - Vila Facaia – Uma aldeia com futuro).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Sensibilizar a população para os riscos associados às queimadas e informar sobre as oportunidades que a reciclagem de biomassa pode oferecer.
- ii. Promover a eficiência económica do projeto ganhando escala, quer através da organização e otimização da recolha dos sobranter, quer por via da criação de uma rede de destinatários.
- iii. Entrar no mercado de carbono e angariar financiamento para o projeto.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Municípios; CIM.

Entidades Parceiras: CCDR Centro; Instituições do Ensino Superior e outras entidades do SCT; APA; ICNF; AEMITEQ – Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade; NERC - Associação Empresarial da Região de Coimbra; Empresas; Outras Associações; Outras entidades públicas.

SUBPROJETO 19.4: VILA FACAIA – UMA ALDEIA COM FUTURO

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: DT3, DT4, SE1, SEN2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Floresta;

- Transição verde e social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 12, ODS 13, ODS 15

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Vila Facaia (Pedrógão Grande)

DESCRIÇÃO

Vila Facaia é uma aldeia do concelho de Pedrógão Grande, localizada na região de Leiria, na zona do Pinhal Interior. A aldeia tem uma população reduzida e envelhecida, que passou de um máximo de 1.850 habitantes para menos de 550, dos quais 38% têm mais de 65 anos. A sua base económica assenta na exploração florestal e na indústria da madeira, complementadas por uma agricultura de subsistência.

A aldeia foi seriamente afetada pelos incêndios rurais de 2017, que, no entanto, não alteraram a dominância do eucalipto nem o crescimento desordenado de matos e infestantes. É, assim, imprescindível realizar operações de limpeza e reordenamento para evitar que o crescimento descontrolado da biomassa resulte em novos fogos florestais.

Aliando a necessidade de remover biomassa da floresta à oportunidade de a utilizar como matéria-prima para múltiplos fins, Vila Facaia poderia acolher um projeto com os seguintes objetivos:

- i. Criar um centro logístico que recolhesse os sobrantes florestais dos municípios aderentes ao subprojeto 19.3, os separasse de acordo com a seu potencial como matérias-primas e os distribuisse pelos potenciais utilizadores. Seriam assim obtidas economias de escala, tanto no processamento, quanto na prospeção de utilizadores e negociação de preços;
- ii. Construir uma central de biomassa que utilizasse a parte dos sobrantes recolhidos no centro logístico e selecionados como combustível;
- iii. Criar uma incubadora especializada no uso industrial e artesanal dos sobrantes adequados a estes fins;
- iv. Promover uma comunidade energética alimentada pela central de biomassa, que forneceria eletricidade, mas também água quente que, em vez de desperdiçada, poderia suprir as necessidades térmicas dos edifícios. A gestão da distribuição da energia pela comunidade e pela rede elétrica nacional, assim como o investimento em canalização para o transporte de água quente, deverá estar a cargo da entidade gestora do projeto, que, para estes fins, deveria dispor de uma ferramenta informática para a otimização dos fluxos.

O projeto deverá resultar de uma parceria público-privada, que tenha como entidades responsáveis a Junta de Freguesia de Vila Facaia, o Município de Pedrógão Grande e a CIM da Região de Leiria. Deverá também envolver instituições e associações como a IIBT do Pinhal Interior, o Instituto Politécnico de Leiria, a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal, o NERLEI CCI (Associação Empresarial da Região de Leiria), a Associação Empresarial do Penedo do Granada e Médio Zêzere (AEPGMZ), a Associação dos Produtores de Energia e Biomassa (APEB) e o Centro da Biomassa para a Energia (CBE). Por fim é necessária a adesão de investidores privados interessados numa iniciativa transformadora, tecnologicamente desafiante e com potencial para ser apoiado como exemplo de economia circular e sustentabilidade energética. A adesão da população é também uma condição necessária para o sucesso. A viabilidade do projeto depende da definição de um quadro jurídico adequado, da seleção dos parceiros e da construção de um cronograma que distinga os objetivos centrais de metas mais ambiciosas, cujo eventual adiamento não comprometa o processo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Aproveitar a biomassa proveniente dos espaços florestais e dos sobrantes da atividade agro-pastoril.
- ii. Criar uma comunidade energética sustentável.
- iii. Promover a inovação tecnológica e social dirigida para a circularidade económica e a sustentabilidade ambiental.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Município de Pedrógão Grande; Junta de Freguesia de Vila Facaia; Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Entidades Parceiras: IIBT do Pinhal Interior; Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria); Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal (EPTZP); NERLEI CCI (Associação Empresarial da Região de Leiria); Associação Empresarial do Penedo do Granada e Médio Zêzere (AEPGMZ); Associação dos Produtores de Energia e Biomassa (APEB); Centro da Biomassa para a Energia (CBE); Tecido empresarial local e regional.

SUBPROJETO 19.5: CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: SE1, SN4, SN6

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Floresta; - Transição verde e social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 13, ODS 15

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Arganil, Góis, Lousã, Penacova, Vila Nova de Poiares; Castro Daire; Gouveia

DESCRIÇÃO

Os incêndios florestais têm uma causalidade complexa, detalhadamente identificada pelo sistema científico e pelas autoridades competentes; causas estruturais como o clima e as alterações climáticas, os povoamentos florestais dominantes e a sua distribuição pelo território ou os meios disponibilizados para a prevenção e combate; causas conjunturais como o planeamento e execução das ações de prevenção e combate; causas socio-comportamentais, derivadas das condições de exploração económica, da estrutura de propriedade dos territórios rurais e da atitude da população face ao uso do fogo, à prevenção e ao combate a incêndios.

Este projeto tem como objetivo intervir junto das comunidades locais (incluindo a população não nacional residente na Região Centro):

- i. Debatendo visões tradicionais e correspondentes comportamentos intimamente relacionados com a temática dos fogos: queimas, queimadas, respetivos riscos e seu impacto na política de descarbonização; a necessidade absoluta de evitar o uso do fogo nos dias críticos; a vigilância de comportamentos indevidos (em particular incúria, visto que ações dolosas são, por natureza, difíceis de detetar *a priori*) e a sensibilização para os evitar. Evitando um cunho paternalista, este debate deve conjugar o conhecimento científico com a prática quotidiana e o conhecimento dos habitantes;
- ii. Organizando ações de limpeza de matos e proteção dos aglomerados urbanos;
- iii. Organizando a colaboração com os profissionais de combate aos fogos;
- iv. Reforçando a capacidade de investigação e de formação a vários níveis de cientistas, técnicos operacionais e elementos da população, com vista a melhorar a capacidade nacional para enfrentar o problema dos incêndios florestais;
- v. Promovendo medidas normativas e operacionais para a prevenção e redução do risco de incêndio com destaque para a criação dos Condomínios de Aldeia previstos no Programa de Transformação da Paisagem (PTP);
- vi. Articulando com o *Projeto 2.3.1.4 - Programa - Aldeia Segura, Pessoas Seguras* que está integrado no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR),

particularmente com o Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Centro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Capacitar a população dos territórios rurais para a prevenção e combate aos incêndios florestais.
- ii. Reforçar os canais de comunicação entre o SCT, as autoridades de proteção civil e a população.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Municípios; CIM.

Entidades Parceiras: AGIF, IP; Instituições do Ensino Superior e outras entidades do SCT; Outras entidades públicas; JADRC – Jovens Associados para o Desenvolvimento Regional do Centro; Outras associações.

SUBPROJETO 19.6: PERCURSOS MEDITERRÂNICOS 360

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT7, SE4, SE5

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Agroalimentar;
Transição social

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 1

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 2, ODS 3, ODS 12, ODS 13 e ODS 15

CATEGORIA: Projetos da responsabilidade da CCDR Centro

ÁREA TERRITORIAL: Todos os Municípios da NUTS III - CIM Viseu Dão Lafões (CIM VDL)

DESCRIÇÃO

A Dieta Mediterrânica baseia-se no consumo equilibrado de produtos frescos, como frutas, legumes, azeite, frutos secos, peixe e cereais integrais, acompanhados de um consumo moderado de produtos de origem animal. Este padrão alimentar tem sido associado a uma série de benefícios para a saúde, como a prevenção de doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade. O consumo regular de alimentos ricos em antioxidantes e gorduras saudáveis, como o azeite, é um dos fatores que contribuem para uma maior longevidade e melhor qualidade de vida. Este estilo de vida está profundamente enraizado nas práticas agrícolas tradicionais da região.

Estas práticas promovem a biodiversidade e a sustentabilidade, utilizando métodos que preservam a fertilidade do solo e reduzem o impacto ambiental. A produção local e sazonal incentiva sistemas alimentares menos dependentes de cadeias de abastecimento globais, ao mesmo tempo que a sua associação à dieta mediterrânica, alvo de crescente reputação internacional como fonte de alimentação saudável e pouco processada, abre oportunidades para a exploração de nichos de mercado à escala global.

A dieta mediterrânica representa também tradições e práticas que foram transmitidas de geração em geração, incluindo a forma como os alimentos são produzidos, preparados e partilhados. As receitas típicas e os rituais gastronómicos não são apenas um reflexo da diversidade cultural, mas também uma celebração da identidade local e das paisagens agrícolas que moldam o território rural. A preservação destas tradições é fundamental para manter viva a herança cultural e promover um sentido de comunidade e pertença, transformando recursos endógenos em ativos turísticos.

O turismo gastronómico tem vindo a ganhar destaque e a Dieta Mediterrânica desempenha um papel central nesta tendência. Os visitantes são atraídos pela oportunidade de experimentar a autêntica culinária mediterrânica, aprender sobre as tradições locais e explorar paisagens agrícolas únicas. A experiência inclui visitas a mercados tradicionais, participação em festivais de colheita e degustações de vinhos e azeites. Este tipo de turismo sustentável promove o desenvolvimento económico local, respeitando o ambiente e fortalecendo a conexão dos turistas com o património.

Para além dos percursos mediterrânicos criados a partir da integração dos sistemas alimentares locais, do património rural, dos benefícios para a saúde e sustentabilidade agrícola, propõe-se neste projeto a criação de um Espaço 360, localizado na Estação Agrária de Viseu, que, de forma imaterial, convide a experiências sensoriais e transporte os visitantes para os lugares berço de cada produto. Este espaço promoverá a ligação produto-lugar e otimizará a experiência turística com base na tradição dos saberes e dos sabores regionais. Será um espaço agregador das dinâmicas de desenvolvimento rural, onde a inovação, o ambiente, o clima e a sustentabilidade sejam a aposta para a aproximação entre consumidores e produtores.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Estimular o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico, unindo tradição e inovação para valorizar o património local, fortalecer a identidade cultural e promover uma alimentação saudável e sustentável.
- ii. Envolver a comunidade, incluindo o sistema científico e os agentes dos vários setores, contribuindo para a revitalização e promoção dos recursos endógenos e para a proteção da biodiversidade.
- iii. Contribuir para a valorização Património Cultural Imaterial da Humanidade (PCIH) e integração da sua salvaguarda no Planeamento Regional e Nacional.
- iv. Contribuir para uma maior coerência e sustentabilidade do vasto conjunto de atividades económicas, potenciando a utilização adequada da Dieta Mediterrânica como criador de valor acrescentado.
- v. Criar um espaço de promoção da literacia científica, agrícola, alimentar e ambiental.
- vi. Aumentar a participação ativa da sociedade na promoção da saúde e bem-estar, tornando os cidadãos agentes ativos da defesa do território.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: CCDR Centro.

Entidades parceiras: CIM Viseu Dão Lafões, Municípios associados (Aguar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Santa Comba Dão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), Universidade de Coimbra, Institutos Politécnicos de Viseu e Coimbra, UC – Exploratório Ciência Viva Coimbra, Centro de Competências da Dieta Mediterrânica, Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Aldeias Históricas de Portugal, AHRESP, Associações e outras entidades.

A operacionalização deste projeto será da responsabilidade da Unidade de Desenvolvimento Rural e Agroalimentar (UDRA) da CCDR Centro que irá alocar três recursos humanos da UDRA a tempo parcial para o efeito, sendo o seu custo estimado num valor anual de 12.244,00 €. Serão desencadeados todos os esforços no sentido de identificar eventuais fontes de financiamento que possam enquadrar a tipologia deste projeto.

PROJETO 20

CIRCULARIZAÇÃO DA ÁGUA

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT3, SN3, SU1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Recursos Naturais e Bioeconomia – Água; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 6, ODS 12

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Coimbra, Castelo Branco

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A crescente escassez do recurso água, associada à importância de reduzir a energia necessária à sua distribuição nos centros urbanos e ao seu tratamento, levanta um conjunto de preocupações relacionadas com o seu uso racional, eficiente e, tanto quanto possível, circular. Tal implica a reutilização de água residual (doméstica e pluvial) devidamente recondicionada, sujeita a níveis de tratamento diferenciado e de deposição seletiva, de acordo com o tipo de uso: alimentação, higiene, águas negras, agricultura e indústria. Em países como Portugal, com longos períodos de seca, a reutilização providencia uma fonte alternativa com disponibilidade constante e o reaproveitamento da água diminui os volumes captados e rejeitados, com impacto positivo evidente nos meios hídricos.

Sugere-se que o projeto seja desenvolvido nos municípios de Coimbra e Castelo Branco: o primeiro pela sua dimensão; o segundo por se localizar numa área da região com maior escassez de água. A abordagem proposta, passa pelo desenvolvimento de quatro linhas de atuação, três referentes à circularidade da água e uma, complementar, que trata da redução de perdas no sistema, uma vez que não tem sentido reaproveitar um recurso que está a ser desperdiçado devido a deficiências na rede:

Primeira linha

Iniciativa: Municipal

Público-alvo: Municípios com escassez de água, sobretudo na época do verão.

Fonte: Efluente de uma ETAR, com tratamento adicional

Objetivos: Rega de jardins, lavagem de ruas, de carros, de contentores de lixo, etc.

Desafios: Distâncias e desníveis entre a ETAR e os pontos de consumo, avaliação do tipo de tratamento requerido, avaliação de custos, legislação.

Segunda linha

Iniciativa:	Pública ou privada
Público-alvo:	Grandes edifícios públicos, edifícios de grandes empresas, zonas industriais, parques empresariais ou tecnológicos.
Fonte:	Efluente de uma mini ETAR, com tratamento adicional (por exemplo, lagoa de macrófitas), aproveitamento da água das chuvas, aproveitamento de águas cinzentas.
Objetivos:	Rega de jardins, lavagem de ruas, de carros, de contentores de lixo.
Desafios:	Distâncias e desníveis entre a ETAR e os pontos de consumo, avaliação do tipo de tratamento requerido, avaliação de custos, legislação, certificação hídrica.

Terceira linha

Iniciativa:	Privada
Público-alvo:	Casas individuais, bairro piloto, edifícios novos.
Fonte:	Recolha de águas cinzentas e tratamento adicional, aproveitamento da água das chuvas.
Objetivos:	Alimentação de autoclismos, rega de jardins, lavagem de carros, piscinas.
Desafios:	Sistemas separativos interiores, avaliação do tipo de tratamento requerido, avaliação de custos, aprovação de um regulamento municipal, certificação hídrica.

Quarta linha

Iniciativa:	Municipal
Público-Alvo:	Rede de abastecimento
Fonte:	Rede em alta e, principalmente, rede em baixa.
Objetivos:	Minimização de perdas
Desafios:	Avaliação de custos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Promover o uso eficiente e sustentável da água, especialmente em contextos de escassez.
- ii. Fomentar a circularidade da água, tratando e reutilizando a água residual (doméstica e pluvial) em diversos usos.
- iii. Minimizar perdas na rede de abastecimento de água, evitando o seu desperdício devido a deficiências na infraestrutura.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Município de Coimbra; Município de Castelo Branco.

Entidades Parceiras: CIM; APA, IP; Entidades públicas e privadas na área da água e do ambiente; Instituições de Ensino Superior e outras entidades do SCT; AEMITEQ – Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade.

PROJETO 21

ROTEIRO DA ECONOMIA AZUL DA RIA DE AVEIRO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SE4, SN2, SN5, SU2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Energia e Clima; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 4

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 6, ODS 7, ODS 9, ODS 11, ODS 14, ODS 15

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Rio Vouga (Sever do Vouga); Pateiras de Fermentelos e de Frossos e Baixo Cértima (Aveiro, Albergaria-a-Velha, Águeda, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada), Baixo Vouga Lagunar, Ria de Aveiro e seus Canais (Ovar, Murtosa, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira) Dunas e Mar (Ovar, Murtosa, Aveiro, Ílhavo, Vagos, Mira).

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

O território Ria de Aveiro - Baixo Vouga conjuga ecossistemas com características únicas no território nacional com uma área com elevada densidade urbana, demográfica e económica. O reforço da interação harmoniosa, urbano-rural, requer um cuidadoso planeamento urbanístico, assim como uma estratégia de preservação e valorização do sistema natural. Este projeto deverá ser materializado por uma estrutura dependente da CIM Região de Aveiro, em colaboração com o Município de Mira, apostando num conjunto de áreas fundamentais que a seguir se descrevem.

- i. **Centro Integrado de Investigação e Monitorização do Sistema Natural da Ria de Aveiro.** Embora a qualidade dos ecossistemas seja uma responsabilidade repartida por várias instituições (ICNF, APA, CCDR Centro, Câmaras Municipais), deve ser criado um centro que disponha da informação necessária para avaliar a dinâmica dos ecossistemas e a sua resiliência às pressões decorrentes da ação humana, de forma a alertar para riscos e desenvolvimentos indesejáveis.
- ii. **Promoção da Economia Azul.** A estrutura responsável pelo projeto deve ter uma informação detalhada sobre as várias atividades ligadas à economia azul, de forma a garantir que elas se desenvolvem em harmonia com a dinâmica dos ecossistemas, a promover projetos de investigação que os dinamize numa lógica de sustentabilidade e a cooperar com as entidades relevantes no objetivo de atrair investimentos. Os setores de atividade a destacar são, para além do turismo de natureza, a agropecuária, a pesca, a aquacultura em terra e no mar e as respetivas indústrias transformadoras, alimentares, mas também bioquímicas e farmacêuticas.
- iii. **Criação de uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento de Energias Renováveis Offshore.**

- iv. **Grande Rota da Ria Aveiro.** Deve incluir a Ria de Aveiro, mas também as áreas adjacentes de baixa altitude da bacia do Vouga, o cordão dunar e as praias. Constituir-se-á assim como um destino turístico integrado, com relevante património cultural náutico e subaquático a considerar, o que pressupõe:
- a) Definição de itinerários que liguem os percursos pedestres, centros de BTT, ciclovias e atrações turísticas diversas de cada município, e estes às vias de acesso rodoviário, mas também ferroviário. Estes itinerários devem ser pensados em cooperação com o projeto piloto da mobilidade ciclável – Aveiro Região da Bicicleta;
 - b) Aproveitamento das infraestruturas do Polis Ria de Aveiro (gerido em parceria com a APA e o ICNF) e dos Projetos Municipais de Conservação da Natureza (BioRia, NaturRia, CicloRia, etc.) e construção de outras infraestruturas e equipamentos julgados necessários;
 - c) Oferta de programas turísticos integrados, em cooperação com operadores turísticos, hotéis e restaurantes;
 - d) Programas de formação e certificação para guias.

Pode ser interessante segmentar a Grande Rota em rotas parciais, tais como as que se seguem.

- **Rio Vouga:** Concelho de Sever do Vouga - turismo de natureza e aventura, explorando a biodiversidade e a paisagem; visita, em conjugação com o subprojeto Rede de Turismo industrial às antigas minas do Braçal.
- **Pateiras de Fermentelos e de Frossos e Baixo Cértima:** Concelhos de Aveiro, Albergaria-a-Velha, Águeda, Oliveira do Bairro e Anadia - turismo de natureza, visita ao Museu Ferroviário de Macinhata do Vouga, turismo termal (Termas da Curia e Vale da Mó) e Rota dos Vinhos da Bairrada.
- **Baixo Vouga Lagunar, Ria de Aveiro e seus Canais:** Concelhos de Ovar, Murtosa, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Aveiro. Ílhavo, Vagos e Mira – turismo de natureza e científico, desportos náuticos, descoberta de tradições (pesca artesanal, construção naval tradicional, confrarias), gastronomia.
- **Dunas e Mar:** Concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Ílhavo, Vagos, Mira – Turismo náutico, de natureza e científico, descoberta de tradições (pesca artesanal, navios museu e Museu do Mar, confrarias), gastronomia.

Nota: seria muito importante desenvolver um projeto com características idênticas no Baixo Mondego e Estuário do Mondego.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Desenvolver uma visão integrada de preservação ambiental, economia e turismo no território da Ria de Aveiro e territórios circundantes.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: CIM Região de Aveiro.

Entidades parceiras: Município de Mira; Operadores turísticos; APA, IP; Museus, Ecomare, Porto de Aveiro.

PROJETO 22

MOBILIDADE CICLÁVEL

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT3, SM4, SU1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Energia e Clima; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 11, ODS 12

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Águeda, Ílhavo, Aveiro, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia, Ovar, Estarreja, Murtosa, Albergaria-a-Velha; Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vouzela

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

A Região de Aveiro, pelas suas características topográficas e pela sua tradição histórica como grande centro nacional da indústria das duas rodas, tem as condições ideais para ser a referência nacional da mobilidade ciclável e posicionar-se como tal na ***Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) 2020-2030***.

Tirando partido do peso da indústria das duas rodas e da tradição do ciclismo desportivo, a Região de Aveiro deveria associar os seus municípios no programa comum **Aveiro Região da Bicicleta**, com os seguintes objetivos:

- i. Colocar a região como **Centro Global da Indústria da Bicicleta**, conhecido por ser um polo de criatividade e inovação na conceção e fabrico dos velocípedes do futuro (bicicletas, trotinetas e bicicletas elétricas); a Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas - ABIMOTA, assim como as empresas do setor, maioritariamente no Município de Águeda, deverão ter aqui um papel preponderante;
- ii. Reforçar a região como referência do ciclismo desportivo, tirando partido da implantação desta modalidade e das infraestruturas existentes, em particular o Centro de Alto Rendimento de Anadia em Sangalhos; seria interessante associar a prática desportiva à inovação na indústria das duas rodas, sendo uma um laboratório de ensaios da outra;
- iii. Desenvolver um programa integrado que conectasse os vários municípios de forma a construir uma rede regional de ciclovias, que facilitasse a circulação nos vários centros urbanos e os interligasse, providenciasse o acesso a espaços de lazer e turismo (especialmente na Ria de Aveiro), garantisse uma convivência segura com o automóvel e dispusesse das infraestruturas e equipamentos necessários: estacionamento, centros de aluguer, centros de carregamento de bicicletas elétricas, informações sobre

distâncias e dificuldades dos percursos; esta rede deveria também ser um centro de ensaios para a indústria das duas rodas.

A par deste projeto para os territórios planos da Região de Aveiro, seria importante desenvolver uma outra rede, centrada no **Turismo Ciclável em Territórios Acidentados**, que oferecesse percursos com diferentes níveis de dificuldade e correspondente apoio logístico. Tirando partido das iniciativas já em curso em Vouzela, a adesão dos municípios vizinhos e com características idênticas de Sever do Vouga e Oliveira de Frades (incluindo também a parte oriental dos municípios de Águeda e Anadia), traria evidentes ganhos de escala. A proximidade a Águeda permitiria também fazer desta rede um laboratório de ensaios para a indústria das duas rodas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Fazer da Região de Aveiro e municípios montanhosos vizinhos o centro de referência nacional da mobilidade ciclável para fins turísticos e de conectividade urbana.
- ii. Promover a região como centro nacional dos desportos das duas rodas.
- iii. Promover a região como centro global da indústria das duas rodas.
- iv. Juntar mobilidade ciclável, turismo, desporto e indústria como um desígnio comum, capaz de gerar escala e sinergias.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios de Águeda, Ílhavo, Aveiro, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia, Ovar, Estarreja, Murtosa, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vouzela; CIM Região de Aveiro, CIM Viseu Dão Lafões.

Entidades parceiras: Associação ABIMOTA; Empresas industriais do setor; Empresas turísticas; Centro de Alto Rendimento de Anadia.

PROJETO 23

ENERGIAS LIMPAS E RENOVÁVEIS

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: DT3, SE1, SE2, SE3, SEN1, SEN2

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Energia e Clima; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 7, ODS 9

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Figueira da Foz

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

O concelho da Figueira da Foz é o que tem o maior consumo industrial de energia elétrica na NUTS III Região de Coimbra, em virtude, principalmente, da existência de unidades industriais da fileira do papel. Nestas unidades, tecnologicamente evoluídas, faz-se um aproveitamento eficiente da energia primária (renovável) da biomassa através do aproveitamento de parte do calor gerado para concomitantemente produzir energia elétrica em cogeração de elevada eficiência. Assim, assume particular relevância, e coerência, neste concelho o conjunto de iniciativas que se propõe como contribuição para a descarbonização da economia e, em geral, para o cumprimento das metas da política energética do país.

O atual contexto de política energética da União Europeia e das correspondentes orientações estratégicas adotadas ao nível nacional permite identificar um expressivo potencial de contribuição do território deste concelho. As políticas para a transição energética têm tradução em orientações concretas quer no que respeita à procura, com uma grande preocupação relativa à eficiência energética, quer no que respeita à oferta de energia, com privilégio para as energias de origem renovável.

O concelho da Figueira da Foz beneficia de um contexto muito favorável nesta segunda vertente, já que se perspectivam avultados investimentos em projetos de aproveitamento de energia eólica *offshore*, através da concretização de parques eólicos marinhos numa zona de mar definida pelo Governo para o lançamento de leilões. O potencial nesta zona está caracterizado e é elevado, perspetivando-se uma potência instalada que poderá chegar a 4 GW, a uma distância entre 35 e 55 km da costa.

Por outro lado, embora numa fase menos amadurecida, existem tecnologias de aproveitamento da energia das ondas com sistemas a funcionar em diversos locais do planeta, com soluções diversas que não é certo que convirjam para um padrão de uso generalizado, como acontece com os aerogeradores. O potencial de aproveitamento desta forma de energia está também caracterizado na costa portuguesa, sendo o Concelho da Figueira da Foz um dos que apresentam um potencial elevado, podendo atrair investimentos que importa procurar e mobilizar.

O município tem prevista a instalação de um parque municipal fotovoltaico, num terreno de que é proprietário, com uma área de cerca de 10 ha, com condições adequadas a esta finalidade. Este projeto está em fase de concretização e tem em vista a criação de uma Comunidade de Energia, cuja produção servirá para satisfazer de forma partilhada consumos de edifícios do concelho na modalidade de autoconsumo coletivo, ao abrigo do Decreto-lei 15/2022 de 14 de janeiro. Há também a possibilidade de incluir armazenamento estacionário integrado no parque fotovoltaico, com duas vantagens principais: capacidade para utilizar eletricidade renovável mesmo em períodos do dia sem sol se tiver havido acumulação de excesso de produção relativamente à procura; capacidade para fornecer serviços de sistema à rede elétrica, atuando no mercado de serviços de regulação de frequência.

Também no território do concelho está prevista a concretização de um investimento privado, que poderá atingir dois mil milhões de euros, em produção de hidrogénio verde e, tirando partido de capacidade instalada na indústria do papel, o investimento previsto é igualmente direcionado ao fabrico de combustível sintético para aviação baseado no hidrogénio verde e em dióxido de carbono biogénico, um dos subprodutos da indústria do papel, garantindo a neutralidade carbónica de ambos os produtos finais.

A criação deste *cluster* baseado no hidrogénio verde liga-se intimamente com o projeto de construção de um gasoduto que ligará a Figueira da Foz a Celorico da Beira, tendo em vista a exportação de hidrogénio verde para além da Península Ibérica, através de Espanha.

Importa salientar que este conjunto de projetos, não apenas levará ao aumento do PIB da Região Centro, como conduzirá à criação de uma significativa quantidade de novos postos de trabalho, na sua maioria qualificados, como ainda dará uma importante contribuição para a afirmação da região no seu conjunto e do Município da Figueira da Foz em particular, como atores centrais da transição energética do país.

Este projeto tem duas fases distintas.

Primeira fase

- Instalação de uma central fotovoltaica associada a uma comunidade energética de autoconsumo.
- Instalação de uma fábrica de hidrogénio verde e de combustível sintético para a aviação, que combinará hidrogénio com carbono biogénico, subproduto da fabricação de papel.

Segunda fase

- Construção de uma central de energia eólica *offshore* e, numa hipótese mais remota, construção de uma central elétrica de conversão de energia das ondas. Estes dois projetos poderão ser realizados em cooperação com o município vizinho de Pombal.

Nota: O projeto poderá ser alargado a outros municípios que demonstrem vontade (por exemplo, Oliveira do Hospital) e a justifiquem com iniciativas enquadradas no objetivo de produzir energias limpas e renováveis.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Contribuir para a descarbonização da economia, reforçando a imagem da região enquanto ator central no processo de transição energética do país.
- ii. Atrair investimento estrangeiro, tirando proveito dos projetos com dimensão significativa previstos para o aproveitamento da energia eólica *offshore* e para o hidrogénio verde.
- iii. Promover a investigação e o desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento da energia das ondas.
- iv. Possibilitar o armazenamento estacionário de energia integrado no parque fotovoltaico municipal.
- v. Fomentar a criação de um *cluster* de hidrogénio verde e o desenvolvimento de tecnologias associadas, aproveitando a capacidade instalada da indústria local e o gasoduto Figueira da Foz - Celorico da Beira, permitindo exportar para a Europa.
- vi. Criar emprego qualificado.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Município da Figueira da Foz; numa fase posterior Município de Pombal.

Entidades parceiras: CIM Região de Coimbra; CIM Região de Leiria; Agência para a Energia (ADENE); Entidades públicas e privadas do setor da energia; Instituições de Ensino Superior e outras entidades do SCT; Outras entidades públicas e privadas.

PROJETO 24

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - INTERVENÇÃO NO EDIFICADO

ENQUADRAMENTO NAS OEBT: SEN1, SEN3, SEN4, SEN5, SU1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Energia e Clima; Transição verde

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP 2

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 7, ODS 11

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Almeida, Guarda, Sabugal

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

As opções estratégicas da área da energia traduzem a conceção de que a transição energética assenta em ações simultaneamente do lado da oferta e do lado da procura. Assim, ao nível regional, qualquer abordagem consistente à transição energética requer um programa abrangente, dirigido aos principais setores de atividade, estruturado segundo o paradigma *plan-do-check-act*⁸, tirando partido de extensa experiência, existente em outras geografias, de concretização de programas regionais.

Um plano piloto de intervenção no edificado dos concelhos da Guarda, Sabugal e Almeida seria, devido ao seu clima rigoroso, um ponto de partida para um programa regional integrado para a transição energética da Região Centro. Os correspondentes setores doméstico e de serviços representam cerca de 31% do consumo de energia final no país, constituindo assim um potencial muito relevante de racionalização por aumento da eficiência energética. A intervenção no edificado exige um diagnóstico da realidade, uma definição de metas coerentes com a estratégia definida e metodologias de acompanhamento e verificação sistemáticas. Tem ainda como pressuposto uma orientação dos instrumentos de gestão territorial para um ordenamento sustentável do território, criando condições favoráveis ao aproveitamento passivo da energia solar pelos edifícios, à produção local dispersa de energia de fontes renováveis, à proximidade entre serviços e residências e à redução das deslocações pendulares.

A concretização desta intervenção no edificado, envolvendo a autoridade regional e os decisores dos municípios, exige adaptação aos tipos de financiamento disponíveis nos programas nacionais e regionais e uma parceria com a Agência para a Energia (ADENE), além de outras parcerias com outros agentes relevantes, públicos e privados designadamente agências regionais e municipais de energia.

Os dois tipos de objetos serão os edifícios existentes, visando uma renovação sistemática com metas quantitativas bem definidas, e os edifícios a construir, com definição de padrões mínimos

⁸ Método iterativo de gestão e controlo de processos e produtos.

de eficiência passiva e ativa. Os públicos-alvo serão as famílias, as empresas de serviços e os industriais de construção, com uma abordagem de informação e aconselhamento, técnico e de fontes de financiamento, de formação, de consultoria, de auditoria.

Esta abordagem será operacionalizada através de uma rede de centros de aconselhamento, inicialmente limitada ao território do plano piloto e posteriormente estendida a toda a região, dotados de profissionais habilitados e especificamente formados para as funções e de ferramentas técnicas e informáticas.

Este plano criará condições para intervir, de forma integrada, na evolução do edificado, no aperfeiçoamento da habilitação técnica na área da eficiência energética das empresas de construção e instaladoras de equipamentos, no aumento da literacia energética da população em geral, na redução da morbilidade por falta de conforto interior, e na deteção e resolução de situações de pobreza energética. Constituirá uma componente muito importante do *programa regional integrado para a transição energética*.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Realizar um diagnóstico da situação energética atual do edificado nos três concelhos.
- ii. Elaborar um plano piloto para promover a eficiência energética nos edifícios (existentes e novos).
- iii. Definir metas e metodologias de monitorização devidamente articuladas com a estratégia de transição energética.
- iv. Usar este plano como base de um programa regional integrado para a transição energética.
- v. Orientar os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) para a criação de condições favoráveis ao aproveitamento passivo da energia solar pelos edifícios, à produção local dispersa de energia de fontes renováveis, à proximidade entre serviços e residências e à redução das deslocações pendulares.
- vi. Promover o aumento da literacia energética na população.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidade promotora ou coordenadora: Município de Almeida; Município da Guarda; Município do Sabugal.

Entidades parceiras: CCDR Centro; Agência para a Energia (ADENE); Instituições de Ensino Superior e outras entidades do SCT; Entidades públicas e privadas do setor de energia; Outras entidades públicas e privadas.

PROJETO 25

CENTRO | MELHORES E MAIS COMPETITIVAS CIDADE COM MELHOR COMÉRCIO E SERVIÇO

ENQUADRAMENTO NAS OEBS: DT4, SE5, SS1, SU1

ENQUADRAMENTO NA RIS3: Não aplicável

ENQUADRAMENTO NO CENTRO 2030: OP5

LIGAÇÃO AOS ODS: ODS 8, ODS 9, ODS 11

CATEGORIA: Outros projetos

ÁREA TERRITORIAL: Quatro Centros Urbanos da Região Centro: Castelo Branco, Viseu, Figueira da Foz e Coimbra

FICHA DE PROJETO

DESCRIÇÃO

As forças centrífugas geradas pelas grandes superfícies comerciais e pela suburbanização residencial devem ser compensadas por uma política de cidade orientada para a revitalização dos centros urbanos, que, para além da regeneração do espaço público e do edificado, em particular do património histórico, promova o comércio e os serviços de proximidade, em articulação com as atividades turísticas e culturais. Contrastando com o padrão estereotipado dos grandes centros comerciais, as atividades terciárias do centro das cidades devem estar associadas a um contexto que integre desenho físico, funcionalidade e imagem simbólica, numa simbiose de tradição, herança histórica, modernidade e inovação, que confira a cada cidade uma personalidade própria. Comércio, atividades turísticas e culturais, serviços de diversos tipos, devem gerar uma oferta que combine interações presenciais com serviços à distância, satisfazendo as necessidades gerais da população que reside, trabalha e a visita e oferecendo atividades especializadas que atribuam um cariz diferenciador a cada cidade.

Deve, assim, haver uma aposta na organização do território numa lógica semelhante à das antigas ruas dos ofícios (rua da louça, dos correeiros, dos sapateiros), na promoção de uma oferta diversificada de espetáculos e eventos culturais (*in loco*, ou usando criativamente as potencialidades das novas tecnologias de comunicação e de realidade virtual) e numa oferta de comércio e serviços que combine a satisfação da procura local com uma imagem de marca associada a um perfil de especialização focado na procura nacional e global.

Estas orientações genéricas são a base de um projeto piloto, que se pretende venha a envolver o poder local, associações comerciais, estruturas associativas nas áreas do turismo, cultura, lazer ou outros serviços, empresas e entidades do sistema científico. Propõe-se, como ponto de partida, intervenções em quatro cidades da região: Castelo Branco, Viseu, Figueira da Foz e

Coimbra, que serão laboratórios ao vivo (*Living Labs*) de experimentação de novas formas de urbanismo de serviços, que se espera possam ser replicados noutras cidades.

Trata-se de cidades com fortes dinâmicas económicas e demográficas, quer em termos absolutos, quer em comparação com a Região Centro e o país, com dimensão suficiente para justificar projetos de revitalização dos centros urbanos numa lógica de oferta de serviços de proximidade e com uma atratividade turística que facilita o desenvolvimento de serviços personalizados que se possam implantar à escala global.

Castelo Branco é um nó central da Rota do Bronze, ligando o interior da região com Espanha, tendo, após a conclusão do IC31, uma elevada acessibilidade a Madrid. É também um nó fundamental para a revitalização do interior deprimido da região.

Viseu é o principal centro do processo de expansão da faixa litoral portuguesa para leste, tem um rico património cultural e artístico e serve uma área industrial e agrícola com elevado dinamismo. O papel, que sempre desempenhou, de centro comercial e de serviços do planalto da Beira tem acompanhado o dinamismo económico da sua área de influência, criando uma escala que poderá reforçar Viseu como nó da rede urbana policêntrica da Região Centro e do país.

Figueira da Foz é um centro turístico com projeção nacional e internacional, reforçado pela crescente importância do seu porto e pela expansão das atividades de investigação associadas à Universidade de Coimbra. Além do mais, o espaço público e o património construído da sua malha urbana central têm uma dimensão e uma qualidade que propiciam a criação de um centro integrado de comércio e serviços.

Coimbra, para além de ser o principal núcleo terciário da Região Centro, possui no seu núcleo central, conhecido como *Baixinha*, um conjunto de ruas estreitas que confluem numa das praças mais interessantes do país. Este espaço apresenta características excecionais para se transformar num grande centro comercial ao ar livre, conjugando a logística moderna com uma lógica descentralizada de iniciativas empresariais, que combine pequenos estabelecimentos independentes com representações de grandes marcas internacionais de comércio e serviços.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- i. Ligar o espaço público aos espaços de desenvolvimento das atividades de comércio e serviços de proximidade, restauração, alojamento, hotelaria e comércio de forma integrada, articulando o esforço de captação e retenção de fluxos turísticos.
- ii. Dinamizar abordagens valorizadoras da qualidade de vida de cidadãos e turistas (realizando os estudos de definição conceptual apropriados à natureza e objetivos de intervenção).
- iii. Apoiar projetos que visem ajustar os espaços comerciais aos princípios e valências do urbanismo comercial, juntando iniciativas empresariais com projetos de revitalização dos centros das cidades.
- iv. Combater a sazonalidade das atividades turísticas.
- v. Combater o despovoamento do interior da região, através da consolidação de centros urbanos com potencial para dinamizar as suas áreas de influência.
- vi. Promover a gestão integrada do espaço urbano onde se pretende intervir, através de uma unidade de gestão, obrigatoriamente constituída pela autarquia e por uma estrutura associativa, podendo integrar também empresas existentes ou a atrair, de

forma a criar sinergias e partilhar responsabilidades, numa lógica de urbanismo comercial.

ATIVIDADES A DESENVOLVER PARA CADA CIDADE PROPOSTA

- Elaboração de um plano estratégico urbano-comercial, com base na Carta do Comércio e Serviços e perspetivando a ofertas mais adequadas à procura, a inovação tecnológica e a articulação com o espaço urbano. Deste plano devem constar:
 - Requalificação de espaços públicos, preferencialmente configurados como espaços de circulação pedonal;
 - Reabilitação do edificado;
 - Renovação dos espaços comerciais e de serviços, articulando-os com o espaço público;
 - Promoção de atividades com periodicidade regular ou ocasional: feiras, exposições, mercados de rua, eventos culturais;
 - Investimento em tecnologias de informação e comunicação, como suporte à inovação em abastecimento e logística e ao desenvolvimento de modelos que combinem formas presenciais e remotas de comércio e serviços e se apoiem em tecnologias de realidade virtual e aumentada;
 - Melhoria da acessibilidade aos espaços intervencionados e da mobilidade no seu interior, assegurando em particular as condições de circulação de pessoas com mobilidade reduzida.
- Definição de uma imagem de marca da área urbana objeto da intervenção-piloto e da oferta que se quer promover.
- Criação de uma estrutura de governação público-privada.

OPERACIONALIZAÇÃO

Entidades promotoras ou coordenadoras: Municípios; Estruturas associativas empresariais do Comércio e Serviços; Empresas de comércio e serviços.

Entidades Parceiras: CCDR Centro; CIM; CCP - Confederação de Comércio e Serviços de Portugal.

2. Normas Orientadoras

Enquadramento

Com base no diagnóstico efetuado e nos objetivos estratégicos de base territorial, o presente capítulo sinaliza as diretrizes estratégicas a prosseguir e estabelece as normas orientadoras para a gestão e uso do território atendendo a cada um dos sistemas estruturantes do modelo territorial, seguindo as orientações do PN POT. Estas diretrizes e normas constituem o quadro de referência a desenvolver pelos programas intermunicipais e planos territoriais de âmbito municipal.

Atendendo à sua natureza e ao âmbito de aplicação, as normas orientadoras são classificadas em:

- I. **Normas Gerais (NG) por sistema territorial.** Definem o conjunto de orientações a respeitar pelas diferentes entidades públicas cuja intervenção é considerada necessária para a concretização do modelo territorial, com aplicação generalizada a todo o território da região. A apresentação destas normas organiza-se em função dos sistemas estruturantes do modelo territorial: o Sistema Económico (NG.SE), o Sistema Social (NG.SS), o Sistema Natural (NG.SN), o Sistema de Mobilidade e Energia (NG.SME), o Sistema Urbano (NG.SU), os Riscos e Vulnerabilidades (NG.RV) e o Modelo Territorial (NG.MT), assim como os critérios e mecanismos necessários à aplicação e concretização das opções do PROT Centro.
- II. **Normas para os Instrumentos de Gestão Territorial.** Incluem normas gerais (NG) e normas específicas (NE), a aplicar a cada domínio ou área de intervenção no âmbito do Planeamento Territorial para assegurar a viabilização da proposta de modelo territorial do PROT Centro.

Sistema Económico

Diretrizes Estratégicas

A Região Centro tem um peso relevante na economia nacional, dando um contributo significativo para o VAB e para a internacionalização da economia portuguesa, quer através da capacidade do sistema produtivo regional se inserir nas cadeias de valor internacionais e nas redes globais de comércio, quer por via da inserção nas redes multiescalares de conhecimento e inovação.

Assim, os objetivos estratégicos respeitantes ao Sistema Económico devem estar orientados para:

- I. Domínio da **interação do SCT com o tecido económico e social** - para a região transitar para uma base económica assente no conhecimento, é necessária uma crescente interação do SCT com o tecido económico e social; é igualmente necessário atrair Investimento Direto Estrangeiro (IDE) de qualidade, particularmente de empresas âncora capazes de gerar efeitos multiplicadores e *startups* de base tecnológica;
- II. Domínio da **base económica exportadora da região** – devem ser qualificados e reforçados os setores de atividade que a constituem, através de uma interação sistemática com o SCT e de investimento de qualidade;
- III. Domínio das **atividades económicas do futuro** - a qualificação económica da região depende da sua capacidade de antever e desenvolver um conjunto de setores com potencial de crescimento, arrastamento da economia e geração de alto valor acrescentado;
- IV. Domínio do **turismo** – importa aumentar a sua competitividade explorando de forma criativa e eficiente a riqueza de recursos naturais e culturais únicos que a região detém; para tal, é necessário apostar na sustentabilidade ambiental e social, na qualificação dos recursos humanos, tirar proveito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), incorporar conhecimento criado no SCT para estruturar novos produtos e diversificar a oferta, aproveitando todo o território;
- V. Domínio da **base económica dos territórios de mais baixa densidade** – é necessário promover atividades económicas que contribuam para o seu desenvolvimento, diversificando a atividade turística, apostando nos seus recursos naturais, culturais e qualidade de vida para criar valor.

Normas Gerais

NG.SE.1. Domínio da **interação do SCT com o tecido económico e social**

- a) Estimular a ligação em rede das instituições do SCT regional.
- b) Promover a interação do SCT com as empresas, o setor público e o terceiro setor, com especial atenção nas PME, nas atividades tradicionais com potencial de modernização, nos novos projetos empresariais, em particular os ligados aos setores de aposta da região.
- c) Criar incentivos à participação do meio académico em atividades de transferência de tecnologia.
- d) Apostar na investigação industrial, desenvolvimento experimental e transferência de tecnologia para as empresas da região, priorizando os setores de aposta.

- e) Incentivar o desenvolvimento e a integração tecnológica e disseminar os resultados pelo tecido económico e social regional.
- f) Estimular ações de qualificação tecnológica no meio empresarial.
- g) Promover a prestação de serviços tecnológicos às empresas.
- h) Atrair a instalação na região de empresas âncora, preferencialmente nos setores de aposta da região.
- i) Apoiar empresas disponíveis a investir em conhecimento e tecnologia desenvolvido pelo SCT regional.
- j) Promover *startups* regionais de base tecnológica.
- k) Atrair *startups* de base tecnológica, preferencialmente nos setores de aposta da região.

NG.SE.2. Domínio da base económica exportadora da região

- a) Desenvolver iniciativas de consolidação dos *clusters*/fileiras relevantes para a região, com vista a uma efetiva promoção e colocação dos seus produtos, serviços e tecnologias nos mercados internacionais.
- b) Promover a inovação e a competitividade nos ramos de atividade que formam a base exportadora da economia regional: metalomecânica, cerâmica e vidro, plásticos, indústrias farmacêuticas e química e fileira têxtil-vestuário-confeções.
- c) Reforçar a atividade exportadora dos ramos da madeira, da pasta de papel e de alguns produtos agrícolas, tais como o vinho.
- d) Fortalecer e valorizar a fileira agroflorestal, assegurando a gestão sustentável dos recursos naturais e o correto ordenamento do espaço rural.
- e) Dinamizar os polos de inovação de Viseu (fruticultura), Nelas (vinha e o vinho), Anadia (viticultura e enologia do espumante), Coimbra (horticultura e cereais, com foco na agricultura biológica).
- f) Valorizar a aquicultura nas zonas costeiras, assegurando a gestão sustentável dos recursos naturais.

NG.SE.3. Domínio das atividades económicas do futuro

- a) Aumentar o peso das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica (TICE) na base económica exportadora da região.
- b) Estimular a criação de produtos e serviços na área das TICE.
- c) Promover a utilização criativa das TICE nos diversos setores da economia e da sociedade.
- d) Fortalecer a ligação da indústria metalomecânica de base tecnológica à fileira do automóvel e da mobilidade.
- e) Desenvolver e fabricar máquinas e equipamentos com elevada incorporação de inteligência artificial.
- f) Desenvolver um sistema eficiente de transportes e uma rede de centros logísticos.
- g) Estimular a fileira da saúde e tecnologias da saúde para a produção de bens de elevado valor acrescentado e com forte potencial de exportação.
- h) Apostar na economia azul como uma das bases da qualificação tecnológica da região.
- i) Fortalecer as atividades económicas de maior valor acrescentado ligadas ao mar.

- j) Reforçar e distribuir pelo território, principalmente nos principais centros urbanos, os serviços de consultadoria técnico-científica de apoio à produção.
- k) Desenvolver um *cluster* de indústrias criativas que combine atividades de design, artes gráficas e performativas, novos materiais e novas formas de os trabalhar com base nas TICE.

NG.SE.4. Domínio do turismo

- a) Incentivar o uso das TICE na exploração dos recursos naturais e culturais, produção de conteúdos e elementos info-promocionais e desenvolvimento de aplicações tecnológicas que permitam melhorar a experiência turística, tornando-a mais apelativa e memorável e que possibilitem a gestão eficiente de fluxos de procura, fomentando a inovação e a sustentabilidade do setor.
- b) Promover a interação dos agentes culturais com o SCT para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, com particular incidência na interface do turismo com a saúde e o bem-estar, a cultura e o desporto, o lazer e o contacto com a natureza.
- c) Diversificar a oferta estruturada de empreendimentos e produtos turísticos numa perspetiva territorial, em particular nos domínios do turismo cultural e da natureza.
- d) Privilegiar a regeneração urbana dos centros históricos das cidades e vilas da região, face à concentração de património construído classificado que se constitui como âncora importante para o turismo urbano, salvaguardado o património arqueológico.
- e) Valorizar o território e as comunidades, promovendo a inventariação, a conservação e o usufruto do património cultural material (arquitetónico, arqueológico e etnográfico) e imaterial, bem como do património natural e tirando proveito da autenticidade e da vivência das comunidades locais.
- f) Promover ações de valorização dos produtos endógenos regionais, nomeadamente, no âmbito dos ativos estratégicos gastronomia e vinhos.
- g) Dinamizar o comércio tradicional e as lojas com história, promovendo a identidade e autenticidade locais.
- h) Desenvolver o turismo de natureza e em espaço rural, integrando os valores culturais através de projetos de valorização económica e de uma gestão ativa do património natural e rural, onde se inclui a rede de áreas nacionais protegidas, as reservas da biosfera e os Geoparques reconhecidos pela UNESCO, nomeadamente, no contexto da promoção da marca Natural.PT.
- i) Garantir uma qualificação elevada da oferta turística em solo rústico, de modo a promover a coesão territorial através das dinâmicas positivas geradas tanto no emprego como nas atividades económicas associadas ao turismo.
- j) Desenvolver o cicloturismo através da extensão da rede de ciclovias e da criação de locais de estacionamento destinados a bicicletas em meio urbano, bem como de estruturas de suporte (exemplo: centros de BTT).
- k) Promover a revitalização e dinamização económica de aldeias e centros rurais com vocação turística, nomeadamente em torno de redes temáticas (Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas e Aldeias de Montanha).
- l) Diversificar a oferta estruturada de empreendimentos e produtos turísticos numa perspetiva territorial, em particular nos domínios do turismo cultural, espiritual/religioso e da natureza.

- m) Promover a valorização turística dos percursos associados aos itinerários religiosos e a valorização turística dos percursos associados ao turismo arqueológico.
- n) Desenvolver produtos ajustados a diferentes segmentos etários da procura e para segmentos motivacionais (como por exemplo, turismo de surf, turismo equestre, turismo militar, turismo industrial, turismo cultural e turismo de saúde e bem-estar).
- o) Promover experiências turísticas que proporcionem oportunidades de interação com residentes locais e transmissão de conhecimentos de usos e costumes tradicionais.
- p) Reforçar o posicionamento da Região Centro como um destino de atividades náuticas, desportivas e de lazer associadas aos rios e águas interiores, bem como ao mar como destino de surf de referência internacional.
- q) Dinamizar e valorizar as infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio ao turismo náutico, nomeadamente, portos, marinas e centros náuticos.
- r) Promover atividades náuticas de usufruto do mar ligadas ao mergulho, vela, canoagem, observação de aves marinhas, pesca, passeios marítimo-turísticos, visitação do património cultural náutico e subaquático, que integrem a sustentabilidade na cultura náutica do mar.
- s) Valorizar os territórios com presença de lagos, lagoas, rios, ribeiras, albufeiras e estâncias termais, num quadro de reconhecimento de prestação de serviços ambientais e de relevância para o turismo.
- t) Promover a criação de itinerários temáticos naturais e culturais que incluam o património histórico-arqueológico, trilhos e percursos pedestres interpretativos à escala municipal e intermunicipal.
- u) Reforçar a cooperação transfronteiriça e a participação ativa da região e dos seus territórios em redes internacionais de turismo.

NG.SE.5. Domínio da base económica dos territórios de mais baixa densidade

- a) Fortalecer a atividade turística ligada à exploração de recursos naturais, tais como o turismo em meio rural.
- b) Promover o turismo de saúde e bem-estar, particularmente dirigido ao segmento sénior.
- c) Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais.
- d) Valorizar os produtos locais tradicionais, a paisagem e o património cultural material e imaterial dos territórios rurais.
- e) Estimular a produção de energia a partir de fontes renováveis, salvaguardando os impactes paisagísticos na envolvente dos ativos turísticos diferenciadores, como sejam os itinerários temáticos, o património histórico, ou as estâncias termais.
- f) Promover a valorização dos serviços de ecossistemas como alavanca para uma nova economia dos territórios de floresta e baixa densidade.
- g) Reforçar o modo de produção agrícola biológica e certificada.
- h) Promover a criação de centros de teletrabalho.
- i) Incentivar a criação de projetos na área da economia circular.

Sistema Social

Diretrizes Estratégicas

O problema demográfico da Região Centro, com maior expressão nos seus territórios do interior, traduz-se na perda de população ativa, evolução estrutural momentaneamente compensada pelos recentes fluxos de imigração, e num aumento significativo do peso dos idosos. A solução para sustentar, nos próximos anos, a dinâmica de declínio, passa pela atração de um número significativo de imigrantes, particularmente de pessoas em idade ativa e respetivas famílias.

Regista-se o envelhecimento da população e o isolamento de muitos idosos, sobretudo em contextos mais rurais, mas também nas cidades, onde prevalecem os idosos com mais de 75 anos. Esta população necessita de acesso a um conjunto de serviços, particularmente na área social e da saúde, que lhes permita ter qualidade de vida.

Assim, os objetivos estratégicos respeitantes ao Sistema Social devem estar orientados para:

- I. Domínio dos **serviços de interesse geral** – garantir a equidade da sua oferta pelo território, promovendo a digitalização e a utilização das TICE, bem como a mobilização e cooperação dos vários atores no território para uma gestão partilhada de infraestruturas, equipamentos e desenvolvimento de projetos conjuntos de oferta de serviços;
- II. Domínio da **autonomia e cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência** – desenvolver políticas públicas de apoio ao envelhecimento ativo e garantir o acesso a conjunto de serviços essenciais, envolvendo um conjunto diversificado de entidades e setores;
- III. Domínio da **saúde** – assegurar o acesso aos equipamentos e serviços de forma equitativa pelo território, salvaguardando as restrições de eficiência e escala na prestação dos cuidados; nos territórios de baixa densidade, com maiores dificuldades no acesso a cuidados de saúde, deve recorrer-se, quando adequado, às TICE e a serviços em regime ambulatorio;
- IV. Domínio da **habitação** – criar condições para o acesso de toda a população a habitação digna; deve igualmente, promover-se a oferta de habitação de qualidade, fundamental para atrair população ativa qualificada, idosos ativos que procuram o bem-estar; para se cumprir estes objetivos são necessárias estratégias de planeamento habitacional;
- V. Domínio da **oferta educativa e formação ao longo da vida** – garantir o equilíbrio entre escala e acessibilidade às instituições de ensino, tendo em especial atenção as áreas de baixa densidade; ter uma atitude prospetiva é fundamental para se evitarem disfunções no sistema de ensino no futuro; a oferta formativa deve ter uma componente territorializada, dando resposta às necessidades dos tecidos económico e social; deve ser promovida a aprendizagem ao longo da vida, particularmente no domínio das competências digitais;
- VI. Domínio da **cultura e qualidade de vida** – assumir a cultura, em todas as suas dimensões, como um fator estratégico de fortalecimento dos territórios e, desta forma, contribuir para a atração de novos residentes; para tal, deve ser feita uma aposta na dinamização e valorização do património cultural material (arquitetónico, arqueológico e etnográfico) e imaterial e na inovação, combinando as indústrias criativas e as TICE, associando tecnologia e artesanato, materiais tradicionais e novos;

Normas Gerais

NG.SS.1. Domínio dos serviços de interesse geral

- a) Planear a rede de equipamentos e dos diversos serviços de interesse geral às escalas regional (NUTS II), sub-regional (NUTS III) e municipal.
- b) Promover, ao nível supramunicipal, a coordenação da programação dos diversos equipamentos coletivos, por forma a ganhar escala e eficiência na utilização dos recursos, tendo em consideração a distribuição da população no território e a sua acessibilidade aos equipamentos.
- c) Elaborar uma carta social ao nível das NUTS III com o planeamento da rede de equipamentos sociais da região, aumentando a eficácia e a eficiência da resposta aos desafios do envelhecimento, do despovoamento, da imigração, do combate à pobreza e à exclusão social e territorial.
- d) Desenvolver um sistema de apoio ao planeamento habitacional (SAPH), que disponha de informação estruturada e permanentemente atualizada e de mecanismos eficientes de monitorização, por forma a dar um suporte objetivo à formulação de políticas públicas.
- e) Apoiar o desenvolvimento de instrumentos de planeamento e de medidas de gestão territorial centrados nas questões habitacionais.
- f) Articular o desenvolvimento e a qualificação dos aglomerados urbanos com a rede de equipamentos e infraestruturas de saúde, potenciando a acessibilidade, a rentabilização e a racionalização dos investimentos realizados.
- g) Promover a concertação territorial do planeamento plurianual da rede de ofertas formativas, adaptada às necessidades do mercado de trabalho e consistente com a capacidade instalada dos equipamentos educativos e formativos existentes.
- h) Reforçar a qualificação dos recursos humanos no que diz respeito a competências digitais e especializadas de base territorial, por forma a responder a necessidades específicas do tecido económico e social.
- i) Fomentar projetos de inovação social, sustentabilidade e coesão em territórios de baixa densidade através da otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos (educação, saúde, cultura, sociais, económicos, associativos).
- j) Alargar a rede de lojas e espaços do cidadão e ampliar os serviços públicos prestados.
- k) Reforçar a eficácia e a eficiência dos serviços públicos e de interesse geral por via da conectividade digital.
- l) Garantir cobertura de rede 5G em todo o território.

NG.SS.2. Domínio da autonomia e cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência

- a) Promover soluções alternativas de acessibilidade (física e digital) e de mobilidade (deslocação das pessoas aos serviços ou dos serviços às pessoas), de modo a garantir um acesso mais equitativo à população mais idosa e reforçar os seus níveis de bem-estar.
- b) Promover formas de apoio a uma vida independente, reforçando a assistência pessoal aos idosos para a realização de atividades quotidianas.
- c) Combater o abandono e o isolamento físico e social, através da criação de locais multisserviços, centros de dia, apoio domiciliário e disponibilização de transporte flexível.

- d) Valorizar o envelhecimento ativo e de qualidade (trabalho a tempo parcial, autoemprego, trabalho voluntário).
- e) Promover a participação de idosos em eventos culturais, de forma ativa ou como espetadores.
- f) Promover a formação ao longo da vida para idosos.
- g) Promover atividades de exercício físico adaptadas às capacidades dos idosos.

NG.SS.3. Domínio da saúde

- a) Dotar o SNS de capacidade para responder melhor e de forma mais célere às necessidades dos cidadãos, simplificando o acesso, aproveitando e rentabilizando os meios de proximidade, modernizando a prestação de serviços de saúde.
- b) Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde, particularmente em áreas rurais e periféricas.
- c) Promover o uso das TICE na prestação dos cuidados de saúde.
- d) Reforçar os cuidados de saúde em regime ambulatorio.
- e) Melhorar a acessibilidade geográfica aos cuidados de saúde hospitalares.
- f) Reforçar os cuidados de saúde primários.
- g) Promover a prestação de cuidados continuados de saúde a pessoas em situação de dependência.
- h) Fortalecer a cooperação transfronteiriça relativamente aos cuidados de saúde.
- i) Capacitar os recursos humanos para um novo contexto social.
- j) Promover estilos de vida saudáveis para a redução de doenças crónicas.

NG.SS.4. Domínio da habitação

- a) Garantir o acesso a habitação digna a toda a população.
- b) Garantir apoio público à população que não consegue aceder ao mercado da habitação (compra e arrendamento) devido aos preços.
- c) Planear as necessidades de habitação a médio prazo, em termos quantitativos e qualitativos, conferindo previsibilidade ao mercado.
- d) Desenvolver políticas públicas que promovam a oferta de habitação de qualidade e em quantidade por forma a responder às necessidades dos vários segmentos da procura e a regular os preços, respetivamente.
- e) Privilegiar a reabilitação do parque habitacional existente para disponibilização de habitação, face à construção de novos alojamentos.
- f) Garantir, em sede de planos territoriais, que os investimentos em habitação social são um fator de integração social e de qualificação urbana, não devendo ser permitida a sua implantação de forma segregada no território.
- g) Aumentar a eficiência energética dos alojamentos e as suas condições de conforto.
- h) Promover a adaptação dos alojamentos a uma população com mobilidade reduzida, considerando o cenário de envelhecimento populacional.

NG.SS.5. Domínio da oferta educativa e da formação ao longo da vida

- a) Promover o planeamento da rede de ensino nas suas várias dimensões em articulação com a administração regional.
- b) Reforçar a componente prospetiva das cartas educativas.
- c) Garantir o equilíbrio entre acessibilidade e escala, particularmente nas áreas de baixa densidade.
- d) Adaptar as metodologias de ensino ao novo contexto demográfico.
- e) Estimular o sistema de ensino superior e profissional a oferecer formações ajustadas às necessidades económicas e sociais.
- f) Apostar em formações ligadas ao meio empresarial, a instituições públicas e a organizações do terceiro setor.
- g) Fomentar a aprendizagem ao longo da vida.
- h) Promover competências digitais, principalmente na população idosa e com menos literacia.

NG.SS.6. Domínio da cultura e qualidade de vida

- a) Diversificar a oferta cultural, desportiva e de lazer.
- b) Reabilitar, valorizar e dinamizar o património cultural material (arquitetónico, arqueológico e etnográfico) e imaterial, envolvendo, em particular, a população mais idosa na partilha do seu conhecimento ancestral com as gerações mais novas e promovendo a educação para o património cultural nas escolas, desenvolvendo projetos para o conhecimento e preservação do património cultural regional e local.
- c) Integrar as técnicas de construção tradicional com os requisitos de circularidade e eficiência energética.
- d) Promover a inovação sustentável no artesanato e no uso de materiais tradicionais.
- e) Estimular a inovação no setor da cultura através da combinação das TICE com as indústrias criativas.
- f) Requalificar cinemas e casas de espetáculo, principalmente no interior da região, dotando-os de infraestruturas tecnológicas capazes de aceder em tempo real a espetáculos de qualidade realizados em qualquer parte do Mundo.
- g) Promover parcerias estratégicas com casas de espetáculo nacionais e estrangeiras.

Sistema Natural

Diretrizes Estratégicas

O Sistema Natural assegura a qualidade e a diversidade das espécies, dos *habitats*, dos ecossistemas e das paisagens, mas também a funcionalidade e sustentabilidade dos diversos serviços prestados pelos ecossistemas e que contribuem de forma substancial para o desenvolvimento da região, desde os menos tangíveis como a paisagem, aos mais tradicionais como os recursos minerais, biogenéticos, agroflorestais, marinhos e a produção de energia verde. Todos eles são peças fundamentais da estratégia de descarbonização da economia nacional, bem como da estratégia de bem-estar, desenvolvimento e coesão territorial.

O PROT Centro aposta na **valorização do capital natural**, reconhecendo que os valores e recursos naturais são fonte de matérias-primas e bens essenciais e que os ecossistemas naturais prestam serviços fundamentais para os equilíbrios globais, para a qualidade de vida da população, para a geração de riqueza e, conseqüentemente, para o desenvolvimento económico e social da região.

Assim, os objetivos estratégicos respeitantes ao Sistema Natural devem estar orientados para:

- I. Domínio do **solo e dos recursos geológicos** - o solo está sujeito a pressões ambientais resultantes da expansão urbana, da agricultura, da indústria, mas também dos incêndios florestais, das cheias e inundações, fenómenos estes reforçados pelas alterações climáticas; é, assim, essencial acautelar uma ocupação ordenada do território, contendo a artificialização do solo, reduzindo a degradação e perda dos solos com maior valor e impulsionando a valorização dos mais frágeis e menos produtivos através de formas sustentadas de exploração agrícola, pecuária e florestal associadas ao turismo e ao lazer; face à diversidade geológica da Região Centro, a exploração dos recursos minerais é um fator de desenvolvimento que importa desenvolver de forma sustentável.
- II. Domínio da **água** - a água, superficial ou subterrânea, é um valor estratégico e estruturante da Região Centro, devendo ser valorizada como um recurso natural e um valor ambiental e paisagístico da maior relevância; apesar da região dispor deste recurso em abundância, os padrões espaciais e sazonais são diferenciados, pelo que é necessário aumentar a capacidade de armazenamento através da criação de novas albufeiras, do melhor aproveitamento das albufeiras existentes e da gestão dos volumes armazenados, bem como o uso racional, eficiente e circular da água.
- III. Domínio da **biodiversidade** - a conservação da natureza e a biodiversidade são prioridades da Região Centro e devem ser vistas como um ativo dos serviços prestados pelos ecossistemas, pelo que é necessário adotar medidas que contribuam para a sua preservação e valorização. Este objetivo está suportado em três vértices: melhorar o estado de conservação do Património Natural; promover o reconhecimento do valor do Património Natural e fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade. Neste âmbito, deve designadamente promover-se a recuperação da vegetação climatófila, edafoxerófila e edafohigrófila – com função exclusivamente de conservação – através da sucessão ecológica, podendo, caso necessário, reforçar-se a regeneração natural das espécies características da zona com sementes de origem local ou regional, bem como prevenir a introdução de espécies exóticas invasoras e controlar as existentes.

- IV. Domínio **agroflorestal** - a agricultura e a floresta são setores relevantes na Região Centro, desde logo por representarem, em conjunto, o uso dominante do território; para além da sua relevância económica, social e paisagística, as ocupações florestal e agrícola têm, também, um papel fundamental de proteção dos solos, de combate à desertificação e de conservação da biodiversidade; é necessário transitar progressivamente para uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental, económico e social, sendo importante criar uma rede de apoio à inovação tecnológica e de gestão na agricultura, gerir de forma eficiente e sustentável o regadio e os recursos hídricos e adaptar as culturas agrícolas às alterações climáticas; na vertente das florestas deve promover-se a otimização funcional e a eliminação das vulnerabilidades dos espaços florestais, seguindo as orientações e diretrizes específicas dos respetivos PROF (Programa Regional de Ordenamento da Floresta) e dos PRGP (Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem), assegurando a reconversão das áreas degradadas, a criação e manutenção de descontinuidades no coberto vegetal, a criação de mosaicos de povoamentos e a promoção de atividades conducentes a uma redução da biomassa, com vista à redução do risco de incêndio.
- V. Domínio da **zona costeira** - a zona costeira da Região Centro apresenta forte suscetibilidade a perigos de erosão e galgamento marinho, registando um historial de perdas acentuadas de território, em especial nos troços com características geomorfológicas mais vulneráveis ao avanço do mar, que exigem avultados recursos financeiros na defesa e proteção de pessoas e bens; este território tem sido alvo de pressões significativas por parte de usos e ocupações urbanas, por vezes desqualificadas e massificadas, que geraram uma degradação acentuada de recursos e valores naturais e fortes conflitos de uso; é, pois, fundamental proteger e valorizar a faixa costeira da região, promovendo a requalificação urbana do existente e contenção dos perímetros urbanos vigentes, preservando e valorizando a atividade turística e cultural, assim como a segurança das zonas ribeirinhas e dos espaços balneares; a articulação do ordenamento do espaço marítimo com o desenvolvimento de atividades ligadas à biotecnologia dos ecossistemas estuarinos e marinhos é a base para uma aquicultura eficiente. De igual modo, a exploração sustentável da energia eólica *offshore* e das energias oceânicas renováveis, deverá merecer uma atenção crescente.
- VI. Domínio dos **resíduos** - a gestão dos resíduos promove os princípios da economia circular, da utilização racional dos recursos naturais e da redução da pressão sobre os ecossistemas, proporcionando novas oportunidades económicas e contribuindo para a competitividade no longo prazo. É assim, essencial que a Região Centro prossiga as metas nacionais e comunitárias relativas à redução dos resíduos, de forma a contribuir também para o objetivo de neutralidade carbónica.
- VII. Domínio da **qualidade do ar** – continuando a melhoria verificada à escala europeia nas duas últimas décadas, é determinante apostar na descarbonização e nas medidas de controle da poluição atmosférica.

Normas Gerais

NG.SN.1. Domínio da Gestão do Solo e dos Recursos Geológicos

- a) Fomentar medidas de prevenção de perda de solo em áreas suscetíveis aos incêndios florestais, incluindo atuações de emergência na sequência imediata dos incêndios,

para mitigar os efeitos de erosão e deslizamento de terras em encostas, por efeito da chuva.

- b) Garantir o ordenamento e a qualificação ambiental das atividades económicas em meio rural.
- c) Impulsionar a valorização dos solos mais frágeis e menos produtivos através de formas sustentadas de exploração agrícola, pecuária e florestal associadas ao turismo e ao lazer.
- d) Promover o aproveitamento dos recursos geológicos, assegurando o balanço entre o seu impacto económico e os impactes ambientais da sua exploração.
- e) Fomentar a valorização do emparcelamento da propriedade, apoiando e incentivando o associativismo da exploração produtiva, em territórios de elevada fragmentação.
- f) Promover ações de caracterização e resolução dos passivos ambientais no âmbito das áreas mineiras abandonadas ou degradadas.

NG.SN.2. Domínio da **Conservação da Natureza e da Biodiversidade**

- a) Assumir que a Estrutura Ecológica Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) é concretizada pelas áreas de mais-valia ambiental e pelos corredores ecológicos:

Áreas Nucleares da ERPVA	Áreas de mais-valia ambiental	Áreas classificadas	Áreas Protegidas
			Rede Natura 2000 - Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC)
			Sítios da Convenção de RAMSAR
			Geoparques
			Reservas da Biosfera
		Outras áreas sensíveis	Povoamentos de folhosas autóctones
			Zonas húmidas (lagos, lagoas, albufeiras de águas públicas, estuários, lagoas litorais, pauis, salinas e sapais)
			Sistemas dunares e arribas costeiras
			Áreas importantes para as Aves (IBA)
Corredores ecológicos	Estruturantes	Linhas de água principais	
		Zona Costeira	
	Secundários	Corredores ecológicos dos PROF	

- i. A delimitação do corredor da zona costeira deve considerar uma faixa de 2 km a partir da margem, podendo ser ajustada sempre que se verifique a presença de ecossistemas de elevada importância local ou regional sujeitos a fortes pressões naturais e antrópicas;
- ii. Os corredores ecológicos das bacias do Lis, Paiva, Zêzere, Mondego, Vouga e Tejo compreendem áreas de baixa aluvionar e áreas onde se verificam

funções ecológicas relevantes. Os corredores devem integrar sempre o Domínio Hídrico.

- b) Promover o ordenamento da atividade turística nas zonas de maior sensibilidade, definindo capacidades de carga compatíveis com os valores naturais presentes.
- c) Estimular a criação de novos empregos através de um sistema de incentivos à fixação de empresas que contribuam para a diversificação da base económica da Rede Nacional de Áreas Protegidas em torno da conservação da natureza e do aproveitamento sustentável dos recursos biogenéticos.
- d) Promover a classificação da Ria de Aveiro como sítio RAMSAR.
- e) Requalificar e ordenar os estuários do Mondego e do Vouga através da gestão integrada e coordenada das entidades com competência na área.
- f) Promover a atividade salícola tradicional na Ria de Aveiro e no Estuário do Mondego, associando o desenvolvimento desta atividade com projetos de ecoturismo e de educação ambiental, incrementando o potencial multifuncional destas áreas.
- g) Promover a conservação e proteção dos *habitats* naturais, nomeadamente, nas turfeiras do vale do Lis, da serra da Freita e da serra da Estrela.
- h) Desenvolver estudos para o controlo eficaz da abertura da embocadura da Barrinha de Esmoriz compatível com a conservação dos valores naturais aí presentes, nomeadamente as espécies de aves nidificantes.
- i) Prevenir a introdução de espécies exóticas invasoras e controlar as existentes.
- j) Promover a monitorização em contínuo dos ecossistemas terrestres e marinhos com interesse conservacionista e económico, atendendo aos impactos crescentes das alterações climáticas e das pressões antropogénicas e da sua interação mútua.
- k) Assumir a importância dos serviços prestados pelos ecossistemas, promovendo estudos que determinem o seu valor e desenvolvendo ações, nomeadamente no domínio da fiscalidade, que diferenciem positivamente os territórios que investem e asseguram a preservação dos valores naturais.
- l) Estabelecer programas de remuneração dos serviços dos ecossistemas para proprietários que mantêm áreas naturais intactas ou recuperam ecossistemas.
- m) Promover ações de informação e formação para as comunidades locais que propiciem o envolvimento das populações na conservação da natureza e biodiversidade.
- n) Promover a caracterização e monitorização dos valores naturais protegidos pela Diretiva Aves e Habitats, dos valores com estatuto de ameaça e dos valores representativos da identidade local.
- o) Ponderar a criação de novas áreas protegidas de âmbito municipal e intermunicipal, enquanto elementos essenciais para a conservação da natureza e valorização ambiental e ecoturística do território.
- p) Promover a gestão sustentada das florestas impedindo a proliferação de extensas manchas de monocultura com espécies combustíveis (contínuos de pinheiro e eucalipto).
- q) Promover a recuperação da vegetação climatófila, edafoxerófila e edafohigrófila – com função exclusivamente de conservação – através da sucessão ecológica, podendo, caso necessário, reforçar-se a regeneração natural das espécies características da zona com sementes de origem local ou regional.

- r) Apoiar programas de investigação científica dirigidos para a conservação e gestão da biodiversidade.
- s) Promover a criação de infraestruturas de apoio à educação e formação ambiental (centros interpretativos da natureza, ecomuseus, centros de monitorização e informação ambiental).

NG.SN.3. Domínio dos Recursos Hídricos

- a) Promover a conectividade fluvial e o normal escoamento superficial das águas, através do desassoreamento e da renaturalização das margens, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade ao risco de cheias e inundações, em conformidade com as intervenções e medidas previstas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI).
- b) Incentivar a criação de bacias de retenção a montante de áreas urbanas, que permitam o armazenamento das águas e a sua gestão em função da variabilidade das disponibilidades e das necessidades de utilização.
- c) Promover a captação e armazenamento de água, sobretudo em locais remotos, que apoiem as ações de combate aos incêndios florestais e contribuam para a segurança das pessoas.
- d) Promover o uso eficiente da água em todo o território e incentivar o mercado circular da água, em conformidade com as intervenções e medidas previstas nos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH).
- e) Reconverter os pequenos sistemas de captação e abastecimento de água, promovendo a sua integração em sistemas de maior escala e sujeitando-os a condições de viabilidade técnica e económica.
- f) Assegurar a diminuição progressiva das perdas de água em sistemas de abastecimento, visando atingir os valores preconizados no Plano Nacional da Água (PNA), reabilitando, renovando e remodelando as respetivas redes, promovendo a cooperação de âmbito supramunicipal na programação e gestão de infraestruturas tendo em vista a obtenção de economias de escala e ganhos de eficiência.
- g) Assegurar a qualidade físico-química e ecológica das águas superficiais e o estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, nomeadamente promovendo medidas de prevenção do risco de contaminação, com especial incidência nos aquíferos com maior vulnerabilidade: sistema aquífero de Sicó – Alvaiázere, sistema aquífero de Pousos – Caranguejeira, sistema aquífero do Lourical, sistema aquífero Leirosa – Monte Real, sistema aquífero de Ançã – Cantanhede e sistema aquífero quaternário de Aveiro.
- h) Promover a qualificação ambiental do sistema hidrológico do Lis, controlando a poluição com origem nas suiniculturas e nos efluentes domésticos e industriais.
- i) Garantir a satisfação das necessidades de água para uso agrícola, nomeadamente através do reforço de soluções que permitam o seu armazenamento e uma maior eficiência dos sistemas de regadio, em particular nas áreas do Baixo Vouga, Baixo Mondego, Bacia do Lis e Cova da Beira.
- j) Desenvolver unidades de valorização de efluentes, resíduos e lamas provenientes de agroindústrias e explorações agropecuárias, como forma de valorização dos solos, de proteção dos recursos hídricos e de fomento da produção de energias renováveis (bio digestão).

- k) Fomentar, no âmbito da ampliação de espaços verdes urbanos, a reabilitação e valorização dos ecossistemas aquáticos de modo a aumentar a capacidade de retenção das águas pluviais e a prevenir a erosão hídrica das margens.
- l) Promover a avaliação e caracterização dos sistemas gerais de infraestruturas existentes e previstos, nomeadamente no que se refere aos sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais.

NG.SN.4. Domínio do Setor Agroflorestal

- a) Estimular uma abordagem territorial integrada no âmbito do ordenamento e gestão da paisagem através da promoção de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e respetivas Operações Integradas de Gestão da Paisagem.
- b) Elaborar e aplicar programas de recuperação e valorização da paisagem, articulando-os com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem.
- c) Incentivar a manutenção dos sistemas agro-silvo-pastoris e manter ou recuperar os mosaicos de paisagem agrícola e florestal, associando as práticas convencionais a soluções inovadoras.
- d) Reforçar a área de floresta gerida, aumentando a sua produtividade e diversificando a sua composição para uma maior resistência da floresta e do setor a riscos fitossanitários, e de incêndios.
- e) Incentivar a arborização e rearborização com espécies florestais autóctones.
- f) Incentivar sistemas de produção e cultivares mais resistentes às alterações climáticas, em particular à escassez de água, e que promovam a regeneração do solo.
- g) Promover estudos que identifiquem os solos com maior aptidão agrícola e confirmem maior rigor à delimitação da RAN.
- h) Incentivar as práticas de agricultura regenerativa, no sentido de conter a desertificação do solo, diminuir os efeitos da escassez de água e aumentar a fixação de carbono no solo.
- i) Promover a aplicação dos códigos de boas práticas agrícolas e florestais e criar os mecanismos de controlo efetivo do seu cumprimento.
- j) Promover o aumento da área cadastrada na região através de operações de execução de cadastro predial e de integração de prédios na carta cadastral, estabelecendo sinergias entre as várias entidades intervenientes, com vista à valorização do território.

NG.SN.5. Domínio da Zona Costeira

- a) Requalificar os territórios costeiros na ótica da proteção e valorização dos recursos e dos sistemas naturais, contribuindo para a preservação dos valores paisagísticos e culturais, e proceder ao restauro ecológico das áreas que asseguram a estabilidade biofísica do litoral, como as que integram a REN.
- b) Promover a exploração sustentável dos recursos naturais, nomeadamente a aquacultura, as energias renováveis *offshore*, a pesca, o turismo e atividades de lazer, garantindo um nível adequado de proteção e preservação dos ecossistemas costeiros e marinhos.

- c) Promover a proteção do cordão dunar através da sua alimentação artificial, nomeadamente, com os sedimentos resultantes de dragagens nas zonas húmidas litorais, ou de dragagens resultantes de outras manchas de empréstimo.
- d) Aplicar no troço da orla costeira entre a Costa Nova e a Praia de Mira, um programa específico de análise custo-benefício das possíveis soluções que evitem a rotura do cordão dunar.
- e) Garantir a implementação do Plano de Afetação para a Imersão de Dragados, em concretização dos objetivos de proteção costeira, permitindo que os sedimentos arenosos e com qualidade química compatível são imersos na deriva litoral, permitindo a reposição do balanço sedimentar e reduzindo a erosão costeira e a alimentação artificial das praias.
- f) Concretizar o sistema fixo de *bypass* a norte do molhe norte da Figueira da Foz e respetivas saídas na zona da Cova – Gala, com o objetivo de repor o balanço sedimentar no troço costeiro.
- g) Promover a conservação dos bancos *intertidais* na medida em que são áreas importantes para a produção de bivalves e para a alimentação de aves aquáticas.
- h) O acesso ao litoral deve ser limitado a situações imprescindíveis e concretizar-se através de ramais perpendiculares à linha da costa localizados em pontos criteriosamente escolhidos para o efeito e desde que não incidam em áreas de risco.

NG.SN.6. Domínio dos Resíduos

- a) Assegurar o aumento dos índices de reciclagem, da valorização de resíduos através do incremento da recolha seletiva, da recuperação da fração orgânica com valorização de biogás e da criação de ecocentros para receção de resíduos não passíveis de recolha nos sistemas de RSU.
- b) Adotar medidas para reduzir a quantidade de resíduos produzidos, nomeadamente através da reutilização ou do prolongamento do tempo de vida dos produtos.
- c) Promover a instalação de sistemas de recolha e deposição final de resíduos industriais não perigosos.
- d) Operacionalizar soluções de encaminhamento dos resíduos industriais perigosos produzidos na região para unidades de tratamento e valorização licenciadas para o efeito.
- e) Promover a adoção de soluções técnicas integradas para o tratamento de resíduos provenientes da atividade pecuária.
- f) Promover a instalação e operacionalização de áreas de depósito de resíduos agroflorestais com potencial energético.

Riscos e Vulnerabilidades

Diretrizes Estratégicas

Num quadro de alterações climáticas globais, tem-se associado às regiões mediterrânicas, para além da subida do nível médio das águas do mar, a redução da precipitação média anual e a sua maior irregularidade, o aumento da temperatura e a maior incidência de ondas de calor e de eventos extremos de cheias e de secas, às quais se associam os incêndios florestais.

Tal exige a adoção de medidas de prevenção, adaptação e mitigação, que reduzam a perigosidade e a vulnerabilidade dos territórios face aos riscos decorrentes quer do funcionamento dos sistemas naturais e humanos, quer dos fenómenos extremos. Neste âmbito, deve ser dada particular atenção às áreas de risco de incêndio florestal, bem como à zona costeira, face à sua extrema vulnerabilidade.

O acesso dos cidadãos à informação sobre os riscos a que estão sujeitos em cada área do território é, mais que uma obrigação legal, uma ferramenta essencial para sensibilizar a população em matéria de autoproteção e, assim, promover a aplicação do princípio da precaução, contribuindo para a adoção de medidas de diminuição do risco de acidente grave ou catástrofe inerente a cada atividade.

Normas Gerais

NG.RV.1. Garantir a segurança dos espaços construídos face aos riscos de incêndio florestal, industrial e urbano, cuidando da funcionalidade das vias de acesso e adotando medidas de proteção relativas à resistência dos edifícios e da sua envolvente à passagem do fogo, bem como à disponibilidade de água e energia, adotando medidas para a efetivação de um mosaico de culturas e florestas adequadas.

NG.RV.2. Promover uma cultura de segurança e de gestão do risco suportada por políticas sectoriais, de abordagem multidisciplinar, incluindo a recolha, cartografia, monitorização, cadastro e tratamento de dados relevantes para a análise dos perigos e definição da probabilidade de ocorrência em cada local.

NG.RV.3. Desenvolver serviços e infraestruturas de apoio às comunidades e aos proprietários para a gestão do risco de incêndio rural, em especial junto dos aglomerados habitacionais, áreas de atividade económica e equipamentos de uso comum e disponibilizar espaços de abrigo no interior dos aglomerados em áreas identificadas com risco alto e muito alto.

NG.RV.4. Apoiar programas como o Condomínio de Aldeias, com vista a melhorar a gestão do risco de incêndio nos aglomerados populacionais confinantes com manchas florestais, fomentando políticas de gestão do espaço rústico, nomeadamente através da requalificação dos espaços, com objetivo de criar *mosaicos de gestão de combustível*, nomeadamente com periferias largas de uso agrícola para proteção aos espaços edificados (perímetros urbanos e aglomerados rurais).

NG.RV.5. Fomentar ações de sensibilização, formação e treino das populações, para aumentar a sua capacidade de prevenção e resposta a incêndios florestais, secundando as ações do Programa Aldeia Segura/Pessoas Seguras.

NG.RV.6. Promover a concentração das edificações em áreas mais facilmente defensáveis, evitando recursos de proteção e socorro especiais, assim como a dispersão dos recursos de combate e exigir medidas complementares de autoproteção passivas e ativas em edificações dispersas ou em localizações de maior perigosidade.

NG.RV.7. Fomentar o emprego de materiais e técnicas de construção que melhorem a resistência ao fogo e que aumentem a estanquidade dos edifícios, contribuindo para a segurança dos seus ocupantes em caso de incêndio.

NG.RV.8. Desenvolver medidas de proteção adicionais em torno de infraestruturas críticas, edifícios de grande valor social, histórico ou económico.

NG.RV.9. Monitorizar continuamente e avaliar as ações de gestão do risco de incêndio florestal, acima referidas, tomando as medidas corretivas adequadas.

NG.RV.10. Modelar e monitorizar os regimes fluviais associados a cheias rápidas e progressivas em pequenas bacias hidrográficas ou ao nível da Administração da Região Hidrográfica (ARH), no contexto das alterações climáticas, considerando as intervenções e medidas previstas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI).

NG.RV.11. Desenvolver as ações inerentes à minimização dos riscos tecnológicos, acautelando a manutenção de distâncias de segurança adequadas entre as fontes deste tipo de riscos e as zonas residenciais, espaços e edifícios públicos, vias de comunicação e zonas ambientalmente sensíveis; justificam uma especial atenção os riscos relacionados com o transporte, manuseamento, armazenamento e transformação de matérias perigosas, movimento de mercadorias portuárias e transporte de energia.

NG.RV.12. Coordenar e integrar todas as medidas num plano regional dos riscos.

Sistema de Mobilidade e Energia

Diretrizes Estratégicas

Mobilidade

A estratégia de mobilidade da região deve atender ao reforço das principais ligações internas, condição básica de coesão territorial, e às suas ligações externas.

Contudo, a Região Centro está dependente das infraestruturas aeroportuárias de Lisboa e do Porto e da resolução de sérias lacunas na acessibilidade intrarregional, designadamente na conectividade entre os centros urbanos do litoral e os do interior. Também as potencialidades de ligação internacional da região por via marítima não estão inteiramente aproveitadas, muito embora este seja um território incontornável, no contexto nacional, para a implantação do Corredor do Atlântico da rede TEN-T.

Os objetivos estratégicos devem estar orientados para:

- I. Domínio da **coesão territorial** - reforçar a acessibilidade e conectividade intrarregional, por via rodoviária e ferroviária;
- II. Domínio da **acessibilidade às principais infraestruturas de transporte** - aumentar de forma significativa o acesso aeroportuário;
- III. Domínio da **acessibilidade nacional** - reforçar a ligação às principais centralidades nacionais (áreas metropolitanas de Lisboa e Porto) e a conexão transfronteiriça;
- IV. Domínio da **logística** - desenvolver a rede logística, melhorando a conexão entre os polos produtivos, as infraestruturas nodais (portos marítimos, terminais intermodais, plataformas logísticas) e os postos fronteiriços, e capacitando-a para o reforço das ligações internacionais por via marítima e ferroviária;
- V. Domínio dos **sistemas de transporte** - promover os transportes coletivos e a mobilidade sustentável nos movimentos pendulares, a mobilidade ativa e suave em ambiente urbano, e as soluções de mobilidade flexível e partilhada nos territórios de baixa densidade.

Energia

Assumindo-se, como referência, o cumprimento das metas enunciadas no Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), versão revista, em consonância com as metas enunciadas na diretiva da UE de eficiência energética, os objetivos estratégicos respeitantes ao Sistema de Energia devem estar orientados para:

- I. Aumentar a contribuição das energias renováveis no consumo de energia final;
- II. Aumentar a produção das energias renováveis, incluindo a aposta no hidrogénio verde;
- III. Reduzir a dependência energética maximizando a sua produção endógena;
- IV. Promover o aumento da literacia energética e a mitigação da pobreza energética.

Normas Gerais

NG.SME.1. Domínio da Mobilidade

- a) Converter em autoestrada o troço do IP3 entre Coimbra e Viseu.
- b) Concluir o IC6 no troço Tábua - Oliveira do Hospital - Covilhã.
- c) Construir o IC31 entre Castelo Branco/A23 e o posto fronteiriço de Monfortinho.
- d) Dotar o troço do IC8 entre Pombal e Avelar/A13 de um perfil adequado à classificação como IC.
- e) Prolongar o IC12 no troço Canas de Senhorim/Nelas – Mangualde.
- f) Concretizar o IC7 com traçado e perfil adequado à realidade atual.
- g) Construir o IC37.
- h) Construir a ligação entre Aveiro e Águeda em perfil de autoestrada.
- i) Avaliar a conclusão da A13 entre o nó de Ceira e o IP3.
- j) Construir a Variante à EN17, criando uma via alternativa de ligação entre o Nó de Ceira (A13) e o Nó da Ponte Velha (N236), incluindo a ligação ao IP3/IC6.
- k) Concretizar a nova linha ferroviária de alta velocidade Porto-Lisboa com serviços regulares e paragens consecutivas nas novas estações e *hubs* intermodais de Aveiro, Coimbra, Leiria, e no novo aeroporto nacional.
- l) Concluir a modernização da Linha da Beira Alta e cooperar com Espanha para a total eletrificação do troço ferroviário entre Fuentes de Oñoro e Salamanca (no curto prazo, correspondendo a uma materialização aceitável do Corredor do Atlântico da rede principal TEN-T).
- m) Construir a nova linha ferroviária de alta velocidade Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca – Medina del Campo/Valladolid, com serviços de ligação a Madrid e à Europa, com paragens regulares e consecutivas nos principais centros urbanos da Região Centro (para materialização do Corredor do Atlântico em total conformidade com os requisitos da rede principal TEN-T).
- n) Melhorar as ligações dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz à Linha do Norte (duplicação da linha do ramal de Alfarelos e travessia do rio Mondego), dotando-as com os requisitos da rede principal TEN-T.
- o) Melhorar as condições de navegabilidade dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz, com a adaptação das suas infraestruturas portuárias e dos seus terminais intermodais para comboios de 750 metros e a promoção geral da eletrificação e da digitalização de infraestruturas, equipamentos e serviços.
- p) Consolidar a rede de terminais intermodais e plataformas logísticas, reforçando o terminal de Alfarelos, concretizando o nó da Pampilhosa do Botão e o porto seco da Guarda, e construir as ligações rodoviárias em falta (EN341 e EN342 para acesso ao Terminal de Alfarelos).
- q) Adaptar o antigo ramal ferroviário para ligação entre a Pampilhosa do Botão, na Mealhada, e a Zona Industrial de Cantanhede.
- r) Modernizar a Linha do Oeste.
- s) Avaliar a adaptação da Linha do Vouga.

- t) Fomentar a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana Sustentável, adotando medidas que minimizem a dependência excessiva do transporte individual, priorizando a mobilidade ativa e suave nos centros urbanos, os transportes coletivos nos movimentos pendulares, e as soluções de mobilidade flexível e partilhada nos territórios de baixa densidade.
- u) Implementar e expandir o Sistema de Mobilidade do Mondego.
- v) Desenvolver uma rede regional de aeródromos e heliportos.

NG.SME.2. Domínio da Energia

- a) Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, garantindo a compatibilidade com o limite superior do compromisso nacional, de 55%.
- b) Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final para um valor igual ou superior à meta do PNEC para 2030.
- c) Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa até ao fim da década em linha com as metas do PNEC.
- d) Dinamizar a produção local de pequena escala e o acesso da população às energias renováveis, incentivando a criação de comunidades energéticas.
- e) Promover uma correta localização das instalações de produção de energias renováveis, garantindo a compatibilização desta atividade com os usos existentes no solo, bem como a minimização dos impactos nas áreas com elevada sensibilidade ecológica e paisagística, nomeadamente através da definição, em sede de PDM, de regras que identifiquem as áreas compatíveis com a instalação de parques e centrais energéticas.
- f) Promover a elaboração de estudos que contribuam para a delimitação de áreas de elevado potencial para a produção de energias renováveis.
- g) Garantir que os investimentos em energias renováveis *offshore* estão de acordo com os objetivos estabelecidos no Plano de Afetação para as Energias Renováveis *Offshore* (PAER), cuidando devidamente das funções de apoio em terra compatibilizadas com os usos existentes.
- h) Acautelar que as novas instalações de exploração de energias renováveis sejam precedidas de estudos de integração paisagística, nos casos em que a legislação não obrigue a estudos de impacto ambiental ou incidências ambientais.
- i) Explorar o potencial associado às áreas ocupadas por infraestruturas para produção de energias renováveis e armazenamento de energia, intensificando simultaneamente adoção de medidas de eficiência energética.
- j) Promover a reabilitação e melhoria funcional das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais como forma de aumentar a eficiência energética do ciclo da água.
- k) Intensificar a eficiência energética em contextos urbanos.
- l) Promover a literacia energética, aumentando o número de cidadãos capazes de compreender os seus direitos e de reivindicar um tratamento justo.

Sistema Urbano

Diretrizes Estratégicas

O PROT Centro prossegue **uma estratégia de reforço do policentrismo** como meio para alcançar uma maior equidade e coesão territorial, apostando na qualificação das centralidades urbanas, na atratividade residencial e económica, numa maior articulação urbano-rural e no reforço das redes de conectividade. É também importante intensificar as interações horizontais (intrarregionais) e verticais (inter-regionais). Assim, as intervenções devem articular-se e desenvolver-se tendo em vista:

- Aumentar a sustentabilidade e a qualidade urbana;
- Promover a cooperação interurbana e urbano-rural assente nos **subsistemas territoriais**;
- Reforçar as centralidades regionais enquanto nós de **redes urbanas** nacionais e internacionais.

Assim, o reforço do **sistema urbano policêntrico** operacionaliza-se atuando:

- Nos **centros urbanos**, de média e pequena dimensão, que estruturam o território e oferecem uma oferta diversificada de serviços e funções; são os principais motores de um desenvolvimento territorial mais equilibrado, ajudando a mitigar os efeitos da concentração excessiva da população nas áreas metropolitanas, e a travar o despovoamento dos territórios rurais periféricos;
- Nos **subsistemas territoriais**, que configuram formas de relacionamento de proximidade e contextualizam recursos e dinâmicas integradas de desenvolvimento interurbano e urbano-rural, configurando escalas apropriada para a valorização dos ativos territoriais.
- Nas **redes urbanas**, que proporcionam oportunidades de cooperação à escala nacional ou internacional, agregando capacidades, atividades e interações essenciais para o impulsionar da capacidade de inovação dos territórios.

I. Intervenção nos centros urbanos

Os processos de qualificação e regeneração urbana integram múltiplas dinâmicas e devem envolver uma diversidade de intervenientes. Cada centro urbano deve idealizar e dinamizar um quadro de intervenções sistémicas, mobilizando os seus diferentes atores, no sentido de:

- a) **Valorizar o edificado e qualificar os espaços públicos** - num contexto de crescente concorrência urbana, tendo em vista a captação de residentes e visitantes, a arquitetura e o desenho urbano, a valorização do património cultural, a oferta habitacional, e a oferta de comércio e serviços, conferem vantagens diferenciadoras;
- b) **Promover modelos urbanos mais sustentáveis e saudáveis** - os modelos urbanos devem ser compatíveis com as especificidades físicas do território (clima, relevo, recursos hídricos); apostar em modelos de qualificação sustentável e saudável, inclui naturalizar os centros urbanos, reduzir o consumo de energia, desenvolver novas abordagens de planeamento e racionalização do uso do solo e da água, apoiar a mobilidade suave, reduzir emissões, aumentar o uso das energias renováveis e identificar refúgios climáticos em espaço urbano a fim de mitigar os efeitos adversos de ondas de calor e vagas de frio;

- c) **Regenerar a atividade económica urbana** - os centros urbanos polarizam a oferta de emprego e as dinâmicas socioeconómicas, incluindo a capacidade de reestruturação e inovação da base produtiva; incentivar a heterogeneidade na localização das atividades (residencial, base económica, oferta de serviços ao consumidor) e nos horários de trabalho, combatendo o zonamento excessivo, a gentrificação de umas áreas a par da marginalização de outras, ou a oscilação entre áreas desertas e ocupadas em diferentes horas do dia, promove a inclusão social e a segurança, reduzindo a periodicidade das deslocações pendulares e o consequente congestionamento;
- d) **Aumentar a inclusão social e a oferta habitacional** - os contextos urbanos e institucionais podem favorecer a coesão e o equilíbrio social, diminuindo as desigualdades e os níveis de exclusão; para tal importa superar as carências habitacionais, recorrendo à reabilitação de fogos nas periferias e na malha urbana consolidada, valorizando o edificado e contrariando a degradação e as segregações urbano-sociais;
- e) **Diminuir a dependência do transporte individual** – nos centros urbanos deve-se privilegiar morfologias urbanas que favoreçam mobilidades ativas e suaves, transportes coletivos, intermodalidade e flexibilidade nos movimentos pendulares;
- f) **Promover sistemas inteligentes de gestão urbana** – o desenvolvimento de sistemas inteligentes de gestão da mobilidade, energia, água e resíduos, contribui para a descarbonização e para uma utilização mais eficiente dos recursos.

II. Intervenção nos subsistemas territoriais

Para o reforço da coesão territorial é estratégico qualificar os sistemas territoriais apostando no reforço dos ativos territoriais e dos relacionamentos interurbanos e urbano-rurais mais estratégicos, devendo-se promover:

- a) **Os sistemas urbanos do litoral, organizado em torno das núcleos agregadores da Região de Aveiro, da Região de Coimbra e da Região de Leiria** - importa desencadear processos transformadores que visem uma economia baseada no conhecimento e na inovação, a promoção da circularidade, o crescimento e qualificação da oferta habitacional acessível e energeticamente eficiente, o aprofundamento da digitalização dos serviços e a mobilidade sustentável; importa também diminuir as taxas anuais de artificialização do solo e promover uma gestão mais sustentável dos seus diferentes usos.;
- b) **O sistemas urbanos de transição, apostando no subsistema urbano de Viseu Dão Lafões, no subsistema Tábua – Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia e no subsistema do Pinhal Interior** - deve ser promovida a interação das centralidades urbanas com os subsistemas territoriais envolventes, de forma a ganhar massa crítica para dinamizar a economia do futuro, baseada no conhecimento, na sustentabilidade e no aproveitamento inovador, eficiente e ambientalmente responsável dos recursos endógenos; a interação dos centros urbanos com os territórios de baixa densidade do Pinhal Interior é uma condição necessária para que estes obtenham escala suficiente para adquirir competitividade, através de uma associação inteligente de modernidade com aproveitamento dos recursos endógenos;
- c) **O sistema urbano do interior, estruturado pelo eixo urbano Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco e pelas centralidades envolventes** - este eixo urbano deve potenciar um corredor estratégico de afirmação regional e de relacionamento transfronteiriço,

potenciando a economia do conhecimento, os recursos económicos e naturais e apostando na atratividade residencial e turística de forma a afirmar-se externamente.

III. A intervenção nas Redes Urbanas

Para reforçar a vitalidade do modelo urbano policêntrico é necessário fortalecer as redes intrarregionais e suprarregionais, suportadas nas principais centralidades. **A organização de redes urbanas regionais** deve apoiar-se em processos colaborativos em torno de desafios prioritários para a região, respondendo às necessidades de forma mais eficaz às transições sociodemográficas, tecnológicas e ecológicas.

a) Neste âmbito, importa promover as seguintes **redes urbanas**, de natureza **suprarregional e regional**:

– Do **Eixo do Atlântico** - potencia o desenvolvimento da extensa plataforma urbana e periurbana da faixa litoral ocidental da Península Ibérica, que liga a área metropolitana de Lisboa à Galiza; só este território, encarado no seu conjunto, tem dimensão para competir com a faixa urbana do litoral mediterrânico de Espanha e com a área metropolitana de Madrid; a Região Centro é a charneira deste território;

– Da **Rota do Bronze** (eixo que liga Bragança, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Portalegre e daí até ao Algarve), base estrutural de desenvolvimento do interior, apoiando-se na valorização dos valores patrimoniais, naturais e culturais, e contribuindo para a inovação económica e social; as suas ligações transversais com o eixo equivalente da Ruta de la Plata, que liga Sevilha às Astúrias, configuram um sistema para reconfigurar e inverter o declínio do vasto território centrado na fronteira entre Portugal e Espanha;

– Da **Rota do Mar, do Vinho e da Montanha** (eixo Figueira da Foz – Coimbra – Viseu – Vila Real – Chaves – Verín), servida por um sistema de autoestradas, que necessita de ser completado com a ligação Coimbra – Viseu, é a terceira conexão estrutural do país no sentido sul – norte; correspondendo estrada à nacional nº 2, abre a Região Centro aos territórios a norte e rompe as barreiras orográficas que cortam a coerência territorial da região; aproximando Viseu e Vila Real, confere-se escala às duas grandes regiões vinícolas que atravessa e impulsiona a centralidade desta região. Os recursos endógenos associados ao mar, à vinicultura e à montanha potenciam o desenvolvimento de estratégias em matéria de inovação social, económica e ambiental.

b) Devem ser também promovidos os seguintes **eixos urbanos intrarregionais**:

- Eixo Aveiro – Viseu – Guarda
- Eixo Figueira da Foz – Coimbra – Covilhã
- Eixo Pombal – Marinha Grande – Leiria – Castelo Branco

A funcionalidade destes eixos, de orientação leste – oeste, depende do fecho da malha rodoviária regional, em particular da conclusão do IC6 e da qualificação do IC8.

Normas Gerais

NG.SU.1. Otimizar a utilização do solo e rentabilizar as infraestruturas e equipamentos existentes, privilegiando a concentração e densificação urbana, através da colmatação de vazios e da regeneração e reabilitação do edificado, limitando o desperdício inerente à ocupação dispersa ou isolada.

NG.SU.2. Promover programas de reabilitação urbana com orientações e critérios de conforto, eficiência e sustentabilidade, potenciando a discriminação positiva das operações urbanísticas nos núcleos antigos e áreas centrais, salvaguardando e valorizando o património arquitetónico e arqueológico.

NG.SU.3. Melhorar a qualidade urbana, valorizando os espaços públicos, favorecendo a sociabilidade e reforçando a identidade cultural e a inclusão.

NG.SU.4. Garantir que os investimentos em habitação social são fatores de qualificação urbana e integração social, contrariando processos de segregação territorial, seja pelo isolamento, seja pela densidade superior face à envolvente próxima.

NG.SU.5. Promover a concentração de unidades empresariais, industriais e de apoio logístico em zonas destinadas às atividades económicas, infraestruturadas e com boas condições de acessibilidade, minimizando conflitualidades, em particular com os usos habitacionais, garantindo ainda a sua qualificação ambiental.

NG.SU.6. Planear a oferta de novas áreas de comércio e serviços dotadas de boa localização, com infraestruturas adequadas e amenidades atrativas, favorecendo economias de aglomeração.

NG.SU.7. Localizar as novas áreas de acolhimento empresarial na proximidade de infraestruturas viárias adequadas, articulando-as com os sistemas de transporte de passageiros e de logística, devendo as novas áreas de acolhimento empresarial ser acompanhadas da programação adequada das infraestruturas necessárias para o seu bom funcionamento.

NG.SU.8. Garantir o controlo da pressão edificatória sobre a orla costeira e a sustentabilidade nos usos e na fruição do litoral, em respeito pelas restrições decorrentes da evolução das condições naturais do território, atendendo aos impactos das alterações climáticas e à suscetibilidade aos riscos.

NG.SU.9. Reforçar a cooperação e articulação territorial ao nível das NUTS III, tendo em vista a racionalização da oferta de infraestruturas e equipamentos, a melhoria do acesso aos serviços e a salvaguarda da proteção da natureza e da qualidade ambiental.

NG.SU.10. Assumir uma abordagem dirigida à ação climática e à resiliência urbana, através da expansão e valorização dos espaços verdes, aumentando a biodiversidade e contribuindo para a redução das inundações e dos impactos das vagas de frio e das ondas de calor.

NG.SU.11. Incentivar a adoção de técnicas construtivas sustentáveis, incluindo a arquitetura bioclimática, a eficiência energética e hídrica e a integração de energias renováveis nas operações urbanísticas que envolvam reconstrução e nova edificação, em particular nos setores da habitação e do turismo e empresarial/industrial.

NG.SU.12. Privilegiar os sistemas inteligentes de mobilidade urbana, energia, água e resíduos, que contribuam para a descarbonização da sociedade.

NG.SU.13. Acautelar a compatibilização da atividade da indústria extrativa com os valores naturais e a presença humana.

NG.SU.14. Promover a recuperação e reconversão dos passivos ambientais em solo urbano, ou em solos com usos obsoletos e ocupações desqualificadas, tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.

Modelo Territorial

Diretrizes Estratégicas

O Modelo Territorial da Região Centro assenta num desenvolvimento urbano policêntrico. O seu aprofundamento requer a conceção de estratégias que promovam a cooperação concertada (interurbana e urbano-rural) e atendam às especificidades e aos desafios de desenvolvimento que se colocam aos diferentes territórios, nomeadamente os riscos de perda demográfica. Para tal, é central organizar um sistema de governação que ative **abordagens integradas e articuladas**, dirigidas a três escalas de atuação: centros urbanos, sítios e aldeias; sistemas territoriais; eixos territoriais.

I. O sistema de governação deverá ser capaz de:

- a) Fomentar a capacidade transformadora da Região Centro, integrando os desafios proporcionados pelos múltiplos ativos, socioeconómicos e naturais, que constituem o seu mosaico territorial;
- b) Reforçar a gestão sustentável das transições (demográfica, climática, ecológica e tecnológica), valorizando os diferentes recursos locais (infraestruturas, capital humano, indústrias, serviços, agricultura, floresta, património natural e cultural);
- c) Dinamizar a cooperação territorial, em função de redes de colaboração (locais, regionais e internacionais), com o intuito de definir processos diferenciadores, dirigidos às aspirações das populações e aos novos desafios em matéria de desenvolvimento e ordenamento do território;
- d) Aumentar a integração territorial a partir de processos de cooperação interurbana e urbano-rural, de acordo com as especificidades territoriais e a visão regional concertada no PROT Centro.

II. Atendendo aos **riscos de perda demográfica**, principalmente de população em idade ativa, é crucial uma atuação concertada de atração de novos residentes, sendo necessário neste domínio:

- a) Desenvolver políticas públicas e programas consistentes de qualificação das áreas urbanas e de atração e integração de imigrantes e respetivas famílias;
- b) Promover internacionalmente a Região Centro como um destino com oportunidades para trabalhar e viver, multicultural e com uma qualidade de vida superior às das áreas metropolitanas;
- c) Elaborar estratégias municipais para atração e integração social e cultural de imigrantes, tendo em consideração as especificidades e potencialidades locais;
- d) Planear de forma integrada as necessidades de habitação, educação, saúde e outros serviços de interesse geral;
- e) Formar técnicos da administração pública e do terceiro setor para atuarem na mediação intercultural e dar apoio nos processos burocráticos e sociais de integração;
- f) Promover o ensino da língua e da cultura portuguesa nas comunidades de imigrantes;
- g) Apostar no diálogo multicultural através de atividades como espetáculos, feiras ou eventos de gastronomia;

- h) Promover a qualificação e a adaptação dos ativos às necessidades da economia regional;
- i) Criar incentivos à instalação de novas atividades económicas geradoras de emprego nos territórios mais periféricos, através da disponibilização de espaços a custos mais baixos e da criação de medidas fiscais mais favoráveis;
- j) Reforçar a oferta digital de serviços essenciais, promovendo ações dirigidas à inovação social;
- k) Aumentar a rede de mobilidade nas áreas rurais e fortalecer as ligações urbano-rurais, atendendo às necessidades e aspirações locais.

III. No âmbito dos **financiamentos do Programa Operacional Regional (POR)**, tendo em vista qualificar os centros urbanos e fortalecer o policentrismo regional, é fundamental ter em consideração três escalas de intervenção:

a) os **Centros Urbanos de Estruturação Nacional** (denominados no PNPOP como “Centros Urbanos Regionais”):

- Aveiro
- Castelo Branco
- Coimbra
- Covilhã
- Figueira da Foz
- Guarda
- Leiria
- Viseu

b) os **Centros Urbanos de Estruturação Regional**:

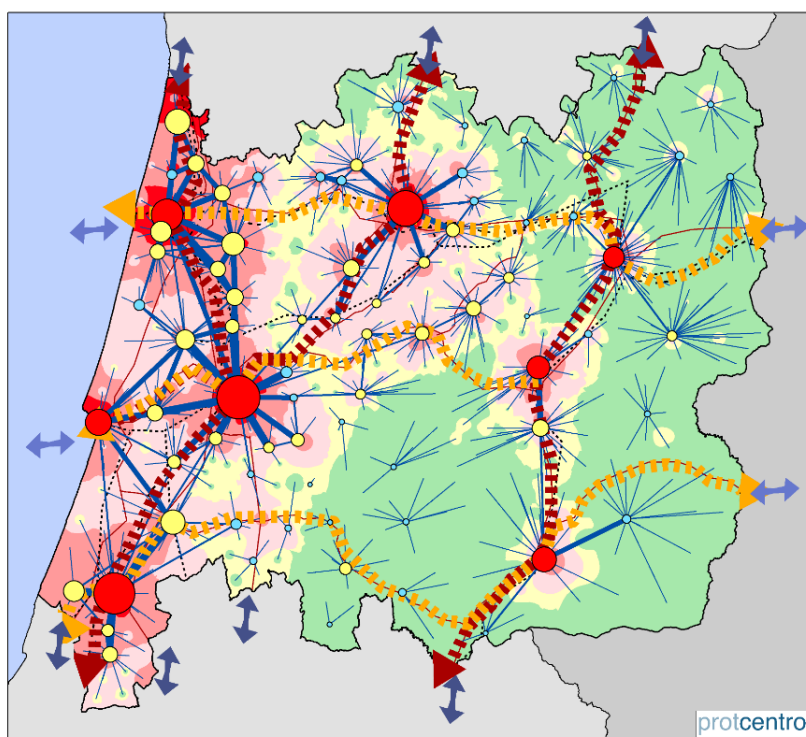
- | | |
|----------------------|------------------------|
| • Águeda | • Mortágua |
| • Albergaria-a-Velha | • Nelas |
| • Anadia | • Oliveira do Bairro |
| • Arganil | • Oliveira do Hospital |
| • Batalha | • Ovar |
| • Cantanhede | • Pombal |
| • Carregal do Sal | • Porto de Mós |
| • Condeixa-a-Nova | • Sabugal |
| • Estarreja | • Santa Comba Dão |
| • Fundão | • São Pedro do Sul |
| • Gouveia | • Seia |
| • Ílhavo | • Sertão |
| • Lousã | • Soure |
| • Mangualde | • Tábua |
| • Marinha Grande | • Tondela |
| • Mealhada | • Trancoso |
| • Miranda do Corvo | • Vagos |
| • Montemor-o-Velho | |

c) os **Centros Urbanos de Estruturação Local**:

- | | |
|-------------------|-----------------------|
| • Aguiar da Beira | • Ansião |
| • Almeida | • Belmonte |
| • Alvaiázere | • Castanheira de Pêra |

- Castro Daire
- Celorico da Beira
- Figueira de Castelo Rodrigo
- Figueiró dos Vinhos
- Fornos de Algodres
- Góis
- Idanha-a-Nova
- Manteigas
- Mêda
- Mira
- Murtosa
- Oleiros
- Oliveira de Frades
- Pampilhosa da Serra
- Pedrógão Grande
- Penacova
- Penalva do Castelo
- Penamacor
- Penela
- Pinhel
- Proença-a-Nova
- Satão
- Sever do Vouga
- Vila de Rei
- Vila Nova de Paiva
- Vila Nova de Poiares
- Vila Velha de Rodão
- Vouzela

Estrutura urbana



Estruturação urbana

Centros Urbanos

- Centros Urbanos de Estruturação Nacional (PNPOT)
- Centros Urbanos de Estruturação Regional
- Centros Urbanos de Estruturação Local

População residente (2021)

(Nº de indivíduos)

140 816
46 939
15 646

Níveis de densidade populacional e de emprego

Alta Baixa

Fluxos casa -> trabalho/escola entre concelhos e entre freguesias e concelho

(Nº de indivíduos)

Alta Baixa

Infraestruturas de transporte

- Redes urbanas a consolidar
- Redes urbanas a estruturar

- Ligações internacionais a melhorar
- Ligações inter-regionais a melhorar
- Ligações rodoviárias
- Ligações ferroviárias

0 5 10 Km

IV. As políticas integradas dirigidas aos Sistemas de Estruturação Regional devem atuar em torno de três Sistemas Territoriais:

- O **Sistema Territorial do Litoral**, que compreende os subsistemas da Região de Aveiro, da Região de Coimbra e da Região de Leiria, representa um eixo fundamental de ligação entre as duas regiões metropolitanas, enquanto espaço de continuidade entre o norte e o sul;
- O **Sistema Territorial de Transição**, que compreende os subsistemas Viseu Dão Lafões, Tábua – Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia e Pinhal Interior, prolonga o Centro litoral para nascente, devendo ser encarado como núcleo gerador de uma dinâmica que contrarie o processo de esvaziamento do interior e transforme os territórios de baixa densidade;
- O **Sistema Territorial do Interior**, que compreende o eixo urbano de Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco e concelhos envolventes, elemento estruturante de desenvolvimento e dinamizador dos territórios de baixa densidade que se estendem até à fronteira com Espanha.

V. É também necessário reforçar um diálogo de convergência, a partir de processos de colaboração, promovendo Eixos de Estruturação Regional e Inter-regional, suportados por ligações viárias, centralidades urbanas e infraestruturas estratégicas. O objetivo é organizar recursos e ganhar escala para dinamizar processos de inovação regional em torno de desafios prioritários. Estas redes de colaboração implicam o incremento da interação urbana regional e inter-regional, com esforços de concertação em torno de objetivos estratégicos claros e ambiciosos. Neste âmbito, devem ser dinamizados eixos de cooperação estratégica em termos verticais e horizontais, construindo-se uma malha estruturada por seis eixos:

- **Três eixos verticais:**
 - a) No litoral, o **Eixo Atlântico**, potencia o desenvolvimento de uma extensa plataforma que liga Sines à Galiza, de forte densidade socioeconómica e de primordial importância nacional e ibérica (prolonga-se para a Galiza).
 - b) No Interior, a **Rota do Bronze** (eixo Bragança – Guarda – Covilhã – Castelo Branco – Portalegre – Algarve) e potenciando o desenvolvimento transfronteiriço através do aproveitamento dos recursos naturais, culturais e patrimoniais e de um esforço acrescido de atração de investimento;
 - c) A **Rota do Mar, do Vinho e da Montanha** (eixo Figueira da Foz – Coimbra – Viseu – Vila Real – Chaves – Verín) é um terceiro elemento estruturante de atravessamento do interior, que liga centros urbanos com elevado potencial, cria escala para o desenvolvimento de recursos endógenos, em particular a vinicultura, e ajuda a desenvolver uma malha reticular de interações, essencial para quebrar a dicotomia entre o litoral e o interior, contraste que a diminuta largura do país não justifica.
- **Três eixos horizontais:**
 - d) O Eixo estruturado pelas centralidades urbanas de **Aveiro, Viseu e Guarda** e pela A25, com um forte dinamismo económico e ligando infraestruturas estratégicas como o porto de Aveiro e a plataforma logística da Guarda;

- e) O Eixo de ligação entre **Figueira da Foz, Coimbra e Covilhã**, que corresponde em parte à Rota do Mar, do Vinho e da Montanha, e no âmbito da qual deverão ser coordenadas estratégias e intervenções;
- f) O eixo de ligação entre **Marinha Grande, Leiria e Castelo Branco**, potenciado pelo IC8 e as ligações transfronteiriças.

Nas diferentes escalas de intervenção devem-se promover as infraestruturas estratégicas fundamentais (ligações rodoviárias, ferroviárias, nós de logística, etc.) e desenhar estratégias e projetos de colaboração que visem concertar intervenções dirigidas para: a inovação e a transição económica; a valorização dos recursos naturais e culturais (materiais e imateriais); a dinamização de modelos de desenvolvimento mais saudáveis, sustentáveis e sociáveis; o reforço do acesso à habitação e à inclusão social; a promoção da mobilidade sustentável; a melhoria da qualidade e do acesso aos serviços de interesse geral; e o fomento da gestão inteligente dos territórios.

Normas Gerais

NG.MT.1. Sistema Territorial do Litoral - A capacidade polarizadora e transformadora dos três subsistemas territoriais (da Região de Aveiro, da Região de Coimbra e da Região de Leiria), propicia diferentes desafios em função dos múltiplos ativos territoriais (demográficos, sociais, económicos, ambientais culturais e organizacionais) e da capacidade de atração e integração de recursos externos. Nesse sentido, importa:

- a) Apostar nos centros urbanos, centros difusores da economia do conhecimento, melhorando e diversificando as oportunidades de emprego, favorecendo a dinamização e a revitalização do comércio e dos serviços, oferecendo habitações adequadas e acessíveis, qualificando o edificado, os espaços públicos e o ambiente urbano, dinamizando a oferta de serviços fundamentais (saúde, educação e apoio social), valorizando o património histórico-arqueológico e a oferta cultural, modernizando as infraestruturas urbanas (energia, telecomunicações, água, saneamento e resíduos), e assegurando os serviços ambientais e os transportes coletivos;
- b) Valorizar as identidades e as comunidades, fomentando um urbanismo de proximidade, mais verde e saudável, que contrarie processos de fragmentação física e segmentação social;
- c) Controlar a expansão urbana, privilegiando a concentração da edificação e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos, a colmatação dos aglomerados populacionais e solos expectantes, a reabilitação do edificado e privilegiar a disponibilização de áreas necessárias para novos usos e atividades a partir de solos já infraestruturados;
- d) Regular a localização industrial e logística, e melhorar os sistemas de monitorização e controlo dos recursos ambientais;
- e) Controlar a ocupação desordenada nas zonas costeiras, em particular nas áreas urbanas em risco;
- f) Promover a reestruturação e qualificação da matriz produtiva endógena (industrial, de comércio e serviços, agrícola, florestal e do mar);
- g) Reforçar a inserção nas redes de competitividade à escala europeia e global, promovendo a interação do SCT com o tecido produtivo e social;

- h) Dinamizar novas atividades económicas e a atração de investimentos produtivos, fomentando a qualificação e consolidação da base exportadora, numa lógica de aproveitamento de novas oportunidades;
- i) Concretizar investimentos estratégicos no domínio das conectividades ferroviárias e rodoviárias, visando o reforço da acessibilidade e da mobilidade regionais;
- j) Desenvolver e aplicar uma estratégia concertada para o turismo, suportada nos valores naturais, culturais e patrimoniais (arquitetónicos e arqueológicos), de forma a consolidar a atratividade nacional e internacional;
- k) Promover as fileiras agrícolas e a pecuária, dinamizando a economia local e incentivando práticas de produção mais sustentáveis;
- l) Fomentar uma maior sustentabilidade dos processos produtivos, mitigando a pressão sobre os sistemas naturais das atividades industriais e da agricultura ou pecuária intensiva (avicultura e a suinicultura);
- m) (Re)qualificar os espaços naturais e os ecossistemas de elevado valor paisagístico, intervindo em matéria de proteção e valorização dos recursos existentes (cordão dunar da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, zonas húmidas da Ria de Aveiro, estuários do Mondego e do Lis, matas nacionais e perímetros florestais);
- n) Regrar a edificabilidade no solo rústico, cumprindo o definido na legislação aplicável, ordenar a floresta e reforçar os meios de controlo e combate aos incêndios;
- o) Promover ações de regeneração e qualificação urbana que dinamizem um urbanismo de proximidade, reforçando a atratividade habitacional, a qualidade dos serviços e dos espaços públicos e a mobilidade sustentável.

NG.MT.2. Sistema Territorial de Transição - De acordo com as especificidades territoriais e de forma a assegurar uma maior convergência e integração dos diferentes ativos locais (económicos, socioculturais, agroflorestais, água, solo, biodiversidade, culturais), deve intensificar-se as inter-relações de três subsistemas territoriais:

- a) **No Subsistema de Viseu Dão Lafões**, estruturado por uma rede polinucleada, de forte relacionamento interurbano e urbano-rural, é prioritário:
 - i) Promover ações de regeneração e qualificação urbana que dinamizem um urbanismo de proximidade, reforçando a atratividade habitacional, a qualidade dos serviços e dos espaços públicos e a mobilidade sustentável;
 - ii) Reforçar a atratividade urbana melhorando os fatores de desenvolvimento e inovação económica, a oferta de serviços e as infraestruturas de comunicação; em particular é necessário intensificar as interações do SCT com as empresas e a sociedade, ajudando a consolidar a dinâmica de inovação que consolidará a Região Centro como uma sociedade do conhecimento;
 - iii) Tirar partido da centralidade viária do subsistema, que deverá ser aprofundada com a construção de uma autoestrada que ligue Viseu a Coimbra;
 - iv) Desenvolver uma estratégia intermunicipal para o turismo, em torno do património cultural material (arquitetónico, arqueológico e etnográfico) e imaterial, natural, do termalismo e do enoturismo;
 - v) Dinamizar o reordenamento da cobertura vegetal das montanhas que se estendem do Maciço da Gralheira à Serra do Caramulo, sulcadas pelos vales dos rios Paiva e Vouga e que ladeiam o planalto do rio Dão, valorizando o capital natural e a

- qualificação dos ecossistemas e das paisagens, contribuindo para o desenvolvimento da economia local;
- vi) Encontrar as atividades económicas adequadas a contextos de baixa densidade, capazes de gerar alternativas e complementar uma economia agro-pastoril que, apesar da sua importância, não tem condições para fornecer o emprego necessário à reversão de processos seculares de declínio;
 - vii) Apoiar a consolidação de fileiras agroalimentares de qualidade (nomeadamente, produtos regionais de origem protegida e produção biológica), tendo em vista promover a economia rural e a sua afirmação nos mercados externos.
- b) No **Subsistema Tábua – Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia**, estruturado por uma estrutura urbana em consolidação, com uma forte identidade com a Serra da Estrela, dever-se-á:
- i) Desenvolver uma estratégia intermunicipal de (re)qualificação urbana, que vise reforçar a sua atratividade em termos habitacionais e turísticos;
 - ii) Promover a atratividade industrial, melhorando as acessibilidades, a mobilidade e as infraestruturas logísticas; em particular, urge concluir o IC6 e concretizar o IC7 e o IC37 com um traçado adequado ao seu papel;
 - iii) Qualificar a base produtiva, valorizando os produtos locais de excelência (como o queijo da serra), atraindo investimento externo e fomentando a criação de novos projetos empresariais associados ao dinamismo tecnológico que a ligação ao SCT regional deve proporcionar;
 - iv) Preparar uma abordagem ecológica integrada em torno dos ativos ambientais e respetivos serviços ecossistémicos, de forma a apoiar o desenvolvimento local de uma economia verde e mais dirigida à circularidade do carbono atmosférico, como alternativa ao uso de combustíveis fósseis;
 - v) Encontrar as atividades económicas adequadas a contextos de baixa densidade, capazes de gerar alternativas e complementar uma economia agro-pastoril que, apesar da sua importância, não tem condições para fornecer o emprego necessário à reversão de processos seculares de declínio;
 - vi) Promover o património natural e cultural, através de projetos que integrem estes valores dinamizando o turismo e potenciando a economia local.
- c) No **Subsistema do Pinhal Interior**, marcado por um contexto fortemente florestal e de fraca acessibilidade, com uma incipiente estrutura urbana, num contexto de perda demográfica e forte envelhecimento, é fundamental:
- i) Contrariar a dispersão e a ocupação desordenada, reforçando a concentração urbana e tornando a qualificação do parque habitacional uma prioridade;
 - ii) Reequacionar a estrutura urbana seguindo uma estratégia de organização da oferta de serviços essenciais, apoiada numa perspetiva supramunicipal;
 - iii) Fomentar a cooperação institucional, visando a criação de redes integradas de apoio comunitário, a inovação em matéria de prestação de serviços (telemedicina, regime ambulatorio) e a promoção de novas formas de mobilidade (a pedido e partilhada);
 - iv) Reforçar as políticas sociais pensando-as para uma população residente com baixos rendimentos e níveis de envelhecimento muito significativos;

- v) Promover atividades económicas adequadas a contextos de baixa densidade, capazes de gerar alternativas e complementaridades a uma economia agro-pastoril que, apesar da sua importância, não tem fornece o emprego necessário à reversão de processos seculares de declínio;
- vi) Promover uma gestão mais agregada das propriedades rústicas, de forma a melhorar a eficiência da gestão territorial;
- vii) Promover o reordenamento agroflorestal e uma gestão ativa deste território, valorizando os serviços dos ecossistemas, apoiando atividades ligadas à fruição da natureza, desenvolvendo a economia local e melhorando as condições de vida das populações residentes;
- viii) Proteger a biodiversidade e a multifuncionalidade, dinamizando a gestão florestal e diminuindo a ocorrência de incêndios;
- ix) Fomentar as redes locais de abastecimento para a utilização de biomassa como fonte de energia renovável.

NG.MT.3. Sistema Territorial do Interior - Estruturado pelo eixo urbano Guarda - Covilhã - Fundão - Castelo Branco, o Sistema Policêntrico do Interior tem um forte potencial de conectividade ecológica e de estruturação dos territórios de baixa densidade. A paisagem é dominada pelo planalto interior e por áreas de elevado potencial agrícola (Cova da Beira e a Campina de Idanha), onde se destacam importantes áreas naturais classificadas (Douro Internacional, Parque Nacional da Serra da Estrela, Reserva Natural da Serra da Malcata, Parque Natural do Tejo Internacional e Geoparques da Unesco). A consolidação deste sistema requer:

- a) Promover a atratividade do eixo urbano e a cooperação com os territórios envolventes, de forma a aumentar a coesão territorial;
- b) Dinamizar a consultadoria técnico-científica, a inovação económica e o desenvolvimento de novas atividades, nomeadamente nas áreas da TICE, da metalomecânica de base tecnológica, dos transportes e logística, das indústrias criativas e da saúde;
- c) Melhorar a conectividade transfronteiriça, para o que é essencial construir, com a celeridade possível, o IC31;
- d) Fortalecer a cooperação intermunicipal e transfronteiriça, de forma a melhorar a qualidade dos serviços e aumentar os níveis de acesso, em particular nas áreas da saúde e do apoio social;
- e) Incentivar a reabilitação e qualificação do edificado de modo a melhorar as condições de habitabilidade e aumentar a oferta;
- f) Desenvolver mecanismos de compensação dos serviços prestados em matéria de conservação da natureza, paisagem e provisão de bens naturais;
- g) Encontrar as atividades económicas adequadas a contextos de baixa densidade, capazes de gerar alternativas e complementar uma economia agro-pastoril que, apesar da sua importância, não tem condições para fornecer o emprego necessário à reversão de processos seculares de declínio;
- h) Reduzir as suscetibilidades naturais e as vulnerabilidades sociais, através do reordenamento do território e de uma gestão ativa que valorize social e economicamente os recursos naturais;

- i) Dinamizar os aproveitamentos hidroagrícolas, associados às manchas agroflorestais, às culturas extensivas de cereais, frutos secos, olival e criação de ovinos e caprinos;
- j) Afirmar uma estratégia para o turismo associada ao sistema montanhoso (Serra da Estrela - Serra da Gardunha) e aos valores patrimoniais, integrando o património cultural material e imaterial, promovendo a cooperação territorial e a concertação, a nível nacional e transfronteiriço.

NG.MT.4. Para a **afirmação do Eixo Atlântico**, como contraponto à área metropolitana de Madrid e à faixa litoral mediterrânica entre Barcelona e Alicante, é fundamental:

- a) Promover projetos de concertação à escala regional e inter-regional, através de abordagens baseadas em colaborações multisetorial e intermunicipais, tendo em vista: promover a inovação da base económica; fortalecer a saúde e o bem-estar nas políticas urbanas; aumentar a acessibilidade à habitação; contrariar a exclusão e a segmentação social; aumentar a concertação em matéria de serviços de interesse geral; fomentar uma gestão mais inteligente dos ativos territoriais;
- b) Melhorar um conjunto de infraestruturas estratégicas fundamentais:
 - i. Concretizar a nova linha ferroviária de alta velocidade Porto – Lisboa – Galiza com serviços regulares e paragens consecutivas em Aveiro, Coimbra, Leiria e no novo aeroporto nacional;
 - ii. Melhorar as ligações dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz à Linha do Norte, dotando-as com os requisitos da rede principal TEN-T;
 - iii. Melhorar as condições de navegabilidade dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, melhorando as infraestruturas portuárias e os terminais intermodais e fomentando a eletrificação e a digitalização das infraestruturas, equipamentos e serviços.

NG.MT.5. Para afirmar a **Rota do Bronze** (eixo Bragança – Guarda – Covilhã – Castelo Branco – Portalegre – Algarve) e potenciar o desenvolvimento transfronteiriço, é fundamental:

- a) Promover projetos de inovação suportados nos ativos existentes à escala intermunicipal e inter-regional, aproveitando os recursos naturais, culturais e patrimoniais, e atraindo investimento externo;
- b) Melhorar um conjunto de infraestruturas essenciais para o cumprimento deste desígnio:
 - i. Concluir a modernização da Linha da Beira Alta;
 - ii. Construir o IC31.

NG.MT.6. Para promover a **Rota do Mar, do Vinho e da Montanha** (eixo Figueira da Foz – Coimbra – Viseu – Vila Real – Chaves – Verín), é fundamental:

- a) Reforçar a concertação intermunicipal através da dinamização de projetos de inovação à escala inter-regional, capazes de criar escala para o desenvolvimento dos ativos endógenos, em particular os recursos associados ao mar, à vinicultura e à montanha;
- b) Melhorar o modo ferroviário para o transporte de mercadorias, num contexto de interoperabilidade entre o Porto da Figueira da Foz e as plataformas logísticas da Pampilhosa e de Alfarelos.

NG.MT.7. Para afirmar o eixo horizontal, estruturado pelas **centralidades urbanas de Aveiro, Viseu e Guarda** e pela A25, é fundamental:

- a) Promover a concertação interurbana e dinamizarem-se projetos de inovação à escala regional e transfronteiriça, fortalecendo o dinamismo económico e ligando infraestruturas estratégicas como o Porto de Aveiro e a Plataforma Logística da Guarda;
- b) Desenvolver as seguintes infraestruturas:
 - i. Reforçar a ligação entre o Porto de Aveiro e o Porto Seco da Guarda, entre si e com o Porto Seco de Salamanca;
 - ii. Construir, numa perspetiva de médio prazo, a linha ferroviária de alta velocidade Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca – Medina del Campo/Valladolid, com serviços de ligação a Madrid e à Europa e com paragens regulares e consecutivas nos principais centros urbanos da região.

NG.MT.8. Para promover o eixo horizontal, de ligação **entre Figueira da Foz, Coimbra e Covilhã**, é fundamental:

- a) Apostar em projetos de inovação económica, social e ambiental, contribuindo para dinamizar uma multiplicidade de recursos, em prole de uma maior afirmação turística e económica regional;
- b) Investir na conclusão do IC6 (troço Tábua – Oliveira do Hospital – Covilhã).

NG.MT.9. Para promover o eixo horizontal de ligação entre **Marinha Grande, Leiria e Castelo Branco**, é fundamental:

- a) Apostar em projetos de inovação suportados nos recursos urbanos e rurais, reforçando o policentrismo urbano ao longo do eixo e promovendo as transições tecnológicas e verdes;
- b) Apostar num conjunto de infraestruturas:
 - i. Melhorar o IC8 e, em particular, dotar o troço entre Pombal e Avelar/A13 com um perfil adequado;
 - ii. Construir o IC31, entre Castelo Branco/A23 e o posto fronteiriço de Monfortinho, com um perfil de autoestrada e garantir também a sua ligação com o mesmo perfil a Moraleja, assegurando uma ligação eficiente da Região Centro à rede espanhola de autoestradas e a Madrid.

Normas para os Instrumentos de Gestão Territorial

O PROT, enquanto instrumento de planeamento estratégico de âmbito regional, tem um papel fundamental na articulação horizontal e vertical das políticas públicas, pelo que a concertação e coordenação de interesses públicos a nível regional é um fator crítico do funcionamento do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território. Neste contexto, os PROT estabelecem orientações para os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), constituindo o quadro de referência para a elaboração dos programas e dos planos territoriais.

Ao nível supramunicipal, compete ao PROT densificar as opções determinadas no PNPOT, nos programas setoriais e nos programas especiais, bem como dar cumprimento ao que o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 15/09, reserva a este tipo de Instrumento de Gestão Territorial.

Ao nível local, os Planos Diretores Municipais (PDM), que se constituem como instrumento fundamental do sistema de gestão territorial, são determinantes para a concretização dos objetivos do PROT Centro, pelo que as presentes normas são, sobretudo, orientadas para estes.

i. Nível Nacional e Regional

NG.IGT.1. Promover a elaboração do Programa de Ordenamento do Estuário da Ria de Aveiro e do Programa de Ordenamento do Estuário do Mondego, equacionando a sua classificação como parques naturais.

NG.IGT.2. Concluir a recondução dos planos de ordenamento das áreas protegidas e das albufeiras de águas públicas a programas especiais, integrando o conhecimento e a investigação científica atual, nomeadamente no que se relaciona com as questões de risco e das alterações climáticas.

NG.IGT.3. Desenvolver o programa setorial de exploração de recursos geológicos que promova o aproveitamento dos recursos minerais identificando os locais preferenciais para a sua exploração.

NG.IGT.4. Garantir a espacialização e disponibilização das servidões e restrições de utilidade pública atualizadas, preferencialmente através de acessos a serviços Web.

NG.IGT.5. Promover a elaboração de estudos, de cartas geológicas e de cartas litológicas à escala municipal que permitam a delimitação forma fidedigna e pormenorizada das áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e das áreas de instabilidade de vertentes (REN), ajustando os critérios para a sua delimitação, previstos nas Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais (OENR), para que tenham mais aderência ao território.

NG.IGT.6. Dinamizar a cobertura cadastral do território regional.

NG.IGT.7. Cadastrar as zonas de perigosidade associadas aos estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.

ii. Nível Intermunicipal

NG.IGT.8. Privilegiar uma abordagem integrada das infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral.

NG.IGT.9. Promover a adequada definição e articulação dos acessos a infraestruturas e equipamentos que venham a ser considerados estruturantes no âmbito dos sistemas de transportes, designadamente os logísticos.

NG.IGT.10. Garantir a abordagem integrada de sítios, áreas e unidades territoriais de interesse ambiental, cultural (património arquitetónico, arqueológico e etnográfico) ou paisagístico, promovendo a sua proteção e valorização.

NG.IGT.11. Garantir uma abordagem integrada que vise a salvaguarda das matérias-primas críticas.

NG.IGT.12. Articular os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável com os outros IGT, nomeadamente os PDM.

iii. Nível local - os PDM devem:

NE.IGT.1. Reforçar o cariz estratégico do PDM assente numa visão integrada do território, libertando-o de conteúdos urbanísticos excessivos e tornando mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística e incluir, na esfera da sua operacionalização, as diretrizes programáticas para o uso, ocupação e transformação do solo e os mecanismos para a sua execução programada, no respeito pelo princípio da sustentabilidade financeira.

NE.IGT.2 Reforçar a dinâmica de elaboração de Planos de Urbanização e de Pormenor e/ou Unidades de Execução, à escala territorial adequada e em função das necessidades e objetivos das intervenções, considerando que a qualidade do desenho urbano e da urbanização são dimensões fundamentais do funcionamento das áreas urbanas e do seu relacionamento com as áreas rurais, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência do uso de recursos, para a atratividade territorial e para qualidade de vida dos habitantes.

NE.IGT.3. Assumir a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação com o PROT em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação.

NE.IGT.4. Delimitar a Estrutura Ecológica Municipal, integrando as Áreas Nucleares e os Corredores Ecológicos da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), assim como as áreas de RAN, REN, Domínio Hídrico, áreas de floresta autóctone e outras áreas de mais-valia ambiental, à escala adequada, cuja importância venha a ser demonstrada em sede de elaboração dos Planos Territoriais:

- a) O corredor da zona costeira deve considerar uma faixa de 2 km a partir da margem, podendo ser ajustada sempre que se verifique a presença de ecossistemas de elevada importância local e/ou regional sujeitos a fortes pressões naturais e antrópicas;
- b) Os corredores ecológicos dos rios Lis, Paiva, Zêzere, Mondego, Vouga e Tejo compreendem as áreas de baixa aluvionar e as áreas onde se verifiquem funções ecológicas relevantes; quando não existe baixa aluvionar os corredores devem integrar sempre o Domínio Hídrico.

NE.IGT.5. Promover o planeamento e gestão integrada da Zona Costeira apoiado na política de adaptação ao nível da ocupação urbana:

- a) Incorporar, na orla costeira, as interdições previstas no Programa de Orla Costeira Ovar – Marinha Grande (POC-OMG) para o exterior das áreas urbanas;
- b) Fora da orla costeira, a expansão urbana deve, preferencialmente, ser desenvolvida em sentido oposto à linha de costa e fora das zonas de risco;
- c) Devem ser evitados novos acessos paralelos à linha de costa, devendo o acesso ao litoral deve ser promovido através de ramais perpendiculares à linha da costa localizados em pontos criteriosamente escolhidos para o efeito;

- d) Prever a realocação de equipamentos, infraestruturas e construções urbanas sempre que as condições de segurança relacionadas com a dinâmica litoral determinem a demolição das atuais, devendo a sua implantação desenvolver-se com o maior afastamento possível da linha de costa e fora de zonas de risco;
- e) Definir capacidades de carga para a atividade turística compatíveis com os valores naturais presentes.

NE.IGT.6. Fomentar o aproveitamento multifuncional do solo rústico com acolhimento de atividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, promovendo a integração de utilizações compatíveis e salvaguardando a sustentabilidade ambiental e paisagística, bem como a biodiversidade desses espaços.

NE.IGT.7. Identificar e incorporar a análise dos diversos riscos, cartografando a escalas adequadas as respetivas áreas e, em função da tipologia de risco, regulamentar os usos e as ocupações compatíveis, designadamente através do seu condicionamento ou proibição, tendo em conta os seguintes critérios:

- a) Nas áreas suscetíveis a radioatividade moderada a muito elevada, deve ser proibida ou condicionada a edificação para utilização humana;
- b) Nas áreas suscetíveis a movimentos de massa em vertentes deve ser promovida uma adequada qualificação do solo e proibidas ou condicionadas as ações de aterro e escavação e as alterações do coberto vegetal e da drenagem natural;
- c) Nas áreas suscetíveis a cheias, inundações e galgamentos marinhos devem ser proibidas ou condicionadas a construção de novas edificações e as ações de aterro e escavação, bem como as alterações do coberto vegetal e da drenagem natural;
- d) Nas zonas mais vulneráveis da orla costeira, devem ser mantidos espaços abertos vocacionados para atividades agrícolas, estruturas de recreio, lazer ou de valorização ecológica;
- e) Deve ser garantida a efetividade da proibição de construir em leitos de cheia e nas áreas inundáveis, salvaguardando as exceções previstas na lei;
- f) Deve ser acautelada a manutenção de distâncias de segurança adequadas entre as fontes de risco tecnológico e as zonas residenciais, locais de utilização pública, vias de comunicação e zonas ambientalmente sensíveis.

NE.IGT.8. Melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal, de gestão da paisagem e de defesa da floresta e combate de incêndios, identificando medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersa, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas.

NE.IGT.9. Promover a manutenção dos sistemas agro-silvo-pastoris e manter ou recuperar os mosaicos de paisagem agrícola e florestal, reconhecendo a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, turístico, social e económico e estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

NE.IGT.10. Garantir que em áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, os usos são planeados e adaptados à natureza desses territórios, nomeadamente assegurando a sua permeabilidade e capacidade de infiltração e que o planeamento da ocupação e usos do solo consideram as disponibilidades hídricas existentes e salvaguardam a qualidade dos recursos hídricos.

NE.IGT.11. Controlar a artificialização do solo, privilegiando a concentração da edificação e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos, a colmatção de vazios urbanos e solos expectantes, a reabilitação do edificado e privilegiar a disponibilização de áreas necessárias para novos usos e atividades a partir de solos já artificializados.

NE.IGT.12. Recensear e delimitar os aglomerados populacionais com especial valor cultural, patrimonial e paisagístico e promover a sua salvaguarda, reabilitação, valorização e multifuncionalidade, impedindo o seu esvaziamento ou gentrificação.

NE.IGT.13. Adotar em sede de planos territoriais regras de edificação qualitativas e de carácter tipomorfológico, em particular nas áreas centrais, históricas e com frentes urbanas consolidadas e de maior densidade dos aglomerados populacionais, de forma a garantir a preservação da qualidade urbanística intrínseca desses locais e do património arquitetónico.

NE.IGT.14. Os locais de grande acessibilidade, tais como nós de autoestradas e estações da Linha de Alta Velocidade (LAV) devem ser objeto de planos territoriais municipais ou intermunicipais, que garantam o ordenamento da ocupação urbana.

NE.IGT.15. Delimitar e programar as áreas destinadas ao uso habitacional com base nas estratégias municipais, nas dinâmicas demográficas e na evolução do parque habitacional e incentivar a habitação a custos controlados.

NE.IGT.16. Evitar que as novas áreas habitacionais sejam implantadas de forma segregada no território, devendo, pelo contrário, ter-se em conta a integração social e dotar o solo urbano de relevância progressivamente igualitária.

NE.IGT.17. Fomentar a criação e ampliação de espaços verdes urbanos integrando, na sua conceção, a reabilitação e valorização dos ecossistemas aquáticos (rios, lagoas e zonas húmidas) de modo a aumentar a capacidade de retenção e infiltração das águas pluviais e a prevenir a erosão hídrica das margens, contribuindo para a redução do risco de cheias em contexto urbano.

NE.IGT.18. Garantir que as operações de reclassificação de solo rústico para urbano não desvirtuem a estratégia e o modelo de organização territorial municipal; a reclassificação do solo rústico para urbano deve, prioritariamente, ocorrer na contiguidade do espaço urbano.

NE.IGT.19. Na fundamentação dos procedimentos de elaboração, alteração e revisão de Planos Territoriais deve ser avaliado o grau de execução das reservas de solo e identificadas as que caducaram por falta de concretização no prazo legalmente previsto, bem como as regras a que essas áreas passarão a estar sujeitas, devendo ainda ser reavaliada a pertinência de novas reservas de solo para equipamentos coletivos, considerando as características da procura efetiva gerada em todo o sistema urbano e as condições de acessibilidade existentes.

NE.IGT.20. No solo rústico, privilegiar a edificabilidade nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa, assegurando a sua revitalização ou reorganização.

NE.IGT.21. Fora dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, os PDM devem conter regras que tornem efetiva a exceção da ocupação do solo rústico com novas construções para habitação, só devendo ser admitidas desde que reúnam os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Serem comprovadamente necessárias às atividades desenvolvidas no solo rústico;
- b) Ser imprescindível a sua localização na exploração;
- c) Não se localizarem em áreas de risco, salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.

NE.IGT.22. Os novos empreendimentos turísticos em solo rústico, exceto se inseridos em Aglomerados Rurais, devem ser admitidos nas seguintes tipologias:

- a) Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI) – correspondem a Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (Casas de Campo, Agroturismo e Hotéis Rurais), Turismo de Habitação, Hotéis, Pousadas e Parques de Campismo e Caravanismo, os quais devem cumprir os seguintes critérios:
 - i. Adotar soluções arquitetónicas e construtivas que assegurem a adequada inserção na morfologia do terreno, adotando técnicas construtivas sustentáveis, incluindo a arquitetura bioclimática, a eficiência energética e hídrica, a gestão eficiente de resíduos e a integração de energias renováveis;
 - ii. Adotar soluções paisagísticas que valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente, que promovam e garantam a preservação das vistas;
 - iii. Os hotéis e hotéis rurais devem estar associados a temáticas específicas, tais como enoturismo, turismo de saúde, de desporto, cinegético, industrial, da natureza, turismo social, educativo e cultural, entre outras.
- b) Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) – sem localização predefinida, integram conjuntos de empreendimentos de diversas tipologias (estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo em espaço rural, parques de campismo e caravanismo, conjunto turístico englobando as tipologias anteriores) e equipamentos de animação turística, assim como outros equipamentos, infraestruturas e atividades de turismo e lazer, devendo estes observar os seguintes critérios:
 - i. A solução de ocupação do solo deve promover a concentração da edificação, incluindo as áreas impermeabilizadas;
 - ii. A área impermeabilizada não deverá ser superior a 35% da área total;
 - iii. A estrutura ecológica deve ser contínua e em articulação com a estrutura ecológica municipal;
 - iv. As soluções arquitetónicas e construtivas devem assegurar a adequada inserção na morfologia do terreno, adotando técnicas construtivas sustentáveis, incluindo a arquitetura bioclimática, a eficiência energética e hídrica, a gestão eficiente de resíduos e a integração de energias renováveis;
 - v. As soluções paisagísticas devem valorizar o património natural e cultural do local e da envolvente, garantindo a preservação das bacias visuais;
 - vi. Os NDT devem ser precedidos de plano de pormenor ou unidade de execução.

NE.IGT.23. A delimitação dos aglomerados rurais deve ter em consideração a concentração de edificação, assim como a disponibilidade de infraestruturas e de serviços de proximidade; estes aglomerados devem ser regulamentados de forma a garantir a sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural, podendo contemplar áreas de expansão controladas, quando se verificarem dinâmicas demográficas que o justifiquem desde que não contribuam para a dispersão.

NE.IGT.24. As áreas de edificação dispersa correspondem a espaços existentes, sem funções urbanas prevaletentes, com características híbridas e uma ocupação de carácter urbano-rural, devendo ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e promova a sua densificação e infraestruturização com recurso a soluções apropriadas.

NE.IGT.25. Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de descarbonização,

favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.

NE.IGT.26. Ordenar a atividade da indústria extrativa, identificando áreas de exploração compatíveis com os valores naturais e com a presença humana e acautelar os eventuais conflitos de utilização do solo que possam criar obstáculos à sua exploração.

NE.IGT.27. Integrar o regime das áreas classificadas e as orientações de gestão do Plano Setorial da Rede Natura 2000, bem como as diretrizes da Comissão Europeia para o desenvolvimento das atividades extrativas nessa rede.

NE.IGT.28. Identificar e reduzir as pressões e ameaças específicas sobre os valores naturais, tendo em vista prevenir, travar e, quando possível, reduzir a deterioração do seu estado de conservação.

NE.IGT.29. Identificar os valores patrimoniais em Cartas de Património atualizadas e estabelecer as medidas de proteção, salvaguarda e valorização para o património arquitetónico e arqueológico.

Articulação entre a Estratégia, o Programa de Execução e as Normas Orientadoras do PROT Centro

Estratégia	Programa de Execução	Normas Orientadoras
Desafios Transversais		
DT1. Afirmar o posicionamento estratégico da região e a sua projeção nas redes globais	P4, P5, P7, P7-A1, P7-A2, P13, P13-A1, P13-A2	NG.SE.1, NG.SE.2, NG.SE.3, NG.SME.1 a) b) c) d) e) f) g) h) j) k) l) m) n) o) p) q) t) u), SU-III, MT-I, MT-IV, MT-V
DT2. Responder aos desafios da demografia	P4, P5, P6, P6-A1, P6-A2, P8, SubP8.1, SubP8.2, P15, P16, P17, P17-A1, P18	SE-V, NG.SE.5, SS-IV, NG.SS.2, SM-V, NG.SME.1, MT-II
DT3. Responder às alterações climáticas	P1, P2, P5, P12, P15, SubP 19.4, P20, P22, P23	NG.SME.2, NG.SU.12, MT-I
DT4. Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização	P4, P5, P7, P7-A1, P7-A2, SubP 19.4, P25	NG.SE.1, NG.SE.3, MT-I
DT5. Promover redes e competências digitais	P10, SubP 10.1, SubP 10.2, P11	NG.SE.3 b) c), NG.SE.4 a), NG.SE.5 h), NG.SS.1 h) k) l), NG.SS.2 a), NG.SS.3 c), NG.SS.5 h), NG.SS.6 d) e), MT-I, MT-V
DT6. Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública	P3, P5	SU-III, MT-I, MT-IV, MT-V
DT7. Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo	P3, P5, P6, P6-A1, P6-A2, P8, SubP8.1, SubP8.2, SubP 19.6	SU-III, MT-I, MT-II, MT-IV
OEBT Sistema Económico		
SE1. Reforçar a interação do SCT com o tecido económico e social	P4, P6, P6-A1, P6-A2, P7, P7-A1, P7-A2, P9, P9-A, P10, SubP 10.1, SubP 10.2, P12, P13, P13-A1, P13-A2, P15, P19, SubP 19.4, SubP 19.5, P23	NG.SE.1
SE2. Apoiar a qualificação e a capacidade exportadora da base económica da região	P4, P6, P6-A1, P6-A2, P7, P7-A1, P7-A2, P9, P9-A, P12, P13, P13-A1, P13-A2, P15, P23	NG.SE.2
SE3. Promover as atividades económicas do futuro	P4, P7, P7-A1, P7-A2, P9, P9-A, P10, SubP 10.1, SubP 10.2, P13, P13-A1, P13-A2, P23	NG.SE.3
SE4. Aumentar a competitividade do setor do turismo	P8, SubP8.1, SubP8.2, P10, SubP 10.1, SubP 10.2, P11, P14, SubP 14.1, SubP 14.2, SubP 14.3, SubP 14.4, SubP 14.5, P15, P16, SubP 19.6, P21	NG.SE.4
SE5. Promover a base económica dos territórios de mais baixa densidade	P8, SubP8.1, SubP8.2, P10, SubP10.1, SubP10.2, P15, P16, P19, SubP 19.1, SubP 19.6, P25	NG.SE.5
OEBT Sistema Social		
SS1. Promover a autonomia e cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência	P16, P25	NG.SS.2
SS2. Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde	P6, P6-A1, P6-A2, P9, P9-A	NG.SS.3
SS3. Melhorar os níveis de acesso à habitação	P6, P6-A1, P6-A2, P17, P17-A1	NG.SS.4
SS4. Reforçar a oferta educativa de qualidade e formação ao longo da vida	P6, P6-A1, P6-A2, P18	NG.SS.5
SS5. Melhorar a oferta cultural e a qualidade de vida	P6, P6-A1, P6-A2, P8, SubP8.1, SubP8.2, P14, SubP 14.3	NG.SS.6

Legenda: P - Projeto | SubP - Subprojeto | A - Ação Específica | MT - Modelo Territorial | SE - Sistema Económico | SS - Sistema Social | SN - Sistema Natural | SM - Sistema de Mobilidade | SEN - Sistema de Energia | SU - Sistema Urbano | RV - Riscos e Vulnerabilidades | DT - Desafio Transversal | NG - Normas Gerais

Estratégia	Programa de Execução	Normas Orientadoras
OEBT Sistema Natural		
SN1. Gerir o solo e os recursos geológicos	P19, SubP19.1	NG.SN.1, NG.SU.8
SN2. Fomentar a conservação da natureza e da biodiversidade	P12, P14, SubP 14.5, P19, SubP 19.2, P21	NG.SN.2
SN3. Gerir os recursos hídricos	P1, P20	NG.SN.3
SN4. Fortalecer o setor agroflorestal	P11, P19, SubP19.3, SubP19.5	NG.SN.4
SN5. Ordenar as zonas costeiras	P21	NG.SN.5, NG.SU.10
SN6. Diminuir a suscetibilidade aos riscos	P1, P11, P19, SubP19.5	NG.RV, NG.SU.10
OEBT Sistema de Mobilidade e Energia		
Mobilidade		
SM1. Reforçar a rede logística e o transporte de mercadorias	P2, P13, P13-A1, P13-A2	NG.SME.1. c) k) l) m) n) o) p)
SM2. Melhorar o acesso às grandes infraestruturas de transporte e a inclusão nos corredores de âmbito nacional e internacional	P13, P13-A1, P13-A2	NG.SME.1 j) k) l) m), n) SU-III
SM3. Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional	P2	NG.SME.1 a) b) d) e) f) g) h) j) l) q) t), SU-III
SM4. Fomentar sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais	P22	NG.SME.1 s) t), SU-II, NG.SU.12
SM5. Promover a eletrificação, a digitalização e a integração modal	P13, P13-A1, P13-A2	NG.SME.1 s), NG.SU.12
Energia		
SEN1. Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	P2, P12, P23, P24	NG.SME.2 a) b) c) d) e) h) k), NG.SS.4 g)
SEN2. Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final	P2, P12, SubP19.4, P23	NG.SME.2 b) d) h), NG.SU.11
SEN3. Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa	P24	NG.SME.2 c) NG.SS.4 g)
SEN4. Aumentar a eficiência energética no abastecimento público de água	P24	NG.SME.2 i), NG.SU.12
SEN5. Promover um aumento da literacia energética e a mitigação da pobreza energética	P24	NG.SME.2 k)
OEBT Sistema Urbano		
SU1. Promover a sustentabilidade e a qualidade intraurbana	P5, Sub10.1, Sub10.2, P12, P17, P17-A1, P20, P22, P24, P25	SU-I, NG.SU.1, NG.SU.2, NG.SU.3, NG.SU.5, NG.SU.6, NG.SU.10, NG.SU.11, NG.SU.12, NG.SU.14, MT-I, MT-II, MT-III, NG.MT.1, NG.MT.2, NG.MT.3, NG.MT.4, NG.MT.5, NG.MT.6, NG.MT.7, NG.MT.8, NG.MT.9
SU2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna	P5, P9, P9-A, P10, Sub10.2, P13, P13-A1, P13-A2, P14, P14.1, P14.2, P14.4, P15, P18, P21	SU-II, SU-III, NG.SU.6, NG.SU.7, NG.SU.9, MT-I, MT-II, MT-III, MT-IV, MT-V, NG.MT.1, NG.MT.2, NG.MT.3, NG.MT.4, NG.MT.5, NG.MT.6, NG.MT.7, NG.MT.8, NG.MT.9
SU3. Reforçar a centralidade urbana regional e aumentar a integração da região nas redes inter-regionais e globais	P4, P5, P9-A, P13, P13-A1, P13-A2, P14.3	SU-III, NG.SU.5, NG.SU.7, MT-I, MT-II, MT-III, MT-IV, MT-V, NG.MT.1, NG.MT.2, NG.MT.3, NG.MT.4, NG.MT.5, NG.MT.6, NG.MT.7, NG.MT.8, NG.MT.9

Legenda: P - Projeto | SubP - Subprojeto | A - Ação Específica | MT - Modelo Territorial | SE - Sistema Económico |
 SS - Sistema Social | SN - Sistema Natural | SM - Sistema de Mobilidade | SEN - Sistema de Energia | SU - Sistema Urbano |
 RV - Riscos e Vulnerabilidades | DT - Desafio Transversal | NG - Normas Gerais



3. MODELO DE GOVERNAÇÃO

Enquadramento

O PROT Centro constitui um exercício de planeamento estratégico territorial à escala regional, sendo responsável por definir as grandes linhas de orientação estratégica da região, traduzindo, em termos espaciais, os principais objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável, propondo medidas para atenuar as assimetrias intrarregionais e estabelecendo as grandes opções de investimento público, bem como as suas prioridades. Este programa é, ainda, o quadro de referência para a elaboração dos planos intermunicipais e municipais, posicionando-se como uma abordagem multidimensional que requer o envolvimento de um conjunto alargado de entidades, desde o Estado até às autarquias locais.

Estrutura do Modelo de Governação

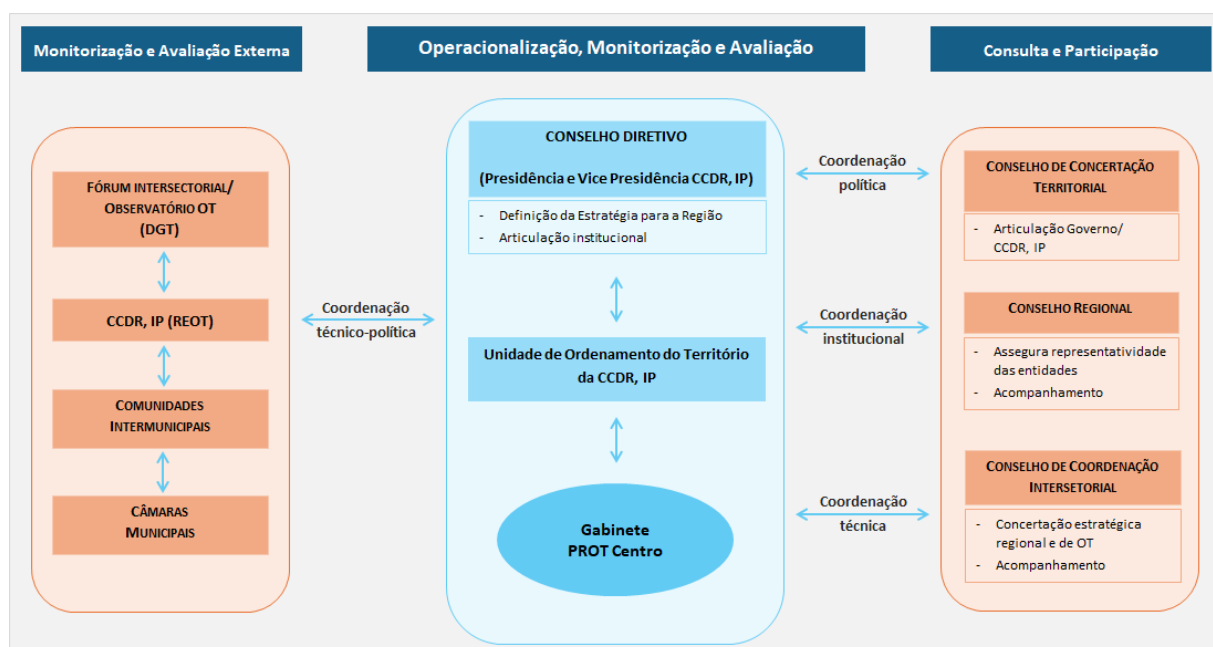
Para responder a esta exigência, é necessário definir uma estrutura de governação e os meios necessários à sua execução. O Modelo de Governação (MG) do PROT Centro assenta na sistematização e esquematização do fluxo de informação, com três dimensões principais:

- i. **Operacionalização, Monitorização e Avaliação.** Da responsabilidade da estrutura orgânica da CCDR Centro, que, além de definir a Estratégia para a Região Centro, deve monitorizar, avaliar e assegurar a execução do programa. Adicionalmente, a CCDR Centro deve promover uma articulação eficiente entre os diversos instrumentos de gestão territorial a nível nacional, regional e local, assegurando coerência e complementaridade nas ações de ordenamento do território em todas as escalas. Esta abordagem integrada permite alinhar políticas e estratégias, evitando sobreposições e garantindo maior eficiência na gestão do território;
- ii. **Consulta e Participação.** Envolve as entidades que acompanham a execução do PROT e com as quais a CCDR Centro deve articular-se nos níveis político, institucional e técnico. O seu papel é assegurar que a concretização do PROT está alinhada com os interesses e necessidades das partes interessadas;
- iii. **Monitorização e Avaliação Externa.** Compete às entidades nacionais, regionais e locais, que acompanham a execução do PROT nos seus respetivos níveis de atuação, com especial atenção à articulação com os instrumentos de gestão territorial.

O Modelo de Governação do PROT Centro é, assim, composto por órgãos de natureza operacional, consultiva e avaliativa:

- **Órgãos de natureza operacional:** Conselho Diretivo da CCDR Centro; Unidade de Ordenamento do Território da CCDR Centro;
- **Órgãos de natureza consultiva:** Conselho de Concertação Territorial; Conselho Regional; Conselho de Coordenação Intersetorial;
- **Órgãos externos de natureza avaliativa:** Fórum Intersetorial, Observatório do Ordenamento do Território; Comunidades Intermunicipais; Câmaras Municipais.

Modelo de Governação do PROT Centro



Órgãos do Modelo de Governação

1. Órgãos de natureza operacional

1.1. Conselho Diretivo (DL n.º 36/2023, 26/05) - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, IP

O Conselho Diretivo é o órgão executivo das CCDR Centro, incumbido, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, de assegurar a prossecução da missão e atribuições das CCDR, nomeadamente na articulação das políticas públicas em diversos domínios (desenvolvimento regional, ambiente, cidades, economia, cultura, educação, saúde, ordenamento do território, conservação da natureza, e agricultura e pescas) e no planeamento e gestão da política de coesão a nível regional.

Cabe ao Vice-Presidente, através da correspondente delegação de competências, sendo coadjuvado pela Unidade de Ordenamento do Território da CCDR Centro, a quem compete “promover a elaboração, alteração e revisão do Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT) e desenvolver as ações necessárias à sua implementação, monitorização e avaliação, bem como à sua articulação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)”, conforme alínea c) do artigo 8.º da Portaria n.º 405/2023, de 5 de dezembro.

1.2. Unidade de Ordenamento do Território (DL n.º 36/2023, 26/05; Portaria n.º 405/2023, de 5/12) - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, IP

As CCDR são responsáveis por coordenar as respostas do Estado a nível regional, desempenhando um papel fundamental na construção de regiões mais desenvolvidas e sustentáveis.

As competências relativas aos programas regionais são exercidas pelas CCDR, nos termos do n.º 2 do artigo 52.º do RJIGT, em conformidade com a missão e atribuições das CCDR, nomeadamente:

- A definição e execução das respetivas estratégias de desenvolvimento regional;
- A integração e articulação territorial das políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional;
- O planeamento e a gestão da política de coesão no âmbito dos programas regionais.
- A garantia da coerência do sistema de gestão territorial, garantindo a articulação dos instrumentos de gestão territorial, elaborando, monitorizando e avaliando os de âmbito regional.

A Portaria n.º 405/2023, de 5 de dezembro, que aprovou os Estatutos da CCDR Centro, atribui à Unidade de Ordenamento do Território (UOT) a responsabilidade de promover a elaboração, alteração e revisão do Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT), bem como de desenvolver as ações necessárias para a sua implementação, monitorização, avaliação e articulação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Esta Unidade é ainda responsável pela coordenação do processo de elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e dos respetivos processos de participação pública, competindo-lhe assegurar, a nível regional, as funções de ponto focal do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo, além de colaborar no desenvolvimento do sistema nacional de informação territorial.

1.2.1. Monitorização e Avaliação do PROT Centro

A monitorização e avaliação da execução do PROT Centro ficam a cargo de um Gabinete a criar na Unidade de Ordenamento do Território (UOT) da CCDR Centro, após a aprovação do PROT. Este Gabinete será coordenado por um quadro técnico a designar especificamente para o efeito. Posteriormente, pretende-se que evolua para um centro regional de conhecimento da ocupação do solo, das dinâmicas territoriais e de inteligência territorial, reforçando a capacidade de análise e apoio à decisão da CCDR Centro.

1.2.2. Competências do Gabinete

Para além da monitorização e avaliação do PROT, o Gabinete terá também funções de operacionalização e promoção do programa de execução, bem como uma componente de planeamento territorial estratégico.

Assim, são competências do Gabinete:

i. Monitorização e avaliação da execução do PROT Centro

A realizar com base no Sistema de Monitorização e Avaliação (SMA), composto por um conjunto integrado de indicadores quantitativos e qualitativos, que permitem acompanhar e avaliar as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento do sistema de gestão territorial.

Este sistema pretende reforçar a articulação entre os diferentes níveis de monitorização e avaliação territorial (nacional, regional e local), no âmbito do ordenamento do território. Para tal, deverá ser interativo e articular-se: a nível nacional, com o Observatório do Ordenamento do Território e com o sistema de monitorização do PNPOT, ambos sob a responsabilidade da

Direção-Geral do Território (DGT); a nível regional, com o DataCentro, gerido pela CCDR Centro; a nível local, com os sistemas de monitorização das CIM.

ii. Operacionalização e Promoção do Programa de Execução

Relativamente ao Programa de Execução, constituído por um conjunto de projetos piloto, compete ao Gabinete operacionalizar, monitorizar e avaliar os projetos da responsabilidade da CCDR Centro. No caso dos projetos de iniciativa de terceiros, compete-lhe promover a sua operacionalização em articulação com os diversos agentes territoriais.

iii. Planeamento Territorial Estratégico

Esta competência continuará a ser desenvolvida para além da vigência do PROT e inclui uma componente prospetiva e uma outra relacionada com dados territoriais.

Prospetiva. Neste âmbito, devem ser aplicadas técnicas de análise prospetiva para avaliar tendências de evolução social, económica e tecnológica, tanto a nível nacional como global, garantindo a sua integração na Estratégia da CCDR Centro. Além disso, importa antecipar constrangimentos e oportunidades para a Região Centro, sinalizar oportunidades de investimento em articulação com o Núcleo CR Inove, fomentar uma reflexão estratégica regional, nomeadamente através do Fórum Bienal, e atualizar, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior, nomeadamente, as projeções demográficas.

No que se refere aos projetos piloto, é fundamental analisar a necessidade de revisão e atualização de iniciativas existentes, bem como avaliar a criação de novos projetos e a possibilidade de replicação de soluções bem-sucedidas noutros territórios.

Dados Territoriais. Reconhecendo a importância dos dados e da informação territorializada para o planeamento, valorização e desenvolvimento do território, torna-se essencial estabelecer as bases para um futuro centro de conhecimento territorial. Este centro terá como função produzir, sistematizar e disponibilizar informação às escalas concelhia, sub-regional (NUTS III) e regional (NUTS II), contribuindo para a definição de estratégias e o apoio à tomada de decisão.

De forma faseada, este experimentador deverá articular o Sistema de Monitorização e Avaliação do PROT (SMA) e a execução dos projetos piloto com o Observatório do Ordenamento do Território e com o sistema de monitorização do PNPT (nível nacional). A nível regional, e no contexto interno da CCDR Centro, deverá estabelecer ligação com a Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional, particularmente com a plataforma DataCentro, e o Núcleo do CR Inove. A nível local, deverá articular-se com os sistemas de monitorização das CIM. Além disso, deverá alinhar-se com a Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes, garantindo coerência e complementaridade na gestão da informação territorial.

2. Órgãos de natureza consultiva

2.1. Conselho de Concertação Territorial (DL n.º 35/2023, 26 maio)

O Conselho de Concertação Territorial (CCT) é o órgão político de promoção consulta e concertação entre o Governo e as diferentes entidades políticas regionais e sub-regionais, nos planos regional, sub-regional e local.

O CCT é o órgão de coordenação política no âmbito deste Modelo de Governação, exercendo as seguintes competências (conforme o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 35/2023, de 26 de maio):

- Debater assuntos com dimensão territorial relevante para as entidades nele representadas, nomeadamente os que envolvam vários níveis de administração do território;
- Analisar matérias que exijam ou pressuponham a articulação entre diferentes níveis de administração do território, ou regulem a atuação de entidades políticas regionais e sub-regionais;
- Acompanhar estratégias políticas e programas com incidência no desenvolvimento territorial;
- Debater estratégias de cooperação entre os diferentes níveis da administração do território.

O CTT é constituído pelo Primeiro-Ministro, que preside, pelas tutelas do planeamento, finanças, economia, cultura, educação, saúde, ambiente, infraestruturas, coesão territorial, agricultura e pescas, por representantes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, pelos presidentes das CCDR, por membros do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), por membros do conselho diretivo da Associação Nacional de Freguesias, pelos presidentes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e por dois presidentes das CIM designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

2.2. Conselho Regional (DL n.º 36/2023, de 26 maio)

O Conselho Regional (CR) é o órgão responsável por assegurar a representatividade dos diversos interesses e entidades relevantes para a prossecução da missão e atribuições da CCDR, garantindo a execução das suas competências e acompanhando a atividade do conselho diretivo.

Nos termos do artigo 20.º do DL n.º 36/2023, de 26 de maio, compete, nomeadamente, ao Conselho Regional:

- Pronunciar-se sobre a estratégia de desenvolvimento regional correspondente a cada um dos períodos de programação das políticas da União Europeia, bem como outras estratégias, planos e programas regionais;
- Acompanhar a execução dos programas regionais e temáticos financiados pela política de coesão, pela política agrícola comum e outras políticas da União Europeia, avaliando os seus resultados e impactos regionais;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades da CCDR, podendo formular propostas, sugestões ou recomendações convenientes, solicitar esclarecimentos ao conselho diretivo e ao fiscal único e pronunciar-se sobre todos os assuntos que respeitam à região e à missão e atribuições das CCDR, respetivas;
- Apreçar os relatórios de execução de programas e projetos de interesse regional e pronunciar-se sobre instrumentos de gestão territorial a diferentes escalas territoriais, como o plano regional de ordenamento do território.

2.3. Conselho de Coordenação Intersectorial

O Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI) é o órgão responsável por promover a coordenação técnica na execução e monitorização das políticas setoriais, nomeadamente nas

áreas de desenvolvimento regional, ambiente, cidades, economia, cultura, educação, saúde, ordenamento do território, conservação da natureza, agricultura e pescas.

Do leque de competências do CCI estabelecidas no artigo 23.º do DL n.º 36/2023, de 26 de maio, destacam-se as seguintes pela sua relevância neste contexto:

- Dinamizar a articulação intersetorial em termos de concertação estratégica regional, de ordenamento do território e de planeamento das intervenções de natureza económica, social e ambiental, numa ótica de desenvolvimento regional integrado e sustentável;
- Acompanhar o planeamento estratégico, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado.

O CCI é composto pelo Presidente da CCDR Centro, que o preside, pelos representantes da Administração Central de todas as áreas governativas e pelos representantes das entidades intermunicipais, permitindo que este triângulo institucional promova um adequado cruzamento e coordenação das políticas públicas territoriais.

3. Órgãos externos de natureza avaliativa

3.1. Fórum Intersectorial e Observatório do Ordenamento do Território

O Fórum Intersectorial (FI) assegura a estrutura de governação do PNPOT e é coordenado pela DGT, sob tutela do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território em colaboração com as representações das Regiões Autónomas e das CCDR, responsáveis pela coordenação a nível regional, de acordo com as respetivas competências.

O FI tem como missão acompanhar, monitorizar e avaliar a execução do PNPOT e elaborar o Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT); contribuir para a produção de informação e conhecimento sobre o território, disponibilizando dados essenciais para a criação de indicadores nacionais; e dinamizar a execução das medidas de políticas constantes da Agenda para o Território. Configura-se ainda como uma plataforma de diálogo e cooperação estratégica entre os parceiros públicos, com o objetivo de garantir a execução coordenada de políticas territoriais nacionais e setoriais de relevância territorial, promovendo a criação de sinergias de ação. Salienta-se que o REOT é o principal documento de reporte da avaliação do PNPOT, sendo produzido bianualmente.

3.2. Comunidades Intermunicipais (CIM) e Câmaras Municipais (CM)

As CIM e as CM desempenham um papel fundamental na monitorização da execução do PROT Centro, respetivamente ao nível sub-regional e local, dado que muitas das ações e políticas a implementar recaem sob a sua responsabilidade. Além disso, constituem os agentes regionais mais próximos das populações.

Este papel assume especial relevância no atual contexto de reforço da desconcentração e descentralização administrativa, abrangendo os níveis regional (NUTS II), sub-regional (NUTS III) e local (municípios). A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) definiu o enquadramento para a transferência de competências em várias áreas e setores para estes níveis.

Página intencionalmente deixada em branco



4. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Enquadramento

Os sistemas de monitorização e avaliação à escala regional devem ser dinâmicos, participativos e focados nos processos de aprendizagem estratégica que podem desencadear. Isto significa que o sistema de monitorização deve estar ao serviço do Modelo de Governação, articulando-se com os principais agentes regionais, fortalecendo sinergias e maximizando os resultados e impactos.

Para isso, é importante identificar um sistema de indicadores que acompanhe a execução do PROT Centro e forneça informações relevantes sobre as dinâmicas territoriais, de forma a apoiar a tomada de decisões. Assim, deve ser flexível, sendo capaz de responder a questões que surgem ao longo do tempo.

Normalmente, os sistemas de monitorização referem-se a processos de avaliação periódica dos resultados. Para tal, é necessário sistematizar um conjunto de indicadores de progresso que organizem informações relevantes, amplas e comparativas (no tempo e no espaço) sobre a região, as sub-regiões e os municípios.

Contudo, no atual contexto de grande incerteza, em que as intervenções se focam em dinamizar transformações dirigidas à região e aos diferentes contextos locais, é importante analisar os processos em curso, de forma a apoiar as diversas necessidades de tomada de decisão. Assim, é igualmente necessário acompanhar as dinâmicas associadas à execução dos vários projetos piloto, a fim de monitorizar as ações, os resultados, os impactos e as sinergias geradas entre os diferentes projetos.

Deste modo, este capítulo dedicado ao Sistema de Monitorização e Avaliação (SMA) do PROT Centro inicia-se com a sistematização do SMA, focando o acompanhamento das dinâmicas de progresso a nível regional e local. Segue-se uma reflexão sobre o modelo a adotar para monitorizar e avaliar os projetos piloto.

Sistema de monitorização dirigido à análise das dinâmicas territoriais

O SMA do PROT Centro desenvolve um conjunto integrado de indicadores para informar e acompanhar a execução do programa, com o objetivo de monitorizar e avaliar as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento do sistema de gestão territorial.

Este sistema visa contribuir para uma maior articulação entre os sistemas de monitorização e avaliação existentes em diferentes escalas territoriais (nacional, regional e local), no contexto do desenvolvimento e ordenamento do território. Para tal, deverá ser um sistema interativo, articulando-se, a nível nacional, com o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo e com o sistema de informação criado para a monitorização e avaliação do PNPOT, ambos sob a responsabilidade da DGT; a nível regional, com a plataforma informática do sistema de monitorização e avaliação da situação da Região Centro (DataCentro), da responsabilidade da CCDR Centro; e, a nível local, com os sistemas de monitorização existentes, maioritariamente sob a responsabilidade das CIM.

O SMA acompanhará a execução do PROT Centro, com a publicação de um Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) regional a cada quatro anos, em articulação com o REOT nacional, que é publicado bienalmente. O sistema agrega um conjunto de indicadores selecionados com base nos desafios transversais e nas Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) do PROT Centro. A consolidação desses indicadores seguirá os princípios de compatibilização, harmonização e simplificação, articulando-se com os vários sistemas de indicadores disponíveis.

O SMA do PROT Centro foi deliberadamente construído para ser um sistema com um número reduzido de indicadores-chave, mas que sejam relevantes para informar sobre os desafios transversais e sobre as OEBT do PROT Centro. Este pressuposto, implicou uma seleção muito criteriosa dos indicadores estatísticos que integraram a proposta de SMA, ponderando, a necessidade de existir equidade entre o número de indicadores de monitorização dos vários sistemas e do próprio modelo territorial.

Os indicadores estão organizados de acordo com os Sistemas Territoriais que sustentam o Modelo Territorial do PROT Centro. No final, encontram-se também sistematizados indicadores relacionados com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

Para cada indicador, é identificada a unidade de medida, a escala mínima de análise e a fonte de informação. A periodicidade será anual, sempre que a informação estiver disponível; nos restantes casos, será adotada a periodicidade específica de cada indicador.

A CCDR Centro compromete-se a organizar uma estrutura de monitorização eficiente, transparente e aberta, que permita a partilha de informação e contribua para um maior conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território regional. Desta forma, contribui-se para o fortalecimento da capacitação institucional a nível regional, sub-regional e local.

Desafios transversais

O sistema de indicadores deve começar por avaliar as dinâmicas territoriais relativas a um conjunto de **desafios transversais** que se vão colocar à Região Centro nos próximos anos:

1. Afirmar o posicionamento estratégico da região e a sua projeção nas redes globais
2. Responder aos desafios da demografia
3. Responder às alterações climáticas
4. Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização
5. Promover redes e competências digitais
6. Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública
7. Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo

Indicadores de monitorização dos desafios transversais

Sistema	Desafio transversal	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Desafios transversais	Projeção global	Investimento direto estrangeiro (M€)	NUTS II	Banco de Portugal
	Desafios da demografia	Proporção de população dos 0 aos 24 anos, no total de residentes (%)	Concelho	INE
		Proporção de população dos 25 aos 64 anos, no total de residentes (%)	Concelho	INE
		Proporção de população com 65 e mais anos, no total de residentes (%)	Concelho	INE
	Alterações climáticas	Planos municipais de mitigação/adaptação às alterações climáticas (N.º)	Concelho	CCDR Centro
	Impulsionar o conhecimento e a economia	Despesa média em I&D nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento (€)	NUTS III	DGEEC, INE
		Proporção regional da despesa em I&D, no total nacional (%)	NUTS III	DGEEC, INE
	Impulsionar a circularidade	Proporção de recolha seletiva, no total de resíduos urbanos recolhidos (%)	Concelho	INE
		Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem, no total de resíduos urbanos recolhidos (%)	Concelho	INE
	Reindustrializar	Emprego na indústria das atividades económicas do futuro (TICE, Metalomecânica de base tecnológica, Saúde e tecnologias da saúde, Economia	NUTS III	INE

Sistema	Desafio transversal	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
		azul, Transportes e logística, Bioeconomia e Indústrias criativas – N.º)		
		VAB na indústria das atividades económicas do futuro (TICE, Metalomecânica de base tecnológica, Saúde e tecnologias da saúde, Economia azul, Transportes e logística, Bioeconomia e Indústrias criativas – €)	NUTS III	INE
	Promover o digital	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico (%)	NUTS II	INE
		Câmaras Municipais que efetuaram Análise de Dados (<i>Data analytics</i>) (N.º)	Concelho	DGEEC, IUTIC
	Governança	Receitas das câmaras municipais por habitante (€/hab.)	Concelho	INE
	Participação pública	Taxa de participação nas eleições autárquicas (%)	Concelho	INE
	Multiculturalismo	Proporção de população estrangeira com estatuto legal de residente, no total de residentes (%)	Concelho	INE
		Proporção de estudantes estrangeiros inscritos no ensino não superior, no total de estudantes (%)	Concelho	DGEEC
		Número de nacionalidades dos estudantes inscritos no ensino não superior (N.º)	Concelho	DGEEC
		Proporção de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior, no total de estudantes (%)	NUTS III	INE

Sistema Económico

Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) que concorrem diretamente para a concretização do Sistema Económico:

1. Reforçar a interação do SCT com o tecido económico e social
2. Apoiar a qualificação e a capacidade exportadora da base económica da região
3. Promover as atividades económicas do futuro
4. Aumentar a competitividade do setor do turismo
5. Promover a base económica dos territórios de mais baixa densidade

Indicadores de monitorização do Sistema Económico

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Sistema Económico	SCT	Investigadores (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) (N.º)	NUTS III	DGEEC, INE
		Acordos estabelecidos no âmbito do CR Inove (N.º)	NUTS III	CCDR Centro
		Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por habitante (milhares €/hab.)	NUTS III	INE
		Diplomados do ensino superior em áreas de C&T (N.º)	NUTS III	INE
		Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%)	NUTS III	INE
		Proporção da despesa em I&D executada por empresas no total (%)	NUTS III	DGEEC, INE
		Investigadores em Unidades de I&D com classificação muito bom e excelente (N.º)	NUTS III	FCT
	Exportações	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%)	NUTS III	INE
		Taxa de exportações de bens no PIB (%)	NUTS III	INE
	Turismo	Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)	Concelho	INE
		Taxa de Sazonalidade (%)	Concelho	INE
		Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (camas/utentes) (N.º)	Concelho	Turismo de Portugal (TdP) – SIGTUR
		Capacidade total de alojamento em estabelecimentos de alojamento local (utentes) (N.º)	Concelho	Turismo de Portugal (TdP) – SIGTUR
		Capacidade total de alojamento em empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local por 1.000 habitantes	Concelho	Turismo de Portugal (TdP) – SIGTUR
		Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico (milhares €)	Concelho	INE
		Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico (%)	Concelho	INE
	Atividades económicas do futuro	Emprego nas atividades económicas do futuro (TICE, Metalomecânica de base tecnológica, Saúde e tecnologias da saúde, Economia azul, Transportes e logística, Bioeconomia e Indústrias criativas – N.º)	NUTS III	INE

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
		VAB nas atividades económicas do futuro (TICE, Metalomecânica de base tecnológica, Saúde e tecnologias da saúde, Economia azul, Transportes e logística, Bioeconomia e Indústrias criativas – €)	NUTS III	INE

Sistema Social

Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) que concorrem diretamente para a concretização do Sistema Social:

1. Promover a autonomia e a cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência
2. Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde
3. Melhorar os níveis de acesso à habitação
4. Reforçar a oferta educativa de qualidade e a formação ao longo da vida
5. Melhorar a oferta cultural e a qualidade de vida

Indicadores de monitorização do Sistema Social

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Sistema Social	Pessoas idosas e dependência	Proporção de população com 75 ou mais anos, no total de residentes (%)	Concelho	INE
		Esperança de vida aos 65 anos (anos)	Concelho	INE
		Proporção de idosos em situação vulnerável, no total de idosos (%)	Concelho	GNR - Censos Sénior
	Equidade na Saúde	Proporção de população a mais de 10 minutos do serviço de urgência mais próximo, em automóvel (%)	Concelho	DGT - i-Território
		Médicas/os por 1000 habitantes (‰)	Concelho	INE
		Enfermeiras/os por 1000 habitantes (‰)	Concelho	INE
		Consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais por habitante (N.º)	NUTS III	INE
		Pessoal ao serviço nos hospitais (N.º)	NUTS III	DGS/MS
		Tempo médio de percurso de uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) (min.)	Concelho	Ministério da Saúde
	Acesso à Habitação	Valor mediano das rendas por m ² em novos contratos habitacionais (€/m ²)	Concelho	INE
		Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos (€/m ²)	Concelho	INE

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
	Educação e Formação	Proporção de residentes jovens (com menos de 15 anos) a menos de 15 minutos, a pé, da escola com ensino básico mais próxima (%)	Concelho	DGT - i-Território
		Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	Concelho	INE
		Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)	Concelho	INE
		Taxa de escolaridade no ensino superior (%)	NUTS III	INE
		Proporção de população com ensino superior (25-64 anos), no total de residentes (%)	Concelho	INE
		Aprendizagem ao longo da vida (%)	NUTS II	INE
	Acesso à Cultura	Espetadores de espetáculos ao vivo por habitante (N.º)	Concelho	INE
		Despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto por habitante (€)	Concelho	INE
	Combater a pobreza	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)	Concelho	INE, Segurança Social
		Beneficiários de abono de família para crianças e jovens da Segurança Social (1º escalão) por população com menos de 25 anos (%)	Concelho	INE, Segurança Social
		Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) (%)	NUTS II	INE
		Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos agregados fiscais (P90/P10) (N.º)	Concelho	INE
	Qualidade de vida	Poder de compra per capita (Nº)	Concelho	INE
		Proporção de residentes na região Centro globalmente satisfeitos com a vida que levam (%)	NUTS III	CCDR Centro
		Esperança de vida à nascença (anos)	NUTS III	INE
		Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (€).	Concelho	INE

Sistema Natural

Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) que concorrem diretamente para a concretização do Sistema Natural:

1. Gerir o solo e os recursos geológicos
2. Fomentar a conservação da natureza e da biodiversidade
3. Gerir os recursos hídricos
4. Fortalecer o setor agroflorestal
5. Ordenar as zonas costeiras
6. Diminuir a suscetibilidade aos riscos

Indicadores de monitorização do Sistema Natural

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Sistema Natural	Gerir o solo e o subsolo	Proporção de solo classificado na Reserva Agrícola Nacional (RAN) (%)	Concelho	DGT
		Proporção de área de RAN ocupada com agricultura (%)	Concelho	DGT
		Proporção de solo classificado na Reserva Ecológica Nacional (REN) (%)	Concelho	DGT
		Proporção de área de REN ocupada por edificações (%)	Concelho	CCDR Centro
		Proporção de superfície de solo rústico face à área total (%)	Concelho	DGT
	Natureza e biodiversidade	Proporção de áreas protegidas e Rede Natura 2000 (%)	Concelho	INE
		Superfície ocupada por vegetação arbórea com interesse para a conservação da natureza (ha)	Concelho	DGT
		Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	Concelho	INE
	Gerir recursos hídricos	Índice de escassez por região hidrográfica (%)	Região hidrográfica	APA
		Estado das reservas hídricas, volume de armazenamento por bacia hidrográfica (%)	Bacia hidrográfica	APA
		Perdas anuais de água nos sistemas de abastecimento de água (m³)	Concelho	ERSAR, INE
		Proporção de área das massas de água superficiais com estado global "bom e superior" (%)	Concelho	INE

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
	Fortalecer o setor agroflorestal	Área em Zona de Intervenção Florestal (ha)	Concelho	INE, ICNF
		Proporção da área ocupada por florestas de eucalipto na área total (%)	Concelho	DGT - COS
		Proporção de florestas de pinheiro-bravo na área total (%)	Concelho	DGT - COS
		Territórios vulneráveis com gestão ativa (Programa de Transformação da Paisagem)	Concelho	DGT
		Peso do VAB do setor primário no total do VAB (%)	NUTS III	INE
	Ordenar as zonas costeiras	Área artificializada na faixa costeira (2000 m) (ha)	Concelho	DGT, INE
		População residente em faixas de salvaguarda litoral ao risco costeiro (N.º)	Concelho	DGT, INE
	Riscos e vulnerabilidades	Superfície ardida (%)	Concelho	ICNF, INE
		População residente em áreas de perigosidade de incêndio alta ou muito alta (N.º)	Concelho	DGT, INE
		Área artificializada em áreas suscetíveis de inundação (ha)	Concelho	DGT, APA
		Área suscetível à desertificação de acordo com o Índice de Aridez (N.º e %)	NUTS III	ICNF
		Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (N.º)	Concelho	APA
		População residente nas zonas de perigosidade enquadradas no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (N.º)	Concelho	APA, CCDR Centro

Sistema de Mobilidade

Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) que concorrem diretamente para a concretização do Sistema de Mobilidade:

1. Reforçar a capacidade de transporte de mercadorias
2. Melhorar o acesso às grandes infraestruturas de transporte e a inclusão nos corredores de âmbito nacional e internacional
3. Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional
4. Fomentar sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais
5. Promover a eletrificação, a digitalização e a integração modal

Indicadores de monitorização do Sistema de Mobilidade

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Sistema de Mobilidade	Transportes de mercadorias	Movimento de mercadorias nos portos (ton.)	Portos	INE
	Grandes infraestruturas	Extensão da rede nacional rodoviária (rede fundamental/itinerários principais) (km)	NUTS II	IMT, INE
	Redes intrarregionais	Extensão da rede nacional rodoviária (rede nacional, itinerários complementares e estradas regionais) (km)	NUTS II	IMT, INE
		Extensão total das linhas ferroviárias (km)	NUTS II	INE
	Redes intrarregionais	Proporção da rede ferroviária eletrificada (%)	NUTS II	INE
	Transportes sustentáveis	Passageiros nos transportes públicos (N.º)	Concelho	IMT
		Veículos de transporte individual de passageiros por tipo de combustível (N.º)	Concelho	IMT
		Emissões de gases com efeito de estufa com origem nos transportes (Mt CO ₂ eq)	Concelho	APA
		Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)	Concelho	INE
		Atropelamentos de peões e de abalroamentos de ciclistas (N.º)	Concelho	ANSR
		Quilómetros de ciclovias construídas anualmente (km)	Concelho	Relatórios autárquicos e Programa Portugal Ciclável
	Digitalização e integração modal	Proporção do município com acesso muito rápido a serviço de dados com tecnologia 4G (%)	Concelho	ANACOM; DGT
	Digitalização e integração modal	Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (%)	Concelho	INE

Sistema de Energia

Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) que concorrem diretamente para a concretização do Sistema de Energia:

1. Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa
2. Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final
3. Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa
4. Aumentar a eficiência energética no abastecimento público de água

5. Promover um aumento da literacia energética e a mitigação da pobreza energética

Indicadores de monitorização do Sistema de Energia

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Sistema de Energia	Emissões de gases com efeito de estufa	Emissões de gases com efeito de estufa por setores (Mt CO ₂ eq)	Concelho	APA
	Energia renovável	Produção de energia renovável (MWh)	NUTS II	DGEG
		Produção total de eletricidade em aproveitamentos de pequena escala*	Concelho	DGEG*
	Diminuir o consumo de energia final	Consumo de energia final por habitante (kWh/hab.)	Concelho	DGEG
		Consumo de energia final na indústria por VAB (kWh/VAB)	Concelho	DGEG
	Pobreza energética	Consumidores com Tarifa Social de Energia (N.º)	Concelho	DGEG

*Atualmente, esta informação não está disponível em nenhum sistema de informação, mas poderá ser trabalhada e disponibilizada pela DGEG. Para futuro, sugere-se a criação de um projeto piloto, a desenvolver-se neste âmbito.

Sistema Urbano

Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) que concorrem diretamente para a concretização do Sistema Urbano:

1. Promover a sustentabilidade e a qualidade urbana
2. Aumentar a cooperação interurbana e rural-urbana enquanto fator de coesão regional
3. Reforçar a integração dos centros urbanos nas redes nacionais e globais

Indicadores de monitorização do Sistema Urbano

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Sistema Urbano	Sustentabilidade e a qualidade intraurbana	Capitação de espaços verdes disponíveis para fruição em área urbana (m ² /hab.)	Concelho	DGT
		Taxa de artificialização líquida do solo (m ² /ano.km ²)	Concelho	DGT
		Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	Concelho	INE
		Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	Concelho	INE
		Emissões de gases com efeito de estufa com origem nos transportes (Mt CO ₂ eq)	Concelho	INE

Sistema	OEBT	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
	Cooperação interurbana e rural-urbana	Fundo europeu aprovado em projetos integrados na ITI Redes Urbanas (€)	NUTS III	CCDR Centro
		Projetos de cooperação inter-concelhios financiados (N.º)	NUTS III	CCDR Centro
	Redes urbanas nacionais e globais	Participação em Redes Nacionais de desenvolvimento urbano (N.º)	Concelho	DGT
		Participação em Redes internacionais de desenvolvimento urbano (N.º)	Concelho	DGT
		Participação em projetos no âmbito das cidades inteligentes (transformação organizacional, tecnológica e digital) (N.º)	Concelho	DGT

Instrumentos de Ordenamento do Território e Gestão Territorial

Indicadores de monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial

IOTGT	Instrumentos	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
Instrumentos de Ordenamento do Território e Gestão Territorial (IOTGT)	Programas especiais de ordenamento do território	Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor (N.º)	NUTS II	CCDR Centro
		Programas de ordenamento de áreas protegidas (N.º)	NUTS II	CCDR Centro
		Programas de ordenamento de albufeiras de águas públicas (N.º)	NUTS II	CCDR Centro
		Programas de ordenamento de estuários (N.º)	NUTS II	CCDR Centro
		Programas de ordenamento da orla costeira (N.º)	NUTS II	CCDR Centro
		Programas de parques arqueológicos (N.º)	NUTS II	CCDR Centro
	Planos municipais de ordenamento do território: PDM	Tempo de vigência dos PDM (anos)	Concelho	CCDR Centro
		Alterações publicadas posteriormente à última publicação ou revisão do PDM (N.º)	Concelho	CCDR Centro
		Duração dos processos de revisão dos PDM em curso (anos)	Concelho	CCDR Centro
		PDM com Cartas de Património (N.º)	Concelho	CCDR Centro

IOTGT	Instrumentos	Indicador	Desagregação territorial	Fonte de informação
		PDM com medidas de proteção, salvaguarda, valorização para o Património Cultural (N.º)	Concelho	CCDR Centro
	Planos de municipais de ordenamento do território: PU e PP	Planos de urbanização (PU) em vigor (N.º)	Concelho	CCDR Centro
		Planos de pormenor (PP) em vigor (N.º)	Concelho	CCDR Centro
		Planos de pormenor (PP) de Salvaguarda (N.º)	Concelho	CCDR Centro

Monitorização e avaliação dos projetos piloto

A Agenda 2030 constitui um referencial comum de valores, metas e objetivos, permitindo a comunicação entre estruturas administrativas e proporcionando uma visão mais sistemática e abrangente dos objetivos e metas a alcançar.

A priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das metas não deve ser um exercício *top-down*, ignorando a diversidade de desafios e contextos territoriais. Assim, para cada projeto, antes do início da sua execução, devem ser definidos indicadores adequados, tendo em conta a diversidade dos contextos espaciais e as responsabilidades e formas de cooperação, tanto internas como externas.

A monitorização dos projetos piloto requer uma abordagem que integre dados quantitativos e qualitativos, envolvendo as diferentes partes interessadas. A monitorização visa avaliar se as OEBT estão a ser atingidas (eficácia), se os projetos estão a ser eficientes face às dinâmicas pretendidas e se os impactos esperados das iniciativas estão a ser concretizados. Dada a complexidade dos desafios atuais, o sistema de monitorização dos projetos piloto deve apoiar a reflexão coletiva, identificar trajetórias de desempenho e informar os processos de decisão. É cada vez mais importante promover processos contínuos de aprendizagem coletiva e cooperação.

Concretamente, os 25 projetos piloto definidos no Programa de Execução do PROT Centro devem contribuir para a realização das 29 OEBT e dos 17 ODS, envolvendo diferentes níveis de decisão, escalas de atuação e uma diversidade de entidades (como empresas, instituições de ensino superior, centros de investigação e associações).

Destes, quatro projetos piloto já contam com indicadores de monitorização definidos, uma vez que envolvem diretamente a CCDR Centro. Estes projetos são: Projeto 3: *Fórum Biental de Prospetiva da Região Centro*; Projeto 4: *CR Inove - Catalisador Regional de Inovação*; Projeto 5: *Eixos estratégicos - inovação orientada para desafios territoriais*; Projeto 6: *Centro para a Atração e Integração de Empresas e Imigrantes* e os indicadores para a sua monitorização encontram-se nos quadros apresentados abaixo.

O sistema de monitorização dos restantes 20 projetos piloto deverá ser desenvolvido logo após a aprovação do PROT Centro, em colaboração com as entidades responsáveis e os diversos parceiros, visando a identificação de indicadores de progresso, resultado e impacto. É fundamental transitar de uma abordagem linear para uma abordagem relacional, tendo em conta as sinergias entre os projetos e acelerando as dinâmicas em curso em função das metas a atingir.

Em cada projeto piloto, foi identificado o enquadramento com as OEBT, a RIS3, o CENTRO 2030 e as principais ligações aos ODS. Os responsáveis pela execução dos projetos, juntamente com os seus parceiros, devem, no início do desenvolvimento das iniciativas, hierarquizar as prioridades em termos de objetivos, definir metas (internacionais, regionais e locais) e estabelecer indicadores específicos de resultado e impacto. É essencial que a informação seja organizada de modo a apoiar eficazmente os processos de decisão ao longo da execução.

Indicadores do Projeto 3: Fórum Bienal de Prospetiva da Região Centro

Tipo de Indicador	Indicador	Objetivo	Fórmula de Cálculo	UO/Monitorização
Quantitativo	Número de Participantes e Entidades Representadas no Fórum	Monitorizar o nível de envolvimento e participação no Fórum Bienal, medido pelo número de representantes de Câmaras Municipais, CIM, universidades, institutos politécnicos e outras entidades culturais, sociais económicas e do SCT.	Contagem do número total de participantes e entidades registadas no evento, desagregando-os por tipo de entidade e área territorial.	CCDRC, IP - Registo de Participantes do Fórum.
Qualitativo	Taxa de Reconhecimento da Importância do Fórum para a Definição de Estratégias Regionais	Avaliar o grau de reconhecimento da importância do Fórum Bienal para a definição de estratégias regionais e promoção da coesão territorial, medido pelos participantes e entidades.	Percentagem de participantes que classificam positivamente, através de inquéritos de satisfação, a importância do Fórum para a definição de estratégias regionais.	CCDRC, IP - Inquéritos de Satisfação pós-evento.
Qualitativo	Satisfação com a Organização e Conteúdo do Fórum	Avaliar a satisfação dos participantes relativamente à organização logística, conteúdo apresentado, dinâmica do evento e participação dos oradores convidados.	Percentagem de participantes que classificam positivamente a organização e o conteúdo do Fórum, medido através de inquéritos de satisfação.	CCDRC, IP - Inquéritos de Satisfação pós-evento.

Indicadores do Projeto 4: CR Inove - Catalisador Regional de Inovação

Tipo de Indicador	Indicador	Objetivo	Fórmula de Cálculo	UO/Monitorização
Quantitativo	Número de Negociações Promovidas pelo INEC	Promover negociações entre as empresas da Região Centro e o SCTN, facilitando a integração de novas tecnologias.	Contagem do número de negociações e parcerias que avançaram para uma fase formal (incluindo negociações em curso e concluídas). Peso: 40%.	CCDRC, IP - Webgep – Sistema de Informação CR Inove.
Quantitativo	Número de interações promovidas no Consultório de Empresas	Promover a criação de parcerias entre empresas/entidades da Região Centro e instituições do SCTN através das respostas de entidades do SCTN aos desafios.	Contagem do número de desafios tecnológicos resolvidos ou em progresso.	CCDRC, IP - Webgep – Sistema de Informação CR Inove.
Quantitativo	Número de Iniciativas de Promoção da Inovação e Internacionalização	Organizar e participar em eventos de promoção da inovação e internacionalização, criando oportunidades para as empresas da Região Centro.	Contagem do número de eventos, feiras e missões internacionais organizados ou com a participação do CR Inove.	CCDRC, IP - Relatórios mensais da equipa CR Inove e Webgep.
Quantitativo	Número de Projetos-piloto executados	Testar e implementar projetos-piloto inovadores que atendam às necessidades das empresas da Região Centro.	Contagem de projetos-piloto implementados que atingiram os seus objetivos.	CCDRC, IP - Relatórios de Projetos e Webgep.
Qualitativo	Taxa de Satisfação das Empresas e Entidades Científicas	Avaliar o nível de satisfação das empresas e das entidades do SCTN com o apoio oferecido pelo CR Inove no processo de intermediação e facilitação de parcerias.	Percentagem de empresas e entidades científicas que classificam como "satisfatório" ou "muito satisfatório" o apoio prestado pelo CR Inove.	CCDRC, IP - Inquéritos de Satisfação aplicados a ambos os lados (empresas e SCTN).
Qualitativo	Taxa de Seguimento Pós-Parceria	Avaliar o acompanhamento contínuo do CR Inove após a criação de parcerias, garantindo que as empresas e as entidades científicas mantêm um relacionamento ativo.	Percentagem de parcerias acompanhadas pelo CR Inove após a sua formalização, com relatórios periódicos sobre o progresso e resultados das colaborações.	CCDRC, IP - Relatórios mensais da equipa CR Inove.

Indicadores do Projeto 5: Eixos estratégicos - inovação orientada para desafios territoriais

Tipo de Indicador	Indicador	Objetivo	Fórmula de Cálculo	UO/Monitorização
Quantitativo	Número de Estratégias de Inovação orientadas para os desafios territoriais	Monitorizar o desenvolvimento das estratégias em torno dos 6 desafios territoriais (3 latitudinais e 3 transversais).	Contagem das estratégias de inovação territorial.	CCDRC, IP - Seis Programas de Inovação orientada para os desafios territoriais
Quantitativo	Número de Participantes e Entidades Representadas por Eixos	Avaliar o envolvimento dos atores regionais no desenho das Missões territoriais, em torno dos seis Eixos Territoriais.	Contagem do número total de participantes e entidades registadas nos eventos respetivos, desagregando-os por tipo de entidade e eixo territorial.	CCDRC, IP - Registo de Entidades por Processo Participativo
Qualitativo	Número de ODS e OEBT identificados em cada uma das seis Estratégias Territoriais	Avaliar a qualidade e relevância das missões identificadas, sustenta-se numa abordagem transversal de inovação territorial, que agrega e cria sinergias.	Percentagem de representantes municipais e CIM que classificam os ODS a seguir como fundamentais, através de inquéritos de satisfação.	CCDRC, IP - Inquéritos de Satisfação aplicados aos municípios e CIM.
Quantitativo	Número de Projetos identificados em cada Eixo Estratégico	Avaliar a relevância e a capacidade de operacionalização das missões identificadas, tendo em vista a inovação orientada para os seis Eixos territoriais.	Percentagem de representantes municipais e CIM que classificam as Missões e os Caminhos a seguir como positivos, através de inquéritos de satisfação.	CCDRC, IP - Inquéritos de Satisfação aplicados aos municípios e CIM.

Indicadores do Projeto 6: Centro para a Atração e Integração de Empresas e Imigrantes

Tipo de Indicador	Indicador	Objetivo	Fórmula de Cálculo	UO/Monitorização
Quantitativo	Número de Projeções Demográficas por Município e CIM	Monitorizar a realização de projeções demográficas para apoiar a definição de estratégias regionais de atração de imigrantes, desagregadas por municípios e CIM.	Contagem do número de projeções demográficas feitas por município e CIM, com um horizonte temporal mínimo de 10 anos, desagregadas por grupo etário e sexo.	CCDRC, IP - Relatórios de Projeções Demográficas.
Quantitativo	Número de Projeções Demográficas Integradas nas Políticas Municipais	Monitorizar o número total de municípios que integraram as projeções demográficas nas suas políticas de atração de imigrantes e desenvolvimento económico.	Contagem do número de municípios que adotaram as projeções demográficas nas suas políticas públicas, com base em relatórios e documentos oficiais.	CCDRC, IP - Relatórios Municipais; Documentos de Planeamento Estratégico Municipal.
Quantitativo	Número de Cenários Económicos Sub-regionais Definidos	Avaliar o número de cenários económicos desenvolvidos para projetar fluxos migratórios e determinar as necessidades de emprego a longo prazo.	Contagem dos cenários económicos desenvolvidos, integrando projeções de crescimento económico e saldos migratórios.	CCDRC, IP - Relatórios de Cenários Sub-regionais.
Quantitativo	Número de Estratégias de Atração de Imigrantes definidas pelos Municípios	Monitorizar o desenvolvimento de estratégias quantitativas de atração de imigrantes, com base nas projeções e cenários fornecidos pelo Centro.	Contagem das estratégias de atração de imigrantes definidas pelos municípios, baseadas nas necessidades locais e infraestruturas disponíveis.	CCDRC, IP - Relatórios Municipais de Estratégias de Atração.
Qualitativo	Qualidade Percebida das Projeções e Cenários por Municípios e CIMs	Avaliar a qualidade e relevância das projeções demográficas e dos cenários económicos para os municípios e CIM, no apoio à criação de políticas de atração e integração.	Percentagem de representantes municipais e CIM que classificam as projeções e cenários como positivas, através de inquéritos de satisfação.	CCDRC, IP - Inquéritos de Satisfação aplicados aos municípios e CIM.
Qualitativo	Acompanhamento da Adoção das Estratégias de Atração e Integração pelos Municípios	Monitorizar o processo de adoção e adaptação das estratégias de atração de imigrantes pelos municípios, com base nas propostas feitas pelo Centro.	Percentagem de estratégias de atração e integração que são adotadas pelos municípios, com base em relatórios de progresso e implementação.	CCDRC, IP - Relatórios de Implementação das Estratégias Municipais.

